

O DISCURSO DA MÍDIA: LEGITIMAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO SOCIAL



Karina Falcone



Coleção Teses
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS DA UFPE

O DISCURSO DA MÍDIA: LEGITIMAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO SOCIAL



Karina Falcone

O DISCURSO DA MÍDIA: LEGITIMAÇÃO E CATEGORIZAÇÃO SOCIAL

Recife (PE) - 2016

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS. Proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer meio ou processo, especialmente por sistemas gráficos, microfilmicos, fotográficos, reprográficos, fonográficos e videográficos. Vedada a memorização e/ou a recuperação total ou parcial em qualquer sistema de processamento de dados e a inclusão de qualquer parte da obra em qualquer programa juscibernético. Essas proibições aplicam-se também às características gráficas da obra e à sua editoração.

Diagramação

Editora da UFPE - EdUFPE

Editoração Eletrônica

Editora da UFPE - EdUFPE

Catálogo na fonte:
Bibliotecária Kalina Lígia França da Silva, CRB4-1408

A994d Azevedo, Karina Falcone de.
O discurso da mídia : legitimação e categorização social
[recurso eletrônico] / Karina Falcone. – Recife : Ed. UFPE, 2016.
(Coleção Teses).

Originalmente apresentada como tese do autor (doutorado – UFPE, Centro de Artes e Comunicação, Programa de Pós-graduação em Letras. Recife, 2008) sob o título: (Des)legitimação: ações discursivo-cognitivas para o processo de categorização social.

Inclui referências.

ISBN 978-85-415-0922-0 (online)

1. Linguística. 2. Análise do discurso. 3. Jornalismo. 4. Movimentos sociais. 5. Cognição. I. Título. II. Título da coleção.

410

CDD (23.ed.)

UFPE (BC2017-075)

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

Reitor: Prof. Anísio Brasileiro de Freitas Dourado; **Vice-Reitor:** Prof. Sílvio Romero Marques; **Diretora da Editora:** Profª Maria José de Matos Luna

Comissão Editorial

Presidente: Profª Maria José de Matos Luna

Titulares: Ana Maria de Barros, Alberto Galvão de Moura Filho, Alice Mirian Happ Botler, Antonio Motta, Helena Lúcia Augusto Chaves, Liana Cristina da Costa Cirne Lins, Ricardo Bastos Cavalcante Prudêncio, Rogélia Herculano Pinto, Rogério Luiz Covalleski, Sônia Souza Melo Cavalcanti de Albuquerque, Vera Lúcia Menezes Lima.

Suplentes: Alexsandro da Silva, Arnaldo Manoel Pereira Carneiro, Edigleide Maria Figueiroa Barreto, Eduardo Antônio Guimarães Tavares, Ester Calland de Souza Rosa, Geraldo Antônio Simões Galindo, Maria do Carmo de Barros Pimentel, Marlos de Barros Pessoa, Raul da Mota Silveira Neto, Sílvia Helena Lima Schwamborn, Suzana Cavani Rosas.

Editores Executivos: Afonso Henrique Sobreira de Oliveira e Suzana Cavani Rosas

Editora associada à 
ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA
DAS EDITORAS UNIVERSITÁRIAS

Organizadores:

Evandra Grigoletto (UFPE)

Judith Hoffnagel (UFPE)

Conselho Editorial

Aloísio Dantas de Medeiros (UFCG)

Anco Márcio Tenório Vieira (UFPE)

Antônio Carlos dos Santos Xavier (UFPE)

Amara Cristina de Barros e Silva Botelho (UPE)

Beth Marcuschi (UFPE)

Ermelinda Ferreira (UFPE)

José Hélder Pinheiro (UFCG)

Kazue Saito Monteiro de Barros (UFPE)

Lourival Holanda (UFPE)

Lucila Nogueira (UFPE)

Maria Angélica Furtado da Cunha (UFRN)

Maria Auxiliadora Bezerra (UFCG)

Maria do Carmo de Siqueira Nino (UFPE)

Maria Marta dos Santos Silva Nóbrega (UFCG)

Márcio Ricardo Muniz (UFBA)

Maria Virgínia Leal (UFPE)

Marlos Barros (UFPE)

Nelly Medeiros de Carvalho (UFPE)

Roland Mike Walter (UFPE)

Stella Telles (UFPE)

Este livro é dedicado a Luiz Antônio Marcuschi.

Apresentação

Teun A. van Dijk

Com meu amigo e colega Antônio Marcuschi, tive a honra, a sorte e o prazer de ter tido Karina Falcone como aluna de doutorado. Infelizmente, “Marcuschi” – como seus amigos, alunos e colegas o chamam – não pôde participar da escrita deste prefácio, então o faço também em seu nome.

Neste prefácio à sua tese, não me parece necessário discorrer sobre a inteligência de Karina, sua perseverança ou motivação acadêmica como aluna, tampouco sobre suas atuais qualidades como professora e pesquisadora. Esta tese é prova suficiente disso. Também não é necessário que eu conte em detalhes por que Karina se tornou mais do que uma aluna de doutorado a mais para nós, e como seu caráter nos fez tornarmos grandes amigos também. Este prefácio, assim como nossa contínua cooperação, serve como evidência dessa amizade.

A primeira característica excepcional desta tese é sua orientação multidisciplinar. Há, hoje, milhares de livros e teses, e dezenas de milhares de artigos, engajados em análise do discurso. Mas apenas alguns desses trabalhos conjugam análise do discurso com o estudo da cognição, por um lado, e o estudo da mídia e comunicação, por outro lado, e menos deles ainda que o fazem desde uma perspectiva crítica. Tal perspectiva multidisciplinar e sociocognitiva, a meu ver, é a maneira mais produtiva de se fazer Análise Crítica do Discurso (ACD), como

tentei evidenciar em meu próprio trabalho sobre a reprodução discursiva do racismo na sociedade.

Tal enfoque, em primeiro lugar, aborda o discurso através de uma descrição detalhada, sistemática e explícita em todos os níveis. Em segundo lugar, não só *descreve*, mas também tenta *explicar por que* o discurso tem certas estruturas, que vêm a ser, por exemplo, manifestações do conhecimento subjacente, atitudes e ideologias definidas como representações mentais socialmente compartilhadas. E, em terceiro lugar, tanto o discurso como a cognição são situados dentro de seu contexto social e político, agregando assim, um segundo e mais amplo nível de explicação.

Nesta tese, Karina situa o discurso da mídia não só no contexto da comunicação e da esfera pública contemporânea do Brasil em geral, mas também da elite jornalística brasileira em particular. Ela o faz também para dar *insight* a um problema social fundamental no Brasil e na América Latina como um todo – a questão da pobreza e da desigualdade social – do qual o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um dos mais bem conhecidos atestadores e oponentes.

Ela também realiza sua crítica ao enfocar um tópico específico, a saber, a brutalidade policial contra os pobres e sua aquiescência pelas elites, outro grande desafio para o Brasil democrático, como é o caso também em tantos outros países.

Dominação e opressão são coisas muito concretas e reais, assim como os mortos e feridos que podem resultar da violência do Estado e suas agências. Neste sentido, o discurso parece ser apenas uma manifestação mais benigna de dominação. Porém, assim como no caso do racismo e da discriminação sexual, o discurso pode ter um papel crucial na reprodução da violência e da opressão, por exemplo, ao ignorá-las, mitigá-las ou legitimá-las. Em uma sociedade democrática, o discurso público da mídia que não documenta e denuncia explícita e meticulosamente a brutalidade social, se torna, portanto, parte do problema ao invés de parte da solução.

É contra esse pano de fundo e dentro do contexto hediondo do massacre de cidadãos desarmados que estavam exercendo seu direito democrático de protestar ou de ocupar ‘ilegalmente’ terras não utilizadas, que Karina elegeu o tópico de sua tese. Dessa forma, ela demonstra que seu interesse é muito mais amplo e fundamental que apenas o estudo das estruturas do discurso e da cognição.

Ainda assim, a escolha de um tópico socialmente relevante não chega a ser justificativa suficiente para uma tarefa crítica. Enquanto acadêmicos temos nossa responsabilidade de lutar contra todas as formas de dominação. E, enquanto analistas do discurso, precisamos examinar detalhadamente como o discurso público atua na reprodução de tal dominação. Uma análise crítica do discurso da mídia dominante é uma das formas mais eficientes de se realizar esta tarefa, especialmente por que tal discurso é crucial na reprodução de crenças, atitudes e ideologias em sociedade. Políticos e a sociedade civil estão mais propensos a condenar e resistir à brutalidade policial se a mídia explicitamente e diariamente denunciá-la. É crucial, portanto, para uma tese em ACD, examinar o discurso da mídia e as ideologias e outras cognições sociais em que este discurso está fundado.

O objetivo central desta tese é examinar criticamente um processo de legitimação, a saber, como as narrativas midiáticas sobre um massacre como o de Eldorado dos Carajás pode ser parte de um processo mais amplo de reprodução de desigualdade e abuso de poder na sociedade.

Como faziam e fazem os *krakers* (assentadores) com apartamentos em minha cidade natal de Amsterdam, assim como os *okupas* em Barcelona, onde vivo hoje, membros do MST ocupam terras inutilizadas, e assim desafiam o princípio básico do capitalismo: a propriedade privada. Ou, melhor dizendo, eles assim denunciam o *abuso* do direito democrático de possuir propriedade privada, ou seja, que uns detenham demais e outros de menos, ou até nada.

Já que estamos lidando com os fundamentos da justiça social, a cobertura da mídia desses protestos, assim como a violência oficial contra eles, não poderia

ser objetiva e imparcial, e necessariamente tenderá a mostrar uma perspectiva e tomar partido. Isto se realiza discursivamente e com base em normas, valores, ideologias e atitudes, as cognições sociais que moldam o discurso público. Esta tese escolhe examinar tal discurso no jornal de elite *Folha de S. Paulo*, precisamente porque ele representa a voz liberal influente no Brasil, a instituição da qual esperaríamos constante oposição crítica contra a violência policial e apoio a movimentos populares como o MST.

Através da análise sistemática de cobertura do massacre pela *Folha*, a tese demonstra como o discurso midiático no jornal também é controlado por uma série de frames sociocognitivos subjacentes que definem as versões da verdade de acordo com a elite, ou seja, os modelos mentais tendenciosos dos ‘fatos oficiais’, que vão desde uma descrição parcial dos eventos, por um lado, à cobertura das consequências judiciais e afinal à criminalização do MST, assim como a própria negação da existência do massacre, por outro lado.

A tese demonstra como os jornalistas da *Folha* constroem tanto seus modelos pragmáticos de contexto e modelos semânticos do evento em função de grupos de interesse latentes, de ideologias, e dos frames derivados delas. O trabalho demonstra isso dentro de um marco teórico detalhado que comunga análise do discurso contemporânea, psicologia cognitiva, estudos midiáticos, bem como filosofia da legitimação, como a noção teórica central da tese. Dessa forma, a análise empírica-discursiva dos dados e sua interpretação sociocognitiva abonam as conclusões sobre como a realidade é fabricada discursivamente e como tal fabricação pode tender aos interesses das elites.

Esperamos apenas que esta tese, agora em forma de livro, parte da esfera pública, possa servir como um exemplo teórico, empírico e sociopolítico para outros estudiosos no Brasil que venham a se juntar ao movimento crítico da ACD e sua luta contra o abuso de poder.

Barcelona, Primavera de 2013

1. Considerações Iniciais



A seguinte notícia integrou a última edição do jornal Folha de S. Paulo em 1996. Naquele ano, pelo menos 19 integrantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) foram assassinados por policiais militares no município de Eldorado dos Carajás, no sul do Pará. É a partir do texto abaixo que passarei a traçar minhas reflexões iniciais e introduzir o presente trabalho, especificando qual é o fenômeno investigado, quais são os meus objetivos e metas, meus problemas de pesquisa e minhas hipóteses assumidas, bem como que arcabouço teórico irei adotar ao longo das análises.

Observe-se, assim, a notícia em questão:

Exemplo 1:

MST quer manter ‘guerra permanente’, diz governo (FSP, 30/12/1996)

- 1 Relatório interno do governo diz que o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais
- 2 Sem Terra) definiu que vai “manter uma verdadeira guerra permanente” contra o
- 3 Executivo.
- 4 Assessores do presidente Fernando Henrique Cardoso consideram o MST o principal
- 5 foco de “tensão social” do atual governo.
- 6 Chegam a avaliar que os líderes do movimento podem perder o controle sobre a
- 7 Organização, com consequências imprevisíveis.
- 8 Essa avaliação fez com que o Palácio do Planalto determinasse um acompanhamento
- 9 sistemático das ações do grupo, principalmente depois do incidente de Eldorado do
- 10 Carajás (PA). Na época – abril de 96 –, 19 sem-terra morreram durante conflito com a
- 11 Polícia Militar. O governo avaliou que foi pego de surpresa por esse e outros episódios
- 12 envolvendo sem-terra.

Dos vários aspectos que podem ser destacados a partir desse texto, vale levantar um questionamento que considero fundamental para iniciarmos nossa discussão sobre como se dá a construção da ‘verdade’ pelo discurso jornalístico: *como o jornal categoriza o que ocorreu em Eldorado dos Carajás, em 17 de abril de 1996?*

A seleção lexical é um elemento relevante para investigarmos essa questão. Observemos os seguintes enunciados: “*incidente* de Eldorado dos Carajás” (linha 9); “durante *conflito* com a Polícia Militar” (linha 10); e “outros *episódios* envolvendo sem-terra” (linhas 11 e 12). Os itens lexicais *incidente*, *conflito* e *episódios* operam como neutralizadores de agência, ou ainda ‘naturalizadores’: o que aconteceu em Eldorado dos Carajás não é situado como resultante de um contexto político-social específico, mas como uma casualidade. E mais: tampouco existem agentes responsáveis, já que *incidentes* e *episódios* são aleatórios, ou não podem ser controlados pela ação humana. Se pessoas morreram em um *conflito*, os responsáveis por essas mortes não podem ser identificados e, consequentemente, não há culpados. Nas linhas 10, 11 e 12, há construções sintáticas que neutralizam a ação, pois não há um ator causal, alguém que tenha cometido as mortes.

Também é interessante perceber qual ‘modelo de contexto’¹ encapsula a referência a Eldorado dos Carajás. O ‘tópico discursivo’², desenvolvido principalmente a partir do título e do *lead* (primeiro parágrafo) da notícia, trata de um relatório em que o então Governo Federal criminaliza as supostas ações do MST. As análises do ‘acesso discursivo’ e da ‘representação’ dos sem-terra nessa notícia podem esclarecer melhor tal aspecto. Apesar de todo o texto ser sustentado pelo discurso do Governo, já que nenhum integrante do MST foi entrevistado, percebo um ‘efeito de interdiscursividade’ entre o Governo e o MST. Isso se dá a partir de uma estratégia de atribuição discursiva. Ou seja: um relatório elaborado pelo governo *diz* como serão as ações do MST; assessores do então presidente

1 O conceito de modelo de contexto é discutido mais sistematicamente no capítulo 2, assim como ao longo de todo o trabalho. Por agora, defino resumidamente os modelos de contexto como representações subjetivas de situações comunicativas e estão armazenados na nossa memória episódica (van Dijk, 2000b).

2 Tópicos discursivos são entendidos como uma macroação discursivo-cognitiva, que organiza os aspectos centrais tratados em um texto (van Dijk, 2003). Esta e as demais categorias de análise estão desenvolvidas no quarto capítulo.

consideram o movimento como um ‘problema social’ e *avaliam* catastroficamente o futuro dos sem-terra. Primeiramente, pela seleção dos verbos, observamos a legitimidade dada pelo jornal ao relatório.

Partindo desse aspecto, pode-se identificar o que estou denominando de ‘atribuição discursiva’: o governo *fala* pelos sem-terra e tem legitimidade para isso. O discurso do governo sobre o MST passa a ser tomado como o próprio discurso do movimento (“o MST definiu que vai ‘manter uma verdadeira guerra permanente’ contra o Executivo”). No trecho “manter uma verdadeira guerra permanente”, o uso das aspas não é suficiente para clarificar que se trata de como o governo está categorizando as ações do MST e não como o próprio MST definiria seu planejamento político. As aspas funcionam apenas como uma marca do discurso reportado, mas não ressaltam tal aspecto cognitivo.

Outros elementos reforçam o processo de atribuição discursiva, como, por exemplo, a metáfora “guerra permanente”, precedida do adjetivo “verdadeira”. Também é relevante pensar no próprio uso da metáfora ‘guerra’ e ao que ela está associada: violência, conflito, transtornos.

Indo do discurso do jornal aos atuais problemas políticos e jurídicos do MST, o que se pode constatar? Em primeiro lugar, que não há condenados pelas mortes em Eldorado dos Carajás e o massacre está legalizado. Além disso, os integrantes do movimento apontam a mídia como uma das instituições que mais atuam no processo de criminalização do movimento, devido a uma cobertura estereotipada e antidemocrática.

Não se trata aqui de estabelecer uma *relação direta* entre o discurso da mídia e a situação do MST, pois há uma complexidade de práticas sociais – que não só as discursivas – e aspectos históricos atuando nesse processo. Busco investigar, a partir dos textos jornalísticos, a *relação constitutiva* entre uma prática discursiva específica e uma prática social. Se há o preconceito e a marginalização do MST, isso *não* pode ser aceito como ‘a verdade’ sobre o movimento, uma atribuição natural. Mas sim, como ‘uma verdade’ construída por grupos e atores sociais específicos, agindo discursivamente.

Assim, chegamos ao meu argumento central neste trabalho: *discursos constituem sociedades e têm força para (des)legitimar atores, ações e grupos sociais*. Tal afirmação tem como base as ideias desenvolvidas na Análise Crítica do Discurso (ACD), norte teórico desta pesquisa. Seguindo essa perspectiva, proponho analisar a ação discursiva do jornalismo no processo de (des)legitimação do massacre de Eldorado dos Carajás.

Minha proposta é desenvolver o estudo da (des)legitimação a partir de duas perspectivas: *i)* de forma mais ampla, entendo que se trata de um fenômeno resultante de distintas práticas sociais, por isso precisa ser investigado multidisciplinarmente; *ii)* e, especificamente, como uma prática discursiva que age na elaboração cognitivo-discursiva de categorização de atores/grupos sociais. Distinguir tais aspectos requer uma análise mais complexa dos processos de construção da (des)legitimação e possibilita investigar o fenômeno a partir dos seus distintos aspectos constitutivos: social, cognitivo, político e discursivo.

Isso porque, ao situar a (des)legitimação como um fenômeno atrelado à prática social, entendo que ele extrapola os limites de um domínio específico e resulta das amplas relações que se estabelecem em uma sociedade. Assim, é possível compreender a constituição da (des)legitimação não apenas como algo relacionado às instituições de poder, ou a amplas disputas ideológicas, mas também como um fenômeno que se cria a partir de práticas cotidianas – quando, por exemplo, aceitamos, silenciosamente, o racismo e o preconceito. E, ao propor um estudo discursivo para a legitimação, busco investigar sistematicamente a ação dessa prática na complexa rede social que envolve tal processo.

Alguns trabalhos já vêm sendo desenvolvidos nas Ciências Sociais e na Filosofia, a partir de uma concepção de legitimação como ‘ações comunicativas objetivando o acordo’ (Habermas, 1999 [1973]), mas são poucos os que se detêm nos aspectos linguístico-discursivos (Rojo e van Dijk, 1997; van Leeuwen, 2007). Por isso, o objetivo desta pesquisa é investigar a (des)legitimação tanto sob a perspectiva social e cognitiva, quanto linguístico-discursiva, a partir da construção de um quadro teórico multidisciplinar, em uma tentativa de dar conta desses aspectos.

Assim, partindo das considerações de Habermas (1999 [1973]) e Rojo & van Dijk (1997), defendo que a legitimação não é apenas um ato ilocucionário, definido nos termos e condições convencionalmente apropriados (eleições, decretos, leis etc.), mas resultante de teias de relações sociais, tendo os gêneros discursivos como uma importante força propulsora. Isso implica tomar os processos de (des)legitimação como resultantes de práticas sociais, que envolvem não apenas ações discursivas, mas macroações sociocognitivas constituídas (e constituindo) contextos históricos.

Resumidamente, assumo a seguinte perspectiva para (des)legitimação: uma ação social de aceitabilidade atribuída a atores e grupos sociais (domínios) e promovida discursivamente através de tipos relativamente estáveis de enunciados (gêneros). Tal ação se estabelece, principalmente, por discursos de grupos ligados às instituições de poder (controle discursivo) e é consolidada socialmente a partir de processos de categorização que resultam na construção de modelos cognitivos dominantes (estereótipos/protótipos).

Noções teóricas complexas foram introduzidas, até aqui, apenas com o objetivo de situá-las no quadro desta investigação. Ressalto, entretanto, que esses conceitos, serão aprofundados ao longo do trabalho de forma mais sistemática. Por enquanto, é preciso definir pontualmente algumas noções fundamentais que dão sustentação a este estudo: uma concepção de *sujeito crítico/cognitivo*, ativo e reflexivo (Giddens, 2003; Billig, 1991); uma noção sociointeracionista de *língua*, situando-a como uma atividade resultante de relações sociais e instaurada pelos interlocutores mediante os recursos linguísticos para a construção das versões públicas do mundo (Marcuschi, 2005a); decorrendo, daí, um conceito de *discurso* como uma forma de ação social (Fairclough, 2001), irremediavelmente atrelado à prática social e ao *contexto*, sendo este entendido como modelos mentais, em contínua atualização entre os nossos constructos sociocognitivos e o texto (van Dijk, 2006a). A *cognição* é a propriedade base para a constituição de todos esses elementos, pois organiza a nossa capacidade de conhecer e de dar a conhecer, sendo que essa capacidade, ainda que individual, é socialmente compartilhada, por isso *sociocognitiva*.

Esses pressupostos me habilitam a situar a *(des)legitimação* como um fenômeno que emerge nas práticas públicas, constituída no âmbito social, resultante da ação de sujeitos reflexivos. Se estabelecer a *(des)legitimação* é uma ação humana (individual e coletiva), esta ação resulta de operações de natureza sociocognitivas; portanto o *processo de categorização* é um dos aspectos centrais para este trabalho.

A importância da discussão proposta é a possibilidade de investigar, a partir de práticas discursivas, como a autoridade e a legitimidade não apenas são criadas, reforçadas e questionadas no próprio discurso; mas também como elas são negociadas e disputadas socialmente. Sendo a *(des)legitimação* uma das mais importantes forças de sustentação da hegemonia liberal, é urgente a necessidade de discutirmos as suas complexas formas de estabelecimento.

A escolha pela análise do *discurso (des)legitimador* da imprensa em relação ao caso de Eldorado dos Carajás se deve à sua relevância social. O massacre mobilizou vários setores da sociedade, no Brasil e no exterior, e, mesmo após uma década, continua tendo cobertura nos jornais e vários desdobramentos jurídicos.

As reflexões aqui apresentadas me levam a considerar alguns problemas de pesquisa. Tomo como central para este trabalho a seguinte questão: *quais as ações linguístico-cognitivas envolvidas no processo de elaboração do discurso (des)legitimador? Como essas ações resultam em discursos distintos sobre um mesmo episódio?* Essas indagações levam a outro problema de natureza heurística: *Como 'versões' se consolidam como um 'fato', algo dado, concreto, objetivo, quase que naturalmente constituído e legitimado?*

Ao analisar os textos publicados sobre o caso de Eldorado dos Carajás, podemos observar no discurso jornalístico duas possibilidades de categorização do episódio: *massacre* x *legítima defesa*. Militantes do MST, organizações não-governamentais, entidades de direitos humanos etc. categorizam a morte dos militantes dos sem-terra como um *massacre*. Para a Polícia, a Justiça e para os Governos Estadual e Federal, tratou-se de uma ação de *legítima defesa*. O que

pretendo investigar é a natureza das categorizações e as ações discursivas que resultam em versões tão distintas. Meu propósito é analisar os esforços cognitivo-discursivos desempenhados pelos atores/grupos sociais para construir um ‘fato’, pois entendo que são os discursos que transformam um evento em um ‘fato’. Um ‘fato’ é um trabalho discursivo, não um dado *a priori*.

De maneira mais sistemática, tenho como *objetivo geral* investigar a constituição da versão predominante (ou da ‘verdade’) sobre o massacre em Eldorado dos Carajás, a partir das ações discursivas dos distintos grupos e atores sociais envolvidos no caso. A partir desse aspecto macro, desenvolvo meu estudo com propósitos específico de *i)* investigar a ação do domínio jornalístico na construção da (des)legitimação do massacre de Eldorado dos Carajás; *ii)* analisar as ações discursivas de categorização do jornalismo sobre Eldorado dos Carajás, a partir das suas atividades de articulação e reelaboração de outros discursos; e *iii)* analisar as relações estabelecidas pela imprensa entre as demais ações do MST e o caso de Eldorado dos Carajás.

Para elaborar essas questões, tomo como *hipótese de trabalho* que a legitimação serve, em última consequência, para consolidar grupos e ideologias dominantes, controlar o poder social e excluir grupos dissidentes, contrários ao *status quo*. Defendo que estabelecer a legitimidade é fazer com que *uma* verdade (a do grupo dominante) se consolide como *a* verdade, ou ainda como um modelo cognitivo predominante. Como toda hipótese, trata-se de uma pressuposição, um posicionamento assumido, ao qual me proponho, ao longo da investigação, analisar sua validade.

Entretanto, é importante ressaltar que tais pressupostos são elaborados a partir da *minha* perspectiva sobre o caso investigado. Mais: eles são posicionamentos críticos, ideologicamente orientados. Negar esses aspectos seria negar o meu esforço em desenvolver uma investigação fora do paradigma positivista. Assim como não acredito em imparcialidade e neutralidade no discurso jornalístico, também não o faço em relação ao domínio acadêmico. Na essência de tudo está o processo de construção de significações – ou de semiotização. Enfim,

tudo são discursos e perspectivas de observação. Dessa forma, o mito da objetividade não mais se sustenta em um paradigma de ciência no qual o princípio básico é o de que a produção do conhecimento se dá entre sujeito-sujeito, não entre sujeito-objeto (Santos, 2003).

Minha abordagem sobre o discurso do domínio jornalístico é fundamentada, principalmente, nos trabalhos de Chomsky, 1999; Halloran *et al.* 1970; van Dijk, 1991. O ‘risco da dúvida’ se mostrou bastante positivo, ao longo desta investigação, ao descobrir, por exemplo, peculiaridades sobre a prática jornalística não exploradas em trabalhos anteriores. Cito, especificamente, um aspecto abordado sobre as representações sociais, a partir de uma linha contínua entre protótipos e estereótipos, sendo essas representações de natureza instável e sujeita a interferência da sociedade na cobertura jornalística.

Situo este estudo como de natureza mais heurística do que hermenêutica. No tratamento dos dados, pretendo observar as diferentes ações discursivas, tomando uma macrocategoria como guia para a análise das demais categorias analíticas. Essa distinção não trata de uma ‘hierarquização’ dos dados, mas sim de uma observação mais aprofundada das ações discursivas.

Como macrocategoria de análise, apresento os ‘*frames* de cobertura’. Estes *frames* consistem nos distintos enfoques identificados no *corpus*, durante os dez anos de cobertura sobre o massacre de Eldorado dos Carajás (1996 a 2006). É a partir desses *frames* que discuto o funcionamento dos aspectos linguístico-discursivos. Essa macrocategoria resulta de recortes observacionais do *corpus* e dá conta de investigar como ocorreram os processos de interação entre imprensa e sociedade, enfatizando o aspecto cognitivo do discurso.

É importante esclarecer, desde agora, que o termo *frame* é adotado seguindo dois desdobramentos: i) como categoria analítica, na qual não remeto a uma referência teórica específica, mas seguindo uma noção-base sobre *frames*: elementos cognitivos que guiam a compreensão e a própria interação social; ii) entretanto, também trato *frame* como um conceito, mas sem aprofundar a discussão sobre as suas distintas linhas. Nesse caso, uso o *frame* como um contra-

ponto para uma outra noção que apresento ao longo do trabalho, a de *reframing*. Investigar as variações de enfoque na cobertura jornalística sobre Eldorado dos Carajás implica examinar o contínuo processo de *frame-reframing* sobre o episódio e, conseqüentemente, as atividades de categorização e (des)legitimação do massacre.

A discussão teórica sobre *frame-reframing* tem como base a proposta de Lakoff (2004:xv), que situa *frames* como “estruturas mentais que moldam a forma como vemos o mundo”. Neste sentido, *frames* são unidades conceituais. Em uma análise da mídia, o autor identifica que ocorrem várias mudanças de cobertura sobre um mesmo tema, a partir da reconceitualização, ou *reframing*. Na sua proposta, é o processo de *reframing* que propicia a mudança social, e isso ocorre a partir de um amplo esforço cognitivo dos distintos grupos sociais para a mudança de modelos cognitivos.

Compõe o *corpus* ampliado da pesquisa todos os textos dos gêneros ‘notícia’, ‘nota de opinião’, ‘artigo de opinião’ e ‘reportagem’ publicados no jornal Folha de S. Paulo (FSP), durante a primeira década de cobertura sobre Eldorado dos Carajás. Primeiro é preciso esclarecer a necessidade de delimitar a pesquisa em apenas um jornal e, depois, justificar a escolha dos gêneros textuais. A opção por um jornal se deve, principalmente, ao objetivo desta investigação: busco uma análise que dê conta da construção histórica de uma versão contada sobre o massacre dos sem-terra. Para isso, faz-se necessário um *corpus* que não se caracterize pela diversidade de variáveis ideológicas, mas por um material que possibilite uma pesquisa profunda sobre os desdobramentos da história. Isso porque, ao longo dos dez anos, mudanças ocorreram na direção da FSP, no quadro de reportagem e, conseqüentemente, nos direcionamentos das coberturas.

A opção pelo jornal Folha de S. Paulo foi feita a partir de dois critérios: 1) seu alto índice de circulação no país, sendo o que melhor se caracteriza como um ‘jornal nacional impresso’, daí seu poder discursivo; 2) a FSP foi um dos poucos jornais que fizeram a cobertura *in loco* sobre o massacre. A maioria utilizou-se de textos fornecidos por agências de notícias, inclusive sendo uma delas a própria Folha.

Fazem parte do *corpus* ampliado de pesquisa todos os textos publicados durante os dez anos de cobertura sobre Eldorado dos Carajás. Os textos são selecionados a partir das suas distintas características, o que proporciona debates mais diversificados sobre as peculiaridades dos *frames* de cobertura. A delimitação também é necessária devido ao vasto número de textos que compõem o *corpus* ampliado – mais de trezentos. Por isso, a seleção do *corpus* restrito é uma tentativa de incluir nas análises as distintas características apresentadas em cada *frame*.

A partir da categorização por *frames*, também é possível analisar o discurso da imprensa não pelo aspecto quantitativo ou cronológico da cobertura, mas sim pelo desenvolvimento dos enquadres discursivos. Isso significa compreender que a atividade jornalística não é uma reprodução de fatos, mas uma ação constitutiva desse tal ‘fato’. A macrocategoria também serve para analisar as ações dos gêneros textuais nos diferentes *frames*.

A seleção dos gêneros textuais jornalísticos aqui contemplados foi realizada a partir das suas distintas características de organização e estratégias argumentativas. Nos gêneros ‘notícia’ e ‘reportagem’, é possível analisar o discurso da imprensa a partir do efeito de sentido da objetividade. Já no gênero ‘nota de opinião’ e ‘artigo de opinião’, a estratégia argumentativa é diferenciada, pois se supõe um texto jornalístico ‘abertamente’ opinativo. Entretanto, em minha análise, identifiquei outras estratégias retóricas de construção de sentido. No artigo de opinião, por exemplo, uma das estratégias se dá a partir de um ‘efeito opinativo’, ou seja, o discurso do colunista deveria ser a *sua* opinião sobre o assunto tratado. Entretanto, em vários casos, ele está reverberando o discurso do poder, a partir de elementos implícitos. O efeito de sentido é: a opinião do jornal opera como uma ação legitimadora do discurso das instituições do poder. Trago esse aspecto apenas para exemplificar a diversidade de construções de sentido, nas diferentes ações dos gêneros textuais.

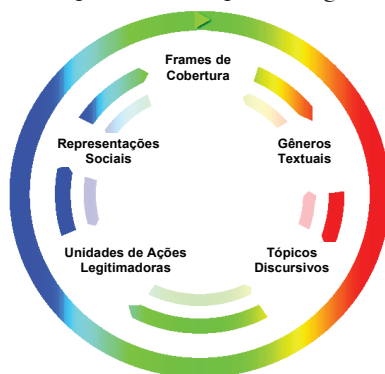
Analisarei o discurso da imprensa a partir de uma dinâmica que busca identificar os elementos cognitivos e linguístico-discursivos que operam no processo de interface entre os macroaspectos (contexto social) e o ‘mundo textual’. As-

sim, desenvolvo um estudo que engloba elementos discursivo-cognitivos, textuais e semânticos. E, a partir desses aspectos, observo a macroação da imprensa na interferência dos processos jurídicos, dos posicionamentos de governos e nas mobilizações sociais, ou seja, nos aspectos de ordem social e política. É importante ressaltar que compreendo esse processo também em sentido contrário, ou seja, os grupos sociais e políticos interferem na construção do discurso da imprensa. E isso é mais um ponto de investigação em minhas análises.

Outro aspecto relevante a ser esclarecido sobre este esquema de trabalho é que as categorias não são entendidas como unidades isoladas e estanques na construção do discurso (des)legitimador. Pelo contrário. Elas se inter-relacionam e operam conjuntamente na elaboração textual. Especificar tais elementos é mais uma necessidade metodológica, pois nos possibilita detalhar a natureza de cada uma delas.

Também é importante ressaltar que a construção do texto está irremediavelmente atrelada aos ‘modelos de contexto’, sendo que estes operam em distintos momentos da elaboração textual, inclusive são anteriores à fala ou à escrita. No caso dos textos jornalísticos, isso pode ser construído nas entrevistas, nas leituras dos *releases* (textos informativos fornecidos por assessorias de imprensa), nas conversas com outros jornalistas etc. Esses elementos vão operar no momento em que o escritor elabora o seu próprio modelo para a construção textual.

Observemos esses aspectos no esquema seguinte:



Esquema 1: Dinâmica da construção do texto jornalístico

A Análise Crítica do Discurso: preceitos básicos do marco teórico

Os pesquisadores da Análise Crítica do Discurso (ACD) se alinham em um projeto de estudo básico: uma investigação discursiva não pode ser desenvolvida sem dar conta de aspectos *históricos*, *ideológicos* e de *relações de poder* (Wodak, 2003). Outro ponto convergente entre os analistas críticos do discurso é a investigação da constituição de fenômenos, e não apenas da sua interpretação ou explicação. Na ACD, desenvolvem-se pesquisas que buscam caminhos mais heurísticos que hermenêuticos, ou como definiu Wodak (2003:30): “não se trata só de descrever, explicar, mas de arrancar a raiz do problema”.

Assim, racismo, discriminação, marginalização são estudados a partir de sua *constituição discursiva*, e não apenas como fenômenos resultantes de estruturas sociais definidas. Pode-se dizer também, com as palavras de Marcuschi (2005b), que se trata de ‘escutar’ o problema que se está investigando, de dialogar com ele. E, a partir desse ‘diálogo’, não somente entender as ‘entranhas’ dos problemas e agir – criticando e denunciando as formas de dominação e poder que tendem a ser naturalizadas em sociedade –, mas também ser uma forma de resistência criativa, pois, ao conceber o poder e a dominação como fenômenos resultantes de complexas práticas sociais – entre elas a discursiva –, situam-se também no discurso as possibilidades de mudança ou de acomodação.

O projeto comum da ACD é, fundamentalmente, uma postura epistemológica sobre o ‘fazer científico’, propondo a ruptura com uma série de conceitos que ainda estão estabilizados sob o paradigma da ciência moderna, tais como ‘objetividade’ e ‘neutralidade’ (Santos, 2003; Kuhn, 1992). Defende-se, dessa maneira, o engajamento da prática acadêmica e a busca do diálogo com a sociedade para a construção do saber e para a mudança social.

O desenvolvimento dos trabalhos da ACD, entretanto, persegue caminhos distintos. As duas linhas teóricas que trato mais aprofundadamente são as propostas por Norman Fairclough e Teun van Dijk, tanto pela relevância dos trabalhos desses dois autores, quanto pela possibilidade de explorar, a partir das suas propostas de pesquisa, algumas questões epistemológicas fundamentais na

ACD³. Não pretendo fazer um apanhado detalhado dessas duas abordagens, mas sim buscar os fundamentos das duas perspectivas, a partir de alguns aspectos principais, entre eles o da *relação discurso ↔ sociedade*, assim como os conceitos de *ideologia, contexto, representação social e modelos mentais*. A opção por tal enfoque se deve, em primeiro lugar, pelo fato de esses conceitos serem definidores na distinção das duas linhas de pesquisa e, em segundo, pela relevância dessas noções para a abordagem cognitiva que busco desenvolver neste trabalho.

Assumo como base teórica para esta investigação a linha sociocognitivista desenvolvida por Teun van Dijk, dentro do marco teórico da Análise Crítica do Discurso. De acordo com van Dijk (2006a, 2000a), uma análise discursiva só dará conta das complexas relações entre prática discursiva e prática social se o aspecto sociocognitivo for tomado como uma interface entre essas duas práticas. Não se trata de propor mais uma vertente para as várias análises do discurso, nem mesmo algo que se opõe à ACD. A preocupação de van Dijk não é delimitar seu trabalho em uma linha fechada de investigação ou criar uma nova ‘escola’ para os estudos do discurso. Pelo contrário: o autor ocupa-se em ampliar o quadro teórico da ACD, levantando problemas e questões teóricas de natureza cognitiva, ainda deixadas de lado por boa parte dos analistas críticos do discurso, mesmo que várias pesquisas em outras áreas do conhecimento venham, cada vez mais, ressaltando a relação irremediável entre a cognição e as práticas linguísticas.

A própria investigação empírica do discurso vem exigindo respostas que têm sido ignoradas por muitos pesquisadores – tais como os distintos processos de compreensão e escrita de textos, bem como o problema do contexto para a elaboração textual. Essa necessidade resulta da própria complexidade da prática discursiva, que envolve performances cognitivas e conhecimentos linguísticos de escritores/falantes socialmente situados, em um contínuo processo histórico de formação. Essas questões são discutidas no segundo capítulo, em contrapon-

³ É importante ressaltar que, ao delimitar esta discussão sobre os trabalhos de T. van Dijk e N. Fairclough, não estou desconsiderando a importância dos demais pesquisadores da Análise Crítica do Discurso. A questão é que, de acordo com as reflexões que proponho desenvolver neste capítulo, esses autores apresentam marcos teóricos fundadores distintos para a ACD.

to à proposta da teoria sistêmico-funcional – que fundamenta a maior parte dos estudos da ACD.

No terceiro capítulo desenvolvo a minha proposta para o estudo do processo de (des)legitimação. É fundamental para esta investigação situar a (des)legitimação como uma atividade resultante das relações sociais, norteadas por modelos cognitivos, sendo o discurso uma das práticas que (des)estabiliza tal processo. Para dar sustentação a essa perspectiva, faz-se necessário um apanhado de distintas referências teóricas. Ao defender, primeiramente, que o discurso é constituído pela tríade sociedade-linguagem-cognição, e ao situar a (des)legitimação como um processo resultante dessa constituição, revela-se imprescindível desenvolver uma abordagem essencialmente interdisciplinar, estabelecendo um diálogo entre teorias sociais, discursivas, linguísticas e cognitivas.

No que diz respeito ao aspecto cognitivista, de forma ampla, assumo a perspectiva sociocognitivista. Isso significa entender a cognição como uma propriedade que se desenvolve para as (e nas) relações sociais (Tomasello, 2003). Para o desenvolvimento desta investigação, tenho como norte alguns aspectos das teorias de Lakoff (1987) – quando defende a natureza corporificada da mente – e de van Dijk (2006a, 2006b), que situa a mente a partir da sua constituição discursiva. Na construção deste quadro teórico, também é de extrema relevância situar qual *noção de língua* fundamenta a discussão: uma atividade humana para a organização do mundo, resultando em processos contínuos de *categorização* (Marcuschi, 2007b, 2003a; Mondada, 2000, 1997).

A teoria de Habermas (1996; 1999 [1973]) sobre legitimação é o ponto de partida para as minhas reflexões. Seguindo o autor, situo a construção da (des)legitimação na ‘esfera pública’, nas ações do discurso, e não apenas como uma ação atrelada às instituições do poder (Governos e Justiça). Esta investigação requer ainda uma teoria social, ou uma forma de compreender a constituição da sociedade. Assumo esse processo a partir da proposta de Giddens (2003), pela afinidade com a perspectiva aqui assumida sobre práticas linguísticas e performances cognitivas: fenômenos que se constituem em um contínuo proces-

so de estruturação, em uma relação de estabilidade-instabilidade, resultante da ação de ‘sujeitos reflexivos’.

No quarto capítulo apresento as categorias teóricas, as justificativas para a composição de tal quadro teórico-analítico, e como tais categorias operam na construção discursiva do fenômeno da (des)legitimação. O quinto capítulo é destinado às análises sistemáticas dos textos jornalísticos, a partir da macrocategoria ‘*frames* de cobertura’. Os objetivos dessas análises consistem em identificar os elementos discursivo-cognitivos e linguísticos que operam na interface discurso ↔ sociedade e, a partir daí, investigar o processo de (des)legitimação do massacre de Eldorado dos Carajás. O propósito desse quinto capítulo é apresentar uma análise global das análises desenvolvidas nos *frames*, sistematizando as considerações, e, assim, apresentar reflexões sobre o fenômeno investigado, a partir do discurso jornalístico. O sexto capítulo traz considerações finais deste trabalho.

17 de abril de 1996: massacre x legítima defesa

Para compreender os problemas teóricos levantados, faz-se necessário contextualizar o caso em estudo: o massacre de Eldorado dos Carajás. No dia 17 de abril de 1996, pelo menos três mil trabalhadores sem-terra participaram de uma manifestação, ocupando uma rodovia no Pará. Eles reivindicavam a desapropriação de um latifúndio improdutivo onde o MST montou o ‘Acampamento Macaxeira’.

A reação do Governo do Estado foi imediata, mas não em busca da negociação. O então governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), deu a ordem para a Polícia Militar desmobilizar o protesto e liberar a rodovia. Ao todo, 155 policiais irregularmente armados – de acordo com o relatório do Ministério Público – foram acionados para cumprir a ordem. Resultado: pelo menos 19 integrantes do MST foram assassinados e nenhum policial ficou gravemente ferido.

Nesses dez anos, três julgamentos foram realizados, com várias irregularidades jurídicas. Foram condenados apenas os dois comandantes responsáveis

pela operação: o coronel Mário Pantoja e o major Oliveira. Nenhum policial foi condenado. Em outubro de 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) concedeu *habeas corpus* para os dois comandantes, que estão atualmente em liberdade. O dia 17 de abril foi declarado pela Via Campesina como ‘Dia Internacional da Luta Camponesa’. No Brasil, desde 2002, essa data passou a ser oficialmente o ‘Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária’.

As categorizações *massacre x legítima defesa* dão conta das duas versões predominantes sobre as mortes em Eldorado dos Carajás. Os discursos dos Governos Federal, Estadual e da Polícia Militar (PM) seguem a mesma linha argumentativa: os sem-terra são os culpados pelas próprias mortes, pois estas resultaram de uma ação ‘necessária’ e em legítima defesa dos policiais militares para conter a ‘manifestação’ e as agressões do MST.

No discurso dos sem-terra, houve um massacre de trabalhadores rurais. Segundo o MST, a ação da PM foi premeditada e as mortes de alguns sem-terra planejadas – entre os assassinados durante o massacre, muitos eram líderes do movimento. Na versão do MST, a agressão foi iniciada pela polícia. Minha proposta é analisar o tratamento da mídia diante dessas duas categorizações e investigar as estratégias de (des)legitimação desses discursos.

Jornalismo e Movimentos Sociais: poder e contrapoder na luta pela (des)legitimação

Neste estudo trato basicamente de duas forças sociais. Uma que se estabelece em relação de sustentação com as forças do *status quo*: o Jornalismo. Outra que, em seus fundamentos, se posiciona contrariamente a tais forças, historicamente em situação de conflito com o poder: o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Nesta pesquisa, essas duas forças estão colocadas em relação de interação, daí a necessidade de tratar das suas especificidades, ainda que não de forma aprofundada, pois isso iria requerer um trabalho de natureza Sociológica, o que não é o objetivo. Situo apenas as características dessas duas

distintas práticas sociais para, assim, melhor entendermos como se estabelecem as suas forças e as suas relações em sociedade.

No que diz respeito ao Jornalismo, entendo que sua característica básica é ser um domínio articulador dos discursos dos demais domínios e grupos sociais. Sendo que, ao articular esses discursos, o jornalismo os reelabora e constrói o seu próprio discurso, operando fortemente na construção das ‘versões de mundo’. De acordo com Hallloran *et al.* (1970), é de extrema relevância a investigação deste domínio. De forma geral, os jornalistas têm uma postura pouco colaborativa quando se trata de tal investigação e resistem em refletir sobre as críticas trazidas por outras áreas do conhecimento – Linguística, Sociologia, História, Ciência Política etc. Para Hallloran *et al.* (1970), devido às condições de suas práticas cotidianas, os jornalistas estão em envolvimento e identificação com o *status quo*, por isso eles consideram que não vale a pena perder tempo, esforço e dinheiro para ‘identificar o óbvio’.

Os jornalistas não se dão conta de que, para a maioria das pessoas, a forma como as notícias são selecionadas e apresentadas é tudo menos o óbvio, e que várias explicações deveriam ser dadas sobre essa prática. Tampouco eles aceitam o fato de que seus próprios conhecimentos e compreensão sobre a produção da notícia podem não ser completos. O fato de o jornalismo ser um domínio que critica a todos os outros, mas não se deixa criticar – já que controla os discursos que circulam nos veículos de comunicação –, coloca-o em situação privilegiada em relação às demais instituições, mesmo as que fazem parte do poder.

Para Habermas (2002:218), a estruturação como empresas – e, portanto, com interesse comercial – fez com que os meios de comunicação se tornassem “pórtico de entrada de privilegiados interesses privados na esfera pública”. Ao invés de dar publicidade às questões que efetivamente teriam interesse público para que pudessem ser trazidas e submetidas a um debate racional, a imprensa passa a dar publicidade à posição de alguns grupos (os patrocinadores), que, assim, buscam criar um clima de opinião, o que é qualificado pelo autor como manipulação.

Na via contrária dessas relações de força estão os movimentos sociais (MS): são organizações não-formais, com amplo envolvimento dos seus integrantes, agindo sistematicamente contra o abuso de poder e a desigualdade social e reivindicando mudança política. São movimentos ideologicamente orientados e estão envolvidos com a solidariedade e o compartilhamento de crenças entre os participantes (Oberschall, 1993). Segundo Della Porta e Diani (1999), a identidade coletiva é um aspecto crucial para a caracterização dos movimentos sociais. Não são colisões, pois estas têm caráter específico e não envolvem compartilhamento de identidades.

Dessa definição, chegamos ao que efetivamente caracteriza o MST. Trata-se de um movimento social, e não de um grupo, como tende a ser tratado pela mídia. E nisso reside uma diferença conceitual: grupos (ou comportamentos coletivos) não são organizados ideologicamente e suas ações têm objetivos bastante específicos e situados, tais como movimentos de bairro, protestos contra violência, reivindicações de infraestrutura para a cidade. Ou seja, os grupos se organizam para manifestações coletivas de cidadãos, exercendo seus direitos constitucionais, reivindicando algo. Não são frequentes e usuais. Já os movimentos sociais são em larga escala, coletivamente financiados para promover a resistência ou a mudança de questões que afetam a vida de muitos. São construções históricas da articulação de atores sociais em situação de exclusão ou discriminação social (movimento feminista, movimentos étnicos etc.).

Assim, em resumo, a partir de Della Porta e Diani (1999), conclui-se que, apesar de ambos serem formas de ações coletivas, os movimentos sociais e os comportamentos coletivos (ou de grupos) possuem naturezas distintas. Os comportamentos coletivos resultam de interações. Não são a soma de várias ações individuais, mas sim o produto de interações, percepções mútuas e expectativas chamadas 'interações estratégicas'. Já os movimentos sociais, surgem como uma reação para a mudança ou para uma política que negativamente afeta os interesses e a forma de vida de muitas pessoas.

Após essas delimitações entre as práticas do Jornalismo e dos movimentos sociais, parece-me relevante o estudo da estereotipização dos MS, a partir do caso específico do MST, e da ação da imprensa nesse processo. Entendo, entretanto, que distintos grupos da elite – que não só o jornalístico – agem na deslegitimação das lutas e das reivindicações desses movimentos. Dessa relação, talvez seja possível explicar por que o discurso desses grupos é preferencialmente legitimado pelo Jornalismo, enquanto que os integrantes do MST estão em constante luta pela legitimação dos seus discursos.

Em sua trajetória histórica, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surge da reunião de vários movimentos populares de luta pela terra e vem reivindicando reforma agrária no Brasil desde janeiro de 1984, quando define a necessidade de ocupação como uma ferramenta legítima de ação. A partir da Constituinte de 1988, os sem-terra reafirmam sua autonomia, definem seus símbolos, bandeira e hino. Com esse aparato simbólico, o movimento passa a ter mais inserção social, principalmente após o II Congresso do MST, em Brasília, que resulta da expansão do movimento nacionalmente.

Após o massacre de Eldorado dos Carajás, a sociedade se mobiliza ainda a favor do MST. Essa movimentação não passa despercebida e resulta, conforme analisamos no nosso *corpus*, em uma resposta sintomática da elite brasileira em um processo de criminalização do movimento. A imprensa, como uma das instituições da elite, opera fortemente nesse processo, a partir de uma cobertura estereotipada e preconceituosa.

Por fim, é importante enfatizar algumas questões de ordem teórica e política que norteiam este trabalho. Ao defender que, em grande parte, é pelo discurso que crenças e atitudes se estabelecem em sociedade, entendo que a análise do discurso pode servir como uma desconstrução do que se tem como estabelecido.

Analisar discursos é desfazer ‘a’ realidade e propor um mundo constituído por realidades distintas, sendo essas realidades socialmente construídas e historicamente estabelecidas. Um mundo que construímos pela força da pala-

vra. Analisar discursos é prescindir do conforto de um lugar estabilizado, dado, concreto e assumir o trabalho cotidiano da (re)invenção, assumir a fluidez, o risco e a responsabilidade por esse mundo. Assumir a nossa condição de sujeitos reflexivos (Giddens, 2003), de agentes críticos. Analisar discurso é uma forma de trazer para o campo do *social* o que tende a ser *naturalizado*. É mostrar que verdades são crenças. E que estas são construídas em relações de forças e, assim, desnaturalizar poderes.

Com essa consciência, faço desta investigação um ato de solidariedade com os que são sistematicamente excluídos do processo de construção social.

2. A Análise Cognitiva do Discurso⁴



A proposta de uma Análise Cognitiva do Discurso (AD Cognitiva) tem um princípio fundamental: a cognição opera na interface da relação entre discurso e sociedade (van Dijk, 2006a, 2006b, 2000a). O objetivo deste capítulo é desenvolver as questões teóricas que envolvem essa abordagem, assim como situar os aspectos fundamentais que distinguem esse projeto dos que vêm sendo desenvolvidos dentro da Análise Crítica do Discurso (ACD), como o proposto por N. Fairclough (2001, 1995, 1992), com base no modelo da Linguística Sistêmico-Funcional (LSF). A relevância de discutir os aspectos teóricos da LSF deve-se à forte influência desse modelo no desenvolvimento dos estudos discursivos da ACD.

É importante ressaltar, desde o início, que a proposta de uma AD Cognitiva não resulta simplesmente de uma articulação entre as teorias discursivas e cognitivas, nem tampouco se trata de uma abordagem psicológica do discurso. Mas antes, consiste em uma mudança de perspectiva acerca da natureza de como se percebe a relação discurso ↔ sociedade. Não há consenso entre os teóricos sobre esse processo de intermediação, pois se em algumas linhas de pesquisa o discurso é entendido como o elemento mediador entre texto e prática social (Fairclough 2001b); em outras, como na perspectiva cognitivista, a intermediação é compreendida a partir de uma interface cognitiva.

⁴ Agradeço a Medianeira Souza a leitura atenciosa e as importantes contribuições para este capítulo.

Não trato aqui de toda a complexidade das questões que envolvem a linguística sistêmico-funcional, que já vem sendo aplicada há mais de 30 anos, ou mesmo esgoto a diversidade e a vastidão teóricas que hoje compõem o quadro das ciências cognitivas. Vários trabalhos já foram realizados com esses propósitos (Gardner, [1985] 1995; Eggins, 1994; Kress, 1976). A minha preocupação consiste em discutir aspectos específicos que servem para o desenvolvimento desta investigação. Pois, ao situar que o processo de (des)legitimação se estabelece a partir de estruturas conceituais complexas – sendo estas estruturas elaborações cognitivas que emergem das distintas práticas públicas, e constituem essas práticas –, faz-se necessário desenvolver uma análise discursiva que leve em conta aspectos sociocognitivos.

A base para as reflexões aqui apresentadas são os trabalhos de T. van Dijk, mais especificamente quando trato sobre a AD cognitiva e sobre a LSF – na linha de Halliday (1978) – e, de forma mais ampla, os estudos desenvolvidos a partir do que se estabeleceu como o ‘compromisso cognitivista’, de natureza essencialmente sociocognitivista, tal qual proposto por Tomasello (2003), bem como os trabalhos de Lakoff & Johnson (1999) e de Lakoff (2004, 1990).

O Tridimensionalismo de Fairclough e a Tríade de van Dijk: a mediação discursiva e a cognição na Análise Crítica do Discurso

Fairclough (2001a, 1995, 1992) entende que a ação discursiva na construção dos significados do mundo dá-se a partir de uma relação dialética entre o social e o simbólico, entre os indivíduos organizados em grupos (sociedades) e os símbolos organizados em significados ideológicos (linguagens). Para Fairclough (2001a), essa relação se constitui e é constituída (como um caminho de via dupla) tridimensionalmente pelo *texto*, pela *prática discursiva* e pela *prática social*.



Figura 1: Concepção tridimensional do discurso (Fairclough, 2001:101).

Fairclough (2001a, 1995, 1992) desenvolveu seu modelo influenciado pela perspectiva sistêmico-funcionalista de Halliday, articulado ao conceito foucaultiano de ‘ordens do discurso’ e, embora sem aprofundar sistematicamente, com uma base marxista. No que diz respeito às considerações que pretendo aqui desenvolver, o objetivo é aprofundar o debate sobre a influência da LSF na proposta de Fairclough, especificamente quando se trata do aspecto sociocognitivo, já que para Halliday (1978) o que existe é uma externalidade absoluta, sendo o social colocado em relação dicotômica com o mental. Essa questão é relevante para discutir o conceito de ‘representações sociais’ em Fairclough, já que estas não são entendidas pelo autor como elaborações cognitivas. É importante ressaltar, desde agora, que não se trata de criticar Fairclough por não desenvolver uma análise cognitiva do discurso, o que, de fato, não é sua proposta de trabalho, mas sim por pouco considerar a dimensão cognitiva da prática discursiva.

Van Dijk (2006a, 2006b, 2000a) propõe a linha sociocognitiva na Análise Crítica do Discurso, com base na tríade *discurso, cognição e sociedade*. Para o autor,

é impensável uma teorização social sem os aspectos cognitivos, assim como uma teoria cognitiva sem uma teoria social. Van Dijk (2006a) defende que *uma análise cognitiva não exclui uma análise social*, pois sociedade e cognição estão em relação constitutiva.

Essa compreensão pressupõe dois conceitos fundamentais: *i)* a cognição é uma propriedade desenvolvida individual e socialmente, pois é adquirida, aprendida, formada e transformada tanto em processos de interações sociais, como em processos individuais de percepção, inferenciação etc.; *ii)* a sociedade é uma construção humana e resulta de interações coordenadas e negociadas entre atores sociais. Essas interações só podem ser realizadas a partir de crenças, conhecimentos, normas e valores compartilhados. Isso requer atores cognitivos, capazes de desenvolver tais elaborações (sobre si mesmos) e atribuí-las aos outros (outros grupos sociais). Se essas elaborações são de natureza cognitiva, sua função, entretanto, é de ordem social: elas possibilitam a *interação*. Isso quer dizer que interagimos porque compartilhamos os mesmos sistemas de crenças, que são os nossos conhecimentos. E esses conhecimentos não são totalmente sociais, já que alguns estão relacionados às nossas experiências individuais e biográficas, mesmo que esse processo de construção seja intrinsecamente social.

Desses conceitos, pode-se discutir outro: a noção de sujeito – ator social – em van Dijk. Mesmo que essa noção não seja desenvolvida em sua obra, como se ocuparam autores da linha francesa da AD, ela não é ignorada. É que o ator social se constitui na relação intrínseca entre a sociedade, a cognição e a prática social (entre ela, a prática discursiva). Dessa forma, é possível falar de uma noção de ‘sujeito cognitivo’: um agente reflexivo, crítico, que se forma (e é formado) nas interações sociais.

Assim, passo a tratar mais especificamente sobre o que van Dijk (2006b) denomina como *interface*: por um lado, os atores implicados no discurso não usam exclusivamente suas experiências e estratégias individuais; por outro lado, os discursos não são formados em uma externalidade absoluta denominada ‘social’, mas são construídos a partir de *marcos coletivos de percepção* – o que o

estudioso define como *representações sociais*. Essas percepções socialmente compartilhadas constituem o vínculo entre o sistema social e o sistema cognitivo individual, coordenando as exigências externas das ações interativas com a experiência subjetiva. É disso que trata a relação constitutiva: uma compreensão de cognição e de discurso como propriedades de natureza social, que se formam a partir de elaborações de atores cognitivos, críticos e reflexivos. Desse modo, faz-se necessária uma AD que opere a partir dessa compreensão e, assim, possa dar conta de vários aspectos das estruturas discursivas que uma perspectiva não-cognitivista não consegue (por exemplo, a construção de textos distintos partindo de um mesmo tema, as distintas inferências que leitores/ouvintes realizam no processo de compreensão de um texto etc.).

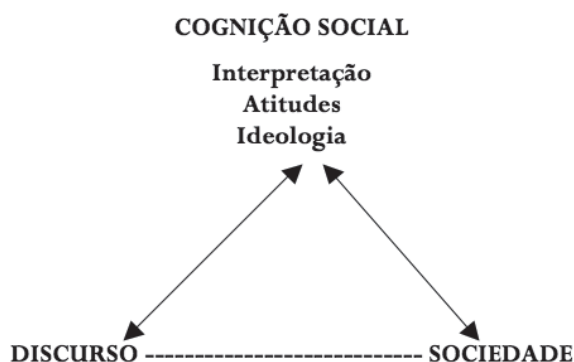


Figura 2: A Tríade da Análise Cognitiva do Discurso

Pela proposta de van Dijk (2000b), os três vértices desse triângulo (figura 2) estão vinculados, por isso não é possível dar conta dos aspectos cognitivos sem compreender que os conhecimentos e crenças são adquiridos e repassados discursivamente, em contextos sociais. Segundo o autor, qualquer tentativa de excluir uma das partes da figura resulta em uma análise reducionista, pois esses três elementos não são independentes.

Trata-se de uma perspectiva teórica que busca, primeiramente, superar a dicotomia *externo x interno*, como também desenvolver uma análise discursiva que não estabeleça o social como a ‘causa’ para todas as coisas, em uma relação determinística. Se estamos sob um paradigma de ciência em que não cabe mais um subjetivismo absoluto, também há uma tentativa de superação do enfoque totalmente externalista das ditas ‘teorias sociais’ e ‘funcionalistas’. Como definiu Sanders (2005), trata-se de buscar perspectivas alternativas para as teorias ‘neo-behavioristas’, que pressupõem uma total externalidade no fundamento do comportamento humano, e só analisam esse comportamento como ocorrências com base institucional/social⁵.

A Formação do Quadro Teórico de Norman Fairclough: os fundamentos epistemológicos da Linguística Sistêmico-Funcional e a Teoria Crítica

O trabalho de Fairclough (2001a, 1995, 1992)⁶ é desenvolvido a partir de articulação do conceito de discurso foucaultiano, com o modelo sistêmico-funcional da escola de Halliday, assim como estudos sociológicos, principalmente os desenvolvidos na tradição da Teoria Crítica da *Escola de Frankfurt*. Acredito que Fairclough adota uma postura dialética na construção do seu próprio quadro teórico, ao articular distintas perspectivas – inclusive agregando diferentes vertentes das AD’s. Essa postura de Fairclough, além de ser dotada de um senso mais colaborativo na construção do conhecimento, resulta em uma linha de investigação com mais possibilidades de proposições, tendo em vista que a sua preocupação principal não é, necessariamente, a ruptura com teorias estabelecidas. Diferentemente do início dos estudos discursivos, nos quais a construção das propostas teóricas se deu a partir de rupturas com conceitos

⁵ Para Sanders (2005), a proposta de Goffman (1967) tem sido a base fundamental para essas teorias neo-behavioristas.

⁶ É preciso enfatizar que estou tratando da formação do quadro teórico de Fairclough, por isso discuto as obras iniciais. Alguns desses aspectos já foram reformulados pelo autor, inclusive com a ampliação do modelo tridimensional proposto em *Discurso e Mudança Social* (2001)

predominantes na Linguística, ou mesmo com investigações desenvolvidas em outras áreas, como a Sociologia e a sua análise de conteúdo (Possenti, 2004).

Para se inserir como uma linha de pesquisa, a Análise do Discurso precisou romper com noções estabelecidas na Linguística sobre *língua*, *sujeito*, *texto* e, assim, propor a necessidade de articular os estudos do discurso com abordagens históricas, sociais e psicanalíticas. Em suma, a AD tinha esta proposta: “uma língua polissêmica e opaca, com características ainda mais notáveis em textos: a de um autor que dizia sempre mais, menos ou outra coisa em relação ao que queria dizer (em virtude dos efeitos da ideologia, do inconsciente); e a das condições de produção com ingredientes contraditórios” (Possenti, 2004).

Essa movimentação de ruptura, contudo, deve ser entendida em uma perspectiva histórica. O movimento da Linguística para os estudos discursivos iniciou na década de 1970, com a proposta de uma ‘linguística crítica’, desenvolvida por um grupo de estudiosos na Grã-Bretanha (Fowler *et al*, 1979). Assim, passou-se a articular os estudos linguísticos a elementos das teorias sobre ideologia; aos estudos funcionalistas de Halliday (1978) e Halliday & Hasan (1989), nos quais a língua é entendida como uma potencialidade para significar, não como um sistema de regras; e à noção de sujeito, construída a partir de forte influência da Psicanálise, a partir das discussões sobre o inconsciente e, afastando-se assim, da concepção do ‘sujeito autônomo’ proposta pelos primeiros estudos da Pragmática. É a partir desse quadro que se iniciam as ramificações nos estudos do discurso e as rupturas às quais se refere Possenti (2004).

A ACD, com forte influência da Linguística Crítica, sistematiza suas propostas em meados da década de 1980, quando a Linguística já se inspirava em outros pressupostos teóricos, e assim as noções estruturalistas não eram mais o paradigma, pelo menos no que se refere aos estudos textuais, e, principalmente, às concepções de *língua* e de *sujeito*. Daí a possibilidade de construir um quadro teórico articulando várias concepções – vindas da própria Linguística, da Sociologia e das teorias sobre ideologia – e, assim, ao invés de promover rupturas, propor caminhos diferenciados para os estudos que já estavam sendo desenvolvidos.

A busca dos teóricos da ACD era por um equilíbrio entre os enfoques demasiadamente linguísticos, como no trabalho de Zellig Harris, e os que davam grande ênfase aos estudos ideológicos, como em Althusser (apud Fairclough, 2001a), sem grandes preocupações com o estudo do texto. A busca por um quadro teórico no qual questões de ordem linguística, discursiva, social, histórica e ideológica tivessem não só a mesma ênfase, mas fossem trabalhadas de forma articulada, foi a motivação para o desenvolvimento do que veio a se estabelecer como a Análise Crítica do Discurso.

Havia outro ponto também crucial para esse empreendimento: as duas principais linhas que se formaram na Análise do Discurso (denominadas: anglo-saxônica e francesa) tinham uma visão estática de sociedade, “com ênfase exagerada no papel desempenhado pelo amoldamento ideológico dos textos linguísticos na reprodução das relações de poder existentes” (Fairclough, 2001a:20). Para a ACD, a importância da análise discursiva deve ser a investigação (como um método) da mudança social e a reivindicação dessa mudança (Fairclough, 2001a).

A formação do ‘quadro teórico’ da ACD tem uma forte influência dos estudos de Foucault. O conceito de discurso se popularizou e passou a fazer parte do norte investigativo dos trabalhos desenvolvidos na área das humanidades por causa dos estudos foucaultianos. Sua contribuição na teoria social do discurso está relacionada a questões tais como discurso e poder; a construção discursiva de sujeitos sociais e do conhecimento; e do funcionamento do discurso na mudança social (Fairclough, 2001a). Se essas são questões fundadoras na ACD e trazem a acepção sociológica para os estudos discursivos, elas não contemplam o projeto de estudo almejado por Fairclough (2001a) e outros teóricos da ACD. Para Fairclough (2001a), faltava à proposta foucaultiana uma perspectiva de análise textual, o que o autor definiu como uma ‘abordagem abstrata do discurso’. Daí o autor seguir a proposta de Courtine (apud Fairclough, 2001a:62): “pôr a perspectiva de Foucault para funcionar”.

Isso implica uma base teórico-metodológica que leve em conta não só os aspectos sociais (ideologia, sociedade), mas também o modo como tais aspectos encontram-se manifestos em um texto e como podem ser analisados a partir das escolhas linguísticas, sejam estas de ordem sintática ou semântica. Tomando por base essa busca por uma ‘funcionalidade’ na teoria sociológica do discurso, Fairclough (2001a, 1989) fundamenta sua proposta na linha hallidayana. Alguns conceitos da LSF e um breve histórico são fundamentais para o entendimento dessa relação. Antes, é importante contextualizar uma questão: a discussão que trago para este trabalho está centrada no início dos estudos da LSF, na proposta como foi lançada por Halliday.

Ao desenvolver alguns aspectos da sua proposta sistêmico-funcionalista, Halliday (1978) parte de duas principais influências: o linguista (e seu professor) JR. Firth e o antropólogo B. Malinowski, sendo o trabalho deste último a base dos dois linguistas para tratar sobre contexto em suas teorias. A história sobre os fundamentos e o desenvolvimento da LSF já foi bastante contada (Eggins, 1994; Kress, 1976), e não é meu objetivo recontá-la aqui. Tampouco pretendo discutir os distintos desdobramentos do funcionalismo que temos atualmente, com algumas linhas de investigação que já discutem o aspecto cognitivo em seus estudos (ver Cunha, 2011; Halliday & Matthiessen, 2009). O ponto que quero tratar diz respeito ao que Halliday estipulou, em linhas gerais, como a sua ‘delimitação teórica’. Assim, as reflexões ora desenvolvidas são de ordem epistemológica, centrada em conceitos fundadores da teoria hallidayana.

Kress (1976) e Miguel (1998), em seus trabalhos sobre a história da LSF, apontam que Halliday assume uma postura ‘radicalmente social’, como um dos seus princípios fundadores. Essa postura, em parte, é uma tentativa de balancear os estudos da época, desenvolvidos sob forte influência do modelo mentalista de Noam Chomsky. Para se opor ao mentalismo, Halliday prefere deixar em segundo plano a investigação da mente, ou mesmo das propriedades cognitivas do indivíduo, optando por uma teoria que dê conta apenas do ‘observável’. Segundo o autor, “a língua é parte de um sistema social, e não há necessidade de se

interpor um nível psicológico de interpretação (Halliday, 1978:39)”. É sob esse preceito que Halliday situa a Linguística como uma espécie de subdisciplina da Sociologia e da Semiótica (Halliday & Hasan, 1989), sem aceitar a relevância da Psicologia nos estudos linguísticos.

É importante trazer para esta discussão o contexto histórico em questão: no período em que emerge o modelo teórico sistêmico-funcionalista (década de 1970), o grande embate era travado entre *mentalistas* e *behavioristas*. Nesse cenário, as exposições de Chomsky (Gardner, [1985] 1987) sobre a teoria gerativista foram determinantes para que o projeto do behaviorismo ficasse de lado. Em linhas gerais, a tradição behaviorista era estratégica: ao invés de analisar a consciência e os estados mentais, os behavioristas acreditavam que fariam mais progresso na psicologia concentrando-se nos atos de homens e mulheres (inicialmente, essa observação era feita com outros animais), bem como nos estados observáveis dos indivíduos e seus ambientes, aos quais os atos podiam ser legitimamente relacionados (Homans, 1999). Dessa maneira, os estudos deveriam ser direcionados à observação e descrição do comportamento humano, a partir de meios controlados.

O behaviorismo se desenvolveu em distintas correntes, com reformulações, inclusive, que atualmente orientam linhas de pesquisas denominadas de ‘pós-behaviorismo’ (Homans, 1999), ou o que alguns autores chamam de ‘neo-behaviorismo’ (Sanders, 2005; Flower, 2004). Entretanto, a discussão que proponho está centrada na tradição behaviorista, que trata dos primórdios dessa escola, iniciada por J.B. Watson, aperfeiçoada em seguida por Skinner. De acordo com Homans (1999), ao estudar uns poucos impulsos característicos, aos quais grandes números de operantes específicos podiam ser associados pelo condicionamento, “Skinner deu inconscientemente a visão de *tábula rasa* do comportamento (1999:99)”. Segundo essa metáfora, a psique dos animais é uma página em branco na qual o condicionamento escreve todo tipo de conhecimento.

Já os teóricos das ciências cognitivistas defendem que os seres humanos contam com certos dispositivos cognitivos desde o nascimento, ou seja, características inatas da espécie humana. Essa teoria inatista de Chomsky para a

aquisição da língua é elaborada como uma alternativa ao modelo behaviorista de comportamento condicionado (estímulo-resposta) da tradição behaviorista. Entretanto, conforme observa Edwards (1997), esse caminho contrário proposto pelos mentalistas – ao invés do estudo do comportamento, do exterior, estuda o interior, a mente – reproduz o mesmo conceito mecânico de mente (como o *input-output*) do behaviorismo. Assim, se para Skinner mente é comportamento, por isso observável apenas nos estudos comportamentais, Chomsky entende o comportamento (a performance, a fala etc.) como opaco e incoerente, o que leva à proposta chomskyana de que as regras e as representações mentais é que são possíveis de serem analisadas, e não o comportamento, ou muito menos o discurso.

A resposta ao predomínio do empreendimento gerativista resulta em teorias neo-behavioristas. De acordo com Sanders (2005), esse novo tipo de behaviorismo não supera o empirismo radical dos seus antecessores, uma vez que continua a ignorar a natureza cognitiva dos sujeitos, e não passa de uma observação microsociológica do comportamento humano. Tal perspectiva se assemelha bastante às teorias radicalmente funcionalistas, pois, ao se situar como ‘social’, desconsidera que o uso⁷ da língua não pode ser dissociado das habilidades cognitivas dos seus falantes. Para esses funcionalistas, não há a possibilidade de entender os aspectos mentais a partir de sua natureza social (Condor e Antaki, 2000), preferindo-se supor a possibilidade de estudar ‘sujeitos sem mentes’, como já observou van Dijk (2006a).

Em sua ‘opção pelo social’, por exemplo, Halliday dicotomiza as relações *indivíduo x social*; *exterior x interior*, tratando-as como níveis diferenciados. Desse modo, o linguista situa seus estudos na ‘exterioridade’ ou, como prefere definir, na ‘funcionalidade’. Essa distinção está demarcada nos termos através dos quais Halliday designou as duas perspectivas concernentes a uma abordagem socio-funcional de língua: a *intra-orgânica* (relação indivíduo/língua) e a *interorgânica*

7 Tomo o termo *uso da língua*, tão difundida entre os funcionalistas, com restrições. Marcuschi (2004b) já alertou sobre os problemas de adotar esse termo, pois remete a um conceito instrumentalista de língua. Em uma perspectiva sociointeracionista, por exemplo, dá-se preferência à noção de *práticas linguísticas*.

(relação língua/sociedade). Na primeira, a língua é entendida como “o meio pelo qual um ser humano adquire uma personalidade, como consequência de pertencer a uma sociedade e de ocupar determinados papéis sociais” (Halliday, 1978:14). Essa perspectiva está baseada nas relações internas, de estados psicológicos. Já a segunda, na qual o autor prefere centrar sua atenção, está voltada para as relações funcionais e contextuais, priorizando a relação entre língua e a sociedade que a utiliza.

Além de questionar a natureza dicotômica – aspecto bastante aprofundado por autores que buscam investigações integradas e holísticas (Maturana, 1995 e Morin, 1995) – também se pode discutir a proposta do modelo hallidayano a partir de outro aspecto: não houve uma preocupação em desenvolver aspectos de uma ‘teoria social’ na chamada ‘proposta social’ de Halliday. Posso questionar, junto com van Dijk (2008a), sobre o que realmente a LSF conceitua como ‘social’, pois em seu projeto inicial não há reflexões mais aprofundadas sobre essa questão. Como observou van Dijk (2008b), “Halliday é apenas marginalmente influenciado pelas Ciências Sociais”, e, mesmo situando a Linguística como uma disciplina dependente da Sociologia, não traz contribuições desta área para os estudos linguísticos, desenvolvendo, por fim, apenas “um projeto monodisciplinar”. Entendo que poderia ser relevante para uma teoria funcionalista, por exemplo, abordar aspectos sobre a constituição da sociedade (organização, estruturação, rotinização, entre outros conceitos) e a relação intrínseca desses aspectos com as propriedades linguísticas (ver Habermas, 1999 [1973]; 1984 e Giddens, 2003). É importante ressaltar que estou discutindo o projeto inicial da LSF. Por isso, chamo a atenção que esse aspecto tem sido revisto entre vários pesquisadores dessa área, conforme já indiquei anteriormente.

Nas delimitações dos objetivos de trabalho e do quadro teórico que pretendiam desenvolver, Halliday & Hasan (1989) entendem o ‘social’ a partir de duas concepções: a) de forma ampla, como um sinônimo de cultura; b) particularmente, no que diz respeito às relações entre linguagem e estrutura social. Entretanto, não é aprofundado pelos autores em que se baseia essa distinção;

como definem ‘estrutura social’ (já que essa noção tem distintas ramificações nas Ciências Sociais); e, principalmente, como entendem a relação linguagem e social.

Em suas considerações teóricas, Halliday & Hasan (1989:4) afirmam que há realidades anteriores e posteriores à língua, “as quais a linguagem serve para expressar”. E que devemos nos mover para fora da língua para explicar o que a língua diz. Nessas considerações, destaco o posicionamento dos autores para questões básicas para a discussão que proponho: a) a realidade (que pode ser entendida também como o social) não *está* na língua, o que caracterizaria uma noção constitutiva, mas é algo que se busca fora da língua para explicá-la; b) nesse movimento ‘para fora da língua para explicar o que a língua diz’ está a essência do conceito de *contexto de situação* proposto por Halliday & Hasan (1989): o que precisa ser resgatado para a compreensão do texto; e c) toma-se o social (ou o ‘para fora’) como uma categoria que definiria a ação linguística, desconsiderando que o social, e a própria língua, só existem porque existem sujeitos.

A vaga concepção do social em Halliday (1978) acaba por construir um estudo centrado na língua, no signo, resultando, como definiu Marcuschi (2004c), em uma ‘linguística do significante’, na qual o social é tido como algo relevante, mas considerado como algo externo à língua. Essa mesma crítica faz van Dijk (2008b), apontando como um dos equívocos dos estudos sistêmico-funcionalistas o enfoque excessivo nos aspectos léxico-sintáticos, sem uma preocupação em desenvolver elementos discursivos, tais quais topicalização – entendida como uma relação sintática e não como uma ação discursivo-cognitiva –, estratégias retóricas, entre outros. Em caminho contrário a essa ‘linguística do significante’, situa-se a ‘linguística da enunciação’, na qual a língua não é o foco do estudo, mas sim a interação social. Nesse quadro teórico (fortemente marcado pelas obras de Bakhtin, Leontiev e Vygotsky), o ‘social’ não é entendido como um mero *adjetivo conceitual*, mas sim como elemento constitutivo da língua e da cognição⁸.

8 Não desconsidero a influência da teoria de *gênero discursivo* de Bakhtin 2000 [1979] nos estudos da Escola de Sidney, formada por Halliday e seus seguidores. Entretanto, é relevante discutir tal questão a partir da crítica de Marcuschi

O Contexto e as Representações Sociais

Nos tópicos anteriores teci algumas considerações sobre a noção de *contexto de situação* desenvolvida por Halliday (1978) e Halliday & Hasan, (1989). Neste ponto, trato esse aspecto de forma sistemática, relacionando com as propostas de Fairclough (2001a, 1995, 1992) sobre contexto e representação social. A noção de contexto proposta por Halliday (1978) e Halliday & Hasan (1989) é fortemente influenciada pelas obras do antropólogo Bronislaw Malinowski (Apud Halliday & Hasan, 1989). Segundo os autores, essa teoria de contexto precede a própria teoria do texto, daí talvez o fundamento dos autores para entender contexto como algo que direciona a explicação do texto.

Halliday (1978) desenvolveu uma proposta de estudo da língua seguindo uma concepção de contexto que não extrapola os limites da chamada ‘situação social’, repetindo o que foi proposto por Malinowski. Meu objetivo é tratar esse aspecto em contraponto com algumas teorias cognitivas recentes e tecer considerações sobre a assimilação do modelo sistêmico-funcional na teoria tri-dimensional de Fairclough (1995, 2001a). O tradicional modelo proposto por Halliday (1978) para o *contexto de situação* é composto por três dimensões:

- 1 – Campo (*Field*): ação social
- 2 – Relação (*Tenor*): relação entre os participantes
- 3 – Modo (*Mode*): a organização simbólica

Essas dimensões, de acordo com a perspectiva da LSF (Eggins e Martin, 2000), dão conta de como o contexto *se faz presente no texto*. Isso significa dizer

(2004b) sobre a apropriação da teoria bakhtiniana por esses estudiosos, que têm desenvolvido trabalhos de natureza muito mais ‘prescritivista’ do que sociointeracionista: “A crítica feita à escola de Sidney, no entanto, é que eles são prescritivistas, isto é, levam a escola a ensinar como produzir e dominar os gêneros, sem se posicionarem contra aspectos da dominação produzida pelos gêneros ensinados. Isso quer dizer que eles julgam que a função maior na teoria dos gêneros está em seu domínio na sociedade e não especificamente na subversão de sua potencialidade. Não se trata de um estudo crítico para a mudança e sim de um estudo para o domínio do gênero enquanto estratégia textual” (Marcuschi, 2004b:15).

que o contexto é algo que está *no* texto, de certa forma pronto, e deve ser recuperado pelo leitor/ouvinte para a compreensão. Há diferenças conceituais radicais entre a noção de que ‘contexto *se expressa no* texto’ e de que ‘contexto *se constitui em uma relação entre leitor/ouvinte e o* texto’. E é justamente essa distinção que quero discutir. Para tanto, tomo como referência principal a teoria de contexto elaborada por van Dijk (2006a, 2008a), assim como o seu trabalho teórico-investigativo de revisão crítica e proposição de uma investigação multidisciplinar sobre contexto. A abordagem cognitiva de Marcuschi (2005a) também dá suporte para esta proposta. Estudos sobre a LSF (Eggins e Martin, 2000; Eggins, 1994; Kress, 1976; Miguel, 1998), assim como, obviamente, as próprias obras de Halliday (1978) e Halliday & Hasan (1989) fundamentam as minhas considerações sobre a teoria sistêmico-funcionalista.

Também é importante discutir os desdobramentos que a restrita relação prevista pela LSF entre contexto e texto para o entendimento sobre a própria natureza da relação entre linguagem e situação social. Observemos o modelo abaixo:

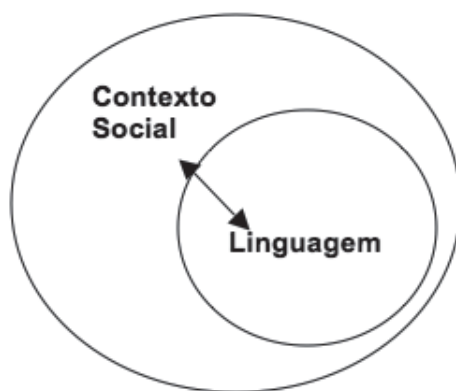


Figura 3: Modelo proposto por Halliday e Martin (1993:23)

De acordo com esse diagrama, o contexto social abarca uma série de aspec-

tos e categorias que são de ordens distintas, tais como as instituições, os sistemas de dominação etc. Para se analisar por que textos racistas são produzidos em uma determinada sociedade, por exemplo, precisa-se levar em consideração elementos mais complexos entre contexto e texto. Esse modelo hallidayano também não leva em conta que pessoas operam nessa relação, ou seja, não há menção ao *papel do sujeito* que age discursivamente. Da forma como está representada, contexto e linguagem são categorias autônomas. E essa é uma questão que mereceria ser discutida mais profundamente: qual o *conceito de sujeito* (ou a ausência desse conceito) na LSF? Se a linguagem tem a função de organizar as relações sociais, interpessoais e discursivas, qual o papel dos interlocutores nesse processo? Se há uma compreensão entre os teóricos do modelo sistêmico-funcionalista de que a língua serve às relações sociais, pouco se pensa sobre a ação do sujeito, em sua atividade linguística, ao usar o que ele sabe sobre uma língua e o que ele sabe sobre uma sociedade, uma cultura. Cria-se, assim, uma lacuna no modelo proposto pela LSF: de um lado, a linguagem e o seu potencial de significação; de outro, a linguagem funcionando em sociedade. Falta dar conta da realização desse processo, ou seja, das operações linguístico-cognitivas dos atores sociais.

Outra questão a ser discutida sobre a figura proposta por Halliday (1993:23) é a ideia de que contexto social e linguagem estão em uma relação de *co-determinação*. Não fica clara a natureza dessa relação, se ela se estabelece, por exemplo, de forma direta, de forma reflexiva, ou como seja. O *empirismo social* do modelo sistêmico-funcional desconsidera o problema da constituição social das práticas linguísticas, sem se preocupar em investigar questões cruciais para uma teoria funcionalista, como, por exemplo, a relação entre elementos da situação social e a produção/compreensão do discurso. A importância dos conhecimentos compartilhados para os processos de interação social, por exemplo, é desconsiderada na LSF.

Parto, então, dessas reflexões para discutir a noção de contexto que embasa a proposta teórica de N. Fairclough (2001a, 1995, 1992) para a Análise Crítica do Discurso. O quadro elaborado por Fairclough (ver figura 1) para a

sua teoria tridimensional carrega alguns elementos das dimensões de contexto de situação⁹ do modelo de Halliday:

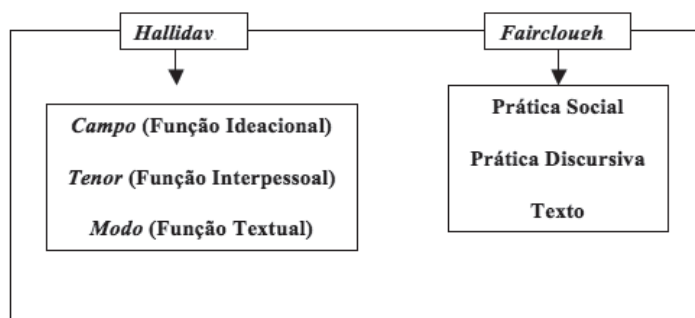


Figura 4: As Dimensões de Contexto da LSF e o Tridimensionalismo de Fairclough

Essas dimensões estão atreladas ao que Halliday (1978) definiu como as ‘metafunções da linguagem’: simultaneamente, a linguagem organiza a realidade do mundo (*função ideacional*) e as interações (*função interpessoal*), organizando também esses significados ideativos e interpessoais de forma simbólica em textos coerentes e relevantes em relação ao seu contexto (*função textual*). Segundo Halliday (1978), um modelo de linguagem como esse se relaciona quase que ‘naturalmente’ com a organização do contexto. Isso se daria desta forma: a função ideacional é utilizada para construir o campo (a ação social); a função interpessoal é usada para negociar o tenor (os papéis dos interlocutores) e a função textual é empregada para desenvolver o modo (a organização simbólica). Existe, de acordo com essa concepção, uma ‘ressonância’ entre a organização funcional do significado da língua e o modelo de contexto. De acordo com Eggins e Martin (2000:347), “o contextualismo britânico é a única tradição que sugere esse

⁹ A noção de contexto da LSF é desdobrada em duas noções: o modelo de situação e o modelo de cultura. Neste trabalho, só trato da noção de *modelo de situação*.

tipo de correlação direta entre a organização funcional da linguagem e a organização do contexto”. Essa tradição, entretanto, vem sendo cada vez mais posta a prova com o desenvolvimento das investigações sociocognitivistas.

Na teoria de Fairclough (1995), a perspectiva multifuncional da LSF está atrelada à concepção de que representações, relações e identidades estão sempre presentes em um texto. Para o estudioso, a relação é a seguinte: a função ideacional da linguagem é a função que ‘gera’ as representações do mundo; a função interpessoal inclui a função da linguagem na constituição de relações e identidades; e a função textual está relacionada à constituição do discurso (textos que vão além de sentenças individuais). A importância dessa noção de texto é que “facilita conectar a análise da linguagem com elementos fundamentais da análise social: questões de conhecimento, crença e ideologia (representações: função ideacional), questões de relações sociais e poder, e questões de identidade (relações e identidades: função interpessoal)” (Fairclough, 1995:17). É exatamente esse o ponto de conexão que o autor busca estabelecer entre uma análise social e uma análise linguístico-discursiva.

Fairclough (2001a, 1995) traz para a sua teoria uma questão não abordada por Halliday e seus seguidores: a *relação constitutiva* entre linguagem e sociedade. Fairclough (2001b:32) assume a “concepção pragmática de que linguagem é ação, nos termos propostos por Austin e Levinson”. Entretanto, tal concepção é ampliada pelo autor, que leva em conta os termos históricos e as relações dialéticas com as outras práticas sociais. A prática discursiva seria, segundo o autor, o elemento de *mediação* entre texto e prática social. O discurso é entendido como um elemento de conexão: “de um lado, os processos de produção e interpretação são formados pela natureza da prática social, ajudando também a formá-la e, por outro, o processo de produção forma (e deixa vestígios) no texto (Fairclough, 2001b:36)”. Isso significa afirmar que a língua interfere na sociedade, assim como também sofre interferência dela. É nesse sentido que para Fairclough (2001a, 1995) *discurso é uma prática social*. A perspectiva tridimensional de análise, de acordo com o linguista, serve para explorar as ligações

entre sociedade e linguagem, em eventos discursivos particulares. De acordo com a teoria de Fairclough (2001b), cada evento discursivo tem três dimensões, uma vez que se realiza em um *texto* (falado ou escrito), é uma instância da *prática discursiva*, envolvendo a produção e a interpretação do texto, e é uma amostra da *prática social*.

Algumas reflexões podem ser desenvolvidas a partir dessa proposta. Por exemplo: ao definir que sociedade e língua estão em *relação constitutiva*, o autor não dá conta de explicar como se dá o *processo de constituição*, pois tomar o discurso como o elemento ‘mediador’ não explica todo o processo de constituição social, mas apenas uma de realizações da prática social. Quer dizer, o autor diz trabalhar com a noção constitutiva e define que essa relação se dá na relação entre os aspectos propostos na sua tríade. Tratar esses aspectos (prática social, prática discursiva e texto) sem explorar as especificidades de cada um é, de certa forma, tratá-los como iguais e não explica como um interfere (ou constitui) o outro. A escrita de um texto, por exemplo, é uma realização individual, – ainda que intrinsecamente atrelada ao social – daí a relevância dos estudos cognitivos em uma análise do discurso.

Desconsiderar tal abordagem torna a investigação da mudança social mais difícil, pois se estabelece um círculo fechado. Ou seja: a sociedade muda porque muda o discurso ou o discurso muda porque muda a sociedade? E as ações individuais, como interferem nesse processo? Poderíamos considerar, então, que tal relação se dá em uma ordem de causa e efeito, o que não propicia a ideia de integração e interação. Um fenômeno interessante para refletir sobre essa questão é o caso do ‘politicamente correto’: práticas discursivas passam a ser estabelecidas (por exemplo, para tratar grupos étnicos discriminados) com o objetivo de mudar os preconceitos e os estereótipos, mas tais mudanças, muitas vezes, não constituem novos conceitos e modelos mentais.

As questões que o autor situa no âmbito da sociocognição são as relacionadas à *produção* e ao *consumo textual* – mas com restrições, já que para o estudioso esses aspectos são de natureza “parcialmente sócio-cognitiva” (Fairclough).

gh, 2001a:99). Provavelmente, isso ocorre porque o autor desconsidera que as estruturas e as convenções sociais envolvidas na produção e no consumo de um texto possam ser tanto de ordem social quanto cognitiva, repetindo a perspectiva dicotômica da LSF. Se Fairclough (2001a), por um lado, reconhece as dimensões sócio-cognitivas existentes nos processos de produção e interpretação textual, por outro não desenvolve uma perspectiva sociocognitiva. Em suas críticas, o pesquisador toma a abordagem sociocognitiva de forma monolítica (ignorando as distintas linhas teóricas¹⁰), sem especificar exatamente o que entende por sociocognição: “A perspectiva sociocognitiva geralmente é posta em termos universais, como se, por exemplo, o efeito do contexto no sentido e a redução da ambivalência fossem sempre os mesmos” (Fairclough, 2001a:110).

O outro aspecto a ser abordado é o conceito de *representação* na teoria de Fairclough, mais sistematicamente tratado nas obras de 2003 e 2001b. O próprio conceito de representação é complexo, desenvolvido em diferentes áreas sob perspectivas distintas e tem gerado um amplo debate, críticas e divergências teóricas (ver Shanon, 1993; Potter, 1996). Por isso, faz-se necessário desenvolver uma breve introdução sobre a gênese desse conceito, apenas para situá-lo historicamente e, assim, partir para as especificidades deste trabalho.

Serge Moscovici (1978) foi o primeiro a introduzir o conceito de Representações Sociais (RS) nas Ciências Sociais. O filósofo foi motivado a desenvolver tal estudo, dentro dos parâmetros científicos, como uma crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas que não davam conta da realidade em outras dimensões, principalmente a histórica. Em linhas gerais, as RS são ‘teorias’ sobre os saberes populares e sobre o senso comum, elaboradas e compartilhadas coletivamente, com a finalidade de construir e interpretar o real. Da forma como conceituou Moscovici (1978), as RS são dinâmicas e levam os indivíduos a produzirem comportamentos e interações com o meio, ações essas que modificam ambos.

Resumidamente, pode-se afirmar, junto com Oliveira e Werba

10 Sobre as distintas perspectivas sócio-cognitivas ver Condor e Antaki (2000).

(1998:107), que “estudar as representações sociais é buscar conhecer o modo como o grupo humano constrói um conjunto de saberes que expressam a identidade de um grupo social”. A noção de RS, entretanto, não foi propositalmente delimitada e definida pelo autor, deixando espaço para diferentes interpretações, para distintos propósitos investigativos. Além da complexidade do conceito, esse também seria um dos fatores que levou ao desenvolvimento de debates tão amplos e diferenciados. As distintas ramificações da noção de RS são as desenvolvidas por Fairclough (2003 e 2001b), assim como por van Dijk (2006a, 2000b), discutidas mais adiante, são bons exemplos para essa questão.

Está claro em seus trabalhos que Fairclough (2003, 2001b) não entende representação a partir da ‘metáfora do espelho’ (Potter, 1996), noção atualmente bastante criticada. Pela metáfora do espelho, as coisas no mundo são refletidas através de uma superfície suave, e, nesse caso, tal superfície não é um vidro, mas a linguagem. Essa metáfora situa a descrição e a categorização das coisas mundanas como algo passivo: elas apenas ‘espelham o mundo’. Os equívocos dessa perspectiva são muitos, fazendo com que o próprio conceito de representação esteja sendo bastante questionado (Shanon, 1993). As noções de ‘língua’ (como algo transparente, um reflexo da realidade) e de ‘mundo’ (como algo estabelecido, dado) não se sustentam mais após os estudos e investigações sob as perspectivas sócio-interacionista e cognitivistas.

Em Fairclough (2003, 2001b) as representações sociais são conceituadas a partir das relações com a prática social. Por isso, o autor elabora sua própria formulação, definindo como “representações de eventos sociais” (2003:134). Como entende Fairclough (2001b), os atores sociais, envolvidos em qualquer que seja a prática, produzem representações dos outros participantes, assim como produzem representações (reflexivas) das suas próprias práticas, no decorrer das práticas sociais, por isso se trata de uma representação de eventos sociais. Fairclough (2003) também usa elementos do modelo sistêmico-funcional para desenvolver seu próprio conceito de representações, sendo eles os tipos gerais de significações: Ação, Representação, e Identificação. Por isso, o autor

faz a distinção das representações elaboradas a partir de aspectos do “mundo físico” (processos, objetos, relações e parâmetros espaço-temporais); do “mundo mental” (pensamentos, sentimentos e sensações) e do “mundo social” (no qual está a representação abstrata), sendo neste último que desenvolve seu estudo.

Ao fazer essa distinção, Fairclough (2003) trata das representações dos eventos sociais em níveis distintos, que, a nosso ver, leva a algumas questões problemáticas. Primeiro, dicotomiza o mundo mental do mundo social, como se ambos não fossem elaborados a partir de trabalhos de semiotização. Ou seja, fica implícita a ideia de um ‘mundo real’ e um ‘mundo imaginário’. Segundo, concebe o processo de construção de representações como estanque, que se dá diferentemente, em diferentes níveis, e não como uma habilidade cognitiva humana de uma mesma natureza: não carregamos o mundo em nossas mentes tal qual ele é, mas sim como o discursivizamos e o organizamos em modelos mentais (ou representações). Fairclough (2003) chega a conceituar representações como recontextualizações, o que é uma perspectiva interessante, pois poderia tratar de ações cognitivas situadas de elaborações de representações. Entretanto, o autor restringe essa ideia a uma relação apenas texto-texto. Ou seja, não amplia e articula o processo de recontextualização com os distintos modelos de contexto que constituem nossa performance cognitiva, estabelecendo esse processo de forma estanque.

O reframing como Proposta de Mudança Discursivo-cognitiva

A proposta de Lakoff (2004) sobre *reframing* parece-me pertinente para a discussão sobre mudança social, pois traz a perspectiva cognitivista para a sua fundamentação. É preciso esclarecer, desde o início, que essa noção ainda não foi aprofundada pelo próprio Lakoff, que apenas a introduziu no livro em que o autor analisa a disputa eleitoral entre os candidatos norte-americanos à presidência: George W. Bush e John Kerry, em 2004. Entretanto, entendemos que na ideia de *reframing* pode estar um princípio para o estudo sobre mudança social e

a sua investigação poderia dar conta de algumas questões discutidas na proposta de Fairclough (2001a). Contextualizando a discussão tratada por Lakoff (2004): o principal motivo do fracasso eleitoral de Kerry foi a sua incapacidade de propor *frames* alternativos aos de Bush, durante a campanha. Isso deveria ser feito, segundo o linguista, a partir da proposta de uma nova agenda de debates, o que levaria o eleitorado a ter necessidades de programas de governos alternativos, que não atendessem simplesmente às questões de família, nacionalidade, segurança nacional, combate ao terrorismo, entre outros *frames* elaborados pelos assessores de Bush no desenrolar dos debates. O aspecto que quero abordar diz respeito ao que Lakoff (2004) propõe, a partir dessa investigação: os nossos sistemas de crenças são profundamente elaborados cognitivamente e emocionalmente, e também com fortes raízes históricas. Isso quer dizer que o processo de mudança social ocorre em uma relação constitutiva entre mudança discursiva e *mudança cognitiva*.

Isso se daria, conforme o autor, apenas com a mudança de *frames* – o que seria mais que uma mudança na linguagem – e, por isso mesmo, muito mais difícil. A mudança de crenças racistas e machistas, por exemplo, ocorreria a partir de algum tipo de *insight* social profundo, capaz de substituir certos modelos mentais e de eventos armazenados na memória de longo prazo. A discussão apresentada por Lakoff (2004) não traz uma forte base teórica, pois seu objetivo foi a análise de conjuntura eleitoral americana, do que elaborar uma teorização cognitiva. Entretanto, tal discussão está posta, obviamente, está posta a partir da teoria da *corporificação da mente* e *categorização* apresentadas em Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999).

Para Lakoff (2004), *frames* são estruturas mentais que orientam a nossa concepção de mundo. Segundo o autor, as palavras são definidas, em grande medida, por *frames* conceituais. Isso quer dizer que, quando ouvimos uma palavra, um *frame* – ou uma coleção deles – é ativado em nosso cérebro. Esses *frames*, ordenadores de nossas performances cognitivas, são historicamente construídos e têm forte orientação ideológica. O que Lakoff (2004) argumenta é que na so-

cidade norte-americana, situadamente, palavras como ‘moral’, ‘família’ e ‘segurança’ estão atreladas a conceitos com grande força da ideologia Republicana. Ou seja, são *frames*. E para que um democrata consiga tratar desses conceitos, a partir da sua perspectiva ideológica, seria necessário um profundo processo de *reframing*, ou seja, de reconceitualização dessas palavras. Só assim o discurso dos democratas se diferenciaria do discurso dos republicanos. Dessa forma, *reframing* são ações cognitivas que propiciam operações linguísticas, partindo de enquadres elaborados por pontos de vista diferenciados.

Essa discussão trata do que Lakoff (2004) defende por ‘mudança cognitiva’. Tal proposição fica mais consistente se inserida na teoria do autor sobre a natureza corporificada da mente. Para Lakoff (1990), a constituição do individual se dá a partir da interação com o social e a nossa mente – ou os sistemas que organizam o nosso conhecimento, como os *frames*. Assim, o nosso pensamento e a nossa razão concernem, essencialmente, à natureza do organismo fazendo coisas e pensando – incluindo a natureza do seu corpo, sua interação em seu ambiente e suas características sociais. Dessa forma, seguindo as reflexões do autor, pode-se pensar que a mudança social exige uma mudança dessa constituição do individual em interação com o social, que construiria a reconceitualização dos objetos do discurso. Ou ainda: *reframings*. Na proposta de Lakoff (2004), esse processo está atrelado ao *frame*, delimitado por ele aos itens lexicais.

Assim, é importante esclarecer que trato do conceito de *frame* a partir das considerações de Lakoff (2004) por esse estar atrelado à noção de *reframing*, que proponho para esta investigação. Entretanto, tenho consciência da complexidade dos estudos sobre *frames* e da trajetória histórica pela qual esse conceito tem passado, em distintas áreas do conhecimento, com diferentes ramificações de pesquisa. Entre esses estudos, citamos os de Minsky (1979); Tannen (1985) e Schiffrin (1977) pelas suas importâncias nas diversificadas investigações desse conceito. Também é importante esclarecer, para a finalização deste tópico, que opero com os conceitos de *frame* e *reframing* com dois propósitos: 1) para a construção da proposta da Análise Cognitiva do Discurso; 2) como categorias analíticas.

Sociocognição e Discurso

Cognição e discurso já foram conceitos que pertenceram a campos epistemológicos distintos, tratados como incompatíveis, sendo cognição uma noção que unanimemente os analistas do discurso entendiam como algo que não lhes dizia respeito. Essa postura é ainda bastante forte entre alguns teóricos da AD, principalmente os da linha francesa, na qual a reação anti-cognitivista foi tomada quase como uma ‘opção política’, sustentada pelos equívocos de uma perspectiva mentalista, que, ao situar a cognição como uma propriedade inata, descon siderava qualquer relevância do social em suas pesquisas. É nesse sentido que Flower (1994:32) discorre sobre a dificuldade em construir uma teoria social cognitiva, pois se trata de um projeto que, além de abarcar toda uma complexidade teórica, também está relacionado a um problema de “política intelectual”. Desenvolver uma teoria sociocognitiva resulta em uma tentativa de conciliar pesquisas tradicionalmente desenvolvidas em perspectivas diferenciadas – o que nada mais é do que o nosso hábito secular em opor social x individual. A ‘visão sociocognitivista’, mesmo que desenvolvida a partir de linhas de trabalho distintas, assume o compromisso de incorporar aspectos sociais e culturais à compreensão que se tem do processamento cognitivo, sustentando que existem muitos processos cognitivos que acontecem na sociedade, e não exclusivamente nos indivíduos. “Neste caso, o interesse se concentra no modo como as pessoas, enquanto membros de culturas ou grupos particulares, percebem e descrevem o mundo social” (Condor e Antaki, 2000: 454).

Marcuschi (2004b) vai mais além e defende que, com o enfoque sociocognitivista, passa-se a analisar *atividades de construção*, e não mais de *processamentos*, conceito carregado por uma noção mecanicista da mente, como irei discutir mais adiante. Compreender que as propriedades cognitivas são construídas na prática social “possibilita perceber com mais clareza como emergem nas práticas públicas as propriedades da cognição e, assim, a possibilidade de captar o dinamismo dos processos que dão origem a estruturas conceituais complexas” (Mar-

cuschi, 2004b:13). Isso significa que a nossa forma de perceber, compreender, categorizar e, por fim, construir os ‘objetos do discurso’ resulta de atividades contínuas e situadas, que se dão na interação social. Assim, trata-se de perceber como as pessoas agem sobre o mundo, no mundo, com o mundo.

A falência das polaridades social x individual já foi reivindicada por vários autores, em distintas áreas do conhecimento (Santos, 2004; 2003). Os estudos discursivos têm mostrado-se cada vez mais relevantes no trato dessa questão. Isso porque o empreendimento de usar uma língua encontra-se sempre em relação dialética entre os conhecimentos individuais e sociais. Ao mesmo tempo em que a formulação de textos é uma realização individual, sempre será socialmente construída e compartilhada. É nesses termos que Beaugrande (1997) propõe a noção de língua como um *sistema virtual* – sendo esse sistema atualizado no texto, entendido como um *sistema real*. Assim, a língua é um ‘sistema adaptado’, sintonizado com os usos possíveis e os usos correntes. “Dessa forma, a relação entre o sistema virtual da língua e o sistema real de texto é uma dialética onde cada lado controla o outro, enquanto eles funcionam conjuntamente” (Beaugrande, 1997:12).

Situar a língua como um sistema virtual tem como fundamento quatro propostas relevantes para a nossa discussão: i) a língua está integrada com a cognição e com a sociedade, encontrando-se no discurso a sua possibilidade de realização; ii) a língua está em evolução contínua, assim como todas as práticas sociais; iii) existem várias ‘versões de língua’ (ou usos), pois sua realização resulta de diferentes situações, entre diferentes interlocutores; iv) esta perspectiva reconsidera o equilíbrio entre a liberdade do uso da língua *versus* as convenções da língua de uma comunidade. É dessa forma que, ao usar uma língua, as pessoas nunca usam *toda a língua*, nem mesmo todo o seu conhecimento dessa língua, mas sempre uma ‘*versão ativada no fluxo do uso da língua*’, o que dá suporte ao discurso. Nessa perspectiva, não cabe mais a noção de língua como um sistema fechado e bem ordenado. Como também não cabe mais a relação dicotômica entre língua e discurso, que nada mais é do que a repetição da dicotomia indi-

vidual x social.

Beaugrande (1997:12) se opõe radicalmente às dicotomias:

“Vamos encarar isso: a língua é sustentada pelas práticas discursivas e tomar esse fato seriamente pode nos levar a novos *insights* importantes para toda a série de pares estabelecidos em inadequadas dicotomias: teoria x prática, sistema x dados, geral x específico, saber x fazer, ordem x caos”.

O grande equívoco dessas oposições, já tão cristalizadas no nosso cotidiano, é nos fazer crer que podemos compreender um aspecto desarticulado do outro. A proposta do autor consiste em entender a relação das coisas a partir de uma compreensão dialética e contínua. Assim como a ordem não é o oposto do caos, mas sim algo construído a partir da relação com ele, não há a possibilidade de *fazer* algo sem um *saber*, ou seja, não há uma *prática* que não esteja fundamentada por uma *teoria*. Romper com os antagonismos é fundamental para que se compreenda o que significa uma relação constitutiva entre discurso ↔ cognição ↔ sociedade, com a cognição operando nessa interface. Só assim pode-se concluir que o processo de produção textual requer uma interação complexa entre os ‘delimitadores padrões da língua’ (como as relações sintáticas, por exemplo) e os ‘delimitadores emergentes’ que um contexto envolve. Ou como afirma Beaugrande (1997:11): “as pessoas usam e compartilham a língua precisamente porque ela é um sistema continuado de interação com os seus conhecimentos sobre o seu mundo e sua sociedade”.

Na concepção de que a língua é um sistema virtual e o texto é a sua possibilidade de atualização, dá-se espaço para a ação de um sujeito, mais especificamente um sujeito cognitivo, operando com o seu conhecimento social/individual para a prática linguística. Nessa perspectiva, cabem os conceitos de *interação*, *negociação*, entre outros, porque a atividade de atualização da língua é entendida a partir da sua propriedade social e cognitiva. É interessante refletir

sobre essas questões, remetendo às considerações que já fiz sobre o modelo SFL de Halliday (1978), no qual as chamadas ‘funções da linguagem’ parecem operar autonomamente, sem a ação de um sujeito, deixando um vácuo na relação língua-sociedade. Como concebe Beaugrande (1997), faz-se necessário um modelo de linguagem em interface com as delimitações linguísticas, cognitivas e sociais, delimitações estas construídas a partir do conhecimento compartilhado em sociedade. Esse modelo daria conta de explorar as *interfaces sistemáticas* entre o *movimento discursivo* (quando se realiza um enunciado), o *movimento cognitivo* (quando se acessa e usa o conhecimento) e o *movimento social* (quando há interação entre os indivíduos). Todos esses movimentos estão em co-sustentabilidade, ou seja, o discurso, a cognição e o social perpassam todos os movimentos. Assim, a ideia é de dinamicidade e interação e destacar esses movimentos tem apenas a função analítica.

Ao assumir a natureza inerentemente social da cognição, rejeito a perspectiva mentalista, que, ao situar a cognição como uma propriedade privada, preocupa-se em explicar como os conhecimentos de um indivíduo estão estruturados e representados em sua mente e como eles são acionados para resolver os problemas postos pelo ambiente (Shanon, 1993). Rejeitar o individualismo da proposta mentalista, entretanto, não deve ser entendido como negar que existem indivíduos, e que indivíduos têm mentes. Só que, tanto os indivíduos (atores sociais) como suas mentes (sua capacidade cognitiva) se constituem socialmente, e tal constituição propicia a interação entre sujeitos cognitivos. Isso me faz entender que operamos discursivamente porque somos dotados de propriedades cognitivas que nos propiciam produzir/compreender textos. Nossa habilidade linguística não pode ser tomada como algo que precede o nosso aparato cognitivo. É importante ressaltar, ou reiterar, se isso já ficou claro em algum momento do trabalho, que não entendo mente *apenas* como algo interno, mas sim um aparato que se constrói na interação, interação esta que se dá entre sujeitos situados sociocultural e historicamente.

De forma ampla, a inserção da perspectiva sócio-cognitiva na Linguís-

tica tem resultado em abordagens completamente diferenciadas e bastante produtivas, em várias linhas de investigação: no ensino da escrita (Flower, 1994), na Linguística de Texto (Beaugrande, 1997; Koch, 2004, Marcuschi, 2001), nos estudos de referência (Marcuschi, 2003a; Mondada, 2000; 1997), na reelaboração das noções de metáfora (Lakoff e Johnson, 2002) e contexto (van Dijk, no prelo; 2006), citando apenas alguns. Em um apanhado sobre os (des)encontros entre a Linguística e as Ciências Cognitivas, Morato e Koch (2003:85) defendem que essa relação é uma “empreitada pragmático-discursiva para se compreender melhor a natureza do processamento de certos aspectos da cognição humana”. Para as autoras, o estudo não só das línguas como também do funcionamento da linguagem tem lugar garantido nas ciências da cognição. A entrada da Cognição na Linguística foi considerada por Marcuschi (2005a) como ‘uma espécie de *cognitive turn*’, em comparação à guinada Pragmática, datada de meados do séc. XX. Para o pesquisador, a preocupação da Linguística com as atividades cognitivas é de extrema pertinência, pois num certo sentido a linguagem caracteriza-se como uma forma de cognição (Marcuschi, 2005a).

A Proposta Sociocognitiva de Teun van Dijk

A Análise Cognitiva do Discurso trata de dar conta da ação coletiva/individual no processo de (re)construção do conhecimento, das ideologias, das crenças e das atitudes. Nessa linha de investigação, a mente não é compreendida como algo externo ao discurso, algo invisível, para a qual só cabem especulações, mas sim como de natureza discursiva. (van Dijk, 2000b). Para isso, é preciso considerar as propriedades cognitivas como resultantes de ações intersubjetivas, sendo construídas na interação social. E se, por um lado, a cognição se constitui na interação, por outro também a propicia, pois é através dos nossos conhecimentos compartilhados, – entre eles o linguístico – que nos entendemos, ou buscamos o entendimento pela negociação. Assim, a atividade

discursiva está atrelada a elementos socialmente constituídos, contextualmente situados, e cognitivamente elaborados.

Conversar, escrever ou ler textos, participar de um debate, assistir a conferências e aulas ou escutar uma música: são práticas discursivamente realizadas, que resultam de processos constantes de *compreensão, interpretação, inferências, atribuições de sentidos e de valores*, ou seja, das nossas ‘performances cognitivas’. Assim é que discurso ↔ cognição ↔ interação estão em relação constitutiva, ressaltando-se que a cognição tem a propriedade de operar na interface entre o que construímos socialmente e o que praticamos individualmente, ou seja, nossa fala ou escrita, assim como em outras práticas sociais.

Perceber a propriedade de interface da cognição é buscar uma investigação aprofundada e complexa para uma questão ainda não totalmente resolvida na Análise Crítica do Discurso: como se dá a relação discurso ↔ sociedade? Se os analistas críticos do discurso concordam que a inter-relação entre discurso e sociedade não pode ser investigada adequadamente sem a combinação de teorias linguísticas e sociológicas, muitos ainda desconsideram (ou mesmo rejeitam) a abordagem sociocognitiva. Esse problema também é apontado por Wodak (2006) que, ao fazer uma revisão teórica do próprio trabalho, argumenta sobre a importância das teorias cognitivas na Análise Crítica do Discurso, principalmente para dar conta do *link* entre discurso e sociedade. O objetivo de uma análise sociocognitiva do discurso deve ser, fundamentalmente, o de investigar as práticas discursivas como ações públicas que podem desempenhar uma variedade de funções sociais, tais como a (re)produção da discriminação étnica, social e sexista.

Neste ponto do capítulo, pretendo abordar os conceitos fundamentais da AD Cognitiva de forma mais sistemática, assim como enfocar a relevância dessa proposta para o nosso estudo sobre (des)legitimação.

Discurso ↔ Sociedade em Três Aspectos de Interface

A interface entre discurso e sociedade é complexa e qualquer ênfase em alguns dos múltiplos fenômenos que envolvem essa relação sempre será redu-

cionista. Dessa forma, como não é possível esgotar todas as questões, parece-me mais interessante focar em alguns aspectos fundamentais e mais relevantes para o quadro teórico desta investigação. Se a cognição é a propriedade que opera na interface entre a sociedade e as realizações discursivas, é preciso desenvolver noções que dêem conta de explicar teoricamente esse processo. Assim, tomo os conceitos de *contexto*, *modelos mentais* e *ideologia* para tratar a questão da interface, sem desconsiderar que várias outras propriedades atuam nessa relação.

Esses aspectos são também os que mais têm sido aprofundados na proposta de van Dijk para uma AD cognitiva. A noção de *modelos mentais*, desenvolvida por van Dijk e Kintch (1983) e adotada na Psicologia Cognitiva e na Linguística, pouco é explorada em análises discursivas, enquanto que os conceitos de *contexto* e *ideologia* ainda são tratados tendo como base as teorias tradicionais, como discuto mais adiante. Todas as considerações a seguir são fundamentadas a partir dos diversos estudos de van Dijk citados neste trabalho.

Contexto

A principal distinção entre as teorias cognitivas e a teoria clássica sobre contexto reside no fato de que aquelas não aceitam que o discurso seja *diretamente determinado* por aspectos regularmente tratados como contextuais: instituições, cultura, gênero, idade, classe social etc. Se, por um lado, esses aspectos são relevantes para a elaboração de discursos, por outros eles não podem ser entendidos como determinantes. Na proposta de van Dijk (2006a), contextos são interpretações subjetivas desses elementos, em um processo de interação situado. Assim, contextos são construções interacionais elaboradas a partir dos distintos elementos em uma situação social específica que os interlocutores tomam como relevantes para a sua produção discursiva. Não há uma relação objetiva entre o discurso e os aspectos contextuais, mas sim interpretações que atores sociais engajados em alguma prática elaboram sobre esses aspectos. Por isso, para evitar esse determinismo social, é preciso levar em conta não apenas as

condições de variações sociais, mas também as variações individuais através das interfaces sob as quais operam os interlocutores quando falam ou escutam: eles compreendem, interpretam, constroem etc. Ou seja, contextos são *subjetivos* por definição – sem desconsiderar suas propriedades sociais e intersubjetivas, que possibilitam, por exemplo, a compreensão discursiva.

Os contextos são co-construções situadas e dinâmicas, cujas ações dos interlocutores continuamente as reconfiguram. É nesse sentido que os contextos operam na interface entre a prática social e a discursiva. O processo de elaboração ou compreensão de um texto não é *diretamente controlado* pelos papéis dos interlocutores, sua classe social, ou sua idade, ou mesmo um determinado evento social, esses elementos vão constituir subjetivamente a fala e a escrita, pois dependerá, primeiramente, de como as pessoas compreendem e interpretam os elementos contextuais relevantes para a elaboração desses textos, assim como os conhecimentos por elas compartilhados. A partir de uma perspectiva cognitivista, podemos afirmar que os contextos são as construções mentais (com base na experiência social) com as quais operamos no momento de elaboração de um texto (falado ou escrito), daí a afirmação de que texto e contexto estão intrinsecamente vinculados, sendo que o contexto não se constitui apenas pelas estruturas externas ao discurso, mas também pelas representações subjetivas elaboradas pela nossa cognição. É apenas com essa compreensão que podemos dar conta de como os atores sociais são diferentemente influenciados e atuam distintamente em uma mesma situação social.

Outro aspecto importante da teoria de van Dijk (2006) sobre contexto são os elementos que dão conta da *relevância*. Ou seja, o que é socialmente construído e individualmente assumido como relevante, em eventos comunicativos específicos e, em outra situação, com outros indivíduos, mas em um mesmo evento comunicativo, as relevâncias passam a ser outras. Essa questão é particularmente importante para refletirmos porque alguns gêneros, mesmo que tendam a ser ritualizados, nunca são exatamente reproduzidos. Por exemplo, dar uma aula, mesmo quando tratamos dos mesmos assuntos, são ocorrências

distintas nas diferentes turmas. Isso porque é no momento da interação com um grupo de alunos específicos – ou seja, uma ação situada, que os elementos contextuais são construídos e, assim, o que é tomado como relevante para aquele evento. Assim, as relevâncias dos contextos só podem ser definidas se elas forem entendidas como ‘relevâncias-para-os-participantes’: sem abstrações e generalizações determinadas pelos altos níveis das estruturas sociais. Assim, o aspecto da relevância do contexto é importante para dar conta do processo interacional dos participantes em um evento e, conseqüentemente, como eles se constroem a partir da influência dos outros participantes, das suas próprias definições, assim como as da própria interação.

Modelos Mentais

Os modelos mentais são construções subjetivas ou definições que se atribui a situações comunicativas específicas, daí a relevância de seu estudo nas práticas discursivas. Eles são constantemente reformulados, atualizados e elaborados na memória episódica (parte da memória de longo prazo que dá conta das nossas estruturas mentais mais imediatas). Por isso, os modelos mentais não podem ser entendidos como elementos de natureza rígida e homogênea. A sua atualização se dá a partir do nosso contínuo processo de atividade social. Os modelos mentais estão relacionados ao processo de produção e compreensão textual ou de eventos, pois operam na construção das representações sobre tais eventos ou das situações tratadas em um texto. Os modelos mentais são de natureza social¹¹, pois têm fortes características de ‘pertença’ de grupos, mas são também intrinsecamente individuais, resultando das nossas experiências, da nossa biografia, armazenadas na nossa memória. Eles também são situacionais/interacionais, pois são diferenciados em cada ação comunicativa: toda prática discursiva envolve a articulação de modelos mentais específicos, por isso eles

11 A perspectiva da constituição social dos modelos mentais é um dos pontos principais para distinguir essa noção de uma perspectiva mentalista. Não é por eles serem entendidos como elaborações mentais que devem ser tomados como algo inato. Eles compõem o nosso aparato cognitivo e são constituídos a partir das nossas relações sociais.

são representações subjetivas dos eventos ou situações sobre as quais um discurso trata.

Os modelos mentais são estruturas cognitivas que podem ser entendidas como as nossas ‘representações da realidade’, por isso operam nas avaliações e valorações (opiniões) sobre eventos específicos, grupos e atores sociais. Os modelos mentais estão em relação intrínseca com o contexto, pois são as estruturas com as quais operamos nos diversos eventos comunicativos. Por isso, no processo discursivo, os modelos mentais relacionados às situações que estamos tratando têm várias funções. Primeiro, eles servem como ponto de partida do discurso: nós sabemos alguma coisa nova sobre um evento ou uma situação e essas representações servem como orientações momentâneas para contar uma história, escrever uma notícia jornalística, uma carta etc. De forma inversa, os modelos mentais também têm a função instrucional, ou seja, servem aos nossos processos de compreensão discursiva: entendemos os discursos quando somos capazes de construir modelos mentais sobre eles. Assim, o próprio processo de construção de sentido de um texto envolve a produção e atualização de um modelo mental.

É da natureza dos modelos mentais as organizações esquemáticas construídas culturalmente. Por isso, eles são variáveis e muitas das suas propriedades são gerais. Isso quer dizer que as pessoas não entendem os discursos e os eventos, nem mesmo de formas infinitamente variáveis. Mas elas se utilizam de esquemas, movimentos e estratégias cognitivamente acessíveis para facilitar sua tarefa de compreender as mais distintas variações discursivas e situacionais. Dessa forma, chega-se a um aspecto fundamental sobre os modelos de contexto: como se tratam de organizações cognitivas para a produção e compreensão discursivas, eles são essenciais para o próprio processo interacional. Por isso, os modelos mentais não podem ser apenas atrelados à articulação de elementos linguístico-discursivos para a construção discursiva. Eles também acionam a articulação de elementos complexos, tais como a memória e os conhecimentos compartilhados. Resumidamente, seguindo as palavras de van Dijk (2006): os

modelos metais são construções muito poderosas e algumas investigações têm mostrado que eles ‘existem’ independentemente de estarem envolvidos em situações discursivas.

Ideologia

Ao situar a ideologia como um dos aspectos que opera na interface entre discurso e sociedade, van Dijk (2000c, 1998) elabora esse conceito a partir do enfoque sociocognitivo. Essa perspectiva se diferencia bastante das tradicionais, principalmente as desenvolvidas com base na linha marxista. Na proposta de van Dijk (2000c, 1998), a ideologia não tem a conotação negativista e opressora – ou como foi definida na perspectiva marxista de ‘a falsa consciência’ –, pois não está atrelada a um instrumento da classe dominante para manter o poder. Essa mudança na noção de ideologia se deve, em princípio, às referências adotadas por van Dijk para investigar tal fenômeno. Se, tradicionalmente, o conceito de a ideologia foi desenvolvido pela Sociologia e pela Filosofia, situando-a a partir das relações de poder, com os estudos da Psicologia e da sociocognição, passou-se a tratar dessa noção como *sistemas de crenças compartilhados por grupos*, ou como elaborações cognitivas compartilhadas por pessoas que fazem parte do mesmo grupo social. Assim, as ideologias não são falsas nem verdadeiras, mas elementos de coesão e coordenação de práticas sociais. Essa mudança de enfoque não mais situa a ideologia como um instrumento de opressão, mas como um aspecto que pode propiciar, inclusive, a mudança social. Por um lado, existe o predomínio das ideologias das classes dominantes, que contam com vários artifícios para a sua imposição, entre eles o domínio discursivo, mas por outro também existem as ideologias revolucionárias e libertadoras. O Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, por exemplo, é regido por ideologias que defendem a reforma agrária e um sistema igualitário de distribuição de renda. E, dessa forma, poderíamos citar outros grupos ideológicos que lutam contra o *status quo*, tais como o movimento feminista e o movimento negro.

Como concebe van Dijk (1998:21), as ideologias são “as bases das representações sociais compartilhadas por membros de um grupo”, permitindo-os se organizar em torno de crenças sociais específicas, o que os unem e os permitem agir coordenadamente. Por isso, as ideologias são entendidas como elementos que operam na interface entre sociedade e cognição. Da diversidade de valores e conceitos construídos em uma sociedade, os grupos se articulam em torno de afinidades, e assim compartilham e re-elaboram suas crenças. Assim, podemos afirmar que a ideologia é uma categoria axiomática, pois define outros elementos cognitivos (como os modelos mentais), sendo socialmente construída e compartilhada, pois diz respeito necessariamente a grupos (não há ideologias individuais), sendo discursivamente reproduzida. Isso quer dizer que as ideologias se constituem a partir de três aspectos: *cognitivo*, *social* e *discursivo*. Entretanto, se várias práticas se organizam em torno da ideologia, é a partir do discurso que ela mais se propaga. Dessa mesma forma, é pela análise discursiva que podemos identificar suas manifestações e combatê-las, no caso de ideologias que propagam o racismo, o preconceito e discriminação, por exemplo.

Sendo as ideologias crenças compartilhadas por grupos sociais, elas definem a identidade, os interesses e as ações desses grupos. As ideologias são as organizações cognitivas responsáveis, por exemplo, pela polarização Nós x Eles, e operam fortemente no processo de compreensão de mundo e na ação social. A polarização Nós x Eles é fortemente marcada nos discursos ideológicos e, necessariamente, tem a função valorativa (bem x mal); (certo x errado). Dessa forma, é importante ressaltar que “as ideologias não são apenas ‘uma visão de mundo’ de um determinado grupo, mas fundamentalmente os princípios que formam a base dessas crenças (van Dijk, 1998:21)”. Assim como também as ideologias não servem apenas para ‘dar sentido’ às ações sociais, mas são as reguladoras e propulsoras dessas ações. Em outras palavras, as ideologias consistem em representações sociais que definem a identidade social de um grupo. Assim, as diferentes ideologias são definidas pelo tipo do grupo que ‘tem’ uma ideologia. Por isso, o MST é tão distinto da União Democrata dos Ruralistas

(UDR), assim como são distintas as ideologias das mais variadas igrejas, partidos políticos etc.

Como o fundamento sociocognitivo de grupos sociais, as ideologias são gradualmente adquiridas pelos seus membros e, em determinados momentos históricos, mudadas. Por isso, elas são de natureza relativamente estável. Isso quer dizer que ninguém se transforma em um socialista, por exemplo, a partir de uma decisão pontual. Várias experiências, interações e discursos são precisos para adquirir uma ideologia ou modificá-la. O contrário também pode ser analisado dessa forma. Se as ideologias são gradualmente adquiridas, elas também podem ser gradualmente ‘desintegradas’ e, assim, membros de grupos deixam de acreditar no que antes o identificava como daquele grupo. Assim, podemos afirmar, seguindo van Dijk (2006c), que as ideologias têm várias funções sociais e cognitivas: *i*) elas organizam e consolidam as representações sociais dos grupos; *ii*) são as bases principais para a elaboração dos discursos dos membros dos grupos como membros dos grupos; *iii*) elas possibilitam que membros de grupos organizem e coordenem suas ações e interações em propósito dos interesses coletivos. Por fim, as ideologias funcionam como parte da interface sociocognitiva entre as estruturas sociais dos grupos, de um lado, assim como seus discursos e suas outras práticas sociais, de outro.

Na teoria de van Dijk, as ações de ‘representações sociais’ são intrínsecas aos três elementos pontuados acima. Entretanto, o autor ressalta que as representações sociais *não podem ser reduzidas a modelos mentais*. Se estes dão conta das singularidades discursivas construídas ideológica e socialmente, essas singularidades não podem ser explicadas apenas pelas circunstâncias. Elas precisam ser elaboradas a partir de estruturas mentais mais permanentes, trocadas com os outros, e que componham a memória social. O conhecimento social, as atitudes e as ideologias precisam de mais estabilidade, permanência e continuidade, em relação às distintas situações, para que sejamos capazes de agir em ações comunicativas. Por isso, é preciso levar em conta que nós precisamos ter conhecimentos, crenças, valores e normas de âmbito geral que sejam socialmente

compartilhados. E as representações sociais dariam conta exatamente desses aspectos. Assim, elas não são ‘espelhos’ do mundo em que vivemos, mas construções coletivas da forma que vemos o mundo. Elas são, enfim, a nossa cognição compartilhada.

Essas considerações contribuem para a discussão que irei desenvolver no próximo tópico: a ação dos gêneros textuais na constituição social e como eles operam como ‘guias’ para as interações.

Os Gêneros Textuais e sua Relevância na Interface Cognitiva

Um estudo que enfatize a ação dos gêneros, articulando o dinamismo entre as suas formas e funções, pode dar conta de uma investigação sobre as mudanças na organicidade dos gêneros, e em que sentido isso está relacionado às mudanças cultural e social, de forma mais ampla. Vários autores têm proposto reflexões para a investigação dos gêneros a partir de uma orientação: gêneros são elementos que operam na organização da sociedade, daí a ênfase em uma perspectiva pragmático-cognitiva (Bazerman, 2006; Berkenkotter e Huckin, 1995; Marcuschi, 2003b; Miller, 2004).

Essa questão evidencia-se bastante em trabalhos que buscam os *links* entre práticas sociais e discursivas. Como propõem Berkenkotter e Huckin (1995), o gênero textual é um elemento que possibilita a interpretação do processo entre a comunicação e o sistema social. Os autores têm combinado os seus conhecimentos nos campos da análise do discurso, com base cognitiva, a alguns fundamentos da pesquisa retórica, para elaborar o que chamam de ‘teoria socio-cognitiva do gênero’: o estudo do micronível de ações situadas, frequentemente analisadas como um processo individual, mas que também podem ser interpretadas (no macronível) como atos comunicativos num sistema discursivo.

A necessidade de uma abordagem social para os gêneros origina-se do seu caráter organizador das práticas mundanas. De acordo com Berkenkotter e Huckin (1995), no nosso uso organizacional ou disciplinador de gêneros, nós *constituímos* estruturas sociais (em seus domínios profissionais, institucionais e

organizacionais) e simultaneamente *reproduzimos* essas estruturas. Com inspiração na teoria da *dualidade de estrutura*, desenvolvida por Giddens (2003), os autores tentam se distanciar das concepções sociológicas tradicionais que propõem uma clara separação entre a estrutura social e a ação humana. Giddens (2003) observa que, de acordo com essa visão, a ‘estrutura’ é vista como ‘uma ação externa humana, como um tipo de delimitação da iniciativa livre’. Esta discussão é relevante, pois nos propicia desenvolver reflexões sobre como a linguagem opera nesse processo de estruturação social, partindo da noção de gêneros textuais, já que estes se estabilizam (e não se estruturam) em relação constitutiva com a estabilidade/instabilidade social.

De acordo com Giddens (2003:35): “o que é especialmente útil para a orientação de pesquisa é o estudo, primeiro, das interseções rotinizadas de práticas que constituem ‘os pontos de transformação’ nas relações estruturais; e, segundo, dos modos como as práticas institucionalizadas estabelecem a conexão entre a integração social e a integração do sistema”. Sobre esse aspecto, proponho considerar os *gêneros textuais* como elementos da prática social que transitam, tanto entre os ‘pontos de transformação’, quanto nas práticas localizadas que atuam na reprodução do sistema, daí seu poder de restringir/transformar a sociedade.

Assim, trago alguns aspectos para fundamentar a discussão sobre o conceito de gêneros textuais que assumo e proponho: uma perspectiva anti-estruturalista e não-formal, acentuando as ações de transformação/reprodução sociais e cognitivas que os gêneros possibilitam. Assim, sigo as proposições de Marcuschi (2005c), que percebe os gêneros como um macro-modelo cognitivo, ou “um sistema de enquadres sócio-histórico”. Nessa mesma linha, Bazerman (2006) entende os gêneros como *frames* que orientam nossa movimentação no mundo. Isso quer dizer que, se a interação se dá irremediavelmente a partir dos gêneros, são eles que orientam os elementos cognitivo-discursivos necessários para a nossa inserção em qualquer evento interativo. Resumidamente, os gêneros são enquadres sócio-interacionistas que construímos, ao longo da história, para fa-

cilitar nossas relações e torná-las mais dinâmicas e fluidas. Por isso, remetendo à clássica definição de Bakhtin 2000 [1979], eles não podem ser entendidos como estruturas rígidas, mas como sendo de natureza *relativamente instável*, pois estão em contínuo processo de constituição, em uma movimentação de via dupla, interferindo nas práticas sociais e sendo interferidos por elas. As palavras de Marcuschi (2005c:25) sintetizam o ponto fundamental dessa discussão:

“a circulação dos gêneros textuais na sociedade é fascinante, pois mostra *como* a própria sociedade se organiza em todos os seus aspectos. E os gêneros são as manifestações mais visíveis desse funcionamento que eles ajudam a constituir, envolvendo crucialmente a linguagem, as atividades enunciativas, as intenções e outros aspectos” (grifos do autor).

De acordo com a perspectiva da Escola Norte-Americana, na linha da Nova Retórica, a inserção social das nossas ações é reconhecida como legítima a partir do gênero. Ou seja, as ações sociais são legitimadas e aceitas a partir do gênero no qual elas estão sendo inseridas ou veiculadas. Dessa maneira, gêneros são entendidos não apenas como entidades formais, mas como elementos pragmáticos. Os gêneros são, fundamentalmente, formas de ação social. Esse é o princípio da teoria de Miller (1994:71): “o que eu quero propor é que se veja gênero como um constituinte específico e importante da sociedade, um aspecto maior da sua estrutura comunicativa, uma das estruturas de poder que as instituições controlam”. Nessa mesma linha, Bazerman (1994) entende que as pessoas criam instâncias individuais de significados e valores em campos de estruturas discursivas, e por causa disso agem em elevados sistemas sociais articulados, sendo os gêneros um dos componentes desses sistemas.

A maioria dos autores da Escola Norte-Americana toma como inspiração a teoria de Bakhtin (2000[1979]) sobre os gêneros discursivos – referência básica também para este estudo. Nas considerações de Bakhtin, gêneros não são

realizações linguísticas individuais, mas sociais. E, por isso, são resultantes dos processos históricos vividos pelos grupos que os constroem. O autor também frisa que os gêneros são padrões comunicativos socialmente utilizados, que funcionam como uma espécie de modelo comunicativo global de um conhecimento social situado. Nesse ponto, podemos remeter outra vez às considerações de Berkenkotter e Huckin (1995:7): “nosso conhecimento de gênero é derivado de (e embebido em) nossa participação nas atividades comunicativas do cotidiano. O conhecimento do gênero é uma forma de ‘cognição situada’ que continua a se desenvolver enquanto nós participamos de atividades culturais”.

A perspectiva pragmático-social desenvolvida por Miller (1994) e Bazerman (2004), assim como a perspectiva sociocognitiva, são importantes para este estudo, pois situam os gêneros como elementos que não só organizam as relações sociais, mas com poderes para legitimar ações discursivas, agindo na interface entre as interações e as práticas sociais, ou ainda, entre os aspectos macro e microssociais. As modificações nos gêneros jornalísticos, por exemplo, são indícios fortes dessa relação, pois são gêneros com forte inserção cultural, devido ao seu poder de circulação.

Para a análise que estou propondo, por exemplo, é relevante a natureza dos gêneros investigados, a partir da sua ocorrência na cobertura sobre Eldorado dos Carajás. Essa relação está longe de ser objetiva ou casual, mas sim constitutiva da prática discursiva jornalística. Não é irrelevante o que foi identificado no estudo do *corpus* desta pesquisa: a grande maioria dos gêneros que veiculam informações sobre o massacre dos sem-terra são notícias. E isso é importante por uma questão básica: esse é o gênero, em geral, o qual os jornais possuem maior controle sobre as possibilidades de inserção discursiva. Isso se justifica pela potencialidade desse gênero, como por exemplo, em legitimar os discursos nele veiculado e controlar a forma como esses discursos são veiculados, devido ser esse gênero o que tem uma organização mais rígida.

Como observou Miller (2007), é justamente ‘corrompendo’ a natu-

reza instável dos gêneros que as instituições conseguem manter o controle discursivo. Assim, segundo a autora, poderíamos falar que alguns gêneros estão sob forte ‘vigilância’ das instituições e, dessa forma, tendem a se enrijecer. O controle sob os aspectos formais da notícia, por exemplo, vem estabelecendo-se desde meados do século XIX, quando o gênero passou a seguir a organização canônica: título, *lead* e *sublead*, o que foi denominado como ‘estrutura de relevância’. Tal estrutura foi desenvolvida em textos de telégrafos, enviados pelos jornalistas correspondentes da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Por causa do limite de tempo e das restrições tecnológicas, os repórteres optaram por enviar primeiramente as informações ‘mais importantes’, ou seja, a iniciar o texto de forma ‘mais objetiva’. Antes, as notícias iniciavam com um comentário ou uma análise sobre o assunto tratado. De acordo com os cânones do jornalismo, o novo formato foi adotado como regra porque servia para agilizar e facilitar a leitura dos textos. Sob a perspectiva dos estudos do discurso jornalístico, entretanto, tal organização é ideologicamente orientada e interfere fortemente no processo de compreensão.

É importante ressaltar que esse controle formal não é tão determinante a ponto de impossibilitar interferências discursivas. Assim como os gêneros, os jornais são instituições que se organizam em um sistema de via dupla (interferindo na sociedade e sendo interferido por ela), daí que as relações nos tratos discursivos podem sofrer interferência da sociedade – aspecto que identifiquei em minhas análises – o que reforça a minha ideia de gêneros como um elemento de interface cognitiva entre o social e o individual.

Da Sociocognição ao Discurso (des)legitimador

O processo de elaboração discursiva envolve a ação reflexiva e crítica dos atores envolvidos em um evento comunicativo. O ato de (re)contar um evento, por exemplo, requer uma complexidade de elaborações sociocognitivas, em um

processo constante de atualização de modelos mentais. Estes modelos são de natureza social — pois têm fortes características de membros de grupos —, mas são intrinsecamente intersubjetivos, uma vez que são construídos nas interações, e se realizam situacionalmente. Por isso, são diferenciados em cada ação comunicativa. Toda ação discursiva de contar uma história, conseqüentemente, resulta de uma forma de observar/compreender esse evento, ou seja, de uma elaboração cognitiva individual/social. Esse processo não está restrito a domínios, tampouco aos seus gêneros. A elaboração deste livro, por exemplo, é uma ação discursiva, por isso um posicionamento meu, como pesquisadora, sobre o fenômeno que estou investigando.

E é uma ‘ação discursiva’ porque irá operar no processo de construção dos modelos mentais do interlocutor e interferir nas suas crenças e nos seus conhecimentos — daí o uso de estratégias retóricas de persuasão e, em alguns casos, de manipulação. Uma análise cognitiva do discurso trata desses complexos processos de produção discursiva. Se a retomada de todas as etapas desse processo é impossível, isso não deve fazer com que ignoremos o seu potencial constitutivo no discurso. Só assim, por exemplo, poderemos dar conta de algumas questões, tais quais um mesmo evento nunca ser relatado da mesma forma (as pessoas diferenciam os tópicos, os elementos relevantes, ou mesmo a cronologia), ou ainda o modo como podemos compreender inclusive o que não está no texto (pressuposições, implicações e outros aspectos que se realizam por inferências). Para investigar o processo de produção discursiva mais profundamente, precisa-se compreender e conceituar as distintas operações sócio-cognitivas que o envolve. É importante enfatizar que não se trata de nivelar, hierarquizar ou qualquer outra atribuição acumulativa ou valorativa para essas operações, mas sim de analisar as distintas relações e processos de interação que envolve a elaboração do discurso.

Tomemos essas considerações para analisar a primeira notícia publicada na Folha de S. Paulo, em 18 de abril de 1996, sobre as mortes em Eldorado dos Carajás:

Exemplo 2:

Confronto mata pelo menos 19 no Pará (FSP, 18/04/1996)

Um confronto entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de Eldorado dos Carajás (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e vários feridos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará.

Segundo informações do Hospital Elcione Barbalho, da cidade vizinha de Curionópolis, haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem terra até as 21h45. A direção estadual do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra) diz que o número de mortos é de cerca de 60.

“Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente”, disse o médico Faisal Saemem, do hospital

O secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, afirmou que, pelas informações que obteve da delegacia de Curionópolis, “o quadro é assustador”.

Até disse que até as 22h15 não havia conseguido falar com o comandante da operação no local para saber mais detalhes sobre o confronto e para saber se houve excesso da polícia.

Vítimas fatais

“Ainda não temos uma avaliação precisa, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as vítimas fatais foram muitas”, afirmou Charles Trocati, da direção estadual do MST no Pará. Câmara afirmou que os primeiros socorros foram prestados em Eldorado dos Carajás. Os policiais e sem-terra feridos estavam sendo transferidos para Marabá _distante 80 quilômetros de onde ocorreu o conflito.

O confronto ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 sem-terra no início da tarde de ontem, segundo o MST.

Segundo o secretário de Segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra. O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices.

Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a reagir para se defender. “É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta

negociação para resolver o problema de terra no Estado”, afirmou.

Caminhada

Os sem-terra estavam em caminhada para Marabá. Eles saíram há dois dias do município de Curionópolis, onde reivindicam a desapropriação da fazenda Macaxeira. Hoje, eles teriam em Marabá encontro com o superintendente estadual do Incra, Valter Cardoso, que daria uma posição sobre o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira.

A interdição da estrada começou anteontem. Os sem-terra pararam no km 100, a oito quilômetros de Eldorado dos Carajás. Após negociação com a PM, eles acamparam no acostamento.

No início da tarde de ontem, voltaram a ocupar a rodovia e reivindicar 50 ônibus para transportá-los até Marabá. Pediam, segundo a polícia, dez toneladas de alimentos. Câmara afirmou que o governo não podia tolerar o bloqueio da PA-150, que é a principal ligação do sul do Estado com Belém.

Câmara afirmou que o processo de desapropriação da fazenda Macaxeira já dura um ano e quatro meses e que está em fase final de aprovação no Incra, em Brasília, para desapropriação da área.

Primeiramente analisemos como os distintos atores entrevistados percebem o evento e o relatam para o jornalista. O ‘fato’, como orienta a análise textual, são vários e distintos. Isso quer dizer que ele não existe *a priori*, não é algo que está definido, estabelecido, mas é algo que será construído a partir das distintas versões, ou dos distintos ‘modelos cognitivos’. Observemos nas citações indiretas: “Segundo o secretário de segurança, os policiais foram recebidos a tiros, pauladas e pedradas pelos sem-terra. O MST afirma que os policiais começaram o tiroteio e que os sem-terra usavam apenas enxadas e foices”.

São versões distintas. Entre as questões que analisarei adiante, mas que cabem ser mencionadas desde já, destaco: as estratégias de persuasão ou manipulação nesses discursos, bem como o processo de retextualização da fala dos entrevistados para o texto escrito do jornal, carregando aí todos os aspectos discursivos/ideológicos que envolvem essa atividade, entre outros. Por ora, trato

de um aspecto fundamental desses discursos: ambos são elaborações cognitivas diferenciadas de um mesmo episódio. Ou seja, representantes do governo e dos sem-terra, antes de produzir qualquer discurso, tinham conhecimentos e crenças distintos sobre o ‘evento’.

Mesmo sem testemunhar as mortes, as fontes entrevistadas são capazes de narrar, descrever e argumentar, a partir de uma representação mental. Isso porque as estruturas cognitivas são construídas discursivamente, em grande medida, e não estão atrelados à experiência. Somos capazes de elaborar representações mentais e, assim, produzir textos sobre coisas que nunca vimos ou lugares em que nunca estivemos. E essas elaborações cognitivas são fortemente constituídas pelas nossas categorias axiomáticas, tais como ideologias, conhecimentos e crenças. Estas categorias são socialmente partilhadas, resultantes de processos históricos, e operam na elaboração das nossas performances cognitivas, sejam elas discursivas ou não. Tais performances, mesmo carregadas de complexos componentes sociais, consistem em ações individuais. Os integrantes dos distintos grupos (polícia, sem-terra, jornalistas) constroem distintos ‘modelos de evento’. Esse modelo é pessoal, mas com forte característica de grupo, pois é elaborado a partir de conhecimentos e crenças compartilhados, em articulação com os conhecimentos individuais. Trata-se de uma construção cognitiva que dá conta da macrocategorização de um evento específico, como no caso em estudo: *massacre x legítima defesa*.

Os ‘modelos de evento’ elaboram o que, potencialmente, será falado/escrito sobre um evento, não são de natureza rígida, fixa; antes, são *ad hoc* e situados. Por isso, os discursos dos militantes do MST têm elementos recorrentes (topicalizações e seleções lexicais semelhantes), revelando mais aspectos similares entre si do que os discursos dos policiais, por exemplo, que terão outras características. Entretanto, nenhuma produção ou leitura de um texto que sejam realizadas por integrantes de um mesmo grupo serão idênticas. Isso porque a produção textual requer um modelo cognitivo de natureza situacional, pois é elaborado no momento específico da interação, seja em uma entrevista, seja

na redação do texto: os ‘modelos de contexto’. Eles estão atrelados à situação da comunicação em andamento, ou seja, o que envolve a produção textual em si ou ainda o *setting* discursivo: com quem/para quem se fala/escreve, quais os interlocutores envolvidos no evento comunicativo, entre vários outros aspectos.

Os ‘modelos de contexto’ são representações das situações comunicativas. Como todos os outros modelos, eles estão armazenados na nossa memória episódica, ou seja, juntamente com outras experiências pessoais. Cognitivamente falando, não somos capazes de lembrar todas as experiências vivenciadas em um evento, daí construirmos modelos de contextos sobre eles, o que facilita as nossas ações. Por isso, eles são as nossas experiências representadas como modelos episódicos. Dessa forma, os modelos de contexto são tipos especiais de modelos porque interferem mais estrategicamente no processo discursivo, ou seja, sobre o que entendemos como ‘apropriado’ em situações comunicativas específicas. Assim, esses modelos são organizações cognitivas mais simples e não dão conta de aspectos globais de natureza social ou cultural. A prática e a rotina dos grupos sociais também são aspectos relacionados ao ‘modelo de contexto’ e também atuam no processo de elaboração discursiva. O quadro abaixo traz de forma esquemática a discussão que estou propondo:

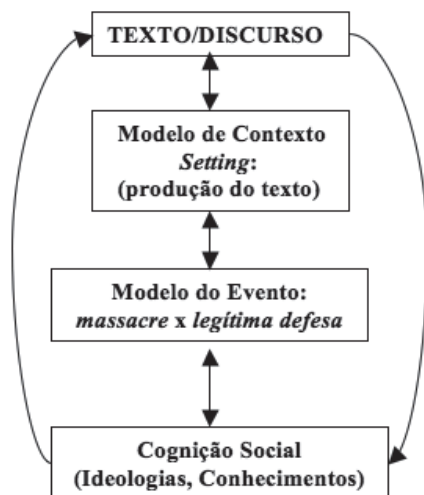


Figura 5: Sistematização das relações cognitivas entre práticas social e discursiva

Todos esses elementos estão relacionados à produção textual jornalística e vão interferir, de várias formas, no momento final da sua redação: para qual jornal se escreve (qual a sua orientação político-ideológica), quais as condições de tempo para a escrita da notícia, qual o espaço disponível no jornal, em que editoria o texto será publicado (Economia, Política, Cidades etc.) e qual o gênero textual (notícia, reportagem, nota). A prática jornalística se dá numa rotina na qual não só a relação com as instituições de poder é intrínseca, como também o próprio processo de produção textual é automatizado, pois as limitações de tempo para a apuração e escrita da notícia restringem a possibilidade de melhor conhecimento sobre o assunto tratado, por parte do repórter, assim como a ampliação do acesso discursivo. Essas questões são cruciais para que o jornalismo se estabeleça como um domínio que reproduz valores estabilizados por preconceitos e estereótipos.

No caso da notícia da Folha de S. Paulo, algumas questões relacionadas à rotina jornalística são relevantes para compreendermos a falta de informações mais precisas sobre o número de mortos, ou ainda a ausência de entrevistas com as pessoas que estavam *in loco* (testemunhas, militantes do MST, policiais envolvidos na operação etc.). Nenhum dos entrevistados foi testemunha do evento, ou seja, não presenciaram as mortes. Isso se deu por várias questões: o lugar ficava distante da sucursal do jornal, dificultando o acesso; o horário em que a polícia chegou e iniciou o tiroteio foi no final da tarde, horário em que vários cadernos já estão finalizados, o que limitou o tempo de redação do texto; entre outros problemas. Apenas no dia seguinte os jornalistas estavam em Eldorado dos Carajás para a cobertura, e só então entrevistaram as testemunhas e os envolvidos no massacre. Esses são importantes elementos contextuais que vão operar na constituição do texto.

A relação entre modelo de contexto e texto é de extrema relevância para esta investigação, pois é nesse processo que se inicia a construção do discurso (des)legitimador. Ao selecionar tópicos, itens lexicais, citações, entre outros elementos, o repórter está atuando no processo de construção das representações mentais dos leitores sobre o assunto tratado. Observemos o funcionamento das *topicalizações* na notícia da FSP. Os tópicos (ou temas) não são estruturas textuais, mas sim elaborações discursivo-cognitivas que, em geral, orientam a construção das estruturas de relevância do texto. No caso dos textos jornalísticos, os tópicos geralmente são identificados nos títulos ou no *lead* (primeiro parágrafo) da notícia. A seleção dos aspectos mais relevantes para a redação de um texto envolve toda a complexidade de elementos contextuais de que estávamos tratando. Daí ser essa uma categoria que opera na transição da estratégia global do discurso para as estratégias mais específicas da produção textual, como a organização sintática, por exemplo.

Observemos o título da notícia: “Confronto mata pelo menos 19 no Pará”. O tópico, ou seja, o assunto principal de que trata a notícia, é sobre as mortes em Eldorado dos Carajás. A imprecisão das informações de que o jornal

dispunha sobre o número de mortos levou ao uso de elementos linguísticos generalizadores ('confronto'; 'pelo menos'). A opção por uma construção sem sujeito sintático neutraliza a agência e funciona como uma estratégia de desenfaturação da ação dos policiais responsáveis pelas mortes dos sem-terra. Isso que não está dito no título aparece apenas nas linhas 4 e 5 do *lead*: "Haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem-terra até as 21h45". A informação de que todas as pessoas mortas no 'confronto' eram militantes do MST não foi tomada como relevante pelos redatores da notícia. Se assim fosse, a seleção lexical para a elaboração do título poderia ser outra, passando de *confronto* para *massacre*. Também é relevante observar que o mesmo léxico foi retomado na primeira linha do *lead* e, nas referências às pessoas assassinadas, é mantida a estratégia de generalização: 'mortos' e 'feridos'.

Outro aspecto relacionado ao modelo de contexto e à produção textual é a seleção de discursos ou o *acesso discursivo* (Falcone, 2005; van Dijk, 1991). Para escrever a notícia, o repórter entrevistou várias pessoas, que nos termos jornalísticos são chamadas de 'fontes' da notícia. De forma geral, essas pessoas são autoridades (representantes de governos, justiça, líderes de entidades), os chamados especialistas (médicos, cientistas políticos, advogados etc.), testemunhas do episódio tratado ou mesmo os protagonistas, ou seja, os sujeitos envolvidos na ação. Essas entrevistas são realizadas em uma etapa anterior à escrita do texto, porém a seleção dos discursos que irão compor o texto (e o grau de importância que terão) é um processo relacionado à produção textual. Das entrevistas, o repórter dispõe de vários discursos e, ao priorizar alguns especificamente (em geral os dos representantes dos grupos do poder) em detrimento de outros, está operando na construção da versão do episódio, ou construindo uma representação desse episódio. Analisemos essa questão no primeiro parágrafo da notícia:

Um confronto entre a Polícia Militar e sem-terra, por volta das 17h de ontem, no município de Eldorado dos Carajás (oeste do Pará), deixou pelo menos 19 mortos e

vários feridos, segundo a Secretaria de Segurança Pública do Pará. Segundo informações do Hospital Elcione Barbalho, da cidade vizinha de Curionópolis, haviam chegado 18 corpos de trabalhadores sem terra até as 21h45. A direção estadual do MST (Movimento Nacional dos Trabalhadores Sem Terra) diz que o número de mortos é de cerca de 60. “Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente”, disse o médico Faisal Saemem, do hospital.

O secretário de Segurança Pública do Pará, Paulo Sette Câmara, afirmou que, pelas informações que obteve da delegacia de Curionópolis, “o quadro é assustador”. Até disse que até as 22h15 não havia conseguido falar com o comandante da operação no local para saber mais detalhes sobre o confronto e para saber se houve excesso da polícia.

(FSP, 18/04/96)

O primeiro entrevistado citado no texto é o Secretário de Segurança Pública do Pará. Pelo critério de relevância, seu discurso é tomado como o mais importante pelo jornal, com mais autoridade e legitimidade para fornecer as informações sobre as mortes em Eldorado dos Carajás. A segunda instituição é o hospital, que confirma o número aproximado de mortos fornecidos pelo secretário. Apenas após essas duas autoridades é que a voz do MST aparece no texto para contra-argumentar sobre o número de mortos. Entretanto, a informação dada pela direção dos sem-terra é respaldada não por uma citação de algum integrante do movimento, mas de um médico: (“[...] “Os corpos têm várias perfurações de bala, inclusive na cabeça. É provável que o número de cadáveres aumente’, disse o médico Faisal Saemem”[...]). Nessa relação contextual, o MST não está situado como um grupo legitimado para fornecer informações, o que resulta também numa deslegitimação discursiva. Coube ao Secretário de Segurança Pública, por exemplo, descrever o episódio, e não ao dirigente dos sem-terra, representante das vítimas. Na descrição (“o quadro é assustador”), identificamos a mesma estratégia de generalização adotada pelo jornal. Na última linha do *lead*, o uso de um eufemismo (se houve *excesso da polícia*) também serve para desenfatar a violência policial, pois poderia ter sido dito *se houve*

abuso de poder, por exemplo. Quando os discursos dos representantes das instituições do poder não são priorizados nas citações, eles são assumidos implicitamente no discurso do jornalista:

O confronto ocorreu no instante em que cerca de 200 policiais militares tentavam desimpedir a rodovia PA-150. A estrada tinha sido interditada por cerca de 3.500 sem-terra no início da tarde de ontem, segundo o MST.

O primeiro enunciado é construído a partir da versão da Secretaria de Segurança Pública e da polícia do Pará, mas não há qualquer referência a alguma dessas fontes. A perspectiva do repórter para narrar e descrever a história é a mesma que a da polícia: o ‘confronto’ ocorreu por causa da tentativa de desimpedir a rodovia onde o MST fazia um protesto. A perspectiva do MST sobre essa ação é diferente e não é assumida em nenhum momento pelo discurso do jornalista. Não há efetivamente a versão dos sem-terra sobre o que aconteceu em Eldorado dos Carajás. O acesso discursivo do MST é fortemente controlado e dá conta apenas, em alguns movimentos do texto, de respaldar a informação que o jornalista traz, como acontece no enunciado seguinte, ou então funciona ilustrativamente. Observemos esses aspectos nas citações retiradas da notícia:

“Ainda não temos uma avaliação precisa, mas um companheiro que esteve no local afirmou que as vítimas fatais foram muitas”, afirmou Charles Trocati, da direção estadual do MST no Pará.

Câmara afirmou que os policiais foram obrigados a reagir para se defender. “É lamentável que os sem-terra tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado”, afirmou.

Na primeira citação, o discurso reportado do dirigente do MST é marcado pelo ‘desconhecimento’, como um sujeito passivo. Ele não participa em elaboração de análises, críticas, ou mesmo descrevendo a cena. Já o discurso do secretário é valorativo, com o poder de criticar ação dos sem-terra e atribuir conotações negativas (“É lamentável”; “atitude de confronto”), assim como também de acusar o movimento como o responsável pelas mortes: “tenham tomado essa atitude de confronto após tanta negociação para resolver o problema de terra no Estado”.

Vários outros aspectos importantes ainda poderiam ser investigados nessa primeira notícia sobre Eldorado dos Carajás. Além disso, ainda há outras categorias que me permitem analisar a relação entre os modelos cognitivos e a produção textual e, assim, observar como elementos globais operam na constituição de um texto específico. Por ora, entretanto, teço algumas considerações que nos possibilitam tratar mais concretamente das questões teóricas desenvolvidas neste capítulo.

Nesta parte do trabalho, tratei das noções teóricas que fundamentam toda esta investigação: a proposta sociocognitiva para investigações em Análise do Discurso. Van Dijk (2000a, 2006a, 2006b) é o autor que dá sustentação a esta discussão, a partir da sua proposta desenvolvida com base na tríade *discurso, cognição, sociedade*. Esta perspectiva envolve uma complexa articulação de teorias, daí a necessidade de buscar suportes em distintos campos de conhecimento. Isso me faz assumir uma postura interdisciplinar por essência, pois, sem dar conta dos vários aspectos que envolvem a prática discursiva – em sua realização social e concepção individual –, corre-se o risco de desenvolver um estudo reducionista.

Tal empreendimento, entretanto, exige um grande esforço teórico, pois, primeiramente, aponta críticas a algumas perspectivas consolidadas na Linguística, assim como tenta desenvolver um quadro teórico que rompe com dicotomias também estabelecidas, tal qual *social x cognição; interno x externo*. Por isso, este capítulo teve como objetivo não só situar teoricamente minha investigação, mas caminhar por uma trilha epistemológica que já vem sendo traçada em

distintas linhas do conhecimento – Sociologia, Psicologia, Antropologia – em busca de um ‘fazer científico’ que rompa com as *dicotomias*, o *objetivismo* e o *empirismo* inerentes à ciência moderna, já que esses ainda são os paradigmas predominantes em nossas produções acadêmicas.

Por fim, é importante salientar que a interdisciplinaridade leva a compreensões mais amplas não só do fenômeno pesquisado, mas do nosso próprio campo disciplinar, pois nos ajuda a perceber as nossas teorias e as nossas investigações com a ajuda do olhar do outro. Daí a sua extrema relevância. Entretanto, é sempre um risco enveredar por linhas teóricas sobre as quais seria impossível, para um único pesquisador, dar conta em toda a sua complexidade. Por isso, a multidisciplinaridade também exige de nós não a tolerância – pois esta é apenas uma forma dissimulada de acolher o discurso do outro –, mas a compreensão de que o saber se constrói coletivamente, desenvolvido em distintas especificidades. E assim compreender que *teorias não são verdades*, mas sim a nossa forma de ver e atuar no mundo sistematicamente (Marcuschi, 2005c).

3. (Des)legitimação: uma prática social, discursiva e cognitiva¹²



O objetivo deste capítulo é desenvolver uma proposta para o estudo do processo de (des)legitimação, a partir da perspectiva da Análise Cognitiva do Discurso. Isso implica construir um aparato teórico-metodológico que dê conta de aspectos sociocognitivos, interacionais e discursivos. Entendo a (des)legitimação de atores e grupos sociais como uma atividade resultante de complexas relações sociais, norteadas por modelos cognitivos, sendo o discurso uma importante força propulsora para tal processo. Essa perspectiva só pode ser sustentada se entendermos a natureza corporificada e discursiva da mente (Lakoff, 1987; van Dijk, 2006a); se assumirmos a língua, em sua prática discursiva, como uma atividade humana para a organização do mundo, a partir do processo de categorização (Marcuschi, 2007b; 2003a; Mondada, 2000, 1997); se situarmos a construção da (des)legitimação na ‘esfera pública’, nas ações do discurso, e não apenas atrelada a instituições privilegiadas (Habermas 1996; 1999 [1973]); e, por fim, se tomarmos como referência uma perspectiva de sociedade como um fenômeno que se constitui em um contínuo processo de estruturação, em uma relação de estabilidade-instabilidade, resultante da ação de sujeitos reflexivos (Giddens, 2003).

¹² Agradeço a Beth Marcuschi a leitura atenciosa e as importantes contribuições para este capítulo.

(Des)legitimação: leituras sociais, ações de categorização

A (des)legitimação é um *processo* que se realiza a partir de distintas práticas sociais, sejam elas as mais cotidianas, tais quais as conversas entre vizinhos; nas relações familiares, quando a mulher assume papéis tradicionalmente machistas; em notícias publicadas em jornais; em uma sentença judicial; ou em um pronunciamento do Presidente da República. Isso quer dizer que a (des)legitimação não é ditada por uma instituição única, mas resulta de uma complexa rede de relações sociocognitivas: esse é um dos pressupostos básicos deste trabalho. Situar legitimação como um *processo* também implica assumir uma perspectiva teórica específica sobre esse fenômeno: ele não é homogêneo, é de natureza instável, é construído historicamente e é socialmente contextualizado. O *processo* de (des)legitimação resulta de atividades sociocognitivas, nas quais grupos e atores sociais são categorizados, a partir de *efeitos* prototípicos ou estereotipados de representações sociais, que se alinham em um *continuum*¹³. Por isso, nenhum grupo pode ser definitivamente estabelecido como legitimado ou deslegitimado, pois tal condição resulta da ação intersubjetiva de sujeitos, em processos históricos. Governos, grupos sociais e domínios discursivos em geral estão em constante tensão no processo de *legitimação x deslegitimação*. Para se chegar a essa compreensão, foi relevante a diferenciação estabelecida por Habermas (1996; 1999 [1973]) entre as noções de *legitimação* e *legitimidade*: enquanto o primeiro é uma construção dinâmica, a segunda prevê uma relação estagnada entre os distintos grupos sociais e a sociedade.

Entendendo a legitimação como um processo, poderíamos, em uma relação analógica, explicá-la como uma ‘leitura’ da sociedade sobre a ação de governos, movimentos sociais, grupos étnicos etc., em um momento histórico específico. Essas ações seriam o ‘texto’ e a categorização como (des)legitimado

¹³ As noções de protótipos e estereótipos serão discutidas mais adiante, pois exigem um melhor detalhamento teórico. Tratam-se de conceitos complexos e controversos. Mas, é importante ressaltar, desde já, que protótipos e estereótipos são entendidos como efeitos de sentido, ou seja, são categorizações discursivas e situacionais, e não devem ser tomados como atribuições naturais ou estanques. Assim, mesmo utilizando as noções de protótipos e estereótipos, não adoto a noção de Rosch (1978), primeira autora a tratar as categorias partindo de tais noções.

uma atividade resultante dos diversos modelos cognitivos construídos a partir da leitura desse texto. Para melhor explicar a analogia, é preciso situar o texto como um *processo*, que se concretiza apenas na interação autor-leitor, em uma relação sociointerativa, na qual ambos são sujeitos na construção dos sentidos que emergem do ‘mundo textual’, diferentemente da ideia de texto como um *produto*, uma estrutura definida, pronta e acabada, cabendo ao leitor-passivo apenas decodificá-lo. Situar texto como um processo significa assumir que a sua compreensão nunca é a mesma para todos os leitores, pois é exatamente na atividade de leitura que os sentidos serão construídos (Beaugrande, 1997).

Mas é importante ressaltar que existem elementos delimitadores no texto que restringem as possibilidades de sentido. Isso quer dizer que, se a interpretação de um texto sempre resulta de uma relação única entre autor-leitor, essa relação não é descorporificada de elementos sociocognitivos e históricos. Por isso, o processo de compreensão está sempre atrelado aos conhecimentos compartilhados, às ideologias e às relações sociais previamente construídas entre os interlocutores. A partir dessa analogia, podemos dizer que o processo de (des)legitimação se dá a partir de elementos que compõem as nossas performances cognitivas: categorizar, atribuir valores, inferir, elaborar modelos mentais, entre outros. É nesse sentido que queremos defender a noção de legitimação: uma ação resultante das ‘leituras de mundo’, compartilhada e construída por atores críticos, que, a partir das suas habilidades sociocognitivas, interagem em um complexo ‘texto social’, elaborado continuamente, por uma vastidão de autores/leitores, sendo que estes papéis também estão em constante alternância.

Não se pode ignorar, entretanto, que nesse processo de ‘elaboração textual’, há discursos que se impõem, oprimindo outros. A construção desse texto é, antes de tudo, um processo de conflito e negociação entre os distintos grupos (instituições de poder, grupos de excluídos) e atores sociais. A relação que se estabelece no constante processo de (des)legitimação não segue um movimento único: de cima para baixo, ou seja, das instituições de poder para o povo. Também se faz necessário uma resposta de baixo para cima, do povo para as

instituições, seja em uma ação de resistência ou de acomodação. Se entendermos a legitimação como resultante da ‘leitura’ de um momento específico de uma sociedade, essa leitura necessariamente se dá numa complexa articulação entre os diversos elementos que constroem esse ‘texto’, ou seja, a ação de atores e grupos sociais que são, ao mesmo tempo, autores/leitores no processo de composição da história.

Além da diferenciação estabelecida por Habermas (1996; 1999 [1973]) entre as noções de *legitimação* e *legitimidade*, outra importante contribuição dos seus estudos para esta investigação foi deslocar o enfoque da legitimação do domínio jurídico (onde estava reduzido apenas às decisões legais) e o situar no âmbito discursivo: para o autor, é nas práticas discursivas que se dá a construção do (i)legítimo (Habermas, 1996; 1999 [1973]). Isso resulta de uma forte crítica à tradição do positivismo jurídico. Ainda persiste neste domínio a concepção que atrela o legal ao legítimo, sem distinguir o que é apenas uma prática institucional (por mais poderosa que seja), das complexas relações sociais, que não podem ser reduzidas a apenas um grupo discursivo. Sendo assim, Habermas (1996) propõe a ‘função integrada da lei’, concepção na qual as leis apenas são legitimadas a partir do acordo de todos os cidadãos, em um processo discursivo amplo e igualitário. O autor defende que o conceito de legitimação discursiva está na tensão entre a *facticidade do positivismo* (fatos) e a *validade racionalista* (normas) (Habermas, 1996). Várias críticas são feitas a essa perspectiva: seja por ser uma acepção idealista de mundo; ou por tratar de relações para as quais muitas sociedades ainda não estão preparadas, devido aos altos níveis de desigualdade social. Um dos autores que mais sistematicamente tem travado um diálogo crítico com Habermas sobre a teoria da legitimação é N. Luhmann. Esse embate é apresentado pelo próprio Habermas (1999 [1973]). Luhmann é radical em sua crítica, ao definir a concepção habermasiana como “fora do compasso social” (Luhmann apud Habermas, 1999 [1973]:163).

Não me interessa, entretanto, enveredar por tais problemáticas socio-lógicas. O que pretendo aqui é investigar uma proposta de Habermas (1999

[1973]): a legitimação está irrevogavelmente atrelada à prática discursiva e serve à organização social. Entendo que para uma investigação como esta, em que o objetivo é analisar discursos, o enfoque nessa concepção já nos possibilita desenvolver um vasto trabalho.

Entretanto, ao buscar outras problematizações para o fenômeno da legitimação, tenho como objetivo situá-lo a partir de uma abordagem sociocognitiva. Tal proposta está em consonância com esta investigação, na qual defendo o estudo do discurso e da sociedade a partir da *interface cognitiva*. Sendo assim, se os estudos de Habermas (1996; 1999 [1973]) dão conta da perspectiva discursiva, precisamos articulá-los com outros referenciais teóricos (Lakoff & Johnson, 1999; Lakoff, 1987; Marcuschi, 2005a; Mondada, 1997; van Dijk, 1998, 2006a), para assim chegar a um conceito de legitimação que possa ser investigado a partir da tríade *discurso, cognição, sociedade*. Antes, porém, é preciso compreender um pouco mais da teoria de Habermas (1996; 1999 [1973]) e assim melhor estabelecer esse *link* com o cognitivo. Por ora, apresento apenas algumas questões introdutórias sobre as teorias que proponho discutir e desenvolver ao longo deste capítulo.

A Legitimação segundo Habermas

Os estudos de Habermas sobre legitimação (1996; 1999 [1973]) estão substancialmente fundamentados na importância que o autor atribui à linguagem para a organização da sociedade. É com esse mesmo referencial que o autor desenvolveu sua Teoria do Agir Comunicativo (1989). A importância da linguagem é assumida por Habermas (1999 [1973]; 1989) pressupondo três aspectos: *i*) ela seria a nossa principal característica, o que nos faz humanos; *ii*) a linguagem é um meio privilegiado de acesso à razão humana – o que ficou marcado na teoria habermasiana como a sua ‘guinada linguística’; *iii*) é pela linguagem que agimos coordenadamente em busca do *consenso*, noção fundamental para os postulados da teoria da legitimação. Esses conceitos foram desenvolvidos a partir

das descobertas de Habermas em seus estudos sobre a filosofia hermenêutica e a análise linguística da obra de Wittgenstein. O autor também se inspira na Pragmática searleana e austiniana, assumindo, inclusive, alguns conceitos que destoa dos que aqui postulo. Para exemplificar, tomo o *conceito de língua*, já que para o autor a língua é definida como um ‘veículo’ e situada como um elemento de ordem mais individual do que social.

Por isso, antes de tratar do conceito de legitimação – aspecto principal deste trabalho – fazem-se necessárias algumas reflexões críticas sobre esses pressupostos norteadores da obra de Habermas, centrando, por enquanto, no conceito de língua. A partir dos três tópicos apresentados, percebe-se que é subjacente à teoria habermasiana uma concepção representacionista de língua, pois esta seria apenas uma forma de acesso à razão. Diferentemente é a perspectiva sociointeracionista aqui adotada, como a proposta por Marcuschi (2000:81), que situa a língua como “um trabalho cognitivo e uma atividade social”. Também, ao nos definir fundamentalmente como ‘seres linguísticos’, o autor dicotomiza esse aspecto com os demais que constituem a natureza humana, como o cognitivo, por exemplo. E, por fim, ao assumir a perspectiva pragmática, o autor compreende a língua como um empreendimento individual, ainda que ela sirva à ação coletiva. Essa questão é resumida por Honnet (1999:539) da seguinte forma: “para Habermas a comunicação linguística é o veículo graças ao qual os indivíduos garantem aquela reciprocidade em atos e concepções de valor tão necessária para que as tarefas de reprodução material possam ser socialmente regidas”. Mais adiante, além de retomar a discussão sobre o conceito de língua, também questiono a ideia de ‘ações de indivíduos como reproduções sociais’. Delimito esses aspectos como a minha principal restrição à proposta de Habermas (1999 [1973]; 1989).

Entretanto, tais restrições não inviabilizam assumir a essência do conceito de legitimação desenvolvido por Habermas (1999 [1973]), principalmente por sua importância para a ruptura com a perspectiva clássica do paradigma do Direito Positivista. É com esse objetivo que desenvolvo minhas considerações,

reconhecendo que foi a partir de Habermas (1999 [1973]) que a noção de legitimação chegou à prática discursiva. Assim como é também relevante ressaltar a importância da sua obra para a própria Linguística. Como aponta Honnet (1999), Habermas assume uma oposição às teorias clássicas sociológicas, como as de linha marxista, que delimitavam a reprodução social a uma única dimensão – a força do trabalho – e situa a prática da interação linguística como uma dimensão igualmente fundamental do desenvolvimento histórico, além de ser uma prática transformadora.

As acepções para o verbete ‘*legitimar*’ apresentadas por J. Náufel (2002:597), no Novo Dicionário Jurídico Brasileiro, são exemplos da distinta compreensão do fenômeno na perspectiva clássica do Direito: 1- “Justificar ou provar a legitimidade de um direito de um ato ou de uma coisa”; 2- “Habilitar para certos atos, ou para o gozo de certos direitos preenchendo os requisitos legais”. Habermas (1999 [1973]) defende que a legitimação de valores e poderes não se dá em condições meramente normativas, como pregam os cânones positivistas. Segundo Habermas (1999 [1973]:129), o equívoco fundamental da teoria decisionista legal (ou o Direito Positivista) é se colocar na condição de não ideológica, afirmando que a validade das normas legais pode fundamentar-se apenas em decisões: “as ingênuas pretensões de validade de normas de ação referem-se, em cada caso (pelo menos implicitamente), à possibilidade de fundamentação discursiva”. Nessa perspectiva, entende-se que a legitimação é uma consequência de uma interpretação que admite consenso e que tem uma função definida. Por outras palavras, “uma visão do mundo que legitime a autoridade (1999 [1973]:129)”.

Essa visão de mundo da qual trata Habermas é exatamente o *consenso* resultante das ações comunicativas em uma sociedade. Segundo o autor, o componente legítimo das normas não é limitado ao conteúdo proposicional das expectativas normatizadas de comportamento. Ou seja, uma lei não é obedecida simplesmente porque o seu conteúdo assim determina. “Mas a pretensão de validade normativa é em si cognitiva, no sentido da suposição (embora contra

os fatos), que poderia ser redimida discursivamente, isto é, fundamentada no consenso dos participantes através da argumentação” (1999[1973]:133).

Assim pode-se dizer, juntamente com o autor, que a legitimação é construída discursivamente, a partir de atividades retóricas/argumentativas, e consolidada no âmbito sociocognitivo. Inclusive, Habermas (1999[1973]) ressalta que a sua teoria está intimamente ligada à prática da argumentação, pois esta implica a não-coercitividade, princípio norteador também do agir comunicativo. A prática argumentativa seria essencial para se chegar ao *acordo*, noção também desenvolvida pelo autor, discutida mais adiante.

Habermas distingue as *normas justificáveis* das *normas que estabilizam relações de força*. Na medida em que as normas expressam interesses generalizáveis, elas são justificáveis, baseiam-se no *consenso racional* e são resultantes de *acordos*. Mas, quando as normas não regulam interesses generalizáveis (como as relações de poder), elas se estabelecem a partir da força, o que o autor define como *poder normativo* (1999[1973]:141). Segundo o autor, em sociedades liberais capitalistas, o que ocorre é uma forma ideológica de identificação, ou uma capacidade de generalização de interesses dominantes. Nessa conjuntura, as legitimações podem consistir em explicações estreitas, como as apresentadas pelo Direito Positivista, ou em explicações sistematizadas por cadeias de argumentos. Estas têm a dupla função de provar a validade legítima das pretensões do sistema normativo e evitar questionamentos da sua validade discursiva. O que me leva a observar, junto com Fairclough (1997), porque, nesses modelos de sociedade, a comunicação é sistematicamente limitada, ou mesmo sutilmente controlada, tendo como principal exemplo o fenômeno da *tecnologização discursiva*.

Os conceitos de *consenso* e *acordo* são fundamentais na teoria de Habermas: as possibilidades de legitimação estão em constante tensão, sendo a ação discursiva determinante no estabelecimento ou quebra de hegemonias. Segundo o autor, a validade das normas não se baseia em atos irracionais das partes em acordo, mas sim em ações racionais, fazendo com que o seu questionamento possa ser realizado em qualquer tempo. A compreensão de *consenso* como algo socialmente cons-

truído para o estabelecimento do *acordo* é de extrema relevância, pois concebe a sociedade organizada a partir de modelos dinâmicos, abrindo precedentes para as mudanças. Nesse ponto a teoria de Habermas é definidora no quadro teórico da ACD, influenciando os estudos de Fairclough (2003, 2001a) e os conceitos de ideologia e legitimação propostos por van Dijk (2000c).

De acordo com Habermas, o modelo de organização social mais apropriado seria o da *comunidade de comunicação*, na qual os participantes de um ‘discurso prático’ testam as pretensões de validade das normas e, conforme as aceitem com razões, chegam à convicção que, em dadas circunstâncias, as normas propostas são ‘válidas’ ou ‘inválidas’. Isso é o que o autor chamou de o “reconhecimento motivado racionalmente da pretensão da validade de uma norma de ação” (Habermas, 1999[1973]:136). Controlar esse reconhecimento é o principal ponto de sustentação da hegemonia liberal, e significa controlar as motivações de aceitabilidade das normas. É assim, segundo o autor, que se constitui o que na Análise Crítica do Discurso se definiu por ‘controle discursivo’. Entretanto, Habermas (1989) defende que o discurso é parte do esforço que os interlocutores fazem para chegar a uma ‘comunicação não-distorcida’. Nos termos habermasianos, isso quer dizer uma ação em prol do bem social, ou seja, contrária às hegemonias.

Recorro aos argumentos de Alexander (1999) para discutir tal aspecto da teoria de Habermas – recorrentemente criticado na Sociologia. Como aponta Alexander (1999), se por um lado o autor subestima as qualidades irracionais da comunicação, quando não da ação, a concepção desse modelo racional é bem desenvolvida em sua teoria. Em Habermas (1989), por exemplo, o autor trabalha sistematicamente na tentativa de identificar tipos de argumentações e critérios capazes de exemplificar os empreendimentos racionais humanos e sua capacidade de agir coletivamente. A partir dessas reflexões, mostra-se pertinente a afirmação de Alexander (1999:39) sobre as teorias habermasianas: “entre o discurso racionalizante de Habermas e o discurso arbitrário de Foucault está o verdadeiro campo discursivo da ciência social”.

A Legitimação e o Discurso

Tema central nos estudos das Ciências Sociais, e mesmo na Psicologia, o fenômeno da legitimação não tem sido sistematicamente tratado na Linguística. Se os estudos de Habermas (1999 [1973]) já enfocaram no discurso o processo de construção da (des)legitimação, pouco foi feito nas análises do discurso em busca da natureza e das categorias da ocorrência desse fenômeno nos distintos domínios. Na Análise Crítica do Discurso, os estudiosos que vêm se ocupando sobre a legitimação discursiva de forma mais sistemática são van Leeuwen (2007), van Dijk (2000c) e Rojo & van Dijk (1997).

Van Dijk (2000c) define a legitimação como um ato social (e político), que se concretiza, especificamente, na prática discursiva. Mas também destaca a dimensão sociointerativa da legitimação, pois tais discursos são, em geral, atitudes responsivas a questionamentos sobre a legitimidade de grupos e atores sociais. Daí o caráter dinâmico do processo de legitimação, resultando em uma “prática discursiva complexa, contínua, que envolve um conjunto de discursos inter-relacionados” (van Dijk, 2000c: 319). O processo de construção da (des)legitimação envolve uma complexidade de categorias de ordem linguística, discursiva, cognitiva e social. Irremediavelmente, a legitimação está atrelada a um processo de afirmação de Uns e, em movimento contrário, de negação – ou estereotipização de Outros. Isso quer dizer que a (des)legitimação é um processo de forte conotação de construção de representações sociais, ideologicamente orientado, e está, em geral, atrelado a conflitos entre movimentos sociais e instituições do poder. Os movimentos e grupos sociais conquistam espaço e se estabelecem não só através do poder ou das ideias, mas também pela legitimidade que a sociedade lhes atribui.

No primeiro capítulo, discuto como o processo de deslegitimação está fortemente atrelado a grupos contrários ao *status quo*, como os movimentos sociais, pois essa é a estratégia principal das instituições do poder para enfraquecer esses movimentos – como acontece com o MST e com os movimentos sindicais, por exemplo. Assim, esses grupos estão em constante luta pela sua legitimação.

Entretanto, assim como Rojo e van Dijk (1997), também defendo que essa relação não é estanque, nem determinística. Ou seja, historicamente instituições do poder também têm passado por ‘crises de legitimação’.

Tal qual concebem Rojo e van Dijk (1997), existe uma complexa relação entre as dimensões discursivas e sociopolíticas de legitimação. O discurso apenas terá uma função legitimadora se um número de fatores contextuais for satisfatório, tais quais o poder e a autoridade do falante, assim como a instituição da qual ele faz parte. Por outro lado, a legitimação sociopolítica poderá se perder nos conflitos do domínio político, então os discursos de re-legitimação são necessários para restabelecer a autoridade ameaçada. Nessa complexa relação dialética, as duas dimensões resultam no que o autor conceituou como “legitimação sociopolítica realizada pelo discurso”, ou, de forma resumida, “o discurso da legitimação (1997:2)”.

As ações das atividades de legitimação se dão em dois movimentos. Primeiramente, a legitimação pode ser analisada como um ato social de atribuição de aceitabilidade de atores sociais, ações e relações sociais em uma ordem normativa. Segundo Rojo e van Dijk (1997), esse seria o movimento *top-down*, envolvendo estratégias que visam estabelecer, manter ou restaurar uma posição social e uma autoridade aceitável de um grupo ou uma instituição, usualmente o Estado. O *bottom-up* seria a forma complementar de legitimação, a ação de grupos dominados (cidadãos, minorias etc.) para aceitar passivamente ou ativamente tal hierarquia ou autoridade dos grupos dominantes ou instituições (elites, governos, parlamentos). Essas movimentações se dão simultaneamente, ou seja, os grupos ou as instituições dominantes buscam se legitimar através da aprovação dos dominados, e os grupos dominados legitimam os grupos ou as instituições dominantes através de várias atividades de mais ou menos concordância, aceitação, submissão ou, no mínimo, tácito consentimento.

Dentro dessa dinâmica, quando acontece de o movimento *bottom-up* não se realizar de forma satisfatória aos interesses da elite, gera o que Habermas (1999 [1973]) conceituou como ‘crise de legitimação’, fenômeno recorrente

nas sociedades contemporâneas. Nessa conjuntura, governos e instituições veem os seus poderes sendo questionados, colocados em dúvida. A principal motivação para tais crises são as controvérsias geradas sobre papéis e obrigações sociais, o que pode resultar em ‘erosões’ na legitimidade dos grupos dominantes. É nessa situação de crise que o discurso da legitimação tem função decisiva para o restabelecimento dos poderes, e também é quando as instituições utilizam estratégias ainda mais persuasivas em seu discurso. Essa definição do processo de legitimação como uma movimentação social em dois sentidos (*top-down* ↔ *bottom-up*) me parece interessante por dois aspectos: i) assume uma perspectiva na qual a legitimação não está atrelada apenas às instituições do poder, pois leva em conta também a força popular para que esse fenômeno se realize, concebendo tal dinâmica a partir da complexa relação: poder → povo; povo ↔ povo; povo → poder; ii) parte de uma estratégia semelhante a uma prática de leitura, retomando a analogia que fiz no início do capítulo.

O fato de que legitimação não é permanentemente estável, mas objeto de conflito social e político, explica porque ela não pode ser preservada em condições de livre produção e circulação de discursos. Esse ponto é fundamentalmente relevante para este trabalho, pois trato de um caso que bem caracteriza a crise de legitimação, já que os poderes Executivo e Legislativo do Brasil foram questionados por grupos nacionais e internacionais de defesa dos direitos humanos, exigindo punição para os responsáveis pelos assassinatos dos sem-terra em Eldorado dos Carajás. Nessa conjuntura, a necessidade de convencimento é ainda mais incisiva. Isso significa que a formulação do discurso da legitimação opera – a partir dos seus efeitos persuasivos ou manipuladores – na construção de modelos mentais preferidos, e, mais amplamente, pode resultar em atitudes favoráveis às instituições de poder. Mas isso pode ser subvertido, quando há a possibilidade de romper com o controle discursivo, e outros novos modelos de eventos podem ser elaborados.

O primeiro autor a tratar sobre a legitimação na Análise Crítica do Discurso foi van Leeuwen, em um artigo primeiramente intitulado “A Gramática

da Legitimação”, mas que não chegou a ser publicado nessa versão. Esse trabalho foi ampliado e publicado com o título “Legitimação e Discurso”, na revista *Discourse & Communication*, em 2007. Nesse artigo, van Leeuwen investiga categorias do discurso da (des)legitimação em eventos conversacionais e em comunicações públicas – como os discursos de parlamentares em assembleias e etc. Assim como este estudo e o de Rojo e van Dijk (1997), van Leeuwen (2007) também toma como principal fundamentação a obra de Habermas (1999 [1973]), além de outros sociólogos. Em seu artigo, van Leeuwen (2007) discute o processo de (des)legitimação a partir de quatro categorias básicas: *a) autorização*: baseada na autoridade da tradição, no costume, na lei ou nas pessoas com autoridade; *b) racionalização*: é a utilidade de uma ação institucional e sua validade cognitiva no conhecimento aceito; *c) avaliação moral*: baseada em normas, ou pelo menos no que está estabelecido socialmente como tal, sendo uma ação sociocontextual; *d) mytho-poiesis*: legitimação convencionada por narrativas. Como enfatizou o autor, essas categorias são de natureza macro e mais aplicáveis aos estudos da conversação, o que se caracteriza como um trabalho de natureza distinta ao que proponho. Entretanto, esses aspectos inspiram as categorias de análise por mim desenvolvidas.

A perspectiva de que o processo de legitimação está atrelado às relações interpessoais também está presente em outros trabalhos de teóricos da análise do discurso, como Charaudeau e Maingueneau (2004:295) que a definem como uma noção que pode ser utilizada para significar que “o sujeito falante entra em um processo que deve conduzir a que se reconheça que tem direito à palavra e legitimidade para dizer o que diz”. Essa legitimidade, segundo os autores, pode derivar tanto de relações interpessoais quanto dos lugares institucionais que ocupam os falantes.

A Legitimação e a Teoria Social

Investigar a legitimação envolve, como já foi dito, uma articulação de distintas áreas do conhecimento e, assim, de diferentes perspectivas sobre a or-

ganização social. Para desenvolver tal investigação, assumindo o fenômeno da legitimação como de natureza discursiva e sociocognitiva, faz-se necessário uma concepção de sociedade – e relações sociais – que embase tal perspectiva. Assumo como referência base para essa discussão a *teoria da estruturação* proposta por Giddens (2003), assim como os conceitos de *sujeito reflexivo* e de *agência* propostos pelo autor.

O aspecto central da teoria de Giddens (2003) que interessa a este trabalho é a *perspectiva estruturante* da sociedade – e de todos os elementos que nela se constituem, entre eles a linguagem. Isso significa entender as relações sociais como construções histórica e socialmente situadas, o que possibilita a compreensão do mundo em uma perspectiva dinâmica, em constante reorganização e sem o estabelecimento *a priori* das estruturas. Desenvolver uma perspectiva social a partir desses preceitos é fundamental para este trabalho, pois investigo um fenômeno social – a legitimação – sob essa perspectiva de instabilidade, ou seja, um *processo* em contínua (re)elaboração nas práticas sociais – entre elas a discursiva.

Para Giddens (2003), as estruturas são de uma *ordem virtual de relações transformadoras*. Isso significa dizer que os sistemas sociais não têm estruturas, mas exibem propriedades estruturais e que as estruturas só existem, como presença espaço-temporal, para orientar a conduta de agentes humanos dotados de capacidade cognoscitiva. A teoria da estruturação de Giddens é uma tentativa de superar as limitações do Funcionalismo, do Estruturalismo e da Sociologia Interpretativa (hermenêutica). No paradigma do estruturalismo, as estruturas compõem os sistemas sociais. De acordo com o autor, o estruturalismo e o funcionalismo têm semelhanças ‘notáveis’, apesar de suas tantas diferenças: os dois tendem a expressar um ponto de vista naturalístico e se inclinam ao objetivismo. Outro aspecto de convergência é que ambos enfatizam fortemente a proeminência do todo social sobre suas partes individuais (isto é, seus atores constituintes, sujeitos humanos). Tanto para o estruturalismo quanto para o funcionalismo, a estrutura (nos sentidos divergentes atribuídos ao conceito) tem primazia sobre a ação e suas qualidades restritivas são fortemente acentuadas.

Dessa análise, Giddens (2003:3) propõe: “se as sociologias interpretativas se assentam num ‘imperialismo do sujeito’, o estruturalismo e o funcionalismo propõem um ‘imperialismo do objeto social’. Uma das minhas principais ambições na formulação da teoria da estruturação é pôr um fim a cada um desses esforços de estabelecimento de impérios”. Este aspecto da teoria da estruturação é relevante para esta pesquisa, pois retira a organização social tanto da dita ‘totalidade social’, quanto das experiências individuais, e a situa nas práticas sociais ordenadas a partir da recursividade. O autor estabelece uma diferença entre *reprodução* (onde não há a interferência crítica do sujeito, como nas teorias estruturalistas) e *recursividade* (conceito que não supõe autonomia de criação, mas capacidade de recriação).

Em sua teoria, Giddens (2003) defende que as propriedades da coletividade e os procedimentos de ação pressupõem-se, de certo modo, um ao outro na realidade da vida social. Assim, a constituição da sociedade não pode ter como prioridade nem a estrutura, nem a ação, já que as duas estão entrelaçadas na construção da história humana. Partindo desses princípios, o autor desenvolve a concepção de *sujeito reflexivo* – ou agente – bastante semelhante à perspectiva aqui assumida: a do sujeito cognitivo. Para Giddens (2003), a reflexividade deve ser entendida não meramente como uma ‘autoconsciência’, mas como o caráter de *monitoramento do fluxo contínuo da vida social*. “Ser um ser humano é ser um agente intencional, que tem razões para as suas atividades e também está apto, se solicitado, a elaborar discursivamente essas razões (Giddens, 2003:4)”. O *monitoramento reflexivo*, o autor define como uma característica crônica da ação cotidiana, ou seja, uma atividade que envolve a conduta não apenas do indivíduo, mas também de outros. Isso quer dizer que os atores não só controlam e regulam continuamente o fluxo de suas atividades, mas esperam que os outros façam o mesmo por sua própria conta: monitorem rotineiramente aspectos sociais e físicos dos contextos em que se movem.

Entretanto, o autor alerta para o cuidado ao se tratar conceitos tais como: ‘propósito’, ‘intenção’, ‘razão’, ‘motivos’ etc. com bastante cautela, pois são,

frequentemente, associados a um *voluntarismo hermenêutico*, como também retiram a ação humana da contextualidade espaço-tempo. Ou seja, não é por tratar de noções geralmente associadas à noção de ‘sujeito autônomo’, como nos termos da Pragmática, que se deve entender o conceito de reflexividade proposto por Giddens (2003) a partir desses preceitos, ou mesmo a partir de uma subjetividade absoluta. Segundo o autor, a ação intencional não se compõe de um agregado ou série de intenções, razões, motivos isolados.

Os *agentes* ou *atores humanos* (o autor utiliza os dois termos indistintamente) têm como aspecto inerente do que fazem a capacidade para entender o que fazem enquanto o fazem. Ou seja, as *capacidades reflexivas* do ator humano estão caracteristicamente envolvidas, de um modo contínuo, nos contextos da atividade social. Assim, a ação humana ocorre como um *fluxo contínuo de conduta*, à semelhança da cognição. Daí a reflexividade ser entendida como algo assentado na monitoração contínua da ação que os seres humanos exibem, esperando o mesmo uns dos outros. A *monitoração reflexiva da ação* depende da *racionalização*, entendida mais como um processo do que como um estado, e como inerentemente envolvida na competência dos agentes.

Por isso, para Giddens, as noções de *consciência* e de *prática* são de extrema relevância, pois propiciam a agência humana. Sendo que esta agência é de natureza tanto individual – na racionalização – quanto social, no processo de monitoração reflexiva da ação. Associo esses pressupostos com o conceito de sujeito cognitivo, ativo, capaz de interferir socialmente.

Essa concepção de sujeito – ou reflexividade – em Giddens é bastante significativa na elaboração da sua proposta teórica para a constituição da sociedade, pois o autor toma a conversação e a negociação de significados como elaboradores das práticas sociais. Assim, “sua concepção da ação humana transfere a atenção para um aspecto mais característico de toda conduta humana: o poder de intervir no curso dos acontecimentos ou do estado das coisas” (Cohen, 1999). Entendo que essa noção de sujeito permeia e orienta a teoria da estruturação, pois é a ação dos sujeitos – e sua capacidade de fazer coisas – que move

as estruturas sociais. Ou seja, instituições, governos, empresas etc., não devem ser percebidas *a priori*, pois elas só existem porque agentes atuam mutuamente para o seu funcionamento.

A concepção de ação na teoria da estruturação resiste às polaridades entre o determinismo totalizante e a liberdade incondicional, ao mesmo tempo em que preserva as possibilidades entre esses extremos. Essa é a preocupação de Giddens (2003), quando o autor diz querer se distanciar de teorias estruturalistas, nas quais as estruturas definem o sujeito, ou de um subjetivismo absoluto, no qual os sujeitos não operam interativamente, ou seja, no qual não há intersubjetividade nas ações. Para a minha proposta de investigação, esses preceitos fundamentam o quadro teórico que busco para o estudo da legitimação: um fenômeno que se constitui nas práticas sociais, de natureza instável, sendo a prática discursiva um dos seus princípios de sustentabilidade – discursos esses constituídos pela ação de sujeitos reflexivos.

A Legitimação como uma Macrocategorização Social

Ao situar a legitimação no âmbito discursivo e social, é preciso discutir como atores e grupos sociais agem na constituição desse fenômeno. Se é uma ação humana (individual e coletiva) estabelecer o (i)legítimo, esta se dá a partir de operações de naturezas sociais e cognitivas. Entendo que essas operações resultam em atividades de categorizações de atores e grupos sociais, tendo como sustentação os modelos mentais e as representações sociais construídas coletivamente sobre esses grupos e seus participantes. Neste sentido, sigo um rumo diferenciado do proposto por Habermas (1996; 1999 [1973]) para investigar a legitimação, ainda que os seus estudos sejam um norte referencial para o desdobramento de tal investigação.

Concordo com Habermas (1999 [1973]) quando ele argumenta que a força propulsora da constituição do (i)legítimo está no discurso e na *esfera pública*, mas também busco tratar tal fenômeno a partir da natureza constitutiva

entre discurso e cognição, de acordo com a linha teórica que estou desenvolvendo nesta investigação. Acredito que os estudos elaborados apenas na perspectiva discursiva não dão conta da complexa ação de (des)legitimar, pois tal atividade envolve operações mentais; um intenso processo de negociação entre atores sociais; e se estabiliza nas práticas públicas.

Grupos e atores sociais não são legítimos ou ilegítimos *a priori*. (I)legítimo é uma atribuição, um ato social de categorização, sendo que tal atribuição não é estanque, mas sempre situada. Para exemplificar essa proposta, recorro ao *corpus*, no qual analisamos, a partir dos *frames* de cobertura, as variações da categorização do caso de Eldorado dos Carajás, ao longo dos dez anos de cobertura jornalística – 1996 a 2006. Observemos os *frames* identificados na Folha de S. Paulo nesse período:¹⁴

Frame I - A Circulação das Versões

Frame II - A Mobilização da Sociedade

Frame III - A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos

Frame IV - A Criminalização do MST

Frame V - A Partidarização do MST

Frame VI - Reframing: a não-ocorrência

Ao analisar as distintas orientações da cobertura, percebe-se que o processo de categorização do massacre como um ‘fato’ (i)legítimo passa por uma ação contínua, que, se em determinados momentos históricos sofreu um maior controle discursivo por parte dos grupos do poder, em outros a pressão de

¹⁴ Os aspectos teórico-metodológicos sobre essas categorias são apresentados na Introdução.

vários movimentos sociais, Igreja, artistas, intelectuais, interfere e atua nesse processo, democratizando o espaço discursivo do jornal, e, assim, abrindo espaço para outras versões sobre o ‘episódio’, construindo modelos cognitivos diferenciados, contribuindo para a categorização do episódio como *massacre*, e deslegitimando as instituições do poder envolvidas (Governo do Estado do Pará, Secretaria de Segurança Pública do Pará e Tribunal de Justiça do Pará).

Partindo desses exemplos, pretendo agora aprofundar a discussão sobre categorização, e assim situar as perspectivas teóricas que assumo.

Categorização: uma atividade corporificada na mente e no discurso

A noção de categorias é relevante para este trabalho pois dá sustentação à ideia aqui defendida: o jornalismo atua discursivamente no processo de categorização de atores e grupos sociais. E isso se dá na construção de modelos cognitivos dominantes, a partir do forte controle dos grupos sociais que têm acesso ao discurso da imprensa. Tal perspectiva tem que ser defendida tomando como base o questionamento de duas linhas epistemológicas: *i)* a da tradição objetivista; *ii)* a perspectiva discursiva descorporificada de processos mentais. Para isso, faz-se necessário articular aspectos teóricos de natureza cognitiva, discursiva e sociointeracionista. Entendo que uma investigação sobre o fenômeno da legitimação que não dê conta desses aspectos é redutora e ignora a complexidade de tal processo. A categorização de grupos/atores sociais como (des)legitimados é de extrema relevância para as pesquisas sociais, pois dela resultam várias outras ações, tais quais descriminação, preconceito, estereotipização e naturalização de poderes.

Tratarei o conceito de categorização de forma bastante direcionada aos propósitos desta investigação, não sendo meu objetivo desenvolver um amplo apanhado teórico sobre essa noção¹⁵. Vários são os trabalhos nos quais o proble-

¹⁵ É vasto o número de obras sobre o conceito de categorização, tendo em vista sua extrema relevância para as ciências cognitivas e para a filosofia. Para um maior aprofundamento nessa questão, indicamos Rosch (1978), Lakoff

ma das categorias é exaustivamente debatido, desde sua primeira aparição nas discussões filosóficas, trazida por Aristóteles, que restringiu o processo de categorização às *condições necessárias e suficientes*, até as de base sociointeracionista, na linha proposta por Mondada (2000, 1997), que vêm ganhando mais força atualmente. A proposta de Eleanor Rosch (1978) significou uma ruptura na noção de categorias, em relação à proposta clássica aristotélica, e recolocou a questão em uma perspectiva mais heterogênea e atrelada a um contexto cultural. A noção de Rosch (1978) sobre categorias, entretanto, sofre hoje fortes críticas pela sua natureza ‘laboratorial’, ou seja, distante das práticas discursivas, embasada por uma noção de língua na qual não cabe o agir linguístico dos falantes na construção do mundo, mas apenas como um sistema de ‘etiquetas do mundo’ (Marcuschi, 2005a; Mondada, 2000, 1997).

Para esta investigação, a tese defendida por Lakoff (1990) e Lakoff & Johnson (1999) é relevante por dois aspectos principais: *i*) a crítica ao paradigma objetivista; *ii*) a tese da corporificação da mente, e como essa característica atua no processo de categorização. É sobre esses aspectos que vou traçar minhas considerações. Na visão tradicional, ou objetivista, a razão é abstrata e descorporificada, ou seja, é norteadada pela visão dicotômica *mente x corpo*. Na visão cognitiva, a razão tem uma base corporal. Nós pensamos, nos relacionamos e nos movimentamos no mundo, a partir da relação que a nossa mente estabelece com a nossa estrutura corpórea. Romper com essa dicotomia é uma postura radical contra a tradição filosófica ocidental. Ou ainda mais importante: é uma forma diferenciada de perceber e estabelecer o que nos faz humanos. Enquanto a visão tradicionalista defende que a capacidade de pensar e a razão são abstratas, ou seja, *transcendentais*, no sentido que vão além das limitações físicas do organismo, a proposta de Lakoff (1990) prevê que a natureza do organismo pensante e a forma como ele funciona em seu ambiente são aspectos centrais para o estudo da razão. Sendo assim, questões antes tratadas como periféricas ou adornos da linguagem passam a ser temas constitutivos para a compreensão do funciona-

(1990) Lakoff & Johnson (1999), Mondada (1997), Marcuschi (2004), Marcuschi (2005a), só para citar alguns.

mento da mente humana. São elas: a *metáfora* e a *metonímia*, que dão conta dos aspectos imaginativos da razão.

A proposta de Lakoff (1990), conhecida como o *realismo experiencialista* (ou *experencialismo*), é uma articulação entre a visão objetivista e o experiencialismo e, em linhas gerais, propõe: a) um comprometimento com a existência do mundo real; b) um reconhecimento de que a realidade delimita os conceitos; c) uma concepção de verdade que vai além de uma mera coerência interna; d) um comprometimento com a existência de um conhecimento estabilizado no mundo. Nessa concepção, *experiência* é entendida em sentido amplo: inclui todo o aparato utilizado na construção das nossas experiências reais ou potenciais, tanto dos organismos individuais ou comunidades de organismos – não apenas percepção, movimento motor etc., mas *especialmente* a aquisição genética interna de um organismo, e a natureza de suas interações tanto em seus ambientes físicos ou culturais.

Neste ponto, chamo a atenção para dois aspectos da teoria de Lakoff (1990): um que assumimos e outro que rejeito. A perspectiva experiencialista prevê a constituição do individual a partir da interação com o social, daí a ideia de que a corporificação da mente é constituída pela nossa estrutura corpórea e nossas ações motoras no mundo. O pensamento e a razão concernem, essencialmente, à natureza do organismo fazendo coisas e pensando – incluindo a natureza do seu corpo, sua interação em seu ambiente e suas características sociais. Além de uma ruptura entre a dicotomia *mente x corpo*, o autor também prevê organismos individuais e organismos sociais em relações interacionais. Tal compreensão é de extrema relevância para a construção do quadro teórico desta investigação, já que processos mentais e práticas sociais são entendidos em relação constitutiva.

A partir do estudo das categorias, Lakoff (1990) e Lakoff & Johnson (1999) vão apresentar evidências empíricas para a sua teoria da natureza corporificada da razão e da imaginação. Para os autores, *os sistemas conceituais são organizados em termos de categorias, e boa parte, senão todos os nossos pensamentos,*

envolvem essas categorias. Lakoff (1990) e Lakoff & Johnson (1999) defendem que a ação de categorizar é irremediável a qualquer sistema neuronal: até uma ame-ba categoriza o que é comida ou não. Na escala evolutiva, o ser humano ope-ra com elementos mais complexos e elaborados ao categorizar: “Toda vez que nós vemos *alguma coisa* como *um tipo* de coisa, estamos categorizando” (Lakoff, 1990:6). Para o autor, não há nada mais básico do que a categorização para os nossos pensamentos, ações e discurso.

Essa compreensão é especialmente relevante para este estudo sobre Eldorado dos Carajás e a ação da imprensa no processo de (des)legitimação do caso. Os atores sociais que tiveram suas versões veiculadas nos textos jornalísticos, assim como os próprios jornalistas, *viram* o episódio de formas distintas, ou seja, o categorizaram como *um tipo de coisa*. Isso quer dizer que raciocinamos não apenas sobre coisas individuais ou pessoas, mas sobre *categorias de coisas e pessoas*, por isso a categorização é crucial para cada perspectiva de raciocínio. Cada perspectiva de raciocínio deve estar associada a uma categoria. A perspectiva de raciocínio como uma manipulação descorporificada de símbolos abstratos vem com uma perspectiva implícita de categorização: é uma versão da teoria clássica de categorias.

O que a concepção de categorias desenvolvida por Lakoff (1990) traz de relevante para os estudos linguísticos é exatamente a ruptura com a visão clássica representacionista, na qual o significado é entendido a partir de uma relação direta entre o mundo (as coisas do mundo) e as palavras – significado por correspondência. Ao discutir as categorias como *conceituais*, ou seja, elaboradas a partir de *Modelos Cognitivos Idealizados* (MCI), Lakoff (1990) rompe com o objetivismo e abre possibilidades para teorizações mais complexas de como a mente humana funciona no processo de organização de mundo e sobre nossas ações nesse mundo.

O conceito de MCI constitui a tese central de Lakoff (1990), pois seria por essas estruturas de significados que organizamos nosso conhecimento. Nós usamos os modelos cognitivos na tentativa de entender o mundo. Em particular, nós os usamos para teorizar sobre o mundo, tanto na construção de teorias cien-

tíficas quanto na construção das teorias que elaboramos cotidianamente. Dessa forma, a sistematização das categorias, assim como dos seus efeitos prototípicos, são produzidos a partir desses modelos. O conceito de protótipos vem, em seu princípio, da teoria de Rosch (1978) e tem sido questionado e reformulado por vários autores.

Um aspecto discordante entre a proposta de Lakoff (1990) e a defendida nesta investigação é a distinção estabelecida pelo autor entre *categorias de coisas* e *categorias de entidades abstratas* (eventos, ações, emoções, relações espaciais, relações sociais, governos etc.). Esta parece ser uma questão problemática, pois prescinde de uma perspectiva discursiva. Ao distinguir categorias de *coisas que experienciamos* de *coisas abstratas – que imaginamos*, percebe-se que não há um entendimento do processo constitutivo de semiotização (e consequentemente de categorização) das coisas mundanas, sejam elas abstratas ou concretas. Ambas as categorias resultam de processos de semiotização, conforme discutiremos mais adiante, daí sua natureza discursiva. Concordamos com Marcuschi, E. (2004), quando a autora critica Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999) por nos situar mais como indivíduos experienciais/corpóreos, do que semióticos: “O que esses autores parecem ignorar é a capacidade da cognição humana de operar simbolicamente, o que lhe permite acionar as diferentes semioses na construção dos conceitos e das categorias e, assim, dizer o mundo mesmo na ausência dos fenômenos” (Marcuschi, 2004:54).

Mesmo com tais restrições, assumo a posição de Lakoff (1990), no que diz respeito à sua superação da dicotomia *mente x corpo*, assim como pela sua ruptura com o conceito clássico de significado por correspondência, a partir da proposta dos MCI's. O que busco, a partir desse entendimento, é uma compreensão discursiva dos processos mentais, e não apenas corpóreos e experienciais, pois, como já ressaltou Marcuschi (2005a:2), “o mundo da experiência sensorial simplesmente não tem uma face externa diretamente palpável, seja aos nossos sentidos ou às nossas teorias. Tudo que dizemos é mediado pelo conceito que se expressa discursivamente”.

A teoria de Lakoff (1990) também é relevante para o empreendimento de desenvolver uma análise do discurso diferenciada das linhas predominantes, as quais desconsideram a natureza cognitiva da prática discursiva. Sua compreensão de mente como algo constitutivo da nossa forma de organizar o mundo parece pertinente para a investigação na qual trabalho. Tal compreensão é mais um fundamento para a concepção de sujeitos ‘agentes-cognitivos’ sob a qual desenvolvo meu estudo.

O passo dado por Lakoff (1990), deixando para trás a perspectiva representacionista, é de extrema relevância para pontuar a questão da situacionalidade das habilidades cognitivas, e assim trazer a questão das categorias para as práticas sociais e discursivas. A guinada dá rumo a uma noção de construção social da realidade em que o sujeito e os processos interativos se tornam centrais. Com isto surge, como frisa Mondada (1997:297), “o reconhecimento da natureza discursiva das categorias”. E, se compreendemos que o ato de categorizar resulta do processo da interação sujeito-mundo, não se pode tratar esses objetos categorizados como uma extensão da realidade, ou mesmo fenômenos pré-existentes às relações humanas. É imprescindível assumir que operamos com ‘objetos de discurso’ (Marcuschi, 2005a) – sejam eles concretos, abstratos, imaginários –, que eles são elaborações humanas, construídos ao longo do processo histórico, e culturalmente arraigados. Assim, as categorias são, ao mesmo tempo, uma organização do mundo, e uma forma de atuarmos nesse mundo.

Mondada (1997), buscando uma perspectiva que mude o foco dos contextos experimentais para a elaboração das categorias, postula que elas são operações de natureza sociodiscursivas e resultam em nossas formas de ‘saber o mundo’. Marcuschi (2000) chama a atenção para um problema essencial, ao se tratar de categorias: a importância de delimitar sob que perspectiva de língua essa noção é desenvolvida.

Para entender a categorização como uma atividade de organização cognitiva do mundo, em constante processo de re-elaboração, e que ocorre em um processo de mão dupla – ao mesmo tempo em que é uma ação intersubjetiva

de atores sociais para organizar o mundo, também situa a forma que esses atores percebem e atuam sobre as coisas mundanas – não se pode operar sob uma perspectiva representacionalista de língua, a qual a postula como um ‘sistema de etiquetas’. Assim, adoto os pressupostos que Marcuschi (2000) apresenta como delineadores para um novo olhar sobre a língua, o mundo e o discurso. Esse pressuposto, basicamente, é sobre a *indeterminação linguística*, que entende a língua como atividade. A língua, portanto,

não é um sistema autônomo que se esgota no código, é heterogênea, opaca, histórica, variável e socialmente constituída, não servindo como mero instrumento de espelhamento da realidade. [...] a determinação se dá no uso efetivo. A língua não é o limite da realidade, nem o inverso. Língua é trabalho cognitivo e atividade social (Marcuschi, 2000:81).

Partindo dessa noção de língua, pode-se defender que as categorias também apresentam uma *instabilidade constitutiva*. Por isso, a própria organização das categorias, assim como a atividade de atribuição de características aos seus componentes, também são instáveis, algo que não pode ser entendido como uma organização natural, ou sequer definida apenas no limite das nossas experiências.

Trata-se de uma atividade que envolve sujeitos interagindo discursivamente em situações sociais específicas, culturalmente situadas e historicamente constituídas. Daí a afirmação de Marcuschi (2005a:10): “as categorias não podem ser tomadas como estruturas invariantes, capazes de realisticamente agruparem a realidade extra-mente de modo culturalmente insensível, sem uma nítida inserção contextual. Categorias não são entidades naturais e realistas”. Esta perspectiva é importante para a discussão sobre os conceitos de *protótipo* e de *estereótipo* desenvolvida no próximo tópico.

Entre Protótipos e Estereótipos: a categorização de atores/grupos sociais como um continuum

O conceito de protótipo tem sido um ponto crucial nas investigações sobre categorias. A primeira a apresentar a ideia da organização das categorias a partir de elementos prototípicos foi E. Rosch (1978), o que ficou conhecida como a *teoria dos protótipos*. A autora percebeu que, até então, os estudos realizados sobre categorias tinham uma tendência a generalizar casos particulares. Após estudos empíricos, realizados a partir de realidades culturais distintas, Rosch (1978) propôs que o pensamento, em geral, é organizado em termos de *estruturas prototípicas* e de *nível básico*. As categorias humanas são tipicamente conceitualizadas em mais de uma forma, nos termos chamados de *protótipos*: esses elementos são os que melhor caracterizam uma categoria.

Antes do trabalho de Rosch e seus associados, os conceitos clássicos de categorias eram tomados como um truísmo, não só na Psicologia, como também na Antropologia, Filosofia e outras disciplinas. Se a teoria dos protótipos de Rosch (1978) foi decisiva para a reconceitualização de categorias, também se deve às suas pesquisas que o conceito de categorias seja atualmente um dos pontos principais para as pesquisas cognitivas. Como aponta Lakoff (1990), as investigações de Rosch e seus associados estabeleceram novos paradigmas nos trabalhos desenvolvidos na Psicologia Cognitiva sobre categorização, por demonstrar centralidade, semelhanças de família, categorização de nível-básico, assim como certos tipos de corporificação.

Como já discuti anteriormente, a proposta de Rosch (1978) vem sofrendo várias críticas, principalmente por parte de autores que seguem a linha sociointeracionista de investigação, apontando o conceito de língua subjacente às pesquisas de Rosch como um dos pontos mais problemáticos. Marcuschi (2007b, 2005a) e Mondada (2000, 1997) tratam desse aspecto mais sistematicamente, ressaltando que a teoria dos protótipos ‘escamoteia’ uma concepção de língua como um sistema de etiquetagem do mundo, desenvolvida de forma

descontextualizada – usando apenas ‘palavras-etiquetas’ –, o que não propicia entender a construção de categorias como resultante das práticas discursivas.

Lakoff (1990) parte em defesa de Rosch (1978), afirmando que há uma incompreensão da tese da autora, pois muitos não teriam acompanhado as mudanças que a própria Rosch faz sobre seus trabalhos. É relevante a observação de Lakoff (1990), quando o autor ressalta que a proposta sobre os efeitos prototípicos, em si, fornece uma teoria alternativa específica sobre representações mentais: são experimentos de como elaboramos as categorias. Isso quer dizer que não há uma relação direta e representacionista na noção de protótipos, ou seja, “não há uma correspondência *um-por-um* entre os efeitos prototípicos e a representação mental” (Lakoff, 1990:43). Segundo o autor, não é amplamente conhecido que Rosch abandonou a ideia de que os efeitos prototípicos espelham diretamente a estrutura da categoria e que os protótipos constituem as representações das categorias. As considerações em Rosch (1978:40) já apontavam, de certa forma, para essa compreensão: “Para as categorias da linguagem natural, falar de uma única entidade que é o protótipo é ou uma grande incompreensão dos dados empíricos ou uma teoria encoberta de representação mental”. Ressalto esse aspecto porque assumo a ideia de protótipos como uma característica categorial, mesmo que com ressalvas à proposta de Rosch (1978), pois pretendo acrescentar outras visões conceituais sobre o fenômeno.

O que está em questão em torno de todo esse debate é a possibilidade de se estabelecer elementos prototípicos para as categorias. Se a teoria dos protótipos provocou uma ruptura nos estudos de categorias, não se pode ignorar, como já apontou Marcuschi (2005c), que essa visão, mesmo tendo trazido suas contribuições, constitui o ponto fraco das classificações categoriais, pois os prototípicos são ‘instáveis e empiricamente complicados’. Segundo as considerações de Marcuschi (2005c: 15), “não temos protótipos categoriais rígidos, já que as categorias são culturalmente sensíveis e a prototipicidade é muito mais um efeito do que um universal metafísico (como as categorias aristotélicas) com propriedades necessárias e suficientes”.

Tais considerações levam a um caminho que não, necessariamente, descarta a possibilidade de se operar com o conceito de protótipos, mas sim a impossibilidade de assumir que existam ‘entidades prototípicas’, num sentido rígido ou determinado. Devemos entender “a prototipicidade como um efeito da tipicidade e não um estado de uma determinada entidade” (Marcuschi, 2005c:16), assim ainda de acordo com o autor: “não devemos ser ingênuos a ponto de ignorar que as representações de um grupo social têm uma estabilidade bastante grande, que se costuma designar como propriedades típicas de um dado fenômeno e que constroem sua tipicidade ou prototipicidade (Marcuschi, 2005c:16)”.

Isso requer operar com análises de protótipos categoriais em contextos de uso, sempre atrelados a uma situacionalidade e a relações interacionais específicas. Essa é a minha proposta para investigar a categorização de fontes prototípicas ou estereotipadas na cobertura jornalística do caso de Eldorado dos Carajás. A partir da ocorrência desse fenômeno nos *frames* – que já carregam o caráter contextualizador – observo os diferentes papéis que os atores sociais assumiram durante a cobertura, ora como entrevistados prototípicos, ora de forma estereotipada. Entendo que a mudança nesses papéis resulta do constante processo de negociação entre os representantes dos governos, instituições (entre elas a própria imprensa), movimentos sociais e a sociedade em geral, no processo dinâmico de (des)legitimação de massacre de Eldorado dos Carajás.

É importante, ainda, trazer as considerações de Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999) sobre os conceitos de *protótipos* e *estereótipos* para melhor fundamentar meus pressupostos teóricos. Lakoff (1990) trabalha com o conceito de *estereótipos sociais*, mas não como uma mera oposição à noção de protótipo. Nas considerações do autor, os estereótipos são sociais porque podem ser usados para padronizar uma categoria como o todo, por isso são elaborações mais complexas e mais consolidadas cognitivamente. Lakoff e Johnson (1999) ressaltam que o estereótipo é uma categorização negativa de um membro de um grupo. É usado para que façamos julgamentos negativos sobre as pessoas. Os estereótipos

sociais são usualmente conscientes e frequentemente são objetos de discussões públicas.

Lakoff (1990) e Lakoff e Johnson (1999) também concebem os protótipos como efeitos de tipicidade, sendo que tal efeito resulta da natureza dos modelos cognitivos, os quais devem ser vistos como as ‘teorias’ que desenvolvemos sobre os variados assuntos. Esse é um ponto extremamente importante para Lakoff (1990:45): “a estrutura da categoria desempenha um papel importante no raciocínio. Em vários casos, os protótipos atuam como pontos de referência cognitiva de vários tipos e formam a base das inferências”. Por isso, para Lakoff e Johnson (1999), raciocinar com protótipos é tão comum que é inconcebível que possamos funcionar sem eles. Entretanto, os autores fazem uma ressalva, que remete, em parte, às críticas apontadas por Marcuschi (2005a) e Mondada (1997). Em suas conclusões sobre a teoria dos protótipos, Lakoff e Johnson (1999) alertam que parte do problema que deve ser encarado sobre essa questão é que ela não dá conta e está aquém da compreensão popular sobre categorização. Daí, possivelmente, estar arraigado ao conceito de protótipos a sua natureza arbitrária.

Assim, delimitadas as restrições teóricas e os aspectos que agrego sobre a noção de estereótipos para esta investigação, o que me interessa agora é analisar o processo contínuo de negociação entre mídia e sociedade na construção das características de atores e grupos sociais, cambiantes entre prototípicas e estereotipadas, e como as relações de poder — sejam elas institucionais ou sociais, oriundas da pressão popular, por exemplo — operam nesse processo.

Uma leitura mais atenta dos jornais me faz perceber que o discurso de alguns atores sociais tem acesso privilegiado entre as distintas vozes que compõem um texto jornalístico. E isso em seus variados gêneros: notícias, reportagens, notas etc. Esses atores, frequentemente, são representantes das instituições de poder e são tidos pelos jornalistas como ‘fontes confiáveis’ para tratar as questões da ordem do dia. Os critérios para se qualificar alguém como ‘fonte’ no jornalismo são os mais variados e tendem a atribuir um caráter de objetivida-

de ou ‘naturalização’ desse processo: ou seja, algumas pessoas – pelo cargo que exercem, pela instituição da qual fazem parte, pela sua ‘imparcialidade’ sobre a questão etc. – devem ser, naturalmente, as fontes preferenciais dos jornalistas.

Entretanto, o caso do acesso ao discurso jornalístico envolve vários aspectos de natureza ideológica, a partir de complexas redes de controle discursivo (Falcone, 2004; van Dijk, 1997). Estabelecer as ‘vozes’ que estão legitimadas para circular nos distintos veículos de comunicação em muito se distancia de uma relação objetiva ou natural. Trata-se de uma ação ideológica, discursivamente manifesta. Tampouco é uma atribuição rígida e fixada em critérios estanques, e esse é exatamente o aspecto que busco investigar agora, ao analisar a recorrência do acesso dos atores sociais na mídia, a partir do *continuum* de representações prototípicas ↔ estereotipadas.

A proposta da análise das representações prototípicas e estereotipadas, a partir o *continuum*, leva em consideração não apenas os *frames* de cobertura, como também a relação com os gêneros textuais, pois não considero irrelevante a função pragmática dos gêneros nos quais os discursos estão veiculados. Alguns gêneros jornalísticos são mais fortemente controlados, no que diz respeito ao acesso discursivo, pelo seu poder discursivo-cognitivo de legitimar discursos. Como exemplo desses gêneros, cito o *artigo de opinião*, a *reportagem*, a *entrevista ping-pong* (pergunta-resposta) e a *notícia*. Situamos como os menos controlados, inclusive pelo critério de ‘menos lidos’, as *cartas do leitor* e as *notas de reportagens*.

A Análise do Continuum Protótipo – Estereótipo no Discurso Jornalístico

Observemos, na análise das notícias abaixo, o funcionamento do *continuum* das representações prototípicas ↔ estereotipadas dos atores/grupos sociais, a partir da relação do domínio jornalístico com as demandas da sociedade e a instabilidade do processo de (des)legitimação.

Exemplo 3:

Ministro culpa trabalhadores (FSP, 19/04/1996)

O ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira, culpou ontem os sem-terra pelo confronto no Pará. Ele se disse “surpreso” com o incidente.

“Os sem-terra estavam na estrada, cercando o trânsito. De modo que a polícia do governo do Estado agiu para liberar a estrada”, afirmou à saída de um encontro com o ex-presidente Itamar Franco.

Andrade Vieira disse que o confronto no Pará não é um conflito por terra. “Não tem nada que ver. Eles (os sem-terra) estavam acampados na estrada.”

Vieira disse que determinou ao presidente do Incra, Raul do Valle, que viajasse para o Pará e, se fosse necessário, até o local do conflito. Mas afirmou que não se envolverá na investigação das mortes.” A questão é de natureza policial e afeta ao Ministério da Justiça e não ao Ministério da Agricultura.”

Andrade Vieira afirmou que as pessoas que estavam na estrada eram um “aglomerado que surgiu recentemente”. Segundo ele, “nem era um acampamento”.

O ministro disse que o Incra já deu solução para uma situação antiga que existia na região. “Cada vez que o Incra resolve o problema de um acampamento, surge outro”, acrescentou.

Segundo ele, existe um acordo do Incra com o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) do local do conflito, que estaria sendo cumprido “na íntegra” pelo governo.

Exemplo 4:

MST quer a demissão de Jobim (FSP, 22/04/1996)

O presidente do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra), João Pedro Stedile, vai pedir hoje, em audiência com o presidente Fernando Henrique Cardoso, em Brasília, intervenção federal no Pará e a demissão do ministro Nélson Jobim (Justiça).

Para o MST, Jobim é “co-responsável” pelo confronto entre sem-terra e a polícia do Pará, ocorrido na quarta-feira passada, quando 19 sem-terra morreram.

Na opinião dos sem-terra, o ministro Jobim também é responsável porque, após o massacre de Corumbiara (RO), não encaminhou, conforme era de sua responsabilidade, diversos projetos de lei contra a violência no campo e os responsáveis estão impunes até hoje.

Conclusões

De volta, ontem, de uma visita de dois dias à região de Eldorado dos Carajás, Stedile disse que o MST chegou a três conclusões:

1) O massacre foi planejado; 2) o governador Almir Gabriel é responsável direto, porque autorizou por telefone o coronel da PM, Mário Pantoja, a atacar os sem-terra, e 3) há necessidade imediata de que todos os oficiais e soldados sejam presos para garantir que o inquérito prossiga dentro da lei.

Denúncias

O advogado do MST, Luiz Eduardo Greenhalgh, disse que, do ponto de vista jurídico, o movimento adotará três providências internacionais.

Vai fazer denúncias do massacre junto ao alto comissariado das Nações Unidas e na Comissão das Nações Unidas que trata das execuções sumárias e na comissão de direitos humanos da OEA (Organização dos Estados Americanos).

Greenhalgh disse que o MST vai iniciar um trabalho jurídico no país com a entrada nos tribunais de uma ação de responsabilidade civil contra o governo do Pará.

Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho, presidente da CUT, disse que o massacre mostra que a reforma agrária é a prioridade absoluta.

Dos muitos aspectos que podem ser analisados e contrastados nesses dois textos, vou me deter às topicalizações, a princípio, e em seguida às representações discursivas, para analisar a caracterização prototípica ↔ estereotipada dos atores e grupos sociais, a partir da perspectiva do *continuum*. A primeira ob-

servação relevante é sobre a distância cronológica entre a publicação das duas notícias. Apesar de elas estarem em uma relação dialógica, pois se no texto do Exemplo 3 o governo acusa o MST pelas mortes em Eldorado dos Carajás, no Exemplo 4 há uma reação do movimento em argumentar na direção contrária, culpando o governo – em sua mais alta instância, a Federal – pelo massacre.

A cronologia é relevante na análise da topicalização, pois o discurso do Governo (e consequentemente a sua versão) foi publicado dois dias depois dos assassinatos em Eldorado. Já a notícia na qual o tópico é o discurso dos sem-terra foi publicada três dias depois. Observo no *corpus* outras notícias, nesse período, onde predominava o discurso dos sem-terra, mas não em caráter institucional como a que apresentamos no Exemplo 4. E, tendo em vista que a acusação do governo contra os sem-terra foi feita institucionalmente, por um ministro do Governo, só assim o diálogo poderia ser estabelecido de forma mais igualitária – entre instituições. Partindo para a análise da relação protótipo ↔ estereótipo nas duas notícias, no Exemplo 3 é possível identificar que o ator social prototípico – e a única representação discursiva da notícia – é o então ministro da Agricultura, José Eduardo de Andrade Vieira. Sendo o representante de uma instituição superior de poder, o discurso do ministro não precisa de nenhum outro ‘apoio’, ou seja, um interdiscurso, para trazer as graves críticas contra o MST. Isso é legitimado pelo cargo que ocupa, e que lhe atribui, a princípio, uma característica de fonte prototípica.

Entretanto, defendo que, se há um forte controle de poder para esse acesso discursivo privilegiado, essa relação não é monolítica e pode ser ‘quebrada’, a partir das distintas reivindicações e mobilizações sociais. Observemos esse aspecto no Exemplo 4, no qual o texto é composto pelos discursos dos então principais representantes dos sem-terra: o presidente do MST, João Pedro Stedile e o advogado do movimento, Luiz Eduardo Greenhalgh, que tem forte influência no processo, pois traz o discurso jurídico em defesa do MST. Todo o texto é composto por discursos dissonantes ao governamental, em um caso em que as instituições de poder não tiveram acesso ao discurso da imprensa. Neste

sentido, entendo que há uma estereotipização do discurso do governo, excluído da composição textual.

Esse processo de estereotipização do discurso governamental também vai ser uma característica do *Frame II*: A Mobilização da Sociedade. Observemos alguns aspectos na notícia a seguir:

Exemplo 5:

Igreja registra 33 mortes no campo (FSP, 18/07/1996)

A violência no campo fez 33 vítimas neste primeiro semestre. A maioria das mortes (28) ocorreu no Pará. Três foram registradas em Mato Grosso. Goiás e Maranhão tiveram uma morte cada.

Os dados divulgados, em Brasília, fazem parte de relatório da CPT (Comissão Pastoral da Terra), órgão da Igreja Católica.

Das 29 mortes ocorridas no Pará, 19 foram cometidas por policiais militares no massacre de Eldorado dos Carajás, em 17 de abril. Segundo a CPT, desde a posse do presidente Fernando Henrique Cardoso, há 18 meses, já houve 74 mortes de sem-terra.

A violência contra trabalhadores rurais “está se tornando marca do governo de Fernando Henrique Cardoso”, diz o relatório.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse que não podia fazer nenhum comentário sobre o assunto porque não havia recebido o relatório.

Ontem, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) também divulgou nota para, mais uma vez, questionar os números divulgados pelo governo federal sobre assentamentos.

O governo pretendia, segundo o MST, assentar 60 mil famílias em 96. Relatório do Incra afirma que apenas 18.037 famílias foram assentadas, o que caracteriza, para o MST, a impossibilidade de se atingir a meta até o final do ano.

Para o ministro Jungmann, as críticas não procedem. Segundo sua assessoria, até 15 de julho foram assentadas 19,6 mil famílias. De acordo com Jungmann, o ritmo só foi acelerado após abril porque a reforma agrária, como todos os projetos do governo, dependia da aprovação do Orçamento.

Nesta notícia, a predominância discursiva é da Comissão da Pastoral da Terra (CPT), ligada à Igreja Católica, que teve forte influência na articulação e fundação do MST. O tópico trata de um relatório apresentado pela CPT, denunciando as mortes dos trabalhadores rurais, com grande ênfase no caso de Eldorado dos Carajás. Notícias desenvolvidas a partir de tópicos denunciando a violência no campo não são recorrentes nas coberturas jornalísticas, de forma geral, o que leva a acreditar que a principal razão para que essa tenha sido publicada é a relação com as mortes em Eldorado dos Carajás. É possível perceber que, neste texto, o discurso do ministro da Política Fundiária, Raul Jungmann, mesmo que respaldado pelo poder institucional, é o menos prototípico, pois só aparece nos últimos parágrafos – de acordo com as normas dos cânones jornalísticos, esse espaço é para os discursos ‘menos relevantes’. Além da condição desprivilegiada, o discurso do ministro é colocado em uma relação responsiva ao do MST, causando um efeito de sentido que enfraquece ainda mais sua ‘autoridade’.

Se nos *frames* I e II identifico espaços de democratização discursiva, e, em alguns casos, até a quebra dos padrões dos discursos tomados como prototípicos e estereotipados, no *Frame* IV (A Criminalização do MST), o controle das instituições de poder se dá de forma mais hegemônica, o que resulta em uma relação mais estagnada entre as representações discursivas prototípicas ↔ estereotipadas. Esse *frame* assinala para uma possível ação discursiva da imprensa no processo de deslegitimação do MST. Tomo esse aspecto como uma questão central, pois, caso essa característica se consolide, a partir da análise mais aprofundada dos textos, posso confirmar uma das minhas hipóteses: a deslegitimação de Eldorado dos Carajás se deu não em uma ação discursiva direta sobre a cobertura do massacre, mas em um processo paralelo – e mais amplo – de deslegitimação do próprio movimento. Observemos algumas questões no texto a seguir:

Exemplo 6:

Sem-terra saqueiam caminhão no RN (FSP, 22/08/1998)

Um grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) saqueou anteontem um caminhão no km 40 da rodovia BR-405, no município de Apodi (RN), levando cerca de cinco toneladas de alimentos.

O saque ocorreu por volta das 9h. Os sem-terra montaram uma barreira na estrada e obrigaram o motorista Edmildo Dias Dutra a entregar o carregamento de linguiça e mortadela. A carga era da empresa São Mateus, de Recife.

Foi o terceiro saque organizado pelo MST desde o início do ano na região de Mossoró e Apodi. No mês de maio, ocorreram saques nos municípios de João Câmara e Bento Fernandes. A região é uma das mais atingidas pela seca no Rio Grande do Norte. Os saqueadores fazem parte de um grupo de 105 famílias que está acampado há dois meses na fazenda Mororó, pertencente à família Rosado, de Mossoró.

Atropelamento

O trabalhador rural Miguel de Souza, 42, coordenador do assentamento 17 de abril, em Eldorado dos Carajás (PA), foi atropelado e morreu anteontem durante uma marcha do MST. A marcha reuniu cerca de 800 trabalhadores.

Segundo Gilmer de Oliveira, da direção estadual do MST no Pará, o trabalhador foi atropelado por um carro por volta das 22h, quando a marcha estava na rodovia PA-275, próxima a Curionópolis.

Um carro em alta velocidade teria investido contra o trabalhador, que foi atingido pelas costas. O motorista fugiu em seguida. Testemunhas disseram que tratava-se de uma camionete Saveiro. Um carro da Polícia Militar teria tentado seguir o carro.

Miguel de Souza morreu no local. A Agência Folha não conseguiu no final da tarde de ontem contatar a polícia de Curionópolis para saber se o suspeito havia sido identificado ou detido.

Miguel de Souza saiu anteontem de Parauapebas, por volta das 17h30, em um grupo de cerca de 800 trabalhadores rurais que formam uma coluna. A coluna vai marchar até Belém. Os integrantes vão participar do “Grito dos Excluídos”, que ocorre no dia 7 de setembro próximo.

O corpo do trabalhador estava sendo velado ontem no assentamento 17 de abril, antiga fazenda Macaxeira, em Eldorado dos Carajás. No local ocorreu o massacre de 19 sem-terra em 1996. Uma segunda coluna de trabalhadores rurais ligados ao MST, que saiu de São João do Araguaia, deve chegar a Belém no dia 30.

Os dois trechos acima são partes de uma mesma notícia: a primeira parte é o início do texto (título, *lead* e *sublead*) e a segunda é o seu desdobramento final, destacado no texto por um intertítulo (“Atropelamento”). No primeiro trecho, a topicalização enfoca os saques, enquanto a informação sobre a morte de um integrante do MST por atropelamento, durante a marcha até Brasília, é publicada nos últimos parágrafos. As informações principais, apresentadas no *lead* e *sublead* da notícia, tratam a ação dos sem-terra como um crime, sem contextualizar os aspectos sociais e políticos que acarretam tais ações: a falta de uma política governamental para os assentamentos, sem repasse de verba ou infraestrutura para o plantio, o que leva a uma situação de miséria e fome.

É interessante analisar a primeira linha do texto: “Um grupo de cerca de cem pessoas organizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) saqueou anteontem um caminhão no km 40 da rodovia BR-405”. O sujeito do enunciado é indefinido, o que deixa ambíguo se as pessoas que participaram do saque são sem-terra, ou apenas foram ‘organizadas pelo MST’ para participar da atividade. Essa estratégia pode levar à compreensão de que os saques são realizados como práticas criminosas, pois não define que os sujeitos que praticam a ação são integrantes de um movimento social e que essa é uma prática utilizada em casos de extrema necessidade de sobrevivência. Desconsiderar este aspecto, através de efeitos discursivos, por relações sintáticas e semânticas, é uma ação de criminalização do MST.

Também é importante ressaltar que não há discurso reportado nesses dois primeiros parágrafos, o que não explicita qual perspectiva o jornalista assume para elaborar a descrição do evento, já que não testemunhou por si mesmo o saque. A análise do discurso, entretanto, dá pistas sobre o discurso implícito no discurso do jornalista. O verbo “obrigar”, neste enunciado: “Os sem-terra montaram uma barreira na estrada e *obrigaram* o motorista Edmildo Dias Dutra a entregar o carregamento de linguiça e mortadela”, leva-nos a inferir que o narrador tomado como ‘fonte’ para descrever a ação não era um dos participantes do movimento, mas sim alguém que se sentiu vítima. Assim, ficou excluído o discurso do MST em um evento onde o movimento foi o protagonista.

Ao centrar minha análise na relação dinâmica e contextualizada da caracterização dos atores e grupos sociais no *continuum* protótipo ↔ estereótipo pretendo exemplificar os seguintes aspectos centrais da atividade de (des)legitimação desenvolvidos neste capítulo: *i)* trata-se de uma ação discursiva e sociocognitiva, que se dá a partir de uma complexa articulação entre os mais distintos domínios discursivos; *ii)* a (des)legitimação é um *processo*, daí seu caráter dinâmico e instável, estando sempre atrelado a contextos sócio-históricos; *iii)* são sujeitos reflexivos, ou atores sociais, que atuam nesse processo, em ações intersubjetivas, daí seu caráter sociocognitivo; *iv)* como resultante dessas práticas, é possível identificar as distintas categorizações de atores e grupos sociais, a partir da atribuição coletiva de características prototípicas ou estereotipadas.

4. A Fabricação da Realidade I: das categorias de análise¹⁶



A ‘fabricação da realidade’, nos termos de Blikstein (2003), é um trabalho coletivo, negociado, irremediavelmente social, sendo os discursos uma das práticas que se revelam como responsáveis pelo modo como concebemos o mundo e agimos sobre ele. Esses são alguns dos pressupostos teóricos norteadores desta investigação, que agora passa para a sistematização de tais conceitos no processo de análise do *corpus*. Antes, entretanto, é preciso desenvolver algumas considerações sobre as categorias utilizadas para este estudo e, assim, justificar a formação do quadro teórico-analítico proposto. Os aspectos abordados na análise dão conta das características discursivo-textuais identificadas no *corpus*, constituindo o fenômeno investigado: o discurso (des)legitimador do massacre de Eldorado dos Carajás. Assim, a análise investiga como as categorias operam nesse processo.

Tomo como macrocategoria os ‘*frames* de cobertura’. Toda a análise é desenvolvida a partir das características particulares desses *frames*, que orientam o estudo dos elementos de natureza cognitiva, discursiva e linguística. Entendo como ‘*frames* de cobertura’ os distintos direcionamentos, ou enfoques, desenvolvidos no jornal *Folha de S. Paulo* (FSP), entre 18 de setembro de 1996 e 18 de setembro de 2006, período da primeira década do massacre de Eldorado dos Carajás.

¹⁶ Agradeço a Leonardo Mozdzenski a leitura atenciosa e as importantes contribuições para este capítulo.

‘*Frames* de Cobertura’ é uma categoria de natureza discursivo-cognitiva e foi proposta a partir do meu estudo da prática jornalística. Defendo que os *frames* operam na organização e no desenvolvimento dos demais aspectos tomados para a análise, daí sua característica macro. A partir do estudo dos ‘*frames* de cobertura’ sobre Eldorado dos Carajás, é possível observar as mudanças discursivo-cognitivas no tratamento do caso, ao longo dos anos, e como essas mudanças foram se constituindo no processo de negociação social. Os *frames* tanto podem resultar de um amplo processo de negociação e articulação entre distintos atores e grupos sociais, como também de uma prática mais restrita, a partir de conversas e troca de informações entre os próprios jornalistas. Assim, essa macrocategoria é relevante por duas questões básicas:

i) compreende o jornalismo como uma prática socialmente construída e negociada, não como um mero registro linear e cronológico do desenrolar dos ‘fatos’;

ii) dá conta de aspectos da prática jornalística tanto de ordem individual quanto de grupo.

É importante ressaltar, entretanto, que não é meu interesse desenvolver uma teoria sobre *frames*, ou mesmo fazer um apanhado das distintas propostas para esse conceito. Isso pode ser encontrado nas obras de vários autores da Ciência Cognitiva (Gardner [1985] 1987), na Linguística de Texto (Beaugrande & Dressler, 1981; Koch, 2004), na Linguística Cognitiva (Barsalou, 1992; Minsky, 1980; Lakoff, 2004) ou na Análise da Conversação (Tannen, 1993). Adoto a ideia de *frames* de forma genérica e ampla – como um enquadramento, um enfoque no desenvolvimento de temas – para denominar uma categoria analítica, o que significa dizer que o termo ‘*frames* de cobertura’ foi desenvolvido a partir da nossa investigação e análise empírica do *corpus*. Ou ainda: são elaborações deste estudo e não algo que *está* na cobertura do jornal, ou mesmo pretende-se uma nova abordagem teórica sobre *frames*. Reforçando o que já foi dito: não tomo *frames* como uma noção teórica, mas um termo utilizado para o desenvolvimento de uma análise. Trata-se, portanto, de um uso específico de tal noção, com o objetivo de dar conta de uma proposta de análise.

No entanto, é importante esclarecer que tal categoria analítica não depende do próprio conceito de *frames*. Ela está atrelada aos estudos desenvolvidos sobre essa noção, nas linhas sócio-cognitiva e sócio-interacionista que embasam a ideia aqui proposta. Por isso, ao categorizar a cobertura jornalística a partir dessas abordagens, assumo também um posicionamento sobre as práticas discursivas, de forma geral, assim como sobre a prática jornalística, especificamente. Ou seja: defendo que os jornais não apenas contam histórias, mas ajudam a criar essas histórias. Ou ainda, como diferenciou Silva (2004), com base nos postulados de Marcuschi, o jornalismo não é um mero *retrato* da realidade, mas sim um *trato* dessa realidade. Assumir tal distinção é me distanciar de qualquer perspectiva teórica de natureza representacionista, objetivista ou mentalista. É assumir a atividade discursiva como um trabalho cognitivo entre atores sociais, sendo essa atividade uma das forças mais poderosas de constituição de uma sociedade.

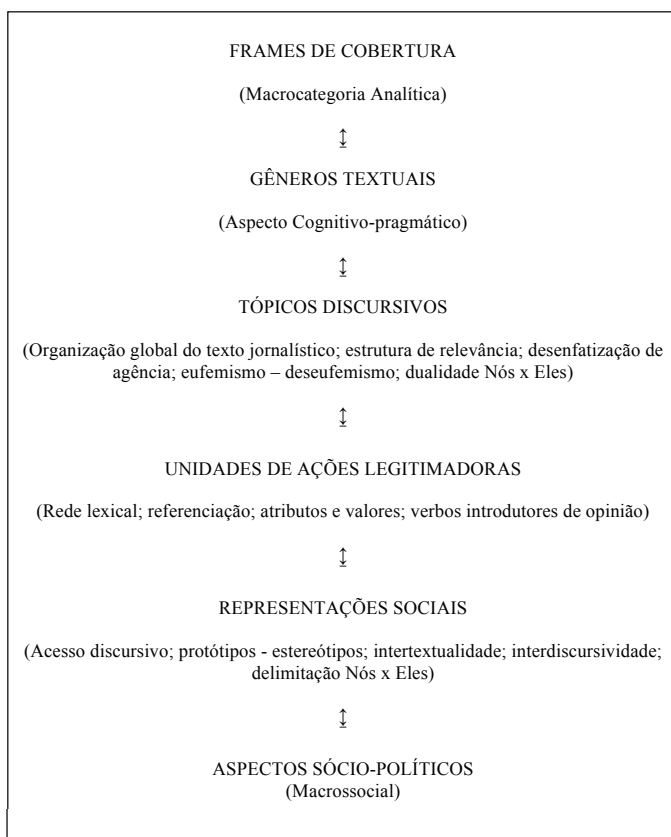
Após essas breves delimitações terminológicas/teóricas, passo a tratar, de forma sistemática, do esquema elaborado para a análise discursiva, assim como das questões teórico-metodológicas que envolvem as delimitações das categorias analíticas, justificando-os e exemplificando-os.

O Esquema de Análise e suas Categorias

O esquema de análise dá conta da sistematização dos elementos constitutivos do *corpus* investigado, delimitados a partir da minha observação, tendo como base as perspectivas teóricas defendidas sobre as práticas social e discursiva, sendo a cognição o elemento de interface entre essas duas práticas. Esses aspectos, a partir de suas respectivas naturezas, articulam os estudos de elementos cognitivos, discursivos, textuais e semânticos. Também é relevante para esta pesquisa a complexa inter-relação entre esses aspectos e a dimensão sócio-política do processo de (des)legitimação. Busco, assim, uma investigação que

dê conta das relações dessas dimensões, partindo de aspectos textuais, sempre atrelados a contextos situados e sociais. Desse modo, o esquema/quadro para a análise foi elaborado levando em conta uma dupla movimentação de setas: textual↔cognitivo-discursivo↔sócio-político. É a partir dessa dupla movimentação que a prática linguística constitui (e é constituída) pelo processo de (des)legitimação. Isso significa dizer que vários aspectos envolvem a constituição da (des)legitimação, sendo todos esses relevantes para a compreensão epistemológica do fenômeno. Entretanto é no âmbito discursivo-cognitivo que se centra esta investigação.

Proponho o seguinte esquema de trabalho:



As categorias sistematizadas nesse quadro são amplas e agregam outras mais restritas, com o objetivo de proporcionar uma investigação detalhada dos aspectos que operam na construção do discurso (des)legitimador. Trato mais detalhadamente sobre essa interligação, juntamente com as considerações teóricas sobre cada categoria. É importante ressaltar, entretanto, que não irei aprofundar essas considerações, pois cada aspecto analisado envolve complexas discussões já amplamente desenvolvidas. Sendo assim, mesmo um trabalho apenas de síntese dessas pesquisas seria exaustivo e fora do escopo desta investigação.

Desenvolvendo as Categorias de Análise

Tomo como categorias de análise elementos de natureza cognitivo-discursiva e linguística, observando suas relevâncias no processo de construção do fenômeno de legitimação. Percebo que as categorias operam diferentemente na construção do discurso legitimador, a partir das características cognitivo-discursivas de cada *frame* investigado. Tal relação é importante para este estudo por dois aspectos: i) possibilita-me investigar as distintas estratégias de elaboração discursivo-textual, a partir de modelos contextuais situados, permitindo-me analisar os discursos em sua constituição intrinsecamente social e cognitiva; ii) reforça a importância da categorização da cobertura jornalística a partir de *frames*, pois caracteriza como esse domínio opera discursivamente na articulação das distintas demandas sociais ao mesmo tempo em que age na construção dessas demandas, a partir de suas próprias ideologias.

Frames de Cobertura

(A) Frame I: A Circulação das Versões

Este *frame* é constituído, prioritariamente, por textos relacionados aos primeiros meses de cobertura, após o massacre de Eldorado dos Carajás. Esta especificidade pode estar relacionada a uma estratégia do jornal, em busca de

uma caracterização democrática da sua cobertura, ampliando a circulação de versões e opiniões sobre o massacre, possibilitando o acesso a distintos atores/grupos sociais. Essa característica foi mais recorrente no início da cobertura, entretanto textos dessa natureza também são identificados ao longo de todo o período analisado. Nesta categoria, o jornal articula as distintas versões sobre o episódio: governos, polícia, MST, movimentos sociais, igreja etc. A investigação a partir desse *frame* é relevante para a identificação de possíveis discursos ‘privilegiados’ pela imprensa e, assim, como se foi construindo a versão tida como ‘verdadeira’ ou legítima sobre o massacre. A partir dos títulos abaixo, vejamos alguns exemplos desses aspectos. É importante ressaltar que todos esses títulos são de uma mesma edição da *Folha de S. Paulo* (19 de abril de 1996), dois dias após o massacre, quando a equipe do jornal pôde chegar a Eldorado dos Carajás e fazer uma cobertura mais detalhada do que a do dia anterior.

Exemplos:

Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos (FSP, 19/04/1996)

MST diz que há “política de extermínio” (FSP, 19/04/1996)

Incra acusa “política” do MST (FSP, 19/04/1996)

Ministro culpa trabalhadores (FSP, 19/04/1996)

(B) *Frame* II – A Mobilização da Sociedade

O enfoque está nas diversas manifestações e atos políticos reivindicando justiça em Eldorado dos Carajás. Identifica-se uma forte participação da ala progressista da Igreja Católica, politizando o discurso sobre o massacre – criticando a falta de uma política de reforma agrária, pedindo o fim dos latifúndios etc. –,

além de exigir punição para os culpados pelas mortes dos sem-terra. A mobilização de grupos internacionais também foi fundamental para a caracterização desse *frame*. Essas mobilizações geraram uma crise de legitimação no Governo Federal, provocando a manifestação discursiva do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC) sobre o massacre, sendo esse discurso construído a partir de algumas estratégias retóricas, com o objetivo de amenizar as críticas sofridas pelo Governo. Essas observações estão desenvolvidas nas análises. Também há ocorrências de manifestações contrárias ao MST, por parte de segmentos conservadores da sociedade – principalmente da União Democrática Ruralista (UDR).

Exemplos:

Cardeal pede reforma agrária “urgente” (FSP, 19/02/1997)

Paris acende velas em ato (FSP, 18/04/1997)

Ato lembra morte de 19 sem-terra (FSP, 17/04/1999)

FHC critica resultado do julgamento (FSP, 20/11/1999)

Fazendeiros fazem reunião (FSP, 16/01/1997)

(C) *Frame* III – A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos

Esse *frame* está centrado na cobertura jornalística sobre os desdobramentos jurídicos do massacre. É de extrema relevância tal análise, pois o encaminhamento do caso sofreu várias críticas, com denúncias do Ministério Público e de organizações não governamentais, apontando irregularidades, corrupção e abuso do Poder Judiciário. Investigar como o jornal tratou tal questão pode

possibilitar observar se há uma relação crítica entre os domínios jurídico e jornalístico, ou uma relação de sustentação de forças entre os dois poderes.

Exemplos:

Júri do massacre no PA causa polêmica (FSP, 23//10/1998)

Julgamento dos PMs deve ser reiniciado na próxima semana (FSP, 27/08/1999)

Testemunhas complicam acusados (FSP, 19/08/1999)

Promotor teme absolvição dos 147 PMs do massacre (FSP, 20/08/1999)

TJ anula 1º julgamento de Carajás (FSP, 31/10/2000)

(D) *Frame IV* – A Criminalização do MST

Esse *frame* é de natureza estereotipada, pois as topicalizações das notícias estão atreladas à ilegalidade, tais quais ‘invasões’, saques e protestos, mesmo quando essas questões eram secundárias, diante das reivindicações dos sem-terra. Isso foi utilizado pelos grupos contrários ao MST (ruralistas, latifundiários, governos) para a construção do discurso de que os sem-terra representam ‘perigo’ para a sociedade, discursos esses que operaram na construção de modelos mentais estereotipados sobre o movimento.

Exemplos:

Sem-terra bloqueiam BR-116 no Ceará (FSP, 24/01/1997)

MST já está em 23 Estados (FSP, 07/05/1998)

MST vai incentivar saques no Nordeste (FSP, 25/04/1998)

Exército cerca prédio em Recife (FSP, 18/04/1998)

Jungmann não negociará com invasores (FSP, 08/01/1997)

(E) *Frame V* – A Partidarização do MST

Trata-se da associação do MST a questões político-partidárias, desvinculando-o da sua natureza de movimento social, que se organiza a partir de práticas e reivindicações próprias. Essa associação é entendida como um aspecto de deslegitimação do movimento, já que o enfoque do tratamento também é estereotipado, pois, além de desvirtuar a discussão sobre a reforma agrária e o direito ao trabalho no campo, principais causas de luta dos sem-terra, constrói uma representação estereotipada do movimento, situando seus atores sociais como meros ‘figurantes’ na disputa política entre o Partido dos Trabalhadores (PT) – então oposição – e o Partido Social Democrata do Brasil (PSDB) – então governo.

Exemplos:

Alianças atrapalham FHC, afirma Rainha (FSP, 18/02/1997)

Prefeituras do PSDB e PTB dão apoio à marcha dos sem-terra (FSP, 20/02/1997)

Sem-terra lidera ato contra FHC (FSP, 18/04/1997)

Acusador é primo de prefeito petista (FSP, 26/08/1999)

Boné substituiu chapéu de palha (FSP, 06/07/2003)

(F) *Frame* VI - o *reframing*: a não ocorrência

A justificativa para tomar como uma categoria de análise uma ação discursiva que não chegou a acontecer é o entendimento sobre o ato do silenciar, ou do não dito, como um gesto discursivo. Vários são os estudos sobre esta perspectiva, desenvolvidos nas distintas análises do discurso, na pragmática e na psicologia. Tomo essa perspectiva para tratar do aspecto que proponho: o *reframing*. Esta noção foi desenvolvida por Lakoff (2004) e dá conta da mudança social a partir da relação: cognição ↔ discurso ↔ mudança social.

A ideia de *reframing* foi tratada no segundo capítulo, mas como uma contribuição para a construção de um quadro teórico. Agora, trago essa discussão para desenvolver uma categoria analítica, a qual, obviamente, se fundamenta na proposta teórica na qual foi elaborada. Para melhor entender a proposta dessa categoria, retomo brevemente a noção apresentada por Lakoff (2004) e, assim, justifico minha proposta. Segundo o autor, operamos a partir de conceitos que integram o nosso sistema cognitivo, construídos a partir de processos discursivos e sócio-históricos. *Framing* é uma ação cognitiva conceitual que orienta nossa forma de ver o mundo. Por isso, para Lakoff (2004), só é possível ocorrer mudança social se houver uma reconceitualização desse enquadre, acionada por palavras-discursos.

Partindo desses pressupostos, defendo que, devido ao forte controle dos grupos do poder discursivo da *Folha de S. Paulo*, não houve essa movimentação e, conseqüentemente, também não houve mudanças conceituais e ideológicas. Ou seja, não identifiquei um ‘*frame* de cobertura’ que tenha sido norteado pela perspectiva do MST. Assim, a *FSP* tratou o massacre dos sem-terra a partir de um único modelo conceitual, ainda que vários discursos tenham circulado no jornal durante os dez anos analisados no *corpus* desta investigação.

Isso porque a maior parte dos atores sociais que tiveram acesso aos vários desdobramentos da cobertura opera sob a mesma perspectiva conceitual, pois estas são elaborações mentais sociais, com forte característica de pertença de grupo e, conseqüentemente, com orientações ideológicas semelhantes. Apenas

com um *reframing*, ou seja, a partir da construção e de uma ampla circulação de discursos elaborados a partir de distintas estruturas conceituais – de grupos diferenciados aos do poder – seria possível iniciar um processo de mudança dos modelos mentais sobre os sem-terra e, assim, promover uma mudança social. Por isso, Lakoff (2004) cita a quebra de estereótipos e de preconceitos como ações difíceis de serem atingidas, o que seriam processos de *reframing*.

Gêneros Textuais

Os gêneros não são tomados como uma categoria de análise, pois os entendendo como constitutivos da prática comunicativa, agindo na construção recíproca da produção textual e das práticas sociais. Trabalho com a noção de gênero como elementos pragmáticos, que operam na prática discursiva, e não como formas fixas ou estruturas rígidas. Gêneros são elementos pragmático-cognitivos, pois orientam e interferem na produção/compreensão de textos, como também são sensíveis e maleáveis aos processos de mudança sócio-comunicativa. Daí sua força legitimadora e sua propriedade estruturante do discurso. Por isso, mostra-se relevante para o estudo do fenômeno da (des)legitimação pesquisar a ação dos gêneros textuais, a partir das especificidades dos *frames* de cobertura, e sua relação constitutiva com as práticas sociais.

Esse aspecto é desenvolvido na macroanálise dos *frames*, levando em conta como ele opera na estruturação das especificidades dessas categorias, assim como as diferentes ações discursivas do jornal, ao longo de toda cobertura sobre o massacre de Eldorado dos Carajás. Para traçar essa análise sobre gêneros, sigo trabalhos que os investigam a partir de perspectivas sócio-histórica, cognitiva e retórica. Assim, assumo os postulados teóricos de Bazerman (2006, 2005, 1994), Marcuschi (2003b) e Miller (1994). Os dados apresentados a seguir exemplificam a reflexão que proponho nesta investigação, ao articular a ocorrência dos gêneros e as relações sócio-discursivas que constituem cada macrocategoria de análise.

Observemos que os discursos e os gêneros mudam significativamente, devido à natureza de cada enfoque de cobertura do jornal. No *frame* I, como já tratei, o efeito de sentido principal é o da ‘pluralidade de discursos’, daí a ocorrência maior dos gêneros ditos ‘opinativos’: artigos de opinião (09); artigos de opinião de articulistas (04); enquanto no *frame* III, que trata da cobertura dos trâmites jurídicos, identifiquei um maior controle discursivo e a pouca ocorrência do gênero artigos de opinião (03), que caracteriza esse controle. Apresento os exemplos desses dois *frames*, por agora, por serem significativos para a discussão que proponho. É importante ressaltar que a análise sistemática desta investigação é restrita aos gêneros notícia e notas jornalística e opinativa, conforme já discutido no início do trabalho.

Abaixo, seguem os dados sistematizados sobre a ocorrência dos gêneros e seus respectivos *frames* de cobertura:

Frame I – A circulação das versões (ocorrências em 1996):

Notícias – 69

Artigos de Opinião – 09

Notas Jornalísticas – 09

Artigos de Opinião (Articulistas/FSP) – 04

Frame III – A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites judiciais (ocorrências em 1999):

Notícias – 60

Artigos de Opinião – 03

Notas de Opinião – 01

Entrevista *ping-pong* – 01

Observemos o destaque para a ocorrência de gêneros ‘opinativos’ (artigos de opinião e notas de opinião) em relação aos frames:

Frame I: 13

Frame III: 04

Partindo desses exemplos, retomo uma questão discutida nos capítulos iniciais sobre a relação que se estabelece entre os gêneros textuais e as instituições, exemplificada em relação à instituição jornalística. Segundo Miller (1997), os jornais forçam o enrijecimento dos gêneros – o que vai de encontro à natureza dos mesmos – com o objetivo de garantir o controle discursivo. Para Miller (2007), os gêneros jornalísticos tendem a ser institucionalizados, atrelados a uma forma fixa, o que opera no próprio controle discursivo. Retomo essa discussão, pois parece relevante para uma melhor compreensão dos exemplos apresentados: os jornais não só controlam os gêneros que veiculam, como também atrelam sua circulação a um formato institucionalmente definido. Isso resulta, em parte, em controles discursivos e cognitivos: sobre o que se lê nos jornais e como os gêneros orientam tal leitura.

Tópico Discursivo

O significado do discurso não pode ser limitado à significação das suas palavras e das suas sentenças. O discurso também tem significados globais, os quais van Dijk (2003) denomina de ‘tópicos’ ou ‘temas’. Eles representam a informação mais importante de um discurso e nos diz sobre o que ele trata, daí sua natureza ideológica de orientação de leitura. Essa noção de tópicos discursivos

é de natureza semântico-cognitiva, diferentemente de outras linhas de estudo, nas quais os tópicos estão atrelados apenas a relações sintáticas (Halliday, 1978).

Nesta investigação, os tópicos são entendidos como uma macroação discursivo-cognitiva e organizam os aspectos centrais tratados em um texto. Assim, eles dão conta da organização global discursiva: *como* e *quais* atores/grupos sociais estão representados; ou ainda *como* e *quais* os eventos sociais são narrados e descritos. A topicalização não pode ser atrelada a uma estrutura linguística específica, pois resulta de um trabalho de inferência do leitor. Investigo o tópico a partir da análise da ‘estrutura de relevância’ do texto jornalístico, que é composta por: título, *lead*, *sublead*.

(A) *Estrutura de Relevância*

A estrutura de relevância articula aspectos de ordem cognitiva, discursiva e textual, constituindo a topicalização discursiva. Também está atrelada aos modelos de contexto construídos pelos repórteres no processo de apuração/escrita do texto. Assim, é a partir dessa análise que investigo, de forma global, a macroestrutura do texto jornalístico (van Dijk, 1988). Mesmo fazendo parte do modelo canônico dessa macroestrutura textual, a estrutura de relevância é elaborada, efetivamente, no momento da escrita, a partir da influência dos distintos modelos de contexto que constituem a perspectiva do jornalista sobre o que vai escrever. Por isso, sua natureza envolve elementos ideológicos, cognitivos, interacionais e da própria rotina da prática jornalística.

E assim retomo uma discussão já iniciada no início deste trabalho sobre a escrita jornalística: ela é irremediavelmente social e individual, pois resulta das experiências vividas pelo repórter no processo de apuração da história; da convivência com as pessoas às quais teve acesso para essa apuração; da orientação ideológica do próprio repórter e como a orientação ideológica do jornal para o qual trabalha interfere em sua escrita; do tempo disponível para aprofundar a apuração do caso; e até mesmo do tempo disponível para escrita do texto. Na

construção do tópico discursivo, todos esses aspectos são articulados e operam na decisão do jornalista de como iniciar sua escrita: quais os atores/grupos sociais que terão acesso discursivo, ou seja, vão orientar a perspectiva do assunto tratado, os dados privilegiados, as citações destacadas etc. Daí a força da topicalização na construção do discurso do jornal e seu efeito cognitivo, já que opera na construção dos modelos mentais dos leitores sobre o evento narrado.

A partir da estrutura de relevância do texto jornalístico, é possível investigar a estratégia semântica da polarização Nós x Eles: como se dá a apresentação negativa ou positiva dos distintos grupos sociais, ou seja, como o jornal os (des)legitima, e em que parte do texto. Isso está atrelado à análise da construção de atores e grupos sociais prototípicos ou estereotipados, a partir de modelos de contextos situados. Segundo van Dijk (2006a), poucas estratégias são tão recorrentes em ‘debates’ sobre Outros quanto as expressões polarizadas e a categorização de pessoas como Nós e Eles.

Essa relação também é construída a partir do processo de ‘desenfatização de agência’, pois se trata de uma estratégia que opera na construção dessas representações. Para melhor explicar a polarização Nós x Eles, remeto aos estudos de van Dijk (2006a) sobre o tratamento da mídia europeia em relação aos imigrantes. Esses discursos delimitam os grupos que detêm o poder (Nós), seja esse poder de ordem social, econômica, de gênero ou étnica, e os grupos desprivilegiados (Eles), ou como os estudos sociológicos brasileiros conceituam como ‘excluídos’: são os atores sociais que estão à margem da participação institucional e são desprovidos de qualquer poder, seja de natureza social, política ou discursiva.

De acordo com van Dijk (2006a), a autorrepresentação do Nós tende a ser atrelada a aspectos positivos – são grupos democráticos, tolerantes, éticos etc.; enquanto a representação do Eles é tratada a partir de aspectos estereotipados – são violentos, baderneiros, oportunistas, transgressores da lei etc. Como dentre os recursos que detêm o grupo do Nós é o poder ao acesso discursivo, essas representações tendem a influenciar na construção da memória social so-

bre os grupos excluídos. Partindo das discussões já desenvolvidas neste trabalho, situo o jornalismo como um domínio atrelado às instituições do poder. Isso significa que a construção do seu discurso é constituída a partir da sua autorrepresentação no grupo Nós, o que pode variar em contextos sociais específicos, em resposta a uma demanda da sociedade. Esse aspecto é de extrema relevância para esta investigação, pois opera na construção do discurso deslegitimador do MST. Daí a importância do seu estudo neste quadro analítico.

(B) *Eufemismo – Deseufemismo*

O estudo do eufemismo e do deseufemismo a partir de uma escala gradativa – ou um *continnum* – é proposto por Johnstone (2002). Para a autora, a construção da desenfatisação/enfatização dos sentidos em um texto se dá a partir dessa relação em escala e está relacionada a escolhas dos autores, ou seja, a assumir posições na elaboração de um texto. Essa perspectiva também é interessante para este estudo porque toma a elaboração dessas significações a partir das relações léxicas – ou rede lexical, como conceituou Marcuschi (2004b). Assim, enquanto o eufemismo opera na generalização semântica, o deseufemismo estaria no outro extremo dessa escala, enfatizando sentidos. A relação se estabelece, então, a partir da força significativa das palavras, dentro de uma elaboração discursiva. Neste caso em estudo, um exemplo de eufemismo para o caso de Eldorado dos Carajás seria o item lexical ‘conflito’. Operando com outra carga semântica, o item lexical ‘massacre’ enfatiza a linha ideológica do discurso. Para Johnstone (2002), palavras como ‘genocídio’ e ‘extermínio’ também têm esse efeito, em outros contextos.

(C) *Título, Lead e Sub-lead*

A importância da investigação dessas categorias textuais está nas suas potencialidades de orientações de leituras. Os títulos funcionam como guias para

a compreensão. Como ressaltou Marcuschi (1986), eles são a primeira entrada linguística/cognitiva do texto e, por isso, é também o seu primeiro elemento de coesão. Por isso, eles operam como organizadores textuais, tanto do ponto de vista proposicional como cognitivo (Marcuschi, 1986). Van Dijk (1988) destaca que, pela sua localização na estrutura da notícia, o título, sempre precedido do *lead*, tem a função clara de trazer o assunto principal tratado na notícia. Em uma relação associativa às organizações canônicas das narrativas, essas duas categorias operam como a categoria ‘sumário’. O *lead* é o primeiro parágrafo da notícia e, geralmente, tem como principal característica responder às questões *quem?*; *quando?*; *onde?*; *como?*; *por que?*. De acordo com os manuais de redação jornalística, essas respostas teriam a função da ‘objetividade’, pois trariam logo no início do texto as questões ‘mais relevantes’, o que tornaria a leitura da notícia mais ágil. O *sub-lead* é o segundo parágrafo da notícia e tanto pode ser composto por tais respostas, divididas entre o *lead* e o *sub-lead*, como pode trazer aspectos mais amplos da história.

Dentre os gêneros jornalísticos, a notícia é o mais controlado por essa organização canônica: título - *lead* - *sublead*. Retomando as considerações de Miller (2007), é a partir dessa formulação rígida que os jornais tentam institucionalizar o gênero e, assim, ter maior controle sobre o discurso. Esse formato foi desenvolvido a partir de textos de telégrafos enviados pelos jornalistas correspondentes da Guerra da Secessão nos Estados Unidos. Devido aos problemas técnicos e limite de tempo, os jornalistas optaram por enviar primeiramente as informações mais importantes, ou ainda, mais ‘objetivas’. Antes, as notícias tinham como abertura um comentário ou uma análise. De acordo com os cânones do jornalismo, o novo formato tornava mais rápido o envio das notícias, como também facilitava a leitura. Em uma perspectiva discursivo-cognitiva, entretanto, é importante discutir essa organização da notícia como uma estratégia de orientação para a compreensão do tópico tratado, daí seu forte caráter ideológico.

Unidades de Ações Legitimadoras

São basicamente de ordem semântico-cognitiva e dão conta dos movimentos discursivos, pois estão atreladas à construção de significação dos textos. Analisamos as ações legitimadoras a partir das categorias ‘redes lexicais’, ‘conceitos’, ‘atributos’, ‘valores’ e ‘nominalizações’. A delimitação da análise em alguns elementos semânticos — já que uma única análise nunca esgota as várias possibilidades de observação e significação de um texto — se dá a partir da relevância desses aspectos na construção do discurso (des)legitimador. Pois, se um texto-discurso se constitui a partir de uma teia de significações, a observação mais detalhada desses elementos traz à tona algumas especificidades de ação para a construção de fenômenos específicos. Assim, percebo que algumas categorias semânticas operam mais sistematicamente na constituição do discurso (des)legitimador, agindo no processo de interface entre os aspectos macro (decisões governamentais, contextos sociais, posicionamento ideológico dos jornais etc.), as significações textuais e a constituição dos discursos. Discorro, agora, sobre as categorias investigadas nesse processo de elaboração discursiva.

(A) Rede Lexical

Este trabalho aborda o estudo do léxico seguindo a perspectiva defendida por Marcuschi (2004b), que compreende a relação entre os itens lexicais em um texto a partir de uma relação em ‘rede’. Para o autor, observar o léxico sob tal perspectiva significa perceber as ações discursivas e cognitivas que se dão nos eventos linguísticos. Isso significa investigar este aspecto a partir de uma abordagem cognitiva, assumindo que o mesmo opera a partir de uma dinâmica articulação conceitual e semântica, e não como um sistema de listas, em uma delimitação estabelecida e fechada por campos semânticos. Seguindo Marcuschi (2004b), defendo que as conexões léxicas em um texto se dão a partir de estratégias textuais e não são relações imanentes, estabelecidas por relações estruturais prévias, mas construções que se dão no ‘mundo textual’. Daí sua força na

construção do discurso e dos seus efeitos de sentido.

Na perspectiva da Análise Crítica do Discurso (van Dijk 1997; Fairclough 1989), a lexicalização é tratada como um aspecto importante para a investigação das relações ideológicas manifestas em um texto. A dimensão ideológica do léxico também é ressaltada por Toolan (1989). Segundo o autor, mesmo quando a imprensa se posiciona favorável às causas dos excluídos, os textos sobre esses temas são construídos a partir de redes lexicais fortemente marcadas por itens que remetem à violência e à agressão. Este aspecto pode estar atrelado a modelos mentais consolidados nas ideologias dos jornais, daí o aspecto cognitivo que proponho acerca da conexão lexical articulada em redes. No caso do discurso da *Folha de S. Paulo* sobre o MST, identifiquei essa relação em várias ocorrências no *corpus* de pesquisa. Isso possibilita, inclusive, situar a lexicalização como uma ação discursiva que opera na construção do discurso da deslegitimação do movimento.

Observemos, no texto abaixo¹⁷, que toda a construção textual se dá a partir do item lexical *invasão*, ou por outros itens que estão em relação semântico-cognitiva com ele. Essa rede lexical opera na descrição do massacre de Eldorado dos Carajás e está predominantemente marcada pelo discurso dos grupos do poder. É importante ressaltar que esse quadro-resumo foi publicado no segundo dia após o massacre. Os trechos em itálico foram marcados por mim para melhor exemplificar o fenômeno tratado.

Exemplo 7:

Cronologia da invasão (FSP, 19/04/1996)

- maio.⁹⁴ _ Um grupo de trabalhadores ligados ao MST invade a fazenda Rio Branco, em Parauapebas. Eles querem a *desapropriação* da Rio Branco e da Macaxeira, fazenda vizinha
- outubro.⁹⁵ _ Depois de um ano e meio, o Incra compra a fazenda Rio Branco

¹⁷ Este gênero textual é bastante usado pelo jornal *Folha de S. Paulo*. Trata-se de um quadro-resumo da notícia que está sendo veiculada na mesma página. Não é o mesmo que *infográfico*, também recorrente na editoração da FSP, mas também é constituído por elementos multimodais.

e começa a assentar 850 famílias. No mesmo mês, as lideranças do MST no Pará começam a cadastrar trabalhadores *para participar do movimento e das invasões*.

- 8.nov.95 _ Cerca de 3.500 sem-terra *invadem* o Centro Agropastoril da Prefeitura de Curionópolis

- 29.dez.95 _ Cerca de mil trabalhadores *ocupam* a pista da PA-275. Depois de oito horas de *interdição*, eles liberam a estrada

- 1.mar.96 _ Aproximadamente 500 integrantes do MST *ameaçam invadir* o complexo Macaxeira. A Polícia Militar informa que a situação está *cada vez mais tensa*

- 3.mar.96 _ O governo do Pará define um prazo até junho para resolver *o problema* da Macaxeira

- 5.mar.96 _ Às 5h, os sem-terra *iniciam a invasão da Macaxeira*. Muitos se *instalam* no km 18 da rodovia PA-275

- 6.mar.96 _ É firmada *uma trégua* de 30 dias entre o governo do Estado e *os invasores*. O governo se compromete *a negociar* junto ao Incra o assentamento dos sem-terra

- 11.mar.96 _ O governo envia ao acampamento dos sem-terra na Macaxeira 12 toneladas de alimentos e 70 caixas de remédios

- 15.mar.96 _ A Human Rights Watch, uma das mais importantes organizações não-governamentais de defesa dos direitos humanos, solicita ao governo do Pará providências para evitar *o conflito armado* na Macaxeira

- 28.mar.96 _ Mais de 40 fazendeiros de Marabá e região vão a Belém para pedir ao governo *providências contra as invasões*

- 8.abr.96 _ Começa caminhada dos sem-terra de Curionópolis rumo a Belém.

- 11.abr.96 _ Cerca de 1.200 sem-terra *interditam a PA-275* ainda em Curionópolis e *saqueiam um caminhão* com 16 toneladas de alimentos

- 15.abr.96 _ Marcha dos sem-terra completa 40 km e chega a Eldorado dos Carajás

- 16.abr.96 _ Os sem-terra caminham rumo a Marabá e *interditam a PA-150* (principal rodovia de ligação do sul do Estado a Belém). São enviados cerca de 200 PMs para o local

- 17.abr.96 _ *Governo do Estado ordena que a PM retire os sem-terra da estrada*. Os dois grupos *entram em confronto*. Pelo menos 23 pessoas *morrem no tiroteio*

(B) Expressões Nominais Referenciais (Nominalizações)

A referenciação é uma atividade criativa e não um simples ato de designação (Marcuschi, 2005a). Diante disso, a construção referencial deve ser tida como central a todas as ações linguísticas. Tomando os postulados de Marcus-

chi (2005a) sobre a ação referencial, a partir da atividade de nominalização, juntamente com suas reflexões sobre construção de sentido e funcionamento do léxico, chegarei aos objetivos desta investigação ao analisar como a referenciação opera na construção do discurso (des)legitimador. Fundamentando esses princípios, é preciso entender como o autor entende a relação entre língua, significado e interação. Para Marcuschi (2005a:14), “a língua em si mesma não providencia a determinação semântica para as palavras e as palavras isoladas também não nos dão sua dimensão semântica, somente uma rede lexical situada num sistema sócio-interativo permite a produção de sentidos”. Assim, dizer que todo sentido é situado equivale a postular que nada se dá isoladamente, daí a relação referencial ser uma das operações que constroem o sentido em um texto, e que esse sentido está sempre atrelado a uma atividade cognitiva imanente, e não a algo determinado.

As nominalizações operam no processo de referenciação textual (Koch, 2004) e, por terem a propriedade de sumarizar as informações-suporte contidas em segmentos precedentes do texto, têm uma natureza fortemente ideológica e a capacidade de transformar essas informações em ‘objetos de discurso’, como já formulou Mondada (1995). Segundo a autora, estamos sempre nos referindo a fenômenos sócio-culturalmente construídos, e não a fenômenos da natureza. Assim, as nominalizações atuam no processo de categorização de grupos e atores sociais, pois são essas expressões que nomeiam ‘as coisas’ em ‘alguma coisa’. Observemos essa construção no processo de referenciação no artigo de opinião abaixo:

Exemplo 8:

Sem Terra, com TV (FSP, 19/04/1997)

Nos dois momentos em que o presidente Fernando Henrique Cardoso se referiu ontem publicamente ao MST, não conseguiu entender-se com ele próprio. Ficou entre o conciliador e o acusador, entre menosprezar e valorizar a força do movimento.

Do encontro fechado com a liderança do grupo, não havia informações até o momento de escrever.

Enquanto o presidente não se decide, o que espanta é a mudança no tratamento dispensado ao MST pelos telejornais. Até faz pouco, o grupo era tratado como *um bando de radicais*.

Agora, viraram *queridinhos da pátria*. “Efeito Rei do Gado”, palpita Gustavo Franco, o diretor da Área Externa do Banco Central, aludindo à novela da Rede Globo que introduziu os sem-terra no horário nobre.

(C) *Verbos Introdutores de Opinião*

Marcuschi (2007) defende a importância do estudo dos verbos selecionados pelos jornalistas para introduzir a opinião dos entrevistados por entender essa ação como de caráter essencialmente ideológico. Isso porque os verbos introdutórios operam na construção do conteúdo ao que se atribui como sendo a declaração de alguém, daí a potencialidade desses verbos na orientação das interpretações de leitura, agindo, por fim, na categorização do discurso do *outro*. A investigação dessa relação semântico-discursiva trata de analisar como o jornalista age na construção de sentido, a partir do que não está dito no texto. Ou seja, a seleção de verbos introdutórios é um instrumento linguístico que nos propicia identificar qual a opinião – não explicitada – do jornalista sobre o discurso do entrevistado, assim como a representação social a ele atribuída. Segundo Marcuschi (2007:146), “apresentar ou citar o pensamento de alguém implica, além de uma oferta de informações, também uma certa tomada de posição diante do exposto”.

Em seu estudo, Marcuschi (2007) identificou recorrências no uso de alguns verbos, quando se trata de introduzir a opinião dos discursos que ele definiu como ‘poderosos’ e ‘populares’. Segundo o autor, quando se trata do ‘discurso dos populares’, a opinião do entrevistado é introduzida no texto corrido e não vem acompanhada de qualquer comentário do jornalista. Assim, esses discursos são reportados de forma mais trivial, sem o uso de qualquer verbo que lhes atribua valores. Quando se trata do ‘discurso dos poderosos’, entretanto,

eles sempre são acompanhados por comentários, o que, além de ressaltar a ação de introduzir tal discurso, também exige o uso do verbo que vai categorizá-lo. Segundo Marcuschi (2007), quando há a ocorrência dos verbos introdutores para os dois discursos há uma diferenciação de usos de verbos que levam a distintos efeitos de sentido. Segundo o autor, “tudo se resume no seguinte: qual a diferença entre se relatar que alguém ‘disse’ algo que alguém ‘declarou’, ‘ênfaticou’, ‘confirmou’, ‘reiterou’, ‘revelou’, ‘advertiu’, ‘contou’, ‘condenou’, ‘elogiou’, ‘confessou’, ‘achou’ isso ou aquilo com seu discurso? (Marcuschi, 2007:158)”. A resposta dada pelo autor, e que assumo em minhas análises, é que a ação desses verbos hierarquiza, reforça, discrimina e categoriza os autores das respectivas ações relatadas. São vários os exemplos apresentados nas análises dos textos jornalísticos que sustentam essas considerações: enquanto um ministro “culpa” os sem-terra pelo massacre de Eldorado dos Carajás, o MST se “defende” das acusações do governo. Esses são trechos do *corpus* investigado que reforçam a discussão proposta por Marcuschi (2007).

(D) *Atributos e Valores*

Essas duas categorias são desenvolvidas com base no trabalho de Barsalou (1992) sobre o processo de categorização e construção de *frames*. Para o autor, os *frames* fornecem a representação fundamental do conhecimento na cognição humana. Em seu estudo, Barsalou (1992) identifica que os *frames* representam os atributos e os valores que compõem o conhecimento. O autor desenvolve um trabalho complexo sobre a constituição dos *frames*, com o enfoque nos aspectos semântico-cognitivos desses elementos, no processo de organização e elaboração do conhecimento. Entendo que as noções de ‘atributo’, ‘valor’ e ‘conceito’ propostos pelo autor, mesmo que dentro de um quadro teórico diferenciado, são de extrema relevância para o processo de construção de sentido e, conseqüentemente, para analisar discursos. Por isso, opero com esses conceitos nesta investigação com o objetivo de observar o funcionamento desses aspectos na construção discursiva.

Discuti a teoria de Barsalou (1992) de forma bastante pontual, ressaltando as questões que podem contribuir para a análise discursiva. Para o autor, ‘atributo’ é um conceito que descreve pelo menos um aspecto de um membro de uma categoria. Em seu exemplo, *cor* pode descrever um aspecto de um *pássaro* e *lugar* pode descrever um aspecto de *férias*. Assim, um ‘conceito’ apenas se torna um ‘atributo’ quando descreve pelo menos um membro de uma categoria. Por exemplo, quando uma *cor* descreve um aspecto de um *pássaro*. Quando as pessoas consideram *cor* de forma isolada (sua cor favorita, por exemplo) é apenas um conceito, não um atributo. Exemplificando a partir do meu estudo: trabalhador (conceito); trabalhador rural (atributo). Assim, um conceito se torna um aspecto e um atributo de uma categoria quando relacionado a um conjunto de outros aspectos, e não isoladamente. Por isso, como observou Marcuschi (2004c), o que em um caso é um atributo pode não ser em outro, e nesse caso seria apenas um conceito. Outra vez, exemplificando: se eu tomar como uma categoria ‘trabalhador rural sem-terra’, os aspectos ‘rural’ e ‘sem-terra’ estão operando como conceitos, não como atributos e valores, o que poderia acontecer em outra relação de categorização.

Para Barsalou (1992), o conceito é a informação descritiva que as pessoas representam cognitivamente uma categoria, incluindo informações definicional, prototípicas e funcionais. Nesse caso, como ressaltou o autor, o seu uso da noção de conceito assemelha-se vagamente a sentido e intensão. Já a noção de ‘valor’ está atrelada à de atributo, ou ainda, “a definição de valor segue a definição de atributo (Barsalou 1992:31)”. Os valores são conceitos subordinados a um atributo, por isso eles herdam informações dos conceitos de seus respectivos atributos.

Uma questão levantada por Barsalou (1992:31) me parece bastante interessante, no que diz respeito à discussão sobre categorização e suas relações atributivas. O autor pergunta: “Que aspectos de uma categoria podem ser atributos”? Pensar nessa questão é pensar a própria noção de categoria e como se dá o seu processo de constituição. A resposta de Barsalou (1992:31) é fluída, como

pedem essas noções: “claramente, isso depende significativamente do domínio ontológico da categoria”. Em minhas análises, por exemplo, identifiquei a fluidez do atributo ‘militante’, em relação às distintas categorizações dos sem-terra: para atores/grupos sociais atrelados ao poder, militante tem uma conotação valorativa. Já para representantes de movimentos sociais ou partidos de esquerda, militante é um atributo. É com base nessas reflexões que trago de forma bastante modesta as complexas considerações de Barsalou (1992) para a análise do nosso *corpus*.

Representações Sociais

O conceito de representação social, atualmente, envolve uma variedade de ramificações, nas diferentes áreas do conhecimento. Tomo como referência para esta discussão teórica as perspectivas de Billig (1991), Mondada (2000), Marcuschi (2005a), Shanon (1993) e van Dijk (2005). Ainda que esses autores se distanciem em alguns momentos, no fundamento das suas reflexões, isso não os coloca em conflito epistemológico. Por isso, sigo um pouco as considerações de cada um. O elemento coesivo entre essas propostas é não mais aceitar a noção de representação como um sistema codificado e estruturado na mente. Ou ainda, uma ‘fotografia da realidade’. Mesmo que argumentando por bases teóricas diversas, os autores entendem as representações como atividades cognitivas, situadas socialmente, construídas a partir de interações. Entendo essa noção como fundamental para a análise discursiva, por isso também embasa outras categorias a ela atreladas.

A categoria ‘acesso’ é uma das especificações para a investigação da construção das representações sociais. A partir dela, analiso quais são os grupos/atores sociais legitimados/deslegitimados pelos jornalistas ao elaborar o texto jornalístico – e assim o discurso do jornal. Por exemplo, se identifico mais citações positivas de A, menos citações positivas de B e se tais citações compõem a estrutura de relevância, essa passa a ser uma questão relevante para a análise

do fenômeno da (des)legitimação. É importante ressaltar que a categoria *acesso* envolve uma complexidade de fatores sobre a prática jornalística, desde a sua gênese, e não diz respeito apenas a citações (Falcone, 2005), ainda que aqui o estudo esteja mais centrado nessa manifestação.

As representações sociais também estão relacionadas ao aspecto da intertextualidade/interdiscursividade e como este opera na demarcação discursiva Nós x Eles. Pode-se estudar esse caso a partir da observação de como o jornal mescla o seu discurso com o discurso de representantes do poder, enquanto se distancia do discurso dos sem-terra. Por outro lado, é importante investigar o processo de (des)legitimação não só sob os aspectos relacionados aos discursos de instituições, mas também como ações concretas de membros das instituições. Mesmo que se identifique, por exemplo, que os jornais tendem a dar mais suporte ao discurso da Secretaria de Segurança – consequentemente da polícia – é possível que algumas notícias sejam críticas e tragam denúncias sobre a ação dos policiais em relação à morte dos sem-terra. Isso quer dizer que o processo de (des)legitimação está atrelado a várias instâncias sociais e não se dá independentemente da sociedade.

Aspectos Sociais e Políticos

Esses aspectos dizem respeito a questões macrosociais, tais quais ações governamentais, decisões jurídicas, eleições e mobilizações de grupos sociais. Eles são discutidos nos primeiros capítulos deste livro, quando discuto as teorias de Habermas (1996) sobre a legitimação social e o positivismo jurídico; de Giddens (2003), sobre os elementos estruturantes da sociedade a partir da teoria da constituição da sociedade, como também sobre a natureza dos movimentos sociais e sua relação de conflito com o domínio jornalístico. Todas essas questões embasam a análise discursiva e fundamentam esta investigação na construção do discurso (des)legitimador.

5. A Fabricação da Realidade II : entre 'atos' e 'fatos', a (des)legitimação de Eldorado dos Carajás



Este capítulo é destinado às análises do discurso (des)legitimador do massacre em Eldorado dos Carajás, a partir da investigação de seis *frames* de cobertura, macro-categoria proposta para tal estudo. No início de cada *frame*, uma breve introdução situa o de que trata cada enfoque, as ações discursivas principais dos domínios envolvidos, assim como as categorias que operam na construção dessas ações. Dessa forma, observo as distintas estratégias de construção de sentido, a partir de modelos contextuais variados, assim como analiso o funcionamento situado dos elementos linguístico-discursivos.

A Análise dos Frames

Frame I – A Circulação das Versões

Esse *frame* está relacionado, predominantemente, aos primeiros meses de cobertura (abril/maio/junho de 1996), quando a preocupação com o efeito de sentido de circulação de versões e opiniões sobre o massacre era mais recorrente nos jornais, característica que também é identificada em outros momentos da cobertura. Essa categoria articula as distintas versões sobre o episódio, ou seja, os mais diversos discursos: governos, polícia, MST, movimentos sociais, igreja

etc. A investigação a partir desse *frame* é relevante, principalmente, para identificar os possíveis discursos ‘privilegiados’ pela imprensa, sendo este estudo desenvolvido predominantemente a partir da categoria acesso. Entretanto, no que diz respeito às demais categorias, é importante primeiro ressaltar algumas peculiaridades de forma geral, para depois passarmos à análise sistemática de como elas operam na construção discursiva.

Um aspecto relevante é que ainda não é possível apontar marcadamente alguns dos elementos semânticos que me propus investigar neste trabalho, tais quais: ‘conceitos’, ‘atributos’ e ‘valores’. Entendo que isso se deve à natureza do *frame*, pois tais aspectos estão intrinsecamente atrelados a ações sistemáticas de categorização, o que tende a não se estabelecer neste momento. A ação básica no *frame* I é a construção do ‘fato’ Eldorado dos Carajás, daí ser o acesso à principal categoria a ser investigada – especificamente no caso da intertextualidade/ interdiscursividade (Bazerman, 2005).

Entendo que esse processo de construção, entretanto, é contínuo e por isso se dá ao longo de toda a cobertura jornalística, não estando restrito a essa categoria. O que investigo, nesse *frame*, é como se deu o início de tal construção, analisando o tratamento dado pelo jornal aos domínios discursivos envolvidos no assassinato dos sem-terra. Outra categoria relevante para esta análise é a topicalização – a partir das estratégias de desenfatisação de agência, assim como de algumas questões semânticas específicas, como, por exemplo, a escala ‘eufemismo → deseufemismo’ (Johnstone, 2002) agindo no processo de (des) enfatizar tópicos.

Mesmo compreendendo que cada *frame* é construído a partir de estratégias cognitivo-discursivas, textuais e linguísticas que mais o caracterizam, há um aspecto que precisa ser destacado desde o início, pois norteia o desenvolvimento de toda a análise. Observei que a topicalização é a macroação discursivo-cognitiva que opera de forma global na construção de sentido dos textos jornalísticos. Assim, defendendo que esse aspecto constitui – em alguns momentos de forma mais direta, em outros mais indireta – as demais categorias e estratégias

identificadas, pois entendo que a topicalização orienta o desenvolvimento de compreensão do texto. Resumidamente: é um gesto cognitivo-discursivo que transforma um *evento* em um *fato*.

Nesta investigação, foco a análise da topicalização de forma diversificada, pois entendo que essa categoria depende da natureza do *frame* e de como as especificidades das demais categorias são relevantes nos distintos contextos. O que é importante clarificar, desde o início das análises, é que a topicalização é uma categoria intrínseca a qualquer prática discursiva, pois o seu efeito cognitivo fundamenta os movimentos linguístico-discursivos e, conseqüentemente, as escolhas de ordem pragmática, semântica e sintática, orientando a construção global do sentido textual. No que diz respeito à prática jornalística, de forma ampla, a topicalização parece ser norteadora da própria construção do discurso deste domínio.

Outros aspectos semânticos importantes neste *frame* que operam na construção dos sentidos são as redes lexicais e a nominalização. Isso me leva a inferir que esses aspectos, aqui tomados como unidades de ações legitimadoras, estão na gênese da ação discursiva, e, conseqüentemente, no processo de categorização do (i)legítimo. Todos os elementos descritos têm como efeito de sentido macro o início da demarcação da relação Nós x Eles: como o jornal começa a construir seu próprio discurso sobre Eldorado dos Carajás e quais os discursos que assume para tal elaboração.

Entretanto, é inegável que o processo de categorização se estabelece desde o início da cobertura, pois ações discursivas e ações de categorização são interligadas. O que acontece é que as categorias, neste *frame*, ainda estão em construção e são bem menos estáveis do que em outros — como no *frame* IV, por exemplo. Ressalto o *bem menos estável* para que fique claro que entendo a categorização como um fenômeno de natureza essencialmente instável, sendo que isso se dá em um contínuo, no qual o grau de instabilidade varia de acordo com práticas situadas. Observemos essas questões nas análises desenvolvidas abaixo:

Exemplo 9:

Médico diz que há indícios de assassinato; PM nega (FSP, 19/04/1996)

Os corpos dos 19 sem-terras mortos anteontem em conflito com a Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, no Pará, apresentam indícios de assassinato. A afirmação foi feita à Folha pelo cirurgião Orlando de Medeiros, um dos primeiros médicos do hospital municipal de Curionópolis (Pará) a ver os corpos entregues pela PM envoltos em lona. “Vários deles tinham tiros pelas costas e um teve a frente da testa sacada por um tiro disparado à altura da nuca”, disse o médico.

O médico Vinicius Tassis disse que os 19 corpos tinham uma média de três a quatro tiros. O comandante da PM que participou da operação, major José Maria Oliveira, 41, negou o assassinato e afirmou que “houve fogo cruzado e correria”. Segundo ele, “os sem-terra receberam balas de seus próprios companheiros”.

A PM afirma que apreendeu 63 armas, algumas de fabricação caseira, após o confronto.

Uma menina, de idade não revelada, foi encontrada ontem morta em um riacho próximo ao local do confronto. A PM diz que a menina morreu afogada e que o caso não teria conexão com a batalha. Os sem-terra, porém, afirmam que ela estava no local do confronto e se afogou durante a fuga.

O título do texto já aponta para o que vai constituir o tópico da notícia: a especulação sobre como ocorreram as mortes em Eldorado dos Carajás. O efeito de sentido norteador é a ‘apuração de versões’, daí a contraposição entre as declarações do médico e as da polícia militar, por exemplo. No título, a relação sintática de tal contraposição, em uma análise primeira, poderia levar a entender que o foco do enunciado está no discurso do médico, já que representa as duas primeiras orações do período composto formador do título. Entretanto, analisando algumas questões de ordem semântico-pragmática, é possível remeter a

outras possibilidades de significação. Primeiro, observando a rede que se estabelece entre os verbos introdutórios de opinião: enquanto o médico ‘diz’, ou seja, apenas conta uma versão da história, o ato de fala da PM tem valor de negação de tal versão (“PM nega”). É relevante também que a contraposição é realizada em dois níveis distintos de representação social: o individual e o institucional, pois é o discurso do médico-sujeito contra o da polícia militar-instituição.

Outra estratégia para desenfatar o discurso do médico é o uso do eufemismo (“indícios de assassinatos”), que opera como modalizador para o que vai ser introduzido no primeiro enunciado do *lead*: “Os corpos dos 19 sem-terras mortos anteontem em conflito com a Polícia Militar em Eldorado dos Carajás, no Pará, apresentam indícios de assassinato”. Percebendo essa relação, pode-se pensar no próprio título como uma categoria desenfatzadora de agência. Essa estratégia de construção de sentido tem a ver com a força cognitiva dos títulos no processo de orientação da compreensão do texto (Marcuschi, 2004c).

O trecho “Os corpos dos 19 sem-terras mortos”, em termos gramaticais estritos, poderia ser entendido como redundante, mas do ponto de vista cognitivo-discursivo aponta para uma questão relevante. Primeiro, pelo item lexical ‘corpos’, que, com o efeito de generalização, não se relaciona com um agente (ator social) da ação de matar: a palavra ‘corpos’ não identifica as pessoas mortas e, conseqüentemente, não há necessidade de identificar os responsáveis pelos crimes. Provavelmente, é essa ausência de ‘pacientes claros’ e de ‘agentes’ que leva à dupla marcação semântica observada nos itens lexicais ‘mortos’ e ‘corpos’. É possível inferir que, para o autor do texto, há uma necessidade de resolver cognitivamente a ausência de sujeito/agente estabelecida pela sintaxe.

A atividade de nominalização também opera neste processo de categorização. Isso porque, em linhas gerais, é com essa ação que damos nomes a eventos, grupos e atores sociais, a partir das relações de referência, sinonímia etc. Como a notícia que estou analisando está em relação contextual com outras notícias – tanto com as veiculadas na mesma página desta edição, como com os demais textos publicados anteriormente na cobertura sobre Eldorado dos

Carajás —, é possível afirmar que o item lexical ‘conflito’, mesmo ocorrendo no primeiro enunciado do *lead*, estabelece uma relação sinonímica que aponta para fora deste texto, pois está relacionado a textos anteriores. Essa relação se dá a partir de modelos cognitivos construídos a partir das leituras prévias, tendo as representações textuais como base para esse processo.

Tal relação sinonímica extratextual constrói uma rede lexical que reforça o discurso da instituição do poder: a ação da polícia foi necessária e foi uma reação à ação dos sem-terra (o protesto). O resultado dessa ação foi um ‘conflito’: e é nesse processo de referenciação que toda a história de Eldorado dos Carajás é retomada nesta notícia, seguido de outro eufemismo usado no título “indícios de assassinatos”. Assim, o enunciado não só recupera o discurso da polícia como o reitera, ou seja, legitima-o. É importante observar, ainda, que a contraposição de discursos — efeito norteador desse texto — não se dá, no início, entre os dois principais protagonistas da ação, MST x PM, mas sim entre a polícia e o médico, que tem seu discurso reportado direta e indiretamente. Tirando os sem-terra da cena discursiva, se estabelece, também, quais atores e grupos sociais têm autoridade para ‘falar’ sobre o assunto.

Essa questão é consolidada no terceiro parágrafo da notícia, no qual o discurso da PM predomina, agindo fortemente na construção de sua versão. Já nesta parte do texto, começo a observar a delimitação das vozes discursivas que vão compor o Nós (as das instituições do poder), em contraposição ao discurso dos grupos excluídos: Eles. Nos enunciados “A PM afirma que apreendeu 63 armas, algumas de fabricação caseira, após o confronto” e “A PM diz que a menina morreu afogada e que o caso não teria conexão com a batalha”, temos duas ações discursivas assumidas pelo jornalista. Podem-se apontar alguns elementos linguístico-discursivos que remetem a isso: a seleção dos verbos introdutórios de opinião (‘afirma’, ‘diz’); a nominalização (‘a batalha’, que tem o mesmo efeito de sentido de ‘conflito’); e o caso do acesso (o discurso do MST só aparece no final do parágrafo, e ainda assim como uma ‘resposta’ à PM (“[...] Os sem-terra, porém, [...]”)), o que diminui sua força persuasiva, pois os sem-terra não estão

contando sua história, mas negando versão que é tomada como ‘oficial’. Na análise deste texto, as questões acima apontadas me pareceram operar de forma mais enfática na constituição do discurso da (des)legitimação. Como disse anteriormente, algumas categorias de análise são mais recorrentes neste *frame* e vão permear também os demais textos.

A notícia seguinte – publicada na mesma edição que a anterior – teria a função de trazer a versão dos sem-terra sobre o massacre em Eldorado dos Carajás. Sendo assim, o discurso do MST deveria ser o elemento constitutivo do texto. A leitura apenas no nível da superficialidade textual pode levar a essa compreensão. Entretanto, analisando algumas estratégias desenvolvidas a partir de aspectos discursivo-cognitivos, é possível sugerir outras possibilidades de sentidos.

Exemplo 10:

Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos (FSP, 19/04/1996)

Os trabalhadores sem-terra feridos no conflito com a Polícia Militar negam a versão oficial de que teriam feito o primeiro disparo, e acusam os policiais de terem feito tiros de metralhadora e revólver à queima-roupa.

A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá. José Carlos Moreira Santos, 17, um dos feridos mais graves, perdeu a visão do olho direito por um dos disparos. “Eu estava brincando com meus amigos, de repente, eles (os policiais) chegaram atirando. Quando caí, um amigo tentou me ajudar e os PMs nos humilharam”, relatou o sem-terra ferido.

Segundo Moreira Santos, os policiais “pediram que deitássemos no chão para não vê-los. Depois, deram três minutos para a gente sair de lá correndo. Minha mãe e eu corremos mais de dois quilômetros pela beira da estrada”. Jurandir Gomes dos Santos, 30, o primeiro a ter sido baleado, mostrou a radiografia que mostrava os 11

tiros em suas pernas, “feitos numa rajada só”, segundo suas declarações. Raimundo José da Conceição, 20, que teve a perna direita fraturada por tiros, disse que “depois do massacre, os policiais atiravam para cima e pediam para que aparecêssemos. Estávamos escondidos no mato”.

A construção do título exemplifica meu argumento: (“Polícia iniciou tiroteio, dizem os feridos”). Observando a construção sintática, percebo que a topicalização se dá a partir do discurso da polícia, pois a voz dos sem-terra é discursivamente subordinada. Para além da sintaxe, a seleção lexical é um aspecto que opera mais efetivamente na constituição discursiva. Analisemos a rede que se constitui no enunciado: enquanto um dos grupos que compõe o discurso da notícia é citado institucionalmente ‘polícia’, o outro – os sem-terra – é citado indiretamente e de forma generalizada, a partir da nominalização ‘os feridos’. Também, ao ressaltar a autoria da declaração (“*dizem* os feridos”), o jornal estabelece um distanciamento entre o seu próprio discurso e o discurso do MST, o que me faz remeter, novamente, à delimitação da relação Nós x Eles. Nesse mesmo enunciado, ainda ressalto outro aspecto da seleção lexical, observando o verbo introdutor de opinião: ‘dizer’. Como já analisou Marcuschi (2007), esse verbo é preferencialmente utilizado nos jornais para introduzir o discurso de atores sociais que não fazem parte dos grupos do poder. Em contraposição, o autor observa que os discursos dos poderosos são introduzidos por verbos tais como ‘afirma’, ‘declara’, ‘atesta’ etc. A natureza de tais escolhas é ideológica, pois estabelece quais os grupos que têm força discursiva.

Os trabalhadores sem-terra feridos no conflito com a Polícia Militar negam a versão oficial de que teriam feito o primeiro disparo, e acusam os policiais de terem feito tiros de metralhadora e revólver à queima-roupa.

Apenas no primeiro enunciado do *lead* há a referência aos sem-terra. Entretanto, a ação discursiva é a da defesa, pois cabe a eles, primeiramente, negar a “versão oficial”. Essa relação também aponta para um tipo de subordinação,

só que não apenas de ordem sintática, como no título, mas de categorização de grupos e atores sociais. A PM é a instituição tida como legítima, por isso tem o poder de trazer a “versão oficial”. Na construção da ‘cena discursiva’, o jornal estabelece qual o grupo prototípico – o de melhor representação social – e o estereotipado, ou o deslegitimado, o que não tem poder de trazer o seu discurso como o principal na notícia, mas apenas responder, em relação de interdiscursividade, à versão da polícia.

A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá. José Carlos Moreira Santos, 17, um dos feridos mais graves, perdeu a visão do olho direito por um dos disparos. “Eu estava brincando com meus amigos, de repente, eles (os policiais) chegaram atirando. Quando caí, um amigo tentou me ajudar e os PMs nos humilharam”, relatou o sem-terra ferido.

Segundo Moreira Santos, os policiais “pediram que deitássemos no chão para não vê-los. Depois, deram três minutos para a gente sair de lá correndo. Minha mãe e eu corremos mais de dois quilômetros pela beira da estrada”. Jurandir Gomes dos Santos, 30, o primeiro a ter sido baleado, mostrou a radiografia que mostrava os 11 tiros em suas pernas, “feitos numa rajada só”, segundo suas declarações. Raimundo José da Conceição, 20, que teve a perna direita fraturada por tiros, disse que “depois do massacre, os policiais atiravam para cima e pediam para que aparecêssemos. Estávamos escondidos no mato”.

Nestes dois parágrafos, a categoria acesso continua sendo a que mais fortemente opera na construção discursiva. A condição de subordinação continua sendo a marca da representação dos sem-terra. Se no *lead* o grupo social (e seus atores) prototípico é a Polícia Militar, no *sublead* o próprio jornal assume o comando discursivo. Pode-se observar isso na sua autorepresentação, no primeiro enunciado do *sublead*. A sua ação é descrita como uma espécie de ‘tomada de depoimento’ (“A Agência Folha ouviu quatro dos dez feridos que foram levados ontem à Unidade Mista de Saúde de Marabá”), indicando o poder da instituição, não só no tratamento discursivo para a construção do ‘fato’, mas se colocando,

inclusive, como um órgão com poderes e atribuições para julgar culpados/innocentes.

A subordinação do discurso dos sem-terra em relação aos demais discursos que constituem esta notícia (Ministério da Justiça e FSP) opera de forma mais complexa na deslegitimação do MST do que a exclusão discursiva propriamente dita, o que tornaria mais explícita a discriminação. Pois, quando a dominação se dá a partir de estratégias discursivas implícitas, como a aparente contraposição igualitária entre atores e grupos sociais, exige-se mais criticidade do leitor para identificar tal discriminação. Por fim, o que se estabelece nesta composição discursiva é qual grupo social tem legitimidade para nortear o desenvolvimento do texto. Assim, esse grupo terá o poder de orientar a performance discursiva dos demais grupos que estão em relação de interdiscursividade na notícia.

Exemplo 11:

Ministério diz que sem-terra atacaram (FSP, 26/04/1996)

Os sem-terra teriam comprado armas com dinheiro dado pelo Incra para comprar comida. A informação está em um relatório do Ministério da Justiça sobre o massacre do dia 17.

O relatório diz também que os sem-terra foram os responsáveis pela agressão inicial aos PMs que, na linha de frente do confronto, não estariam armados.

O autor do texto é o coordenador-geral do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), Humberto Espínola. “Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi”, afirmou Espínola à Folha, que passou quatro dias no local do conflito. Disse ter ouvido do executor do Incra em Marabá (PA), José Líbio de Matos, e de outras duas pessoas _não revelou nomes_ que pagamentos de créditos de alimentação e fomento aos sem-terra foram desviados para a compra de armas.

A Folha apurou que a Polícia Federal também detectou, há dois meses, a compra das armas.

O Incra distribuiu em fevereiro e março uma ajuda de R\$ 800 para cada família da região.

Com 16 páginas, o relatório considera as reivindicações dos sem-terra legítimas, mas faz críticas à ação do grupo. Sobre a PM, condena a violência e os assassinatos citados por testemunhas.

Segundo o relatório, o coronel Mário Pantoja, comandante da operação, “tem bom conceito na região”. O documento diz ainda que na linha de frente do contingente de Marabá havia apenas soldados com cassetetes e bombas de gás lacrimogênio.

Espínola cita, “em favor da PM”, “a reação agressiva inicial dos sem-terra partindo para cima” da polícia. O relatório critica o MST por ter “indivíduos com atividades diversas da agrícola”, como professores de dança, de canto e funcionários públicos. O coordenador-geral afirmou que considera mais grave o fato de os sem-terra estarem armados _foram apreendidas 37 armas_ e de terem colocado mulheres e crianças na barreira na estrada.

Francisco Dalchazon, da coordenação nacional do MST, disse que “o Ministério da Justiça não tem resposta para o que houve e que está partindo para a estratégia de que o ataque é a melhor defesa”.

Segundo ele, os sem-terra de Eldorado dos Carajás não foram assentados ainda e por isso não receberam dinheiro do Incra. “Todos têm o direito de mudar de profissão”, disse sobre o fato de nem todos serem lavradores. Para a posse de armas, alegou defesa pessoal.

Analisando o uso dos tempos verbais nos dois primeiros enunciados do *lead*, observo uma contradição nas modalizações, o que me parece um aspecto importante no processo de construção do discurso do jornal para contar sua versão sobre Eldorado dos Carajás, e quais as vozes selecionadas para constituir tal discurso. No primeiro enunciado, o verbo ‘ter’ é usado no futuro do pretérito, tempo que opera como um condicional para a ação, formando o sintagma “teria comprado”, indicando que o jornal não assume o discurso do Ministério da Justiça. Entretanto, no enunciado seguinte, o que seria *uma versão* da história

passa a ser tratada como *a informação oficial* sobre a mesma, daí o uso do verbo ‘estar’ no presente e com efeito afirmativo: “A informação está em um relatório”, seguido do complemento “do Ministério da Justiça [...]”. Assim, a dita “informação” é respaldada e legitimada pelo poder da instituição que a fornece.

No enunciado seguinte, observo que a metáfora “o relatório diz” também opera na legitimação da versão governamental, atribuindo ao documento, inclusive, a força pragmática. Na construção metafórica, a estratégia é respaldar o discurso do Ministério, sem que essa ação seja explicitada, pois a relação que se estabelece é com as informações contidas *no relatório*, como se esse gênero fosse uma elemento neutro e não algo produzido por uma instituição, resultante da prática de um grupo político. Podemos observar esse mesmo movimento no enunciado seguinte: “O relatório diz também que os sem-terra foram os responsáveis pela agressão inicial aos PM’s que, na linha de frente do confronto, não estariam armados”. Apenas no *sublead* o relatório passa a ser tratado como um gênero produzido por alguém, sendo que a ênfase na autoria do texto tende a dar mais legitimidade ao documento. Observemos: “O autor do texto é o coordenador-geral do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), Humberto Espínola”. O poder da autoria (e do autor) do texto é sustentado pelo discurso reportado, que segue o primeiro enunciado: (“Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi”, afirmou Espínola à Folha, que passou quatro dias no local do conflito.).

Neste trecho, dentre os elementos que operam na legitimação do discurso governamental, ressaltamos dois: *i)* o efeito de objetividade no discurso do representante do Ministério da Justiça; *ii)* e como o jornal demarca o seu discurso, a partir do discurso do Governo. Primeiro observemos o discurso direto: (“Não estou acusando ninguém, apenas relatando o que ouvi”). A primeira declaração, “Não estou acusando ninguém...” está em contradição com o próprio tópico discursivo, que culpa os sem-terra pelas mortes em Eldorado dos Carajás. Para melhor observar essa questão, basta retomar o título e o *lead* do texto. Na declaração seguinte (“...apenas relatando o que vi”...), pode-se re-

meter ao feito de objetividade que havia apontado. O sentido de imparcialidade que se pretende atribuir ao discurso do representante do governo é construído a partir da rede lexical: ‘apenas’ (opera como um deseufemismo da ação); o verbo ‘relatar’ (tem a conotação de neutralidade e objetividade, e não o efeito de acusação); e o verbo ‘ver’ (com toda a sua carga empirista, sustentado pela ideia comum de que o que se vê não se contesta).

O segundo aspecto que quero discutir nesta análise é o posicionamento do jornal em relação às instituições do poder. Em alguns movimentos discursivos, percebe-se como o texto vai sendo construído com elementos que legitimam a versão apresentada pelo Governo Federal, ou seja, que o próprio jornal assume tal versão. Observemos que o discurso do autor do relatório é sustentado por dois movimentos: i) a escolha do verbo ‘afirmar’, com sua carga enfática; ii) a oração subordinada, ressaltando que Humberto Espínola teria passado “quatro dias no local do conflito”, o que lhe atribuiria autoridade para tecer tais afirmações. O jornal também não questiona o fato de o relator ter construído sua acusação contra os sem-terra apenas com o depoimento de pessoas ligadas ao órgão governamental. Pelo contrário, segue a mesma prática quando traz a voz da Polícia Federal para compor o quadro já iniciado.

Observemos no início do terceiro parágrafo da notícia: “A Folha apurou que a Polícia Federal também detectou, há dois meses, a compra das armas”. As teias que formam o discurso Nós (governos e jornal) x Eles (sem-terra) vão se firmando e as instituições do poder vão dando mais suporte umas às outras. Essa relação está mais explícita no fim deste parágrafo e no início do seguinte. Observemos nos seguintes enunciados: “[...] Segundo o relatório, o coronel Mário Pantoja, comandante da operação, “tem bom conceito na região”. O documento diz ainda que na linha de frente do contingente de Marabá havia apenas soldados com cassetetes e bombas de gás lacrimogêneo. [...]”; “[...] “Espínola cita, “em favor da PM”, “a reação agressiva inicial dos sem-terra partindo para cima” da polícia [...]”. A voz do MST só aparece no final da notícia, e, como já observei em outros textos, apenas em atitude defensiva. A notícia que traz a ‘resposta’

dos sem-terra a essas acusações é publicada três dias depois, em espaço inferior ao dado para o texto sobre o relatório do Ministério da Justiça. A demora na publicação – se fosse para estabelecer um diálogo, a resposta do MST deveria vir na mesma edição ou, no mínimo, na edição seguinte –, assim como o destaque dado a essas publicações, são aspectos cognitivos importantes no que diz respeito à elaboração de modelos mentais, mais restritamente falando, como também na construção da versão dominante (legitimada) sobre Eldorado dos Carajás. Vejamos a notícia a seguir:

Exemplo 12:

MST contesta o relatório do governo (FSP, 29/04/1996)

Líderes do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) questionaram ontem em Belém o relatório do CDDPH (Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana), do Ministério da Justiça.

Eles negaram a versão do relatório, que diz que os sem-terra atacaram primeiro no confronto com os PMs em Eldorado dos Carajás. Jorge Neri, 30, e Gustavo Filho, 26, afirmaram que a PM chegou jogando bombas de efeito moral e abriu fogo contra os sem-terra, que bloqueavam a rodovia PA-150.

Nery e Filho também disseram que há mais trabalhadores desaparecidos, além dos cinco já apontados pelo MST. Segundo eles, nesta semana o MST divulgará os nomes dos desaparecidos.

“Também há crianças mortas, cujos corpos a polícia escondeu. Os pais não apareceram para reclamar seus filhos porque foram mortos também”, disse Filho.

Neri afirmou que o fato de um grande número de trabalhadores ter se juntado ao movimento nos dias anteriores ao massacre está dificultando o levantamento

dos nomes de desaparecidos. O MST disse que suas lideranças na área estão sendo ameaçadas.

O primeiro aspecto a ser discutido é como os sem-terra são posicionados na cena discursiva pelo jornal nas duas notícias. Isso já foi tratado anteriormente, mas me parece importante retomar, devido à recorrência da estratégia. Outra vez, o MST está no lugar da defesa – negando, contestando, questionando acusações do governo. Está pressuposto que aos sem-terra cabe a culpa, pois quem tem legitimidade para fazer acusações e afirmar são as instituições do poder. Assim, o pressuposto que norteia o discurso do jornal sobre o MST é o da culpa, o da acusação. E é para essa ação discursiva específica – a da defesa – que o jornal abre espaço para os sem-terra. A notícia acima é o exemplo mais característico desse aspecto. Trata-se da ‘resposta’ à notícia analisada anteriormente. A relação de interdiscursividade entre as duas notícias, mesmo existindo, não é igualitária. Questões relacionadas à macro-estrutura textual, à cena discursiva – sob que perspectiva o jornal trata as duas histórias – e às representações sociais, entre outras, estabelecem tal desigualdade. As representações sociais e a macro-estrutura do texto me parecem aspectos que merecem ser observados mais atentamente. Como é a interdiscursividade que norteia a notícia acima, a análise da mesma inevitavelmente remete a alguns elementos da notícia anterior.

Ao comparar a construção do *lead* e do *sublead* das duas notícias, percebo que no Exemplo 11 há uma atribuição valorativa ao discurso do Ministério da Justiça (MJ), pois as acusações contra o MST são tomadas como o aspecto mais relevante do texto – por isso inicia o *lead* –, e o MJ a instituição com autoridade para realizar tal ação. No Exemplo 12, o que é tomado como mais relevante pelo repórter é o questionamento dos sem-terra ao documento do Governo Federal, e não as acusações do movimento contra a Polícia Militar do Pará, que só aparecem no parágrafo seguinte. Sobre as representações sociais, percebo duas ocorrências distintas. O representante do governo é citado pelo nome e pela

função que ocupa – sendo um cargo de chefia, atribui mais autoridade ao seu discurso – como também foi destacado que é dele a autoria do documento apresentado pelo jornal. Na notícia sobre o MST, a referência aos entrevistados é feita de forma genérica (“Líderes do MST [...]”), sem especificar as suas funções no movimento, ou mesmo os seus nomes. Tal construção não atribui autoridade aos entrevistados, o que enfraquece o poder dos seus discursos. Essa relação também se estabelece com o próprio MST, já que não há um trato institucional. No *sublead*, por exemplo, o pronome pessoal (eles) – em referência anafórica a ‘líderes do MST’ – é usado antes mesmo do nome dos entrevistados. Um traço linguístico-cognitivo que exemplifica como a representação dos sem-terra está sendo construída no texto: não são tratados como atores legítimos, com autoridade para atos de fala tais quais: ‘acusar’, ‘informar’ etc. A eles cabe ‘questionar’, ‘negar’, ‘contestar’, ou seja, não são sujeitos da própria ação discursiva.

Neste *frame* de cobertura, centro a investigação no acesso discursivo dos domínios e grupos sociais envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás e, também a partir de alguns elementos sintáticos e semânticos, procuro identificar a ação do jornal, ao trazer para a cena discursiva esses grupos. A estratégia que adoto para a conclusão de das análises de cada *frame* é a de traçar considerações em âmbitos gerais, pois acredito que só a perspectiva global da ação de todas as macrocategorias me possibilita elaborar considerações categóricas sobre o fenômeno da (des)legitimação.

Dentre os aspectos possíveis de serem considerados, enfatizo a desigualdade no trato discursivo, por isso me foco na categoria acesso: possibilita investigar não apenas as vozes que circulam em um texto, mas o seu efeito discursivo-cognitivo. O que identifico, neste momento da análise, é um quadro que desfavorece e enfraquece o MST discursivamente, o que pode construir modelos mentais sobre as mortes dos sem-terra que consolidem a categorização do ‘evento’ como *legítima defesa*. A análise dos demais *frames*, entretanto, me dá subsídios para uma conclusão mais elaborada, já que a investigação do discurso (des)legitimador deve estar atrelada a distintos fatores, de ordem social, dis-

cursivo-cognitiva, textual e linguística. Daí a complexidade do seu estudo e a necessidade de tantos desdobramentos de análise.

Frame II – A Mobilização da Sociedade

Esta parte da cobertura tem como enfoque as manifestações – contrárias e favoráveis – ao MST, tendo como base principal a repercussão do massacre de Eldorado dos Carajás. Foram várias as mobilizações e os atos públicos reivindicando justiça para a morte dos sem-terra. Identificamos uma forte participação da ala progressista da Igreja Católica, assim como de movimentos sociais e organizações não-governamentais (ONG's) do país e do exterior. Segmentos conservadores da sociedade – entre eles a União Democrática Ruralista (UDR) – também se articularam e promoveram atos, como respostas às ações favoráveis ao MST. A preocupação desses grupos conservadores – como seus próprios integrantes afirmaram – era a possibilidade de se iniciar um processo de legitimação do MST, já que instituições com representatividade histórica e força política passaram a questionar a inoperância das principais esferas do poder nacional (governos e polícias) em relação às mortes dos sem-terra, gerando uma movimentação de deslegitimação desses poderes. O que acontece nesse *frame* de cobertura é que o grupo Eles passa a ter mais força discursiva e o grupo que tende a ser estereotipado é o do poder, ou seja, o Nós. A forte repercussão na mídia internacional sobre Eldorado dos Carajás é um dos aspectos que opera nessa inversão, levando até a própria FSP a desenvolver outra relação discursiva, se posicionando, em alguns casos, no grupo Eles.

O Governo Federal – inclusive com declarações do então presidente Fernando Henrique Cardoso – também passa a se posicionar mais sistematicamente sobre o caso, mesmo que de forma contraditória. Isso porque o governo precisou dar uma resposta à mobilização mundial sobre o massacre dos sem-terra, o que resultou em algumas declarações contra o poder judiciário, mas não necessariamente em uma prática política do governo sobre questões fundamentais,

como violência no campo e reforma agrária. E isso leva à contradição sobre a qual me referi, identificada em alguns discursos do presidente sobre as ações do MST. A relação de inversão de poderes entre Nós x Eles repercute na deslegitimação do massacre e, conseqüentemente, questiona as principais instituições do poder brasileiro. Isso remete à investigação de um aspecto: a construção da representação social do governo. Por se tratar de um momento de crise, é importante ressaltar o que já discutimos sobre o processo de (des)legitimação: ele é de natureza essencialmente instável e categoriza atores e grupos sociais em contextos situados, em uma construção contínua. Neste *frame*, identifico um embate discursivo entre os grupos (Nós x Eles) na tentativa de estabilização de um discurso. Por isso, a investigação das representações sociais é o foco principal de nossa análise.

A peculiaridade aqui é a ‘aparente’ democratização do espaço discursivo do jornal. Chamo de ‘aparente’ porque essa abertura se dá a partir de algumas restrições ideológicas e continua atrelada a mecanismos de controle discursivo. Afirmo isso com base em dois aspectos: i) uma das vozes predominantes na repercussão do massacre é a da mídia, só que, neste caso, da mídia internacional. Assim, o efeito de sentido é o de que outra instituição estaria tratando do caso, só que com mais sustentação do mito da imparcialidade – por serem instituições internacionais – do que a imprensa nacional. Sendo que a mídia continua sendo o domínio norteador dos discursos. Outro problema dessa ênfase na mídia internacional é que esta tende a assumir uma postura ‘humanista’, ao tratar dos problemas do ‘terceiro mundo’. Entretanto, estudos sobre o discurso da mídia européia sobre imigração (van Dijk, 1997), por exemplo, apontam posturas conservadoras, preconceituosas e discriminatórias dessa instituição. Ou seja, a perspectiva ‘humanitária’ está atrelada a problemas que não dizem respeito aos problemas políticos dos países ditos do ‘primeiro mundo’. A postura progressista desses veículos de comunicação se dá no trato dos problemas dos Outros. Assim, as ideologias que constituem o discurso desses jornais também é sob a perspectiva do Nós ; ii) mesmo considerando a abertura discursiva como carac-

terística deste *frame* – com espaço para as alas progressistas da Igreja Católica, organizações não-governamentais e topicalizações favoráveis às ações do MST –, não identifico um acesso direto dos sem-terra ao espaço do jornal.

A representação do movimento se dá, em grande medida, por intermédios de instituições tidas como legítimas (Igreja Católica, Comissão Pastoral da Terra, Anistia Internacional etc.) e ao MST só é dada a possibilidade de ter seu discurso reverberando indiretamente no discurso desses grupos sociais. Este aspecto também é identificado em outros momentos de cobertura, mas neste *frame* é mais proeminente. Uma justificativa para tal ocorrência é que o jornal estaria buscando outros discursos sobre o massacre, para trazer perspectivas diferenciadas. Entretanto, a recorrência desse mesmo aspecto em outros *frames* leva à reflexão que essa seria uma análise ingênua sobre o fenômeno e me remete a questões mais complexas, como o controle ideológico e, consequentemente, discursivo do acesso. Por fim, enfatizo que isso se trata de uma postura anti-democrática do jornal, que tem como efeito principal a construção da memória social, elaborada a partir do discurso das elites.

Exemplo 13:

Ato lembra morte de 19 sem-terra (FSP, 17/04/1999)

O MST começou ontem uma série de mobilizações em 23 Estados para lembrar os três anos do massacre de 19 sem-terra, em Eldorado dos Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996. Em pelo menos dez Estados, marchas de sem-terra chegaram ontem pela manhã às capitais.

Cerca de 15 mil trabalhadores participaram das marchas em todo o país, segundo estimativa do MST. Em Porto Alegre (RS), no final da tarde de ontem, cerca de 500 integrantes do movimento começaram uma “vigília” na frente do prédio do Incra, prevendo um jejum que duraria todo o dia de hoje. Em Eldorado dos Carajás, um monumento utilizando 19 castanheiras mortas será inaugurado hoje para relembrar o conflito.

Esta nota informativa exemplifica um aspecto discutido anteriormente: a topicalização não estereotipada de uma ação do MST, caso peculiar em relação à maioria das demais ocorrências dessa macro-ação discursiva. No título e no corpo do texto, a mobilização organizada pelos sem-terra é atrelada às mortes em Eldorado dos Carajás. Ou seja, o motivo propulsor da mobilização é trazido para a estrutura de relevância. Observemos no título: “Ato lembra morte de 19 sem-terra”. Em outras notícias, identifico uma estrutura inversa de topicalização, ou seja, primeiramente são feitas referências a ‘invasões’, a ‘protestos’, a ‘saques’ e só depois essas ações são associadas, no texto, a protestos do MST pelas mortes em Eldorado dos Carajás. No primeiro enunciado, o ‘ato’ dos sem-terra é tratado como uma ação de um movimento social legítimo, marcado pelo item lexical ‘mobilização’. Outra marca linguística que reforça o efeito de sentido da não-estereotipização é o uso do verbo ‘lembrar’, remetendo a ação para um contexto político e social. Analisemos o trecho: [...]“para lembrar os três anos do *massacre* de 19 sem-terra, em Eldorado dos Carajás (PA), ocorrido em 17 de abril de 1996”. Enfatizo em *italico* o uso do item lexical ‘massacre’, que está interligado à rede lexical tecida no texto e opera na construção do sentido que discuti.

Também é relevante observar como a nominalização opera no processo de referenciação aos sem-terra: a retomada é feita a partir do item lexical ‘trabalhadores’: “Cerca de 15 mil trabalhadores participaram das marchas em todo o país [...]”. Neste caso, identifico uma categorização legítima dos atores sociais do MST, uma ocorrência também diferenciada em relação aos demais *frames*, nos quais essa categorização costuma se dar de forma estereotipada, a partir de nominalizações como: ‘manifestantes’, ‘invasores’, entre outras. Outro elemento que reforça a construção de sentido que estamos discutindo é a informação trazida no enunciado final do texto, enfocando uma ação ‘pacífica’ do MST (“Em Eldorado dos Carajás, um monumento utilizando 19 castanheiras mortas será inaugurado hoje para relembra o conflito.”). Não identifico, nessa nota, ações discursivas de estereotipização do movimento, sustentado pelo discurso da deslegitimação do massacre em Eldorado dos Carajás.

Tal observação me leva a considerar um aspecto que vem sendo pouco desenvolvido, até agora: os gêneros textuais. Acredito que o gênero nota informativa é menos controlado que os demais – inclusive em comparação à nota opinativa, conforme discutiremos no *frame* V – e há mais liberdade discursiva para a sua escrita. Isto pode estar relacionado ao efeito cognitivo do gênero, que não é tido – pelos leitores e pelo jornal – com o mesmo efeito legitimador de discursos como a notícia e, assim, não teriam a mesma força cognitiva na elaboração dos modelos mentais. Esta questão, entretanto, exige uma pesquisa específica, por isso a tratamos aqui de forma intuitiva, como uma possibilidade de investigação.

Exemplo 14:

Comissão estrangeira vê descaso do governo (FSP, 21/07/1996)

Representantes de igrejas e do Parlamento europeus, em visita a Eldorado dos Carajás (PA), declararam que há um descaso das autoridades brasileiras sobre os 19 sem-terra mortos no confronto com a Polícia Militar em abril. Um relatório será enviado ao presidente e ao governador do Pará.

Ressalto, nesse exemplo, a ocorrência de outra nota informativa. Continuando a discussão iniciada no exemplo anterior, destaco a questão do acesso. O texto foi construído apenas a partir do discurso dos representantes de igrejas e parlamentos europeus. O jornal toma esses atores sociais como legítimos para tratar sobre as mortes em Eldorado dos Carajás e ainda os atribui autoridade para criticar os Governos Federal e Estadual pelo massacre (“[...] declararam que há um descaso das autoridades brasileiras sobre os 19 sem-terra mortos no confronto com a Polícia Militar em abril. [...]”). Além da autoridade, ainda há o efeito pragmático do discurso a partir do uso do verbo ‘declarar’. As autori-

dades brasileiras citadas não foram procuradas pelo jornal para responder aos questionamentos, caracterizando como um não-acesso dos representantes do poder nacional. Como já foi dito, esse aspecto pode estar atrelado à natureza do gênero, que é discursivamente menos controlado. No caso de uma notícia, isso seria mais difícil de ocorrer.

Essa nota informativa é também o primeiro exemplo, dentre os demais que irei analisar neste *frame*, no qual a preocupação do jornal é repercutir o discurso de órgãos internacionais sobre as mortes dos sem-terra. O macro-efeito dessa ação já foi discutido e, agora, pretendo investigar esse aspecto de forma mais sistemática. Um elemento a ser analisado, já no início do texto, é a atividade de referenciação aos atores sociais representados no texto. Observemos no primeiro enunciado o caso da autoridade a eles atribuída: nenhum é citado pelo nome, ou mesmo as funções específicas que ocupam nas instituições citadas. Ao jornal basta o item lexical vago ‘representantes’. No final do texto, é ressaltada outra vez a autoridade desses atores, que, de acordo com o jornal, têm o poder de interagir diretamente com o presidente da república e o governador do Pará: (“Um relatório será enviado ao presidente e ao governador do Pará”). Analisemos, em outros exemplos, como o jornal constrói a representação social dos órgãos internacionais e como essa relação de interdiscursividade opera na (des) legitimação de Eldorado dos Carajás.

Exemplo 15:

País só age sob pressão, afirmam ativistas (FSP, 20/05/2001)

Liliana Tojo, diretora do Cejil no Brasil, diz que, não fosse a pressão internacional, processos como o do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, estariam engavetados.

O Cejil é uma instituição jurídica sem fins lucrativos que acompanha processos que tramitam em cortes internacionais.

Por determinação da Comissão Interamericana, o governo informa o estágio de tramitação do processo de Eldorado dos Carajás uma vez a cada 45 dias.

O massacre ocorreu em abril de 96, quando a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), durante uma desocupação.

O governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), foi uma das testemunhas de defesa dos policiais, durante o primeiro julgamento, em 99, que absolveu os comandantes da operação. Houve pressão e o júri foi anulado.

Destaco um trecho dessa notícia para analisar outros aspectos que tratam da representação das instituições do poder brasileiro, por parte de órgãos internacionais, e como essa ação irá interferir na prática discursiva do governo. Com a repercussão do massacre dos sem-terra, a hegemonia dos poderes nacionais passa por uma crise, o que Habermas (1999 [1973]) conceituou como ‘crise de legitimação’. A necessidade de ‘resposta’ a tais críticas atua na elaboração de estratégias retóricas de legitimação no discurso do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o que irei analisar adiante.

O título e o *lead* dessa notícia operam na construção do discurso, deslegitimando os poderes jurídico e executivo do Brasil. O título (“País só age sob pressão, afirmam ativistas”) tem o efeito menos enfático, pois não especifica quais ações são negligenciadas pelas instituições brasileiras. A apresentação dos atores sociais em uma construção subordinada também desenfatura o discurso. O uso do verbo ‘afirmar’, para introduzir a voz dos ativistas, é mais um efeito modalizador, já que no enunciado a ação poderia ter sido tratada como uma ‘denúncia’ e não apenas uma ‘afirmação’. O *lead*, entretanto, é marcado desde o primeiro enunciado pelo discurso deslegitimador e o efeito de denúncia é construído a partir da declaração da entrevistada (“Liliana Tojo, diretora do Cejil no Brasil, diz que, não fosse a pressão internacional, processos como o do massacre de Eldorado dos Carajás, no Pará, estariam engavetados. [...]”). É interessante ressaltar que o massacre dos sem-terra é tomado apenas como um exemplo para a construção de modelos mentais sobre o Brasil remetendo à inoperância, incompetência e descaso quando se trata dos menos favorecidos.

Outro aspecto importante para ser investigado, nessa notícia, é a construção da interdiscursividade, principalmente no que diz respeito aos modelos de contexto operando nessa relação. Na referência ao ‘caso’ Eldorado dos Carajás, observo que o repórter assume o discurso da entrevistada e a descrição é feita a partir da versão dos sem-terra. Analisemos este trecho: “[...] O massacre ocorreu em abril de 96, quando a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra), durante uma desocupação. [...]”. Trata-se de uma elaboração discursiva bastante diferenciada de todo o *corpus* analisado. Há a ocorrência, em outros textos, da categorização das mortes dos sem-terra como ‘massacre’. Entretanto, a elaboração dos enunciados, em sua grande maioria, não remete aos sujeitos da ação, construindo um efeito de desenfático de agência, ou, como disse antes, há um ‘vazio semântico’: existe uma ação, mas não há sujeitos que realizem tal ação. No exemplo acima, entretanto, a oração subordinada traz para a cena discursiva os responsáveis pelas mortes dos sem-terra, sem qualquer recurso de modalização: “[...] quando a Polícia Militar do Pará matou 19 trabalhadores do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra) [...]”. Dessa construção, percebo a ação do discurso da entrevistada na construção do discurso do próprio jornal, num caso de interdiscursividade.

Exemplo 16:

Anistia condena “complacência” (FSP, 20/08/1999)

A organização de defesa dos direitos humanos Anistia Internacional divulgou nota na qual condena a absolvição, na madrugada de ontem, de três oficiais da Polícia Militar do Pará que participaram da operação que resultou no massacre de Eldorado dos Carajás. “Parece que, no Brasil, quando há violações dos direitos humanos, ninguém é responsável por nada”, afirma a entidade. “Se essa absolvição não for contestada, ela estará endossando um pacto de silêncio entre os policiais envolvidos no massacre.”

Segundo a Anistia, “é inacreditável que nesse caso não tenha sido possível estabelecer uma cadeia de responsabilidades pela matança e subsequente acobertamento”. Para a entidade, a absolvição “reforça a desconcertante complacência das autoridades com respeito a graves violações cometidas sob sua autoridade”. A Anistia diz ainda ser um “princípio fundamental de proteção aos direitos humanos que aqueles que dão ordens e estão no comando sejam também os responsáveis”.

A topicalização dessa notícia segue a mesma ação do texto anterior, ressaltando a mobilização de organizações internacionais contra os encaminhamentos jurídico e político sobre o massacre em Eldorado dos Carajás. Entretanto, a construção discursiva segue outras estratégias, principalmente por se tratar de um gênero diferenciado. Observo que há mais resistência, por parte do repórter, em mesclar o seu discurso com o do entrevistado, o que justifica uma maior ocorrência de citações – intertextualidade – demarcando as vozes que constituem o texto. Cognitivamente, essa demarcação discursiva tem o efeito de distanciar ideologicamente o discurso reportado do discurso do jornal. Ainda assim, entendo que o espaço a um discurso diferenciado do que vem predominando na cobertura do jornal, e ainda sem qualquer voz contra-argumentando, opera favoravelmente no processo de deslegitimação do massacre. Só ressalto, outra vez, a restrição ao discurso do próprio MST, o que vem caracterizando boa parte das notícias analisadas, e é uma questão que merece ser retomada e analisada em todos os *frames*, pois pode ser uma estratégia de deslegitimação do movimento.

Exemplo 17:

Exterior destaca veredicto (FSP, 20/08/1999)

O canal de notícias 24 horas da emissora de TV britânica BBC destacou ontem, em seu noticiário internacional, a absolvição dos três oficiais que estavam no comando da operação em Eldorado dos Carajás.

A rede disse que a decisão desagradou a grupos de defesa de direitos humanos em todo o mundo. A reportagem disse também que, durante o julgamento, foi exibido um vídeo mostrando a polícia atirando contra a multidão, mas que a defesa logrou argumentar que os policiais tentavam conter a manifestação que havia saído de seu controle. “As imagens foram veiculadas pela televisão brasileira e causaram um escândalo nacional”, dizia a reportagem da BBC.

O “New York Times”, em seu site na Internet, também relatou a absolvição dos três oficiais de maior patente envolvidos no “massacre de 19 agricultores que chocou o Brasil e chamou a atenção internacional para os direitos humanos no país”. O jornal norte-americano, um dos mais importantes do mundo, em sua seção de últimas notícias, destacou que “na origem do massacre está a distribuição de terra no Brasil, onde os 40% mais pobres da população detêm apenas 1% da terra”.

O líder do MST (Movimentos dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) João Pedro Stedile também aparece no relato do site do jornal, declarando que o julgamento dos oficiais foi “uma manobra para ficar bem com a elite do Estado”.

Nessa notícia, observo um caso interessante, a partir da análise da topicalização e da interdiscursividade. O tópico é o discurso da mídia internacional sobre a absolvição dos comandantes das tropas que assassinaram os sem-terra. Nos textos anteriores, a repercussão das mobilizações internacionais se dava a partir dos discursos de movimentos e entidades não-governamentais. Nesse exemplo, é dada à mídia internacional poderes para avaliar os contextos sócio-políticos de outro país, assim como criticar suas políticas e seus governantes. Observemos no trecho destacado: “[...] O jornal norte-americano, um dos mais importantes do mundo, em sua seção de últimas notícias, destacou que “na origem do massacre está a distribuição de terra no Brasil, onde os 40% mais pobres da população detêm apenas 1% da terra”. [...]”.

Um primeiro aspecto a ser discutido, pois é de natureza ideológica, é o da co-sustentação de forças. Ao atribuir poderes ao discurso da mídia internacional, a mídia brasileira – pois essa repercussão foi noticiada nos principais veículos de comunicação – implicitamente estabelece uma condição de legitimidade e de poder para si própria. Trazer o discurso da mídia internacional criticando

os problemas do país tem o efeito de legitimar a imprensa nacional como uma instituição também capacitada para tais ações. Outro aspecto relevante é a busca por um ‘discurso de autoridade’, nesse caso, o da imprensa internacional. Ou seja, quando uma ‘voz’ não basta para sustentar um discurso, a interdiscursividade opera no seu processo de legitimação.

Assim, antes de qualquer aspecto relacionado ao assassinato dos sem-terra – tópico da notícia –, o jornal atua em seu próprio processo de legitimação. Como exemplo dessas considerações, tomo o trecho “[...] A rede disse que a decisão desagradou a grupos de defesa de direitos humanos em todo o mundo [...]”, no qual a FSP trata a BBC com um tipo de ‘força pragmática’ de trazer legitimamente os discursos da imprensa mundial. Outra questão a ser tratada, ainda a partir do trecho analisado, é como a FSP atribui autoridade ao *New York Times* – marcada no aposto “um dos mais importantes do mundo” – para tratar de um problema que o MST e outras organizações não-governamentais do Brasil denunciam há décadas: a concentração de terra em latifúndios e a necessidade de reforma agrária. Inclusive, esses são os problemas propulsores que, historicamente, levaram à organização dos sem-terra em um movimento social, mas que, em geral, são tratados pela FSP como questões periféricas. Conforme tenho analisado em outras notícias sobre o MST, os tópicos são construídos a partir de elementos estereotipados, enfatizando saques, ocupações e protestos. Ou seja, o jornal não atribui legitimidade aos sem-terra para tratar dos problemas “que originam” a própria existência do movimento. Para essa ação discursiva, a FSP dá o acesso a um outro jornal, caracterizando uma co-sustentação de poderes.

Exemplo 18:

FHC critica resultado do julgamento (FSP, 20/11/1999)

O presidente Fernando Henrique Cardoso afirmou que a impunidade prejudica a democracia, ao comentar o julgamento dos oficiais da Polícia Militar do Pará acusados

pelo Ministério Público de serem responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 1996.

“Como cidadão, eu lamento que o Brasil não tenha ainda, o conjunto da sociedade, tomado consciência de que a impunidade, a sensação de impunidade é o que impede a consolidação da democracia”, disse ele.

No julgamento, foram inocentados o comandante da operação, o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo José Almendra. De acordo com os jurados, as provas contra eles eram insuficientes.

FHC disse que “esperava algum grau de condenação, em vários níveis, uma reprimenda moral que seja”. “Se há algo que revoltou o país e a mim, foi o massacre de Eldorado dos Carajás.”

“Isso (o massacre) é inaceitável. O Brasil não pode mais conviver com esses fatos”, afirmou FHC. O presidente disse esperar que “nas próximas decisões o país se sinta mais seguro de que não haverá impunidade”.

Questionado sobre a repercussão internacional da decisão, FHC declarou que “o Brasil, e lá fora a mesma coisa, espera que haja apuração de responsabilidades”. “Eu não posso dizer “fulano foi responsável, beltrano não foi”. Mas não pode ser que ninguém foi. Alguém foi (responsável)”.

O secretário de Estado de Direitos Humanos, José Gregori, defendeu ontem a anulação do julgamento que absolveu os oficiais.

“Decisão judicial que não faz justiça não é para ser lamentada, é para ser anulada por um novo julgamento”, afirmou ele, segundo nota oficial distribuída por sua assessoria de imprensa.

“É difícil entender que os chefes de uma expedição policial que resulte em 19 mortes, com seis execuções a frio, não mereçam determinado tipo de punição”, diz a nota do secretário.

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) disse estar envergonhado com o resultado do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás.

“Respeito a Justiça de meu país e confio que esse resultado adiante possa ser revertido. Lamento profundamente a decisão e hoje me sinto envergonhado”, afirmou Jungmann. Emocionado, chegou a interromper diversas vezes seu discurso.

“O Brasil não pode carregar na consciência os 19 mortos de Eldorado dos Carajás sem a punição exemplar de quem cometeu isso. Senão, todos nós, brasileiros, somos culpados”, disse o ministro.

Nessa notícia, o discurso do então presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), assim como dos demais representantes das instâncias do poder, é uma ação que busca a re-estabilização da legitimação do governo federal, pois este

poder vem enfrentando pressões que ameaçam a sua hegemonia. Interessa, para a minha análise, as estratégias discursivas e retóricas elaboradas por esses atores sociais para o re-estabelecimento do poder hegemônico do governo. O discurso do presidente tem como principal marca o efeito ‘responsivo’ às críticas vindas de vários segmentos da sociedade – do Brasil e do mundo – devido à impunidade nas mortes dos sem-terra. A estratégia norteadora do discurso de FHC é tratar do assunto como um espectador do episódio, e não como o governante do país, o que lhe atribuiria, no mínimo, uma co-responsabilidade pelo massacre e pelo encaminhamento jurídico do caso. Ao se colocar na cena discursiva como um espectador, o presidente pode construir o seu próprio discurso a partir do discurso dos Outros (MST, ONG’s, Anistia Internacional, ONU etc.). Daí o ‘tom’ de indignação e de revolta assumido por Fernando Henrique, que analiso com mais detalhes adiante.

A questão é que o então presidente forja uma autorepresentação social – pois, pelo cargo que ocupa, necessariamente ele está entre os grupos da elite política –, e exime o seu governo da responsabilidade pelo massacre. Esse aspecto pode ser exemplificado a partir de um dos discursos reportado de FHC: “[...] “Como cidadão, eu lamento que o Brasil não tenha ainda, o conjunto da sociedade, tomado consciência de que a impunidade, a sensação de impunidade é o que impede a consolidação da democracia” [...]”. Já no início do enunciado, Fernando Henrique estabelece sua auto-representação ‘como cidadão’. Essa marca discursiva o deixa livre para falar do Brasil criticamente, sem envolver a prática política do seu governo nas questões que ele mesmo formula.

Outra categoria a ser analisada é o acesso. Observemos que o texto é basicamente construído a partir do discurso direto e indireto do presidente, sendo sua voz a que predomina em toda a notícia. A inserção discursiva do repórter, ao longo do texto, restringe-se à articulação das falas do presidente. Isso não pode ser entendido, entretanto, como um não posicionamento discursivo do jornalista, pois a escolha das vozes que compõem o texto é também um gesto discursivo. Analisar todas as citações seria um trabalho exaustivo e traria elementos para a nossa investigação apenas sobre os aspectos de natureza micro-discursiva.

O que se mostra mais relevante, neste caso, é discutir a macro-estratégia das ações discursivas de FHC e do jornal: ele é tratado na notícia não pelo cargo político que ocupa, mas como um sociólogo – sua formação acadêmica –, daí a justificativa para uma postura analítica do país e o seu ‘questionamento’ sobre a impunidade nas mortes dos sem-terra. O ‘deslocamento de papéis sociais’ e, consequentemente, de discursos, pode ser melhor analisado se contrapormos a notícia acima (com um discurso crítico do ‘Fernando Henrique-sociólogo’ sobre o julgamento de Eldorado dos Carajás) com o exemplo abaixo, na qual a representação assumida é a do ‘Fernando Henrique-presidente’. Observemos o funcionamento dessa dupla representação e como essa estratégia ‘protege’ FHC de críticas ao seu governo.

Exemplo 19:

FHC critica invasões a terras produtivas (FSP, 14/04/1999)

O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que os governadores “não devem se acanhar” e, “havendo a ocupação de terra produtiva por provocação”, devem “tirar” os invasores.”Eu nunca fui nem sou partidário desses atos de violência, mas eu percebo que existe hoje no Brasil uma disposição que não é a de fazer reforma agrária, mas uma atuação que é perigosa.

(...) (Ela desafia) aquilo pelo qual nós lutamos sempre, que é o Estado de Direito, que é o respeito à lei. E isso não é aceitável”, disse ontem, diante de uma platéia de 11 governadores, no Palácio do Planalto. “Diga-se de passagem, também, que os governadores não devem se acanhar. (...) E as instituições têm que utilizar os recursos legais de que dispõem para que a lei seja respeitada”, continuou o presidente.

Em outro momento, FHC disse que é importante que os governadores tenham “meios para enfrentar as ocupações” para que possam usar recursos que não sejam “só o pior, que é o uso da polícia”. Sem citar nomes de entidades que vêm promovendo invasões, como o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e a Contag

(Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), o presidente disse que se tratam de “movimentos que dizem que querem terra, mas querem é bagunça”. Nada justifica que se veja esse movimento espetacular de num mesmo dia, em todo o Brasil, ocupar não sei quantas terras produtivas e não produtivas. Isso é ‘show off’, para mostrar na imprensa estrangeira, para fazer de conta que aqui está havendo um caos social que não está havendo”, afirmou.

Temos, nessa notícia, a autorepresentação do FHC-presidente. O posicionamento na cena discursiva é diferenciado em relação ao exemplo anterior e, conseqüentemente, o discurso também segue outra linha ideológica. Enquanto na outra notícia quem falava era o FHC-sociólogo, a ação discursiva norteadora era a construção da representação de um ator social ‘isento’ e ‘habilitado’ para tratar das questões do país e responder às críticas das organizações internacionais. Nessa notícia, o ator social que aparece na cena discursiva é o FHC-presidente e isso está marcado pela linha argumentativa do texto. No outro exemplo, as críticas eram conceituais, tratando de elementos vagos, tais como ‘sociedade’, ‘país’, ‘democracia’ etc. Neste exemplo, as críticas são direcionadas a grupos sociais específicos – o movimento sem-terra, ainda que não haja uma referência direta. Outro elemento que marca a auto-representação de FHC como presidente é o direcionamento do seu discurso. Se no exemplo anterior seus interlocutores eram ‘a sociedade’, neste texto ele não só fala diretamente para um grupo específico – os governadores –, como ainda assume a condição de chefe de estado, determinando a postura que os governadores devem assumir em relação às ocupações de terras. Observemos no trecho “O presidente Fernando Henrique Cardoso disse que os governadores “não devem se acanhar” e, “havendo a ocupação de terra produtiva por provocação”, devem “tirar” os “invasores” [...]”.

Analisando o trecho em questão, identifico a co-relação entre as autorepresentações do personagem sociólogo e do personagem presidente da república na constituição discursiva. Enquanto o sociólogo tratava a violência no campo como ‘uma vergonha nacional’, a ideologia que sustenta o discurso do presidente está explicitada no efeito retórico do enunciado – um comando aos

governadores sobre como tratar os sem-terra —, assim como na rede lexical estabelecida no texto: ‘ocupação’, ‘provocação’, ‘tirar’, ‘invasores’, analisando apenas o trecho destacado.

A generalização das críticas do presidente é a estratégia argumentativa que quero discutir detalhadamente, pois o seu efeito, por operar na implicitude textual, influencia na construção dos modelos mentais. O presidente faz questão de enfatizar que a sua crítica é direcionada a ‘invasões de terras produtivas’, sendo este, inclusive, o enunciado que compõe o título. Entretanto, ele não deixa claro qual a política do seu governo em relação à reforma agrária e, ao tratar das causas que levariam a tais invasões, utiliza-se de imprecisão e vagueza, pois não especifica quais ‘invasões’ está criticando, nem tampouco os atores ou grupos sociais responsáveis por elas. Ao não definir suas críticas, FHC direciona, implicitamente, a interpretação do seu discurso. Isso porque o efeito cognitivo, entre os leitores, tende a ser a associação ao MST, movimento que tem mais destaque na mídia quando se trata de questões agrárias. Assim, o presidente acusa, nas entrelinhas do não-dito, o MST de ser um ‘grupo perigoso’ e de promover ‘ações ilícitas’. Exemplifico tais questões no trecho a seguir: “[...]“eu percebo que existe hoje no Brasil uma disposição que não é a de fazer reforma agrária, mas uma atuação que é perigosa. (...) (Ela desafia) aquilo pelo qual nós lutamos sempre, que é o Estado de Direito, que é o respeito à lei. E isso não é aceitável”[...]”.

Exemplificando melhor as considerações feitas sobre a notícia anterior, discuto um aspecto do último parágrafo desta notícia: já havia a preocupação de Fernando Henrique com a repercussão da questão agrária do Brasil na mídia internacional, mas com outra característica. O outro texto, publicado em 20/11/1999, é totalmente responsivo à repercussão da mídia estrangeira, inclusive concordando com as críticas trazidas por esses veículos de comunicação. Esta notícia, entretanto, foi publicada em 14/04/1999, ou seja, sete meses antes de o massacre e dos sem-terra assumirem um destaque incisivo na mídia internacional.

Nesse momento, a preocupação do presidente não era ‘aliar’ o seu discurso ao das organizações internacionais — como identificamos no exemplo ante-

rior —, pois a mobilização das mesmas ainda não caracterizava uma ameaça à hegemonia do governo. Daí, as ações dos sem-terra serem tratadas pelo presidente como um espetáculo para conseguir espaço nos jornais internacionais. Isso é dito diretamente: “[...] “Nada justifica que se veja esse movimento espetacular de num mesmo dia, em todo o Brasil, ocupar não sei quantas terras produtivas e não produtivas. Isso é ‘show off’, para mostrar na imprensa estrangeira, para fazer de conta que aqui está havendo um caos social que não está havendo”, afirmou [...]”. As nominalizações utilizadas pelo presidente (‘movimento espetacular’; ‘show off’) para construir o processo de referência sobre as ocupações são ações de categorização ideologicamente estabelecidas e operam na construção da deslegitimação dos sem-terra. E todo esse processo se dá, fundamentalmente, nas entrelinhas discursivas, pois, ainda que as críticas sejam ideologicamente marcadas, elas não são explicitamente direcionadas, cabendo ao leitor atribuí-las aos atores sociais que mais recorrentemente são citados na mídia: os trabalhadores rurais sem-terra. Esse jogo argumentativo é prejudicial aos que estão atrelados implicitamente ao texto, pois, se a referência não é direta, o direito à resposta — que já raramente ocorre — é ainda mais difícil.

Exemplo 20:

Papa condena massacre dos sem-terra no Pará (FSP, 25/04/1996)

O papa João Paulo 2º, por meio do Conselho Pontifício de Justiça e Paz, condenou o massacre de 19 trabalhadores sem terra ocorrido na semana passada no Pará.

A condenação foi transmitida ao Brasil por carta do cardeal francês Roger Etchegaray, presidente da comissão no Vaticano.

A carta chegou ontem à 34ª Assembléia-Geral da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), que acontece até o dia 26 em Indaiatuba (110 km a noroeste de São Paulo).

O documento afirma que “o problema da distribuição da terra e suas graves consequências só poderá ser resolvido na perspectiva ética e política, garantida por

uma reforma agrária corajosa e de longo alcance”.

Na carta, o cardeal fala em “massacre de 20 camponeses sem terra” e transmite aos bispos brasileiros seus “sentimentos de profunda angústia por tanta violência e desprezo pelo homem”.

Em seguida, o cardeal afirma que seu conselho pontifício se “une ao pedido feito pela CNBB para todo o país: que rezem pelos camponeses assassinados e façam um empenho excepcional pela instauração da justiça social”.

Exemplo 21:

Igreja apóia invasão do MST, diz d. Paulo (FSP, 19/02/1997)

O cardeal-arcebispo de São Paulo, d. Paulo Evaristo Arns, afirmou que a Igreja Católica apóia as invasões promovidas pelos sem-terra. Disse também que é preciso fazer reforma agrária “urgente” no Brasil.

“É legítima a ocupação de uma terra que não está sendo trabalhada”, disse o cardeal. D. Paulo criticou o ritmo da reforma agrária no país, mas defendeu o presidente Fernando Henrique Cardoso. “FHC precisa do apoio do povo, senão os partidos que o apóiam vão dificultar.”

As declarações foram dadas ontem na reunião anual dos bispos da Arquidiocese de São Paulo, no Centro Santa Fé.

O local também foi ponto de parada da caminhada de 1.000 km dos sem-terra, que saíram anteontem de São Paulo rumo a Brasília, onde chegarão no dia 17 de abril.

A marcha é um protesto contra a política agrária do governo e pede a punição dos responsáveis pela morte de 19 sem-terra, em Eldorado dos Carajás, no Pará.

O cardeal afirmou que a igreja “está ao lado dos sem-terra”. Disse que a reforma agrária está atrasada 500 anos. “O Brasil não pode esperar mais.”

Exemplo 22:

Bispos defendem invasões do MST (FSP, 17/04/2002)

O bispo de Duque de Caxias (RJ), d. Mauro Morelli, afirmou ontem que aprova as invasões que estão sendo realizadas pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) pelo país.

D. Mauro, 66, fez a declaração em Indaiatuba (interior de SP), onde participa da 40ª Assembléia da CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil). Celebrações em homenagem aos 19 sem-terra mortos em Eldorado dos Carajás (PA), em confronto com a Polícia Militar, em abril de 1996, devem acontecer hoje em vários pontos do país.

De acordo com d. Mauro, “a ocupação é uma forma extremada que o povo encontrou para a solução dos seus problemas, que, no caso da divisão de terras, não tem a atitude correspondente dos governos”.

“A Igreja apóia a ocupação, pois ela cria uma tensão social que faz com que o governo negocie com os sem-terra. E, daí, podem surgir os assentamentos”, declarou.

Como estou centrando o estudo deste *frame* na construção das representações sociais, faço uma macro-análise dos exemplos 20, 21 e 22, pois tratam de ações de uma mesma instituição, a Igreja Católica, e o seu posicionamento sobre o massacre de Eldorado dos Carajás, assim como da prática política do MST. Nas três notícias analisadas, identifico um discurso marcadamente ideológico dos representantes da Igreja contra a situação agrária brasileira. O caráter humanitário das questões criticadas – as mortes dos sem-terra, a fome dos agricultores etc. – não opera como o argumento propulsor, mas sim a prática política dos governantes e a ausência histórica de um planejamento de reforma agrária no país. Esse apoio, inclusive, está atrelado à própria constituição do MST, que teve sua origem a partir de uma ala da Igreja Católica, a Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Observemos, primeiramente, a notícia do exemplo 20, que trata do posicionamento do então Papa João Paulo II sobre o massacre de Eldorado dos Carajás. É possível analisar a severidade das críticas e a politização do massacre a partir de algumas marcas linguístico-discursivas. A construção do título carrega não apenas a autoridade do ator social envolvido, mas também sofre interferência do próprio discurso desenvolvido no texto: “Papa condena massacre dos sem-terra no Pará”. Dois aspectos relacionados aos itens lexicais exemplificam a análise que estamos propondo: ‘condena’; ‘massacre’. O primeiro está atrelado

à autoridade do ator social representado discursivamente e o segundo está em relação constitutiva com os modelos de contexto que operam na construção do texto, ou seja: o teor do discurso do Papa, assim como as fontes entrevistadas para a elaboração da notícia. Trazendo algumas questões teóricas já discutidas anteriormente, a construção textual parte de vários aspectos, sendo que os modelos de contexto que estão operando mais especificamente no momento da escrita/fala são os elementos que irão constituir o discurso. Por isso, a ocorrência de categorizações diferenciadas sobre Eldorado dos Carajás, devido às experiências pessoais dos repórteres com o caso, assim como a influência dos distintos atores sociais entrevistados.

Também é possível discutir a politização (ou ideologização) do discurso do Papa sobre o massacre dos sem-terra a partir de um trecho retirado da notícia: “[...] O documento afirma que ‘o problema da distribuição da terra e suas graves consequências só poderá ser resolvido na perspectiva ética e política, garantida por uma reforma agrária corajosa e de longo alcance.’ [...]”. Na citação ao documento do Papa, observamos que o jornal estabelece a mesma estratégia de distanciamento discursivo com uso do duplo aspeamento, ou seja, já havia a referência ao texto do Outro (“O documento afirma que”), pois esta construção já opera como introdutor de discursos. Entretanto, há ainda a demarcação por aspas, que ocorre justamente na parte do texto que traz críticas à política agrária brasileira.

No exemplo 21, a ação discursiva do cardeal opera na legitimação do MST como movimento social e, conseqüentemente, das suas práticas políticas. O efeito principal dessa ação é a construção de uma representação social dos sem-terra, diferenciada da que vem predominando no discurso do jornal: um movimento estereotipado e criminoso. Observemos que, na declaração do cardeal, assim como a do Papa, há a associação das práticas de ocupação de terras à ausência de uma política de reforma agrária. No exemplo: “[...] ‘É legítima a ocupação de uma terra que não está sendo trabalhada’, disse o cardeal. D. Paulo criticou o ritmo da reforma agrária no país, mas defendeu o presidente Fernan-

do Henrique Cardoso. “FHC precisa do apoio do povo, senão os partidos que o apóiam vão dificultar”. [...]”. Interessante analisar, nesse trecho, a ação discursiva do jornal ao tratar as críticas do cardeal D. Paulo sobre a reforma agrária. É contraditório o discurso do cardeal (“criticou o ritmo da reforma agrária no país”) com a construção adversativa introduzida pelo repórter (“mas defendeu o presidente Fernando Henrique Cardoso”), principalmente ao analisar o discurso reportado do cardeal que vem na sequência: (“FHC precisa do apoio do povo, senão os partidos que o apóiam vão dificultar”). O efeito pragmático do discurso opera mais como um ‘alerta’ ao presidente – sobre o que ele deveria fazer e não está fazendo – do que uma ação de defesa. Nesse caso, há uma amostra de uma ‘intervenção’ do jornal, ao desenfatar o discurso reportado que legitima o MST, modalizando as críticas contra o presidente.

A notícia do Exemplo 22 foi publicada seis anos após a analisada no Exemplo 20, ano em que ocorreu o massacre em Eldorado dos Carajás. Essa perspectiva cronológica é relevante, pois possibilita refletir sobre dois aspectos: i) a linha discursiva da Igreja ao tratar sobre o MST é a mesma, enfatizando o apoio às ocupações e enfatizando que essa prática resulta da ausência de uma política de reforma agrária do governo. Observemos no trecho destacado: “[...] De acordo com d. Mauro, “a ocupação é uma forma extremada que o povo encontrou para a solução dos seus problemas, que, no caso da divisão de terras, não tem a atitude correspondente dos governos”. “A Igreja apóia a ocupação, pois ela cria uma tensão social que faz com que o governo negocie com os sem-terra. E, daí, podem surgir os assentamentos, declarou” [...])”.

No discurso do bispo, há a mesma marca de construção de representação legítima dos sem-terra. Essa continuidade na linha discursiva por um segmento da sociedade na luta pela legitimação do movimento leva a refletir sobre tais perspectivas: i) ainda há uma forte mobilização das elites contra o MST. O que me leva a um segundo aspecto a ser discutido: ii) passados oito anos das mortes dos sem-terra, o movimento de deslegitimação do MST, por parte dos grupos conservadores, não sofre interferências das distintas vozes que passam a agir na

tentativa de construir modelos mentais não estereotipados sobre o MST. Ou seja, os discursos dos movimentos sociais, ONG's, Igreja, Anistia Internacional, OAB etc., construídos a partir de outra linha ideológica sobre os sem-terra, não têm poder para subverter a delimitação Nós x Eles. Daí, a recorrência da mesma linha argumentativa no discurso da ala progressista da Igreja Católica.

Exemplo 23:

Fazendeiros fazem reunião (FSP, 16/01/1997)

Proprietários rurais de 14 municípios do sudeste do Pará promovem reunião neste sábado em Marabá (500 km ao sul de Belém) para montar uma estratégia contra invasões de terra.

A reunião, patrocinada pela Faepa (Federação da Agricultura no Estado do Pará), tem o objetivo de definir uma estratégia contra a ameaça de mais 30 invasões de fazendas na região pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O presidente da Faepa, Carlos Xavier, distribuiu nota convocando os fazendeiros com a informação de que cerca de 6.000 famílias estão sendo organizadas pelo MST para executar as invasões.

Xavier enviou fax ao ministro Raul Jungmann (Política Fundiária), para protestar contra Petrus Abi-Abib, superintendente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em Marabá. Segundo Xavier, Abi-Abib teria apontado os fazendeiros da região como responsáveis pelo massacre de 19 sem-terra pela PM do Pará, em abril do ano passado, em Eldorado dos Carajás. Abib negou a declaração.

Exemplo 24:

Fazendeiros 'terceirizam' segurança (FSP, 17/04/2002)

Os fazendeiros da região do Pontal do Paranapanema irão contratar empresas terceirizadas de segurança e reativaram, nesta semana, um pacto de solidariedade para

impedir novas invasões de propriedades.

A atitude dos fazendeiros seria uma resposta ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que anunciou, para até o final deste mês, três “grandes invasões” na região.

Abril é o mês em que tradicionalmente há uma intensificação das ações do MST devido à morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA) em 17 de abril de 96. Na última segunda-feira, reunidos em torno da UDR (União Democrática Ruralista), os fazendeiros decidiram contratar empresas de segurança para proteger suas propriedades.

“Estamos reunidos em cerca de cem proprietários, que não irão permitir novas invasões”, afirmou Luiz Antônio Nabhan Garcia, presidente nacional da UDR. Segundo Garcia, o “pacto de solidariedade” que funcionou no Pontal em 1995 foi reativado em razão das “ameaças de invasões e pelo fato de o governo parecer incentivar a desordem no Pontal”.

Rainha

Garcia “desafiou” o líder do MST, José Rainha Jr., a comandar as anunciadas invasões na região. “Ele [Rainha] aposta no surgimento de um mártir. Ele vai ter o mártir que está querendo.”

De acordo com ele, o líder do MST “nunca aparece na frente das invasões”. José Rainha Jr. disse ontem que não iria comentar as declarações de Garcia.

Sobre as acusações do líder dos sem-terra de que fazendeiros estariam montando milícias paramilitares e pessoas deslocadas do narcotráfico para a segurança das propriedades, Nabhan afirmou que são “palavras absurdas”.

“Quem tem vínculo com as Farc [Forças Revolucionárias da Colômbia] é o MST, não a UDR. José Rainha não tem moral para acusar ninguém”, afirmou.

Partirei dos exemplos 23 e 24 para dar continuidade à discussão que iniciamos nas análises anteriores e, também, desenvolver outras questões sobre as ações das elites brasileiras contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. O primeiro aspecto que ressalto é a radicalização das práticas sociais e discursivas dessas instituições contra o movimento. As primeiras mobilizações sistemáticas dos fazendeiros se dão no ano seguinte ao massacre de Eldorado

dos Carajás, provavelmente em resposta à articulação de grupos favoráveis aos sem-terra. Essas movimentações dos fazendeiros – que passam a ter caráter institucional, e não mais por ações isoladas, que já ocorriam – se dão em torno de ‘definições de estratégias contra as ocupações do MST’, conforme analisado no Exemplo 23. Neste caso, a discussão ocorreu em uma reunião, o que inclusive foi o tópico da notícia, identificado na elaboração do título (“Fazendeiros fazem reunião”) e no desenvolvimento do *lead*. Poderia dizer que se trata do início da organização em grupo, por parte dos fazendeiros, sendo que esse caráter institucional está marcado pelo órgão articulador do encontro, a Feapa (Federação da Agricultura no Estado do Pará). Entendo que essa organização institucionalizada é uma ação responsiva ao início da construção da representação social legítima do MST, assim como da própria inserção do movimento na sociedade, que passa a agir mais sistematicamente e com mais força política.

Na notícia seguinte, publicada cinco anos após a do Exemplo 23, percebo uma radicalização, por parte dos fazendeiros, no trato com o MST. As práticas sociais e discursivas passam a ter conotações mais agressivas, conforme analisarei a partir das declarações dos fazendeiros. A polarização dos grupos Nós x Eles já está bem delimitada nesse período. Por parte dos fazendeiros, identifico o engajamento mais sistemático de instituições conservadoras e historicamente ligadas à elite brasileira. Ou seja, enquanto na notícia anterior a articulação do grupo era realizada pela Federação da Agricultura no Estado do Pará – uma instituição estadual –, no Exemplo 24 a principal responsável pela mobilização dos fazendeiros contra os sem-terra é a UDR (União Democrática Ruralista). Essa relação com instituições poderosas, além de caracterizar uma maior organização dos latifundiários, também está atrelada à questão da representação social dos dois grupos: por um lado, o MST conquistando mais espaço na sociedade – apesar da natureza estereotipada –; por outro, obriga os fazendeiros a agirem não só nas altas esferas do poder, como historicamente caracteriza a sua prática, mas também buscando o apoio da sociedade, daí a necessidade de ações discursivas.

A partir da topicalização, percebo o efeito de sentido norteador da notícia: situar os fazendeiros como o grupo que está sob a ‘ameaça’ constante do MST, o que justificaria a necessidade de contratar seguranças. Essa relação pode ser exemplificada já no título (“Fazendeiros ‘terceirizam’ segurança”). O jornal também opera na construção dessa representação, legitimando a ação dos fazendeiros, ao atrelar os protestos dos sem-terra contra a impunidade do massacre em Eldorado dos Carajás apenas a ocupações. Observemos no trecho destacado: “[...] A atitude dos fazendeiros seria uma resposta ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra), que anunciou, para até o final deste mês, três “grandes invasões” na região. Abril é o mês em que tradicionalmente há uma intensificação das ações do MST devido à morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA) em 17 de abril de 96”.

Desmembrando esse período, observo que os discursos dos fazendeiros e do jornal estão em relação de interdiscursividade, desde o início do enunciado, mas que a partir do trecho “[...] Abril é o mês em que tradicionalmente há uma intensificação das ações do MST devido à morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA) em 17 de abril de 96” a voz predominante é a do jornal, ainda que seja para reverberar o discurso dos fazendeiros.

Para concluir minha análise sobre a construção das representações sociais neste *frame* de cobertura, uma citação do representante da UDR é bastante significativa e caracteriza a prática discursiva dessa entidade em relação ao MST: a criminalização do movimento. Essa estratégia é analisada detalhadamente no próximo *frame*, mas a ocorrência neste texto merece ser discutida. É importante ressaltar que a notícia trata, sem qualquer posicionamento crítico por parte do jornal, do armamento legalizado de um grupo social (os fazendeiros) para agir contra outro grupo (os sem-terra). Esta questão é naturalizada na notícia e ainda tida como “uma resposta” a possíveis ocupações do MST. Entretanto, só no fim do texto, e a partir do discurso de José Rainha, é que algum questionamento é feito ao armamento dos fazendeiros. O jornal traz a declaração de Rainha em apenas um enunciado, e em discurso indireto (“[...] Sobre as acusações do líder

dos sem-terra de que fazendeiros estariam montando milícias paramilitares e pessoas deslocadas do narcotráfico para a segurança das propriedades [...]). O discurso de Rainha é categorizado como ‘acusação’, mas o ato de fala está relacionado a ‘denúncia’. Mas o jornal não atribui tal poder a sua fala. Já a resposta do presidente da UDR vem logo em seguida, no mesmo trecho. Ele tem o poder discursivo de categorizar as declarações de Rainha (“palavras absurdas”), tem acesso direto ao espaço do jornal, com citações entre aspas, e o seu discurso traz acusações graves sobre o MST: “[...] “Quem tem vínculo com as Farc [Forças Revolucionárias da Colômbia] é o MST, não a UDR. José Rainha não tem moral para acusar ninguém”, afirmou. [...]”. No fim da notícia, o grupo que efetivamente está se armando mantém sua representação legitimada pelo jornal. Já o outro grupo, vítima desse armamento, é tratado como ilegítimo.

Esse *frame* de cobertura tem uma peculiaridade que é a crise da legitimação nas altas esferas do poder brasileiro, o que também constitui mudanças no *continnun* protótipo/estereótipo dos atores/grupos sociais envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás. As críticas sofridas pelo governo federal levaram o presidente a atuar discursivamente, a partir de estratégias retóricas que o situavam como expectador do evento, não como responsável. A mobilização da sociedade, em ações favoráveis ao MST e em reivindicações de justiça pela morte dos sem-terra, também demandou uma postura discursiva diferenciada da própria Folha de S. Paulo, se comparado ao *frame* anterior. A partir de simulações de representações, o jornal construiu seu discurso com situando-se no grupo Eles. A intertextualidade e a interdiscursividade foram as categorias predominantes para a elaboração desse efeito. Pela complexidade de grupos de todo o mundo envolvidos em ações pró-MST, a elite teve que traçar estratégias diferenciadas de discurso, operando a partir de construções constituídas fortemente no âmbito implícito, o que torna a identificação das representações sociais uma leitura mais crítica e minuciosa.

Em uma primeira análise, a crise de legitimação do governo e a instabilidade entre os atores/grupos sociais prototípicos poderiam remeter a um

processo de legitimação do movimento e uma deslegitimação do massacre. Entretanto, é importante retomar o que já foi observado nas análises: a reação das elites também é forte e teve amplo acesso no jornal – qualitativamente falando – o que pode ter um efeito neutralizador no processo de legitimação dos sem-terra. Outro aspecto importante a ser enfatizado, principalmente pela sua recorrência, é a ausência discursiva do MST na construção desse processo – já que a sua voz continua sob o controle do jornal. Assim, se por um lado observamos ações sociais e discursivas importantes para a construção de uma memória social não estereotipada sobre os sem-terra, também é possível observar uma forte resistência das elites, a partir dos seus recursos discursivos, em permitir que essas outras vozes reverberem.

Frame III – A Legalização de uma Versão: a cobertura dos trâmites jurídicos

Esse *frame* de cobertura está centrado na cobertura jornalística sobre os vários desdobramentos jurídicos do massacre de Eldorado dos Carajás. É um dos momentos importantes da cobertura, pois trata das definições legais sobre o caso, como também de denúncias feitas pelo Ministério Público e por organizações não-governamentais contra o poder judiciário apontando irregularidades, corrupção e abuso de poder. Investigar como o jornal tratou tal questão me permite observar se há uma relação crítica entre a prática jurídica e a prática jornalística, ou uma sustentação de forças entre esses dois poderes. O objetivo é estudar a relação entre tais domínios discursivos, a partir da construção da tessitura textual. Por isso, a análise desse *frame* prioriza o aspecto do interdiscurso, tanto em sua forma manifesta – no intertexto – quanto em sua forma mais intrínseca, já que a interdiscursividade opera na própria constituição do discurso (Bazerman, 2003; Koch 2004). Outras categorias, como as de natureza semântica, também compõem o quadro de análise, tendo em vista a necessidade de aprofundar as estratégias de movimentação discursiva e a corporificação dos seus significados.

Como já foi dito, a topicalização é a macro-ação discursiva que opera na organização global do texto e age fortemente nos aspectos cognitivos de compreensão textual, na elaboração de modelos mentais, na construção de estereótipos etc. Por isso, é uma categoria que norteia toda a análise, ainda quando não tratada sistematicamente. Como estou estudando o discurso de dois domínios da elite sobre um movimento social, é relevante observar como foi estabelecida a distinção Nós x Eles. O estudo da interdiscursividade também dá conta desse aspecto, a partir da investigação do espaço dado a instituições contrárias ao *status quo* e suas possibilidades de inserção no discurso do jornal.

Na análise deste *frame*, identifico algumas ações discursivas que podem ter operado no processo de (des)legitimação do MST. A primeira questão a ser ressaltada é como o jornal, a partir de 1998, passa a categorizar o ‘fato’ Eldorado dos Carajás: o uso do item lexical ‘massacre’ é mais marcado, diferentemente de outros *frames* (como o I e o III, principalmente), nos quais os itens lexicais usados reverberam tanto os discursos das instituições do poder (‘confronto’, ‘incidente’ e ‘legítima defesa’), quanto do MST e de outros movimentos sociais (‘massacre’, ‘chacina’), em uma relação instável, mas ainda assim com o predomínio do discurso do poder. Na cobertura jurídica, entretanto, percebo a categorização ‘massacre’ mais estabilizada. Entretanto, não posso afirmar que isso resulta em uma ação favorável aos sem-terra, pois existe uma ‘lacuna semântica’, como discuto na análise dos textos: há a categorização ‘massacre’, ou seja, uma ação; mas não há o *sujeito* – atores ou grupos sociais – que tenham praticando tal ação. Isso pode ser justificado pelo menos de duas formas: *i*) trata-se da cobertura do julgamento dos possíveis culpados, então é compreensível que o próprio jornal seja cuidadoso em definir tal *sujeito* (o que seria definir um culpado, algo que a própria Justiça ainda não definiu); *ii*) essa lacuna semântica pode resultar também de uma opção do jornal em assumir (e sustentar) o discurso da polícia e do próprio domínio jurídico, que resiste – até as suas últimas instâncias – em julgar os culpados pelas mortes em Eldorado dos Carajás.

Partindo dessas questões, identifico outro problema de estudo: a categorização de Eldorado dos Carajás como ‘massacre’ pode não resultar, necessariamente, na legitimação do MST como movimento social. Isso porque o caso é tratado como ‘uma questão atípica’, ou mesmo uma ‘tragédia’, e não como uma ação resultante de uma política governamental específica a favor dos latifundiários, que é contra a reforma agrária, e utilizando a violência institucional (polícias, exército etc.) contra os sem-terra. Irei investigar esse problema relacionando a análise das notícias deste *frame* com os demais e, assim, ter subsídios para fundamentar minhas considerações.

Exemplo 25:

Começa o julgamento dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás (FSP, 16/08/1999)

São poucas as chances de condenação em massa dos 150 policiais militares indiciados pela operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA), em 17 de abril de 1996. Pela fragilidade do inquérito, se o júri se detiver somente nos aspectos técnicos, poderá haver poucas condenações.

O julgamento, que será o mais longo do país, começa hoje na capital do Estado, Belém, e deve durar até dezembro. Saiba o que pode acontecer.

AS AUTORIDADES

Movimentos de direitos humanos pediram a inclusão do governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), do secretário da Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, e do comandante-geral da PM do Pará à época, coronel Fabiano Diniz Lopes, na lista dos réus. Contra eles pesavam os seguintes fatos:

1. o comandante da operação, coronel Mário Colares Pantoja, de Marabá, disse que obedeceu ordens do governador, por intermédio do secretário e do comandante da PM, para desobstruir a rodovia PA-150 de qualquer modo;

2. a desobstrução da rodovia foi feita sem autorização judicial;
3. no dia do massacre, foram feitas 26 ligações entre o batalhão da PM em Marabá e a sede do governo do Estado, a Secretaria da Segurança e o comando da PM. Metade delas foi feita após as mortes;
4. as autoridades se defenderam afirmando que os comandantes da operação agiram com violência por conta própria. Disseram também que, nos telefonemas, apenas pediam informações sobre a ação. As autoridades não foram denunciadas.

OS COMANDANTES

As maiores chances de condenação recaem sobre os dois comandantes da operação: o coronel Pantoja, que liderou 85 PMs de Marabá, e o major José Maria Oliveira, que comandou 68 policiais de Parauapebas. Se forem condenados por homicídio doloso (intencional), podem pagar de 12 a 30 anos de prisão.

O coronel Pantoja foi quem planejou cercar os sem-terra na estrada. Cenas gravadas por uma TV mostram que seus homens foram os primeiros a atirar.

Pedro Alípio, o motorista do ônibus que transportou os PMs de Marabá para Eldorado dos Carajás, afirmou ter ouvido o coronel dizer aos policiais: “Missão cumprida, ninguém viu nada”, após o massacre, na volta.

Exames nos corpos indicam que os PMs agiram com intenção de matar e, em alguns casos, executaram suas vítimas.

Pantoja tinha um oficial (capitão Figueiredo) infiltrado no acampamento dos sem-terra, conforme descobriu a Polícia Federal. Relatório da PF diz que a Polícia Militar, com as informações do infiltrado, “tinha completo conhecimento da situação, inclusive da disposição de enfrentamento por parte dos integrantes do MST”.

Isso dificulta a defesa do coronel, que alega que a PM foi surpreendida com a reação dos sem-terra. Várias testemunhas -inclusive independentes dos sem-terra- disseram que os PMs usavam fardas sem a biriba (identificação do nome e posto que é afixada no bolso da camisa). Isso pode indicar premeditação.

O major Oliveira distribuiu as armas para seus comandados sem respeitar a regra de identificar -por meio de um documento chamado cautela- quem as estava recebendo. A acusação vai alegar premeditação e a intenção de dificultar a identificação

Esta é a notícia do início do julgamento de Eldorado dos Carajás. Identifico, já no título, um dos aspectos ressaltados anteriormente: as mortes dos sem-terra passam a ser categorizadas mais recorrentemente como ‘massacre’ (“Começa o julgamento dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldo-

rado dos Carajás”). Entretanto, o atributo relacional à categoria ‘polícia’ se dá a partir do item lexical envolvidos, que opera na valoração dessa categoria. Assim, apesar de as mortes terem sido conceituadas como ‘massacre’, os policiais não são tratados como sujeitos responsáveis pela ação, pois o léxico ‘envolvido’ é semanticamente vago e não define quem provocou tais mortes. Dessa forma, reconhece-se que houve assassinato em massa, mas não os culpados.

Essa mesma relação de vagueza semântica pode ser observada no *lead*, no trecho destacado: “[...] pela operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás (PA) [...]”. Há, neste enunciado, marcas do discurso das instituições do poder (do Governo Estadual e da polícia), identificadas no atributo dado à ação policial (“operação que resultou”), em que, novamente, não há a identificação dos sujeitos que agiram nas mortes dos sem-terra. O massacre continua sendo tratado como uma casualidade, ou uma tragédia. Também no *lead* é possível identificar um dos aspectos que aponto como fundamental para a caracterização deste *frame*: a interdiscursividade. O discurso jurídico, neste exemplo, é assumido pelo jornal passivamente, sem qualquer relação de criticidade, como notamos neste período: “Pela fragilidade do inquérito, se o júri se detiver somente nos aspectos técnicos, poderá haver poucas condenações”. Não há um questionamento, ou mesmo uma explicação, do que seria essa “fragilidade do inquérito”. É apenas a voz da Justiça assumida no discurso do jornal. Antes mesmo deste período citado, o início do *lead* é construído a partir da voz do poder judiciário, pois a notícia já começa com uma avaliação fundamentada em um argumento jurídico: “São poucas as chances de condenação em massa dos 150 policiais militares [...]”.

O segundo parágrafo do texto traz questões relevantes sobre as relações de poderes entre os domínios jornalístico e judiciário. Enquanto nas principais estruturas de relevância da notícia identifico a subserviência do jornal em relação ao discurso judiciário, o desenvolvimento do texto segue outro caminho. O discurso assumido pelo jornal é o de um poder paralelo ao jurídico, com força para levantar questionamentos e análises críticas – incluindo também o poder

executivo. Observemos o último enunciado do parágrafo, que serve como um introdutor aos textos-resumos que virão a partir de intertítulos: “O julgamento, que será o mais longo do país, começa hoje na capital do Estado, Belém, e deve durar até dezembro. *Saiba o que pode acontecer*”. O enunciado destacado por nós em itálico aciona a mudança discursiva do jornal.

Os textos-resumos operam como um ‘passo a passo’ sobre o julgamento. Apenas como estratégia de elaboração textual, poderia ser tido como uma ‘simplificação’ do desenvolvimento do caso para facilitar a compreensão do leitor. O efeito de sentido dessa estratégia, entretanto, opera em uma construção discursiva do jornal sobre o que é ‘o caso’, assim como em uma avaliação de como atores e grupos sociais específicos atuaram e estão atuando no mesmo. Entendo que essa estratégia discursivo-cognitiva é de forte caráter ideológico e opera na elaboração dos modelos mentais, pois tem um efeito enciclopédico no tratamento do caso, que vai atuar mais especificamente na construção da memória episódica e na representação mental sobre Eldorado dos Carajás.

Analisemos alguns dos elementos que exemplificam tais considerações. Sob as formas de pressuposições e implicitudes, alguns elementos operam na construção do quadro que o jornal pretende montar. No primeiro intertítulo (“As Autoridades”), o pressuposto de todos os argumentos elencados é uma reivindicação dos “movimentos de direitos humanos”. Nessa teia discursiva, a voz de tais movimentos passa a ser assumida como a voz do próprio jornal, que se autoatribui legitimidade para fazer tais críticas e reivindicações. No item dois, por exemplo, “a desobstrução da rodovia foi feita sem autorização judicial”, apesar de o enunciado se fundamentar numa ação de outro domínio – o jurídico –, o efeito de sentido principal é que é o jornal que tem o poder de trazer esse discurso para a opinião pública, e assim respaldá-lo. No item três, observo outra vez a categorização do ‘episódio’ como massacre e a relação contextual dessa categorização parece relevante, pois esse texto foi escrito sob a fundamentação do discurso de movimentos de direitos humanos. No final do item três, outra vez o jornal se posiciona como a instituição ‘julgadora’ do caso. No enunciado

“As autoridades não foram denunciadas.”, fica implícita a inoperância das demais instituições citadas no texto – o batalhão da PM em Marabá; a sede do governo do Estado; a Secretaria da Segurança e o comando da PM – e a autoridade do jornal em questionar tais instituições.

No segundo texto-resumo, há uma hibridização do discurso do jornal com a dos movimentos sociais. Entretanto, é importante ressaltar duas questões sobre esse aspecto: *i)* a interface contextual, como já aponte anteriormente, pois esse texto foi produzido a partir de textos-fontes dos movimentos sociais (como foi citado desde o início); *ii)* e o mais relevante para a minha investigação: ainda que mesclando o seu discurso ao discurso de grupos que não fazem parte das instituições do poder, ou seja, posicionando-se contrário a tais instituições, não é exatamente o discurso do MST que é trazido para compor esse quadro. Então, retomo uma questão que discuti anteriormente: o jornal passa a agir discursivamente pela deslegitimação do massacre de Eldorado dos Carajás. Entretanto, tal ação está relacionada a esse caso específico, e, pelo que apresento até aqui, não pode ser atrelada à legitimação do próprio MST como movimento social. O jornal utiliza diferentes estratégias para estabelecer esse ‘limite’. Nesta notícia específica, essa questão pode ser identificada a partir dos distintos discursos reportados para a reconstituição do massacre, sem que os sem-terra sejam citados sequer uma vez. Observemos nos exemplos retirados do texto, no intertítulo “As Autoridades”.

1- “Movimentos de direitos humanos pediram a inclusão do governador do Estado, Almir Gabriel (PSDB), do secretário da Segurança Pública, Paulo Sette Câmara, e do comandante-geral da PM do Pará à época, coronel Fabiano Diniz Lopes, na lista dos réus”.

2- “Cenas gravadas por uma TV mostram que seus homens foram os primeiros a atirar”.

3 – “Várias testemunhas -inclusive independentes dos sem-terra- disseram que os PMs usavam fardas sem a biriba (identificação do nome e posto que é afixada no bolso da camisa). Isso pode indicar premeditação [...]”

4 – “Pantoja tinha um oficial (capitão Figueiredo) infiltrado no acampamento dos sem-terra, conforme descobriu a Polícia Federal.”

Vários outros aspectos ainda poderiam ser destacados nessa notícia, que inicia a cobertura do jornal sobre o julgamento de Eldorado dos Carajás. Apresento agora apenas como exemplo, deixando a discussão para os próximos tópicos, já que o meu objetivo principal, neste *frame*, é investigar como a intertextualidade e a interdiscursividade foram utilizadas pelo jornal para a construção do seu próprio discurso; que efeito teve esse processo na construção da (des) legitimação do massacre de Eldorado dos Carajás; e se isso tem relação com o processo de (des)legitimação do MST.

Exemplo 26:

MP do Pará autoriza a retomada do processo

Julgamento dos PMs deve ser reiniciado na próxima semana (FSP, 27/08/1999)

O Ministério Público do Pará voltou atrás e vai permitir que seja reiniciado o julgamento dos PMs que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 96. O TJ (Tribunal de Justiça) do Estado, que pressionou pela retomada do julgamento, tentará reinstalar ainda hoje o tribunal do júri.

Entretanto, os trabalhos só devem começar na próxima semana devido à impossibilidade de convocar todos os réus, testemunhas, advogados e funcionários públicos que participam do julgamento. Três réus julgados na semana passada foram absolvidos _o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão

Raimundo Almendra Lameira. Restam outros 147 acusados. Depois de abandonar o tribunal do júri em protesto contra a conduta do juiz Ronaldo Valle, o promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação, voltou atrás.”Estarei de volta ao tribunal do júri até por respeito à instituição”, disse o promotor. Sua ausência impedia os trabalhos, já que o tribunal do júri não pode funcionar sem a presença do acusador. Ele reconheceu, no entanto, que o julgamento dos próximos réus pode ser “contaminado” pela sistemática do júri anterior.

O *lead* da notícia tem como aspecto predominante a interdiscursividade tecida entre duas instâncias do domínio jurídico – o Ministério Público (MP) e o Tribunal de Justiça (TJ), sendo que a topicalização discursiva se dá a partir de uma ação do MP. Esses são os dois discursos manifestos. Entretanto, há outra interdiscursividade não manifesta constituindo o discurso do jornal que está operando na descrição – e consequentemente na categorização – do ‘caso’ Eldorado dos Carajás. Analisemos este trecho do primeiro enunciado do *lead*: [...] “o julgamento dos PMs que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra em Eldorado dos Carajás, em abril de 96.” É importante discutir como a ação ‘julgamento’ é ideologicamente marcada, pois só isso justificaria a necessidade de conceitos e atributos vagos para o grupo social que está sofrendo tal ação: polícia militar. Primeiro, os policiais são conceituados como ‘atuantes de uma operação’, o que não explica qual a acusação que os levou a julgamento. Os atributos ligados a esse conceito, por sua vez, têm o mesmo efeito de vagueza semântica, tomando como fundamento o verbo usado para a descrição do evento (‘resultar’), que tem um efeito de sentido ‘naturalizador’, ou seja, algo que acontece ‘naturalmente’ sob o qual não há agente responsável. Dessa teia de construção textual, pode-se inferir que o discurso norteador do discurso do jornal, mesmo que não explicitado, é o da própria polícia (em sua instância superior, a Secretaria de Segurança do Pará). Tal relação de interdiscursividade é relevante para uma possível legitimação do massacre, pois o discurso que está sustentando o discurso do jornal é o do próprio grupo que está sendo acusado pelas mortes. É importante observar em outras notícias a recorrência desse caso.

Já o *sublead* da notícia é elaborado a partir de outra relação interdiscursiva. Identifico o discurso jurídico como o propulsor dessa constituição, assumido irrestritamente pelo jornal. Para exemplificar tal análise, destaco o trecho sobre a absolvição dos comandantes dos policiais, principais réus do julgamento: [...]“Três réus julgados na semana passada foram absolvidos _o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo Almendra Lameira. Restam outros 147 acusados[...].” Pelo cargo de comando das tropas, esses três réus são acusados pelos advogados do MST como os principais culpados pelas mortes em Eldorado dos Carajás. Entretanto, em uma relação cognitivo-textual de paralelismo, eles são tratados como réus comuns. Observemos no enunciado “Restam outros 147 acusados”. Além de o jornal não questionar a absolvição – ou ao menos repercutir o questionamento da promotoria pública –, também minimiza a responsabilidade dos três comandantes.

Exemplo 27:

Júri do massacre no PA causa polêmica (FSP, 23/10/1998)

A Justiça do Pará realizou anteontem o sorteio dos 21 jurados que poderão fazer parte da tribuna que decidirá o destino dos policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás.

Dos 21 titulares sorteados, 6 são bancários; 2, empregados da Telepará; 7, funcionários públicos e 6, empresários.

Eles foram sorteados entre 340 pessoas selecionadas pela comarca de Marabá.

Segundo o advogado da SPDDH (Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos) e assistente de acusação, Hernandez Espinosa Margalho, os seis empresários são ligados a fazendeiros, o que comprometeria a imparcialidade do júri.

No dia do julgamento, marcado inicialmente para 23 de novembro, o juiz deverá sortear dez nomes para compor a banca de sete jurados. Tanto a defesa quanto a acusação poderão recusar até três nomes.

Recurso

O Ministério Público estuda ainda a possibilidade de recorrer à mudança do local do julgamento. A promotoria havia pedido a mudança para Belém, alegando “falta de segurança e imparcialidade do júri na região”.

A Justiça, no entanto, decidiu transferir de Curionópolis para Marabá, embasada no Código Penal, que prioriza o desaforamento (mudança de local de julgamento) para a comarca mais próxima. O MST é contra o julgamento em Marabá e promete se mobilizar para um protesto de repúdio à decisão.

O juiz responsável pelo caso, Otávio Marcelino Maciel, foi procurado pela Agência Folha ontem, mas não foi encontrado.

O massacre dos sem-terra foi um dos mais graves incidentes fundiários da história do país.

Sua repercussão internacional levou entidades como a Anistia Internacional a condenar a atuação do governo no caso

Na campanha eleitoral deste ano, o governador-candidato Almir Gabriel (PSDB) foi bombardeado com críticas ao desempenho de sua polícia no incidente. Ele é candidato à reeleição.

Partindo da estrutura de relevância dessa notícia (título, *lead* e *sublead*), destaco outros elementos para a análise da interdiscursividade, o que também poderia chamar de *hibridização de discursos*, pois entendo que distintos elementos contextuais estão interferindo na elaboração do texto e na própria constituição do discurso do jornal. Entre esses elementos contextuais, cito a cobertura *in loco* do julgamento, o que possibilita ao jornalista vivenciar as mobilizações favoráveis ao MST; a construção histórica sobre o ‘caso’ Eldorado dos Carajás, pois o julgamento ocorre dois anos após o massacre, daí já haver uma memória

de longo prazo construída, modelos mentais mais elaborados etc.; por outro lado, trata-se da cobertura de um julgamento, daí a força constitutiva do discurso jurídico no discurso jornalístico, entre outros. Assim, percebo, por exemplo, a categorização como ‘massacre’, no título, além do questionamento sobre o encaminhamento do processo (“Júri do massacre no PA causa polêmica”), e, no entanto, no *lead* permanece a estratégia de neutralização de sujeitos, a partir da construção “[...] policiais militares *envolvidos* no massacre [...]”, com grifo nosso.

Outro aspecto relevante para a análise das relações interdiscursivas é a ausência do discurso do MST em toda a estrutura de relevância textual (caso já identificado em outras notícias). O poder discursivo de criticar a Justiça do Pará é dado a uma organização do domínio jurídico (Sociedade Paraense de Defesa de Direitos Humanos) e o ator social representado é um advogado. Isso remete a uma questão que aparece fortemente neste *frame*: as possibilidades de representações discursivas, e assim a construção do diálogo, ou do interdiscurso, são mais controladas e são prioritárias a instituições poderosas ou com legitimidade social. Parece-me que, por se tratar de uma cobertura específica das ações jurídicas, o poder desse domínio passa a ter mais controle sobre o discurso do jornal. Assim, o acesso dos sem-terra (enquanto atores sociais e não através dos seus representantes legais) fica mais comprometido, o que reforça minha observação inicial: a relação discursiva neste *frame* se dá, basicamente, entre o jornal e o domínio jurídico. Como não entendo a (des)legitimação como um fenômeno restrito aos aspectos legais, não acredito que tal restrição discursiva aos sem-terra seja definidora no processo de construção da deslegitimação do movimento. Entendo que só uma análise dos diversos aspectos identificados nos demais *frames* me possibilitaria tal conclusão. Entretanto, é importante enfatizar, por agora, o estreitamento de forças e poderes discursivos, neste *frame*, e levar esse problema para uma reflexão posterior.

A continuidade do texto, marcado pelo intertítulo “Recurso”, exemplifica essas observações, assim como traz outros elementos relevantes para a investigação. Os dois primeiros parágrafos, após o intertítulo, são construídos a

partir de argumentos do domínio jurídico: Ministério Público (MP) e Justiça. O argumento do MP é introduzido com o verbo ‘estudar’, que tem uma função axiomática. O verbo que introduz a ação da Justiça tem um efeito perlocutório ainda mais forte: ‘decidir’, deixando claro à qual instituição cabe o poder definidor. O enunciado que traz a representação discursiva dos sem-terra vem logo em seguida e é construído com contrapontos marcantes aos que estamos analisando no discurso dos demais domínios. Observemos no exemplo: “[...] O MST é contra o julgamento em Marabá e promete se mobilizar para um protesto de repúdio à decisão. [...]”. Definir a avaliação do MST sobre tal questão como “contra” é estabelecer que o movimento não tem poderes discursivos para avaliar ou para decidir, mas apenas ‘tomar um lado’. No mesmo enunciado, é relevante também o verbo selecionado pelo jornal para descrever a ação dos sem-terra: ‘prometer’, o que reforça o efeito de sentido que estou discutindo.

Chamo a atenção para o penúltimo parágrafo da notícia para melhor exemplificar as considerações sobre o ‘posicionamento híbrido’ do jornal e a falta de representatividade discursiva dos sem-terra. Outra vez, a categorização das mortes em Eldorado dos Carajás se dá como ‘massacre’, mas a valoração do massacre – incidente – carrega marcas do discurso desenfanzador, estratégia já discutida. Na construção da argumentação sobre o massacre, o jornal recorre ao discurso da Anistia Internacional, em detrimento ao discurso do próprio MST.

O uso do item lexical ‘massacre’ é recorrente na construção dos textos jornalísticos neste *frame* e nos parece relevante refletir sobre esse aspecto. De acordo com Johnstone (2002), essa palavra poderia ser conceituada como um ‘deseufemismo’. Segundo a autora, a relação semântica entre o eufemismo e o deseufemismo se dá a partir de uma escala, ou um *continuum*. Enquanto o eufemismo opera na construção do sentido da generalização – ou como estou tratando, de desenfanzamento –, na outra ponta da escala o deseufemismo opera na enfanzamento do sentido. Para Johnstone (2002), palavras como ‘genocídio’ e ‘exterminio’ têm esse efeito. Parto dessas noções para analisar o sentido do uso de ‘massacre’ nos textos do jornal. Ainda que esse item lexical possibilite manter a

estrutura sintática de não revelar a agência da ação, ele opera na construção do sentido que reforça o discurso do MST.

Exemplo 28:

Testemunhas complicam acusados (FSP, 19/08/1999)

Testemunhas do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás (sul do Pará) complicaram a situação dos principais oficiais da Polícia Militar que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra em abril de 1996.

O júri daria seu veredicto no final da noite de ontem ou na madrugada de hoje. Até dezembro, outros 147 policiais serão julgados. Todos respondem à acusação de homicídio doloso (intencional), que prevê penas de 12 a 30 anos de prisão, que podem ser multiplicadas pelo número de vítimas fatais.

Apesar de terem sido arroladas pela defesa, duas testemunhas acabaram prejudicando o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira e o capitão Raimundo José Almendra, que lideraram os outros 152 policiais militares envolvidos na ação. Pantoja teria comandado a desocupação da rodovia PA-150, tomada pelos sem-terra, sem obedecer à ordem da cúpula da PM de negociar com os manifestantes.

A afirmação foi feita pelo comandante da PM à época do massacre, coronel Fabiano Lopes. Segundo ele, Pantoja recebeu ordem de negociar porque, na semana seguinte, os sem-terra teriam sua reivindicação atendida _a desapropriação da fazenda Macaxeira para reforma agrária.

O ex-comandante da PM criticou Pantoja pela falta de planejamento da ação. A declaração também atinge o capitão Almendra, encarregado de operacionalizar as ordens do coronel. "O depoimento ajudou muito a acusação", disse o promotor Marco Aurélio Nascimento.

Falando aos jurados, Roberto Lauria, um dos advogados de assistência dos policiais, argumentou que a PM agiu em legítima defesa no confronto. "Aquilo foi uma batalha, foi uma guerra." Ele argumentou que a promotoria não conseguiu individualizar a participação dos oficiais nas mortes e acabou protegendo o governador do Pará, Almir

Gabriel (PSDB), que ordenou a desobstrução da PA-150. “Condenar esses homens será dar poder à desordem. Depois, nenhuma milícia poderá deter o MST.”

A partir dessa notícia, o foco da minha análise não será apenas no funcionamento da interdiscursividade, ao observar a ação discursiva dos domínios jurídico e jornalístico, mas também nas estratégias argumentativas que levaram à absolvição dos três principais réus do caso de Eldorado dos Carajás: os comandantes das tropas que atacaram os sem-terra. Esta decisão foi anulada no ano seguinte pelo TJ do Pará, que levou o julgamento a outras instâncias. Entretanto, é importante investigar o início do processo na primeira instância do julgamento, e o possível comprometimento dessa instituição com os latifundiários do Estado. Observar o tratamento do jornal sobre tal aspecto também é importante para meu estudo, pois é nesse julgamento que inicia uma possível legalização do massacre. Para essa análise, acompanhamos a ordem cronológica do desenvolvimento do processo.

O título da notícia (“Testemunhas complicam acusados”) e o primeiro enunciado do *lead* são construídos a partir de alguns pressupostos: *i*) a absolvição dos comandantes da PM responsáveis pelo massacre era tida como inevitável; *ii*) e também era a esperada. A ação das testemunhas descrita com o uso do verbo ‘complicar’ traz esses pressupostos. Ressalto que o *lead*, além de reforçar esse movimento semântico, traz uma marca já identificada no discurso de outras notícias: o controle ideológico no trato do evento ‘julgamento’. Observemos no trecho [...] “oficiais da Polícia Militar que atuaram na operação que resultou na morte de 19 sem-terra [...]” a necessidade de atributos (“oficiais”; “que atuaram”) para a categoria ‘polícia’ e de valorar a ação praticada por esses atores sociais “na operação que resultou na morte”. Tais categorias semânticas operam na construção de um efeito de sentido desenfazador, em um enunciado onde a agência está omitida. Essa estratégia, já discutida anteriormente, é denominada por Fairclough (2001a) como ‘*overwording*’: quando uma referência está atrelada

a uma questão com forte poder ideológico, tende-se a operar a partir de várias relações sinonímicas, assim o sentido se dissemina e não fica explícita a postura do autor do texto sobre o assunto tratado.

Essas mesmas elaborações analisadas no título e no *lead* são retomadas no terceiro parágrafo, quando são apresentados os argumentos contra os réus. Há uma ênfase na estrutura de relevância para as possíveis consequências da participação das testemunhas para a absolvição dos oficiais. Entretanto, não é ressaltado que os testemunhos são dos comandantes superiores da PM, o que é relevante para se questionar a prática da própria instituição diante do protesto dos sem-terra. A estratégia retórica dos comandantes é responsabilizar os oficiais por uma ação na qual a instituição PM deveria ser também responsabilizada – já que os policiais estavam agindo institucionalmente. Mas, ao individualizar os culpados, não há como condenar instituições. Essa mesma estratégia foi utilizada em escala de instâncias de poderes: iniciando com o comandante da PM, passando para o Secretário de Segurança Pública e chegando até o Governador do Estado do Pará – como analiso no Exemplo 32. Cada um deles foi sendo inocentado institucionalmente, e o julgamento se deu entre as pessoas (não as instituições) que estavam presentes no dia do massacre.

Essa é uma questão importante para o estudo da (des)legitimação de Eldorado dos Carajás, pois mostra que as mortes dos sem-terra não foram tratadas como uma prática política, mas ações específicas. A estratégia de individualizar uma violência que é social – como também acontece na violência contra a mulher, por exemplo, que é tratada como violência doméstica – é uma das formas de despolitizar esse problema, o que significa tratá-lo sem a importância ideológica e a gravidade social intrínsecas a sua constituição.

Exemplo 29:

Promotor teme absolvição dos 147 PMs do massacre (FSP, 20/08/1999)

Os 147 policiais militares que participaram da operação que resultou na morte de

19 sem-terra em abril de 96 também podem ser absolvidos, como foram ontem de madrugada três oficiais da PM do Pará.

A avaliação é do promotor Marco Aurélio Nascimento, responsável pela acusação contra os PMs. A chance de que todos os réus sejam inocentados existe, na opinião de Nascimento, se o mesmo argumento que absolveu os comandantes da ação for usado nos julgamentos dos demais PMs.

Os 150 acusados pelo massacre vão a júri em blocos de três a seis policiais, cada qual com um corpo de jurados diferente. Em todas as fases do julgamento, o corpo de jurados será questionado se há insuficiência de provas para condenar os réus. A promotoria pública se queixa da existência dessa pergunta porque a classifica de subjetiva. Um júri deve se manifestar sobre fatos concretos.

Na madrugada de ontem, o coronel Mário Colares Pantoja, o major José Maria Oliveira, respectivamente comandantes das tropas de Marabá e Parauapebas à época do massacre, e o capitão Raimundo Almendra Lameira foram absolvidos porque a maioria dos jurados entendeu que havia insuficiência de provas, respondendo à questão proposta pelo juiz Ronaldo Valle.

Hoje começa a segunda fase do julgamento dos policiais que participaram da desobstrução da rodovia PA-150 em 17 de abril de 1996, em Eldorado dos Carajás (sul do Pará).

O verbo usado no título ('temer') para categorizar a ação do promotor tem um efeito de sentido desenfaturador, pois não ressalta o poder desse ator social, como o representante de uma instituição jurídica, com capacidade para elaborar argumentos, teses etc. A escolha desse item lexical exatamente no título – uma das principais estruturas de orientação de sentido do texto – é importante de ser analisada, como também a rede lexical construída ao longo do texto operando na referência às ações do promotor. No *sublead*, a nominalização 'a avaliação' compõe o quadro semântico já iniciado no título, pois não atribui força retórica ao argumento do promotor. Este aspecto fica mais nítido se contrapormos o item lexical 'avaliação' com a categorização deste ator social na oração subordinada ("[...] responsável pela acusação contra os PMs."). A rede

lexical construída nas relações de significação sobre o promotor é contraditória à sua autoridade institucional no caso. Essa seria, no meu entendimento, mais uma estratégia de desenfaturação. Nesse caso, operando em relação à denúncia feita pela promotoria contra o encaminhamento jurídico do processo e as consequências que isso pode trazer: a absolvição de todos os policiais que participaram do massacre, não só os comandantes das tropas.

No *lead* e no parágrafo final da notícia, identificamos o fenômeno *overwording*, sendo importante ressaltar que o discurso assumido pelo jornal continua sendo o da polícia, o que se pode identificar a partir da análise de qual perspectiva é descrita a cena: os policiais participando de uma operação de desobstrução da rodovia onde o MST fazia um protesto, o que resultou na morte de 19 sem-terra. A versão do MST é outra e ainda não a identificamos na constituição discursiva do jornal.

Exemplo 30:

‘Acabei com o julgamento’, diz jurado (FSP, 21/08/1999)

O contador e empresário Sílvio Queiroz Mendonça acha que descobriu a pólvora. “Eu observei uma coisa que o mundo inteiro não viu durante três anos”, diz. A pólvora estava na fumaça que saía da arma de um sem-terra no conflito que resultou em 19 mortes em Eldorado dos Carajás (PA) em 17 de abril de 1996.

Mendonça, um dos jurados do julgamento, diz que sua descoberta derrubou a principal tese da promotoria, segundo a qual os sem-terra não estavam armados no início do confronto. “O lance de eu ver a bala foi cruel, não foi?”, pergunta a um amigo delegado. “Detonou o promotor. A única certeza em todo esse julgamento foi o tiro que eu vi.”

O promotor Marco Aurélio Nascimento não concorda, mas acha que a intervenção de Mendonça mudou os rumos do maior julgamento da história do país em número de réus _ 150 policiais.

A partir dessa notícia, quero dar continuidade à análise da representação que o jornal está construindo do promotor público. Junto à discussão iniciada no exemplo anterior, acrescento outros aspectos identificados neste texto para investigar uma questão: deslegitimar o ator social responsável pela defesa do MST pode ser uma estratégia para legitimar o próprio massacre? Um aspecto que se sobressai, em relação aos demais textos deste *frame*, é o acesso dado – com a ocorrência do discurso direto no título – a uma pessoa que não está atrelada a uma instância jurídica ou mesmo a uma instituição. Como já discuti, o controle discurso, restringindo o acesso a representantes das instituições do poder, é uma das características mais proeminentes desta parte da cobertura. Daí o inusitado de uma citação de um jurado no título. O fato de um jurado ter espaço em um julgamento para trazer um argumento também é inusitado, ou ainda irregular, como denunciou a promotoria. Entretanto, essa ação foi autorizada pelo juiz. Não é irrelevante, para o estudo da legitimação do massacre, que tantas concessões aconteceram para um argumento acusando o MST de ter iniciado os tiros, o que reforça a versão da polícia.

Ainda investigando o acesso discursivo e a representação do promotor público, outros elementos exemplificam a análise que estamos desenvolvendo. Além do discurso direto reportado no título e no *lead*, o jurado também tem acesso pelo discurso indireto no *sublead*, com efeito retórico mais proeminente, pois tem a força para avaliar a sua própria *performance* no caso (positivamente), e a tese da promotoria (negativamente). Observemos no trecho destacado: “Mendonça, um dos jurados do julgamento, diz que sua descoberta derrubou a principal tese da promotoria, segundo a qual os sem-terra não estavam armados no início do confronto”.

Sobre o aspecto da representação do promotor público, outra ocorrência de acesso reforça o efeito deslegitimador desse ator social. Analisemos o discurso reportado do jurado (“O lance de eu ver a bala foi cruel, não foi?”, pergunta a um amigo delegado. “Detonou o promotor. A única certeza em todo esse julgamento foi o tiro que eu vi.”). Esta citação tem um duplo efeito de

sentido: se por um lado a construção dos enunciados ressalta marcas coloquiais e traz itens lexicais ('detonou'; 'o lance') inapropriados para um ator social que protagonizou um evento tão formal quanto um julgamento; por outro lado essas marcas discursivas operam tanto no questionamento da legitimidade do jurado, quanto na legitimidade do próprio promotor público, que teve sua tese derrubada por um adversário 'desqualificado'. Entendo que, a partir dessa estratégia argumentativa, o ator social que tem sua representação mais deslegitimada é o promotor, pois é dele que se espera maior preparo para defender uma tese diante dos jurados.

A partir dos aspectos abordados na análise, é importante tratar de uma questão básica para a Análise do Discurso Crítica: como práticas sociais constituem práticas discursivas. Observemos que foi a possibilidade de o jurado intervir no encaminhamento do julgamento que proporcionou o acesso ao espaço discursivo do jornal. Assim, os domínios jurídico e jornalístico não estão apenas em relação de interdiscursividade, mas também de práticas sociais. A participação de forma não convencional de um ator social em um evento ritualizado como um julgamento interferiu na característica da cobertura do jornal sobre esse mesmo evento. O controle discursivo que leva a institucionalização do acesso, predominante neste *frame*, foi quebrado, fazendo com que um 'personagem' fosse notícia. Essa relação, obviamente, não é direta, ou mesmo uma questão de 'causa e efeito'. Recorrendo às considerações teóricas deste estudo, defendo que esse processo se dá a partir de uma interface, que é o elemento cognitivo operando na constituição da sociedade e dos discursos. Neste caso específico, entendo que, ao se tratar de uma prática enrijecida, como a jurídica, a quebra dos modelos contextuais, a partir da interferência de um ator social, modificou a linha que vinha sendo adotada pelo jornal para a cobertura do caso. Houve uma quebra dos modelos mentais sobre uma prática específica e essa ação não só modificou a relação de interdiscursividade entre os dois domínios, mas a própria prática jornalística, modificando a categoria de acesso, quebrando, em parte, o forte controle discursivo identificado nesta cobertura.

Exemplo 31:

TJ anula 1º julgamento de Carajás (FSP, 31/10/2000)

Desembargadores das Câmaras Criminais Reunidas do TJE (Tribunal de Justiça do Estado) decidiram ontem, por 6 votos a 1, manter a anulação da primeira sessão do julgamento do massacre de Eldorado dos Carajás (PA), quando os três principais comandantes das tropas da Polícia Militar foram absolvidos. Mesmo que haja recurso, o julgamento agora não precisa mais ficar parado.

O julgamento dos 150 policiais militares envolvidos no massacre de Eldorado dos Carajás será feito em apenas um bloco e recomeçará em fevereiro de 2001, disse ontem o juiz José Maria Teixeira do Rosário, responsável pelo caso. “O bloco único visa dinamizar o processo”, declarou.

A decisão do juiz de julgar todos os réus num bloco único, no entanto, já está causando polêmica com os advogados de defesa.

“É um absurdo, porque vai cercear o nosso direito de defesa”, disse Eloísa Segtowitz Sovano, que defende 33 soldados e cabos.

Demora

Para o advogado dos oficiais, Roberto Lauria, o julgamento dessa forma pode demorar mais de 30 dias, o que “seria impraticável”. O promotor Marco Aurélio do Nascimento, por sua vez, considera adequada a forma encontrada por Rosário. “Nossa tese é única para todos. Pode-se aumentar o tempo da defesa para não haver reclamações”, declarou Nascimento.

No julgamento anterior, em agosto de 1999, o então presidente do júri, Ronaldo Valle, dividiu o processo em 27 sessões. Apenas a primeira, que durou mais de três dias, foi realizada. Na ocasião, o Ministério Público Estadual recorreu da decisão e pediu a anulação das outras sessões até o julgamento dos recursos.

Recurso

Os advogados de defesa disseram que irão recorrer ao STJ (Superior Tribunal de Justiça) e ao STF (Supremo Tribunal Federal) contra a decisão dos desembargadores. “Isso é um desrespeito à posição dos jurados que, ao absolverem os policiais, expressaram a vontade de todo o povo paraense”, disse Lauria.

Para Rosário, os recursos da defesa não têm efeito suspensivo e, por isso, o coronel Mário Colares Pantoja (ex-comandante das tropas de Marabá), o major José Maria Oliveira (ex-comandante das tropas de Parauapebas) e o capitão Raimundo Almendra Lameira voltarão ao banco dos réus em fevereiro.

Os oficiais e 146 PMs são acusados de envolvimento nas mortes de 19 sem-terra, ocorridas em 17 de abril de 1996, durante a desobstrução da rodovia PA-150, em Eldorado dos Carajás (sul do Pará).

Os desembargadores votaram pela anulação baseados nos argumentos da relatora Raimunda Gomes do Carmo.

Ela considera que houve contradição na formulação dos quesitos, o que teria induzido os jurados a cometerem erros durante a votação secreta.

Para o promotor Nascimento, a decisão dos juízes já era esperada.

Esta notícia trata da anulação do primeiro julgamento do massacre em Eldorado dos Carajás, realizado no Tribunal de Justiça do Pará, quando os três principais comandantes das tropas da Polícia Militar foram absolvidos. Vários aspectos do texto são interessantes para o meu estudo, mas quero destacar um: o argumento que levou à decisão dos desembargadores só aparece nos últimos parágrafos (apresentamos aqui um recorte da notícia) e é fortemente marcado pelo discurso jurídico, inclusive em sua forma mais técnica, denominada ‘juridiquês’. Nem mesmo o discurso reportado da promotoria – instância responsável pelo pedido de anulação – foi trazido no sentido de esclarecer quais as questões que levaram à conclusão de que os jurados ‘cometeram erros durante a votação’.

Está implícito que o argumento da relatora (“[...] que houve contradição na formulação dos quesitos [...]”) pode ter tido como base a participação irregular de um jurado a favor da polícia militar, mas não é dito. O espaço discursivo dado ao promotor não acrescenta sentido ao texto (“Para o promotor Nascimento, a decisão dos juízes já era esperada”). Por isso, defendo que o discurso do jornal dá sustentação ao discurso jurídico, pois prioriza, na construção da notícia, os trâmites processuais. Uma abordagem crítica desse mesmo assunto, por exemplo, poderia ser desenvolvida pela topicalização a partir dos elementos que levaram à anulação do primeiro julgamento, assim inevitavelmente se chegaria às irregularidades do caso.

Exemplo 32:

STJ arquiva inquérito contra governador (FSP, 30/09/1997)

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) arquivou inquérito aberto para apurar a responsabilidade do governador do Pará, Almir Gabriel (PSDB), no massacre de Eldorado dos Carajás (leste do Estado).

Em 17 de abril do ano passado, 19 sem-terra foram mortos por policiais militares durante operação de desocupação de uma estrada próxima ao complexo da fazenda Macaxeira, cuja desapropriação era pleiteada pelo MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).

O ministro José Dantas, relator do caso, acatou parecer da Procuradoria Geral da República segundo o qual o governador não pode ser responsabilizado pela “incompetência e desorganização” da Polícia Militar.

O parecer foi solicitado pelo STJ, que enviou junto com o pedido a defesa prévia do governador.

Conforme o parecer, a PM não planejou a operação de desocupação, “como era seu dever”. O governador, segundo a subprocuradora-geral, apenas determinou a desocupação da estrada, sem autorizar o uso da força.

Diz ainda o parecer que o governador não poderia prever nenhuma conduta criminosa, por ato ou omissão, por parte da PM.

Da notícia acima, recorto alguns trechos para analisar uma questão já discutida no Exemplo 28: a personalização da responsabilidade pelo assassinato dos trabalhadores sem-terra. Na outra notícia, analiso os argumentos que levaram a instituição Polícia Militar a se isentar de ser levada a julgamento. Os comandantes gerais das tropas não foram atrelados ao processo sob o argumento de não poderem ser responsabilizados pelas ações dos policiais no momento do confronto com os sem-terra. Como dissemos, esse mesmo argumento foi utilizado pelas distintas esferas do poder, chegando ao Governador do Estado: ele não poderia “ser responsabilizado pela incompetência e desorganização da polícia militar”. É uma inversão de valores: o Governador alega não ter responsabilidade por uma instituição que é subordinada ao Governo.

Nesta mesma linha argumentativa, a instituição PM — sob a representação dos comandantes superiores — alega que não pode ser responsabilizada por ações de policiais militares, que são subordinados a tais comandantes. Dessa forma, nenhuma esfera do poder foi ao menos acusada pelas mortes em Eldorado dos Carajás e o massacre não foi tratado juridicamente como uma prática política específica em relação à questão agrária, tampouco como uma questão social. Apenas indivíduos foram acusados por crimes que, em sua natureza, são consequências de ideologias e sistemas de governo. Dessa forma, o poder judiciário, neste aspecto, atuou na despolitização e desideologização dos assassinatos dos sem-terra em Eldorado dos Carajás. Assim, ainda que as decisões legais sejam tomadas pela condenação das pessoas atreladas ao caso, acredito que a justiça participou no processo de legitimação do massacre.

Esta parte da cobertura sobre o massacre de Eldorado dos Carajás é caracterizada, basicamente, pela relação de forças entre os domínios jornalístico e jurídico. Se esses poderes, em algumas situações, necessitam do apoio mútuo para dar suporte às suas ações, também ocorre uma disputa entre qual dos dois têm mais legitimidade social. Analiso essas questões a partir da análise da interdiscursividade nos textos jornalísticos: em algumas situações, essa elaboração discursiva serve para dar sustentação ao discurso jurídico, em outros para questioná-lo, e, assim, o jornal constrói sua auto-representação como o domínio questionador de todos os demais. Tal ação discursiva é importante de ser discutida, pois pode ter como efeito a construção de um domínio com poder maior, já que, preservado pelo mito da imparcialidade e da neutralidade, se auto-atribui legitimidade para fazer questionamentos a todas as instituições, sendo que, apenas em casos raros, é publicamente (e amplamente) questionado pela sociedade. Assim, trata-se de um caso que vai além do poder de um domínio, mas do *abuso desse poder*, o que é grave e mereceria outras pesquisas para investigar esse aspecto.

Por se tratar de uma cobertura direcionada por duas instituições poderosas, percebo a predominância da institucionalização discursiva — os diálogos

foram travados entre representantes das altas esferas do poder, o que não significa que as instituições estavam efetivamente envolvidas no caso. O que ocorre é uma simulação do trato institucional na apuração das mortes dos sem-terra, pois em fato isso se deu de forma personalizada, já que nenhuma instituição foi atrelada ao processo. Essa estratégia também tem um caráter discriminatório, pois exclui o próprio MST – principal grupo interessado no julgamento – da cena discursiva, pois a maior parte das notícias é constituída a partir dos discursos da elite. Esse tratamento também pode ser entendido como uma ação da FSP na deslegitimação dos sem-terra e, conseqüentemente, na legitimação do massacre.

Frame IV – A Criminalização do MST

Este *frame* de cobertura é de natureza estereotipada, enfatizando ocupações, saques e protestos realizados pelo MST. Algumas das notícias analisadas estão relacionadas às reivindicações dos sem-terra, e de diversos segmentos da sociedade, por justiça pelas mortes em Eldorado dos Carajás. Outras, mesmo não estando diretamente relacionadas ao massacre, interessam ao meu estudo, pois possibilitam investigar a (des)legitimação do MST como movimento social, mesmo que esse processo não tenha se dado em relação a Eldorado dos Carajás. Assim, teço uma reflexão paralela ao estudo da (des)legitimação: como esse fenômeno é construído em um caso específico e, de forma geral, se esse caso reverbera na (des)legitimação do movimento.

Neste *frame*, percebo que o discurso de grupos tradicionalmente contrários ao MST (ruralistas, latifundiários e governos de partidos conservadores) sustenta e direciona boa parte do processo de deslegitimação dos sem-terra. A principal ação discursiva desses grupos é ‘alertar’ a sociedade sobre os ‘perigos’ que representa o MST. Entretanto, nessa linha de cobertura, identifico outros grupos atuando na estereotipização e deslegitimação do movimento. A própria FSP, no trato dado as notícias, operou nesse processo, ao dar sustentação e atre-

lar o discurso das instituições do poder ao seu próprio discurso. Outros domínios (jurídico, policial e militar) também se alinham aos discursos dos demais grupos do poder, colaborando no quadro construído para categorizar o MST como um grupo de criminosos, e não como um movimento social.

A partir da análise deste *frame*, identifico em alguns textos aspectos de natureza semântica – rede lexical, nominalização, conceitos, atributos e valores –, pois esses elementos são relevantes para o estudo dos movimentos discursivos que operam no processo de categorização de atores e grupos sociais, já que esse processo está intrinsecamente ligado ao ato de nomear, atribuir valores e conceitos. A observação dessas ações deve ser desenvolvida dentro de um quadro textual, ou ainda nas palavras de Beaugrande (1997) ‘no mundo textual’. Isso quer dizer que categorias como topicalização e acesso, por exemplo, mesmo não sendo o enfoque da análise neste *frame*, de forma mais específica, como em outros, são definidoras nas demais operações semânticas e retóricas, por exemplo, como já discutimos anteriormente.

Para observar mais sistematicamente o discurso da criminalização, entretanto, entendo que a análise dos movimentos semânticos possibilita especificar mais detalhadamente o processo de categorização. Assim, assumo que a topicalização discursiva sustenta toda a nossa análise, sendo que a investigação de como se constitui discursivamente a criminalização do MST se dá, preferencialmente, a partir de aspectos semânticos. Por fim, é importante ressaltar que, neste *frame*, o gênero mais recorrente no *corpus* do trabalho é a notícia, daí a sua predominância nestas análises. Este aspecto é relevante, pois dá pistas para refletir sobre a questão do controle discursivo do jornal. A tendência é: quanto mais ideológica a cobertura, menos democrático o acesso. Não se trata, entretanto, de uma relação causa-efeito, mas de um conglomerado de forças sociais que operam nesse processo (governos, partidos políticos, mídia etc.)

Exemplo 33:

Exército cerca prédio em Recife (FSP, 18/04/1998)

Cerca de 50 homens do Exército cercaram ontem a Sudene em Recife (PE) para impedir uma eventual invasão do prédio por trabalhadores rurais sem terra, que acabou não acontecendo.

Os sem terra encerraram diante da Sudene a “Marcha do Nordeste”, iniciada no último dia 4. Em discursos e faixas, lembraram o conflito ocorrido há dois anos em Eldorado dos Carajás. Cerca de 2.000 pessoas participaram da manifestação, segundo o MST.

Antes de marchar em direção à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste), os manifestantes se concentraram na praça do Carmo, centro de Recife. Na Sudene, uma comissão formada pelo MST entregou ao superintendente Nilton Rodrigues documento reivindicando reforma agrária e programas emergenciais contra a seca.

Entre os vários aspectos que poderiam ser tratados na análise dessa notícia, aponto, por enquanto, a topicalização. Destaco esse aspecto pela sua relevância na construção do sentido do texto, assim como na própria criminalização do MST, conforme discutido anteriormente. O desenvolvimento desse *frame* se dá, em grande medida, a partir de uma cobertura jornalística estereotipada, na qual predominam tópicos discursivos elaborados a partir do enfoque da deslegitimidade, violência, desordem e contravenção. Ressalto que a topicalização é uma atividade discursivo-cognitiva, ou seja, é uma forma de contar uma história, pois a natureza de um evento não está atrelada ao evento em si, mas ao que é construído sobre ele.

Algumas questões podem ser trazidas para fundamentar minha análise. Primeiro, é importante observar que, na notícia acima, o tópico discursivo é elaborado a partir de uma ação que sequer chegou a acontecer, mas que é trazida

para as estruturas de relevância do texto como um ‘fato’. Analisemos o título e os primeiros enunciados do *lead*. No título (“Exército cerca prédio em Recife”), o sujeito sintático remete a modelos cognitivos associados a ações de distúrbio da ordem. Ou seja, sugere interpretações negativas, reforçadas com o uso do verbo ‘cercar’, tipicamente associado a práticas militares. Assim, o enunciado tem como efeito de sentido principal o alerta para o que estaria acontecendo no Recife, algo que se associe a uma ‘guerra’. O início do *lead* auxilia tal interpretação, pois dimensiona a participação do Exército, ao trazer como relevante o número de militares envolvidos (“Cerca de 50 homens do Exército cercaram ontem a Sudene em Recife [...]”).

Essas construções, entretanto, são contraditórias em relação ao propósito principal da ação militar. Observemos o trecho, com o itálico destacado por mim: “[...] para impedir uma *eventual invasão* do prédio por trabalhadores rurais sem terra, *que acabou não acontecendo*. [...]”. Neste caso, *eventual invasão* funciona como um eufemismo para justificar toda uma operação militar em torno de algo que não se configurava como uma ameaça à sociedade. Atrelar um protesto dos sem-terra a uma ação militar, tendo o respaldo do jornal, pois isso foi tratado nas estruturas de relevância do texto, orienta a classificação dessa notícia como um exemplo prototípico para discutir a criminalização dos sem-terra.

Nessa notícia, o jornal atribui ao MST uma ação que ele não realizou, associando – sem qualquer elemento factual – o movimento a práticas de violência e de distúrbio. Dessa forma, ocorre que o *anti-fato* (porque não chegou a se efetivar) passa a ser tomado como *fato*. Apenas no final do terceiro parágrafo o leitor fica sabendo qual o objetivo específico dos sem-terra irem à Sudene: “[...] Na Sudene, uma comissão formada pelo MST entregou ao superintendente Nilton Rodrigues documento reivindicando reforma agrária e programas emergenciais contra a seca. [...]”. Mais do que uma ação discursiva de construção de uma história, é possível afirmar que existe, neste exemplo, uma prática manipuladora, pois não se trata apenas de topicalizar possíveis aspectos em um evento, mas de modificar e, implicitamente, estabelecer como um fato algo

que não ocorreu. Vejamos no próximo exemplo outras estratégias no que diz respeito ao processo de topicalização e seus efeitos discursivo-cognitivos. Mais adiante, trato especificamente dos aspectos semânticos.

Exemplo 34:

MST vai incentivar saques no Nordeste (FSP, 25/04/1998)

O MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra) vai incentivar os saques a depósitos de alimentos e a supermercados no Nordeste do país. Os dirigentes do movimento entregaram à Sudene (Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste) uma pauta de reivindicações com propostas para o combate à seca e dizem que, se os pedidos não forem atendidos até o dia 30 deste mês, vão partir para saques generalizados na região.

Observamos na macro-estrutura desta notícia uma estratégia diferenciada de construção de um ‘fato’, a partir do processo de topicalização. Só que, no exemplo acima, não se trata de um caso de manipulação — como na notícia anterior —, mas de persuasão, no sentido de direcionar a compreensão de um texto, a partir dos elementos que são trazidos para a estrutura de relevância. Analiso a construção do título e do *lead*, para em seguida relacionar com os parágrafos subsequentes. Neste caso, a construção do tópico discursivo segue critérios de natureza essencialmente ideológicos. É uma escolha topicalizar as ações que o MST *poderia* realizar, caso as suas reivindicações não sejam atendidas, e trazer tais ações para estrutura de relevância como práticas que já estariam encaminhadas, ou ainda de forma mais grave, como ‘ameaças’.

Outra possibilidade de construção discursiva seria, em princípio, ressaltar as necessidades e reivindicações do movimento, para apenas nos parágrafos seguintes – menos relevantes, porque menos lidos – reportar as possíveis ações do MST como forma de luta às suas reivindicações não contempladas pelas políticas governamentais. O que se tem claramente é uma inversão de tópicos e, assim, um posicionamento – e uma ação – do jornal na construção do que será tomado como ‘fato’. É assim que a topicalização opera: um ator social constrói um fato, a partir do discurso de outro ator social.

O efeito cognitivo dessa inversão é de extrema relevância não só para a compreensão desse texto, mas para a construção de modelos mentais pejorativos sobre o movimento. É dessa prática discursiva, entre outras práticas sociais, que se estabelece o preconceito, a estereotipização e a deslegitimação do MST. No exemplo seguinte, um breve trecho retirado de outra notícia, como mais uma ilustração da análise que estou propondo, pois se trata exatamente da mesma estratégia descrita. Não irei retomar as considerações anteriores, para evitar repetições argumentativas.

Exemplo 35:

Sem terra bloqueiam BR-116 no Ceará (FSP, 24/01/1997)

Um grupo de cerca de 300 integrantes do MST (Movimento dos Trabalhadores Sem Terra) bloqueou das 5h às 17h de ontem o trânsito na BR-116, perto da entrada de Chorozinho (64 km ao sul de Fortaleza).

Segundo a Polícia Militar, o bloqueio provocou um congestionamento de quatro quilômetros. Não houve registro de conflitos durante o ato. O trânsito era bloqueado alternadamente nas duas pistas.

Durante a manifestação, os sem terra pediam aos motoristas para assinarem um

abaixo-assinado de apoio às suas reivindicações. Eles exigem uma definição do governo federal sobre o assentamento de 180 mil trabalhadores rurais no Ceará e uma solução sobre 57 áreas de conflitos no Estado.

Os manifestantes distribuíram um panfleto no qual pedem punição para os responsáveis pela morte de trabalhadores rurais em Corumbiara (RO), Eldorado dos Carajás (PA), Ourilândia (PA) e Rio Bonito (PR).

Para a análise dessa notícia, gostaríamos de ressaltar aspectos de natureza semântico-cognitiva. Isso porque se a topicalização opera na macro-construção do discurso, os movimentos semânticos têm um forte efeito, em todo desenvolvimento textual, no processo de categorização (estereotipada) e, consequentemente, na construção de significados. Entretanto, não deixo de ressaltar que um aspecto está intrinsecamente atrelado ao outro. Ou seja: topicalização e movimentos semânticos resultam de uma prática discursiva e seguem a uma linha ideológica.

No início do texto, já é possível identificar o processo de categorização dos sem-terra – e assim do próprio MST. É possível discutir esse aspecto a partir das relações semânticas estabelecidas nas atividades de conceitualização e atribuição de valores. Primeiramente, os atores sociais tratados na notícia são categorizados no *lead* como ‘um grupo’. O artigo indefinido ‘um’, juntamente com o item lexical ‘grupo’, formam o sintagma nominal (SN) genérico, vazio de conotação ideológica. O efeito de sentido dessa construção pode ser a desenfatisação da importância política do MST, que não é tratado como um movimento social, ou mesmo uma entidade de representação legítima dos sem-terra. As ações de referenciação, ao longo do texto, apontam outros elementos para tal análise. Por exemplo, o SN é retomado no mesmo enunciado pela nominalização, a partir do item lexical *integrantes*. Neste processo de referenciação, ele opera como um atributo à categoria ‘grupo de pessoas’. O item lexical funciona como desenfatisador de agência na valoração dos sem-terra, que não são classificados como atores engajados em um movimento social. ‘*Integrantes*’ ressalta

o efeito de sentido já construído a partir do SN que retoma, pois também tem significação genérica, podendo ser utilizado para pessoas que fazem parte de qualquer grupo (musical, teatral etc.). Sendo o MST um movimento organizado por atores sociais com objetivos políticos e ideológicos específicos (reforma agrária, por exemplo), tais atores também têm atributos prototípicos: eles são *agricultores*, ou *trabalhadores rurais*. O uso desse item lexical teria um efeito legitimador no processo discursivo de categorização dos sem-terra, pois ressaltaria a auto-representação do grupo e trataria como legítimas as ocupações e a reforma agrária.

Entretanto, como já foi analisado em alguns manuais de redação dos principais jornais do país (Folha de S. Paulo, Estado de S. Paulo e O Globo), o uso de alguns itens lexicais é bastante controlado, remetendo, outra vez, a estratégia denominada por Fairclough (2001a) como ‘*overwording*’. No caso dos sem-terra, há um forte controle ideológico quanto ao uso do léxico que irá nomear esses atores sociais. Ao os definir como *agricultores* ou *trabalhadores rurais*, por exemplo, a grande imprensa se posicionaria, discursivamente, pela legitimidade do MST, e, conseqüentemente, suas reivindicações e práticas políticas – tais quais reforma agrária e ocupações de latifúndios. As escolhas lexicais e as relações semântico-discursivas que elas constroem em um texto têm um forte efeito ideológico e operam no processo cognitivo de categorização. E isso é tão relevante que não passa despercebido entre os que têm poder para controlar o discurso jornalístico. No caso de alguns jornais – invariavelmente os de maior circulação, nos quais a necessidade de controle ideológico é ainda mais grave – o discurso está sob a vigilância dos manuais de redação (Falcone, 2004). No Manual de Redação de O Globo (2001), por exemplo, esta questão é tratada explicitamente nas orientações sobre a seleção do léxico. No trecho abaixo, o jornal demarca seu posicionamento ideológico sobre as ações dos sem-terra e determina que o item lexical *colono* “não pode” ser usados pelos repórteres:

Colono	“É o agricultor que cultiva terra alheia com permissão do dono. Não pode ser usada em relação a invasores de terra” (O Globo, 2001:139).
--------	--

Ainda sobre os movimentos semânticos para o processo de categorização, é importante ressaltar a nominalização no processo de referenciação ao retomar a ação do MST. No terceiro parágrafo, o que foi primeiramente categorizado como ‘bloqueio’ é retomado pelo substantivo ‘manifestação’. Ele opera como uma nominalização, pois está em relação anafórica ao item lexical utilizado no início do texto. Trata-se de um nome com uma carga ideologicamente estereotipada – pois está atrelado a protestos, transtornos etc., e, em uma análise mais aprofundada do texto, contrasta com a ação dos sem-terra descrita pelo próprio jornal: “pediam aos motoristas para assinarem um abaixo-assinado de apoio às suas reivindicações”. No parágrafo seguinte, a nominalização é realizada sob a mesma carga ideológica, com o uso do mesmo item lexical, em sua variação ‘os manifestantes’. Dentro desse quadro semântico, é possível afirmar que esse texto opera, em todo o seu desenvolvimento, no processo de categorização iniciado desde o início da notícia. É importante ressaltar, mais uma vez – pois se trata de uma estratégia que se repete em vários textos, classificados nos distintos *frames* de cobertura –, que os problemas enfrentados pelos sem-terra apenas são apresentadas no último parágrafo da notícia – lugar tido como o menos relevante nos cânones jornalísticos – e ainda assim trazido com uma dupla marca de discurso reportado (DR). Observemos: “[...] No panfleto, os manifestantes denunciam que o MST está sofrendo “uma ofensiva econômica, política, ideológica e assassina” e pedem apoio da população contra a inoperância e incompetência do governo frente à reforma agrária. [...]”. A construção (os manifestantes denunciam que) já traz a marca que um discurso indireto será introduzido. Ressaltar esse discurso com outra marca, no caso as aspas (“uma ofensiva econômica, política, ideológica e assassina”) é propositadamente estabelecer uma nítida fronteira – e assim um distanciamento – entre o discurso do jornal e o discurso dos sem-terra.

Exemplo 36:

Diretora é indiciada por expor ‘Terra’ (FSP, 18/06/1998)

A diretora de escola Elza Maria da Silva está sendo acusada de fazer “lavagem cerebral e pregar a legalidade da ilegalidade”. Isso porque ela expôs a mostra “Terra”, de Sebastião Salgado, que traz fotos de sem terra e do massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em escola de Sandovalina (SP).

O delegado Marco Antônio Fogolin abriu o inquérito e disse que a mostra infringiu artigos do Estatuto da Criança e do Adolescente. Os artigos tratam de restrições ao acesso a publicações que possam ferir os “valores éticos e sociais” da família. Ele se decidiu após ouvir Wesley Gouveia, 8, que teria ficado “com medo” das fotos.

Segundo Elza, não houve queixa. “A mãe de Wesley foi chamada na delegacia porque seu filho estava lá e reclamou espontaneamente das fotos. Não foi reclamar”.

“Tudo não passa de perseguição. O delegado sabe que sou ligada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra), e ele é o maior inimigo do MST”, disse Elza. Ela diz que foi autorizada pela delegacia de Ensino.

Nessa notícia, identifico outra estratégia na criminalização dos sem-terra. Entretanto, trata-se de um processo mais sutil e requer uma leitura mais atenta no que diz respeito às operações cognitivas que embasam tanto a macroestrutura textual quanto os movimentos semânticos. No início do texto, há um posicionamento crítico do jornal sobre a censura à obra do fotógrafo Sebastião Salgado – que fez um ensaio sobre Eldorado dos Carajás. Entretanto, é importante perceber que essa crítica, necessariamente, não se caracteriza como um discurso favorável ao MST, mas a uma postura específica em relação à proibição da exposição fotográfica. O segundo aspecto que se mostra relevante nesta notícia é a criminalização dos sem-terra por duas instituições agindo concomitantemente: escola e polícia.

Não fica claro na notícia quem realmente fez a denúncia contra a diretora de escola, e, ao longo do texto, também não há referência sobre qualquer reação a essa denúncia por parte de outros professores da escola, alunos ou pai de alunos. Ou seja, toda a ‘culpa’ recai sob a diretora, sustentada pela instituição polícia, com base no discurso jurídico. Tanto que a ‘acusação’ é embasada no argumento de que a diretora estaria “pregando a legalidade da ilegalidade”. Observemos que, primeiramente, é o discurso jurídico – em sua vertente positivista – que é usado para fundamentar a argumentação. Entretanto, em uma análise específica sobre a estratégia subjacente ao argumento, identificamos uma estratégia retórica categorizada como *pressuposição*. Ou seja, o que está implícito nesse argumento (o elemento dado, porém não explicitado) é que o MST é ilegal, já que levar algum material sobre o movimento – no caso as fotografias de Sebastião Salgado – para uma escola é tomado como um ato ilícito. Observemos no trecho retirado do *lead* da notícia: “A diretora de escola Elza Maria da Silva está sendo acusada de fazer “lavagem cerebral e pregar a legalidade da ilegalidade”. Isso porque ela expôs a mostra “Terra”, de Sebastião Salgado, que traz fotos de sem terra e do massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em escola de Sandovalina (SP)”.

No desenvolvimento do texto, o jornal se posiciona criticamente em relação à acusação contra a diretora da escola, o que se podemos identificar a partir de algumas estratégias discursivo-cognitivas. Por exemplo, a dupla ênfase no discurso reportado no primeiro enunciado do *lead*: na construção do enunciado já há o sentido de que outro discurso será reportado (“A diretora de escola Elza Maria da Silva está sendo acusada de [...]”). Neste caso, a acusação que será trazida na complementação do enunciado é exatamente o discurso da polícia. Entretanto, esse discurso ainda é marcado com o uso das aspas. O efeito discursivo-cognitivo dessa dupla marcação é a necessidade de o jornal se distanciar (e assim se posicionar) das acusações, enfatizando que o discurso ali reportado é do delegado, não do jornal.

A frase seguinte estabelece uma relação anafórica com a movimentação discursiva discutida, a partir do uso da locução explicativa “isso porque” (“Isso

porque ela expôs a mostra “Terra”, de Sebastião Salgado [...]). O pronome demonstrativo “isso” retoma a acusação feita à diretora da escola, sendo que o efeito de sentido é que o motivo para uma ação policial não é tomado como satisfatório pelo jornal. Outro elemento linguístico possível de ser analisado como um questionamento do jornal é o fundamento apresentado pelo delegado para indiciar a diretora (“Ele se decidiu após ouvir Wesley Gouveia, 8, que teria ficado “com medo das fotos”). A responsabilidade é atribuída a um aluno da escola e esse aspecto está bem marcado pela relação causal estabelecida no complemento verbal: “após ouvir Wesley Gouveia, 8, que teria ficado “com medo das fotos”.

Entretanto, é importante ressaltar uma discussão que já foi iniciada: a crítica do jornal é pela censura à exposição fotográfica de “Terra”, de Sebastião Salgado, e não ao MST, especificamente. A topicalização é construída a partir da ação da censura, e não sobre o massacre de Eldorado dos Carajás. Não se pode ignorar, no entanto, que mesmo não sendo uma postura diretamente favorável ao MST, algum aspecto de legitimidade resvala para o movimento, já que há uma mobilização de intelectuais e professores contrária ao massacre. Entretanto, esse aspecto está no implícito do texto, e não em sua superfície. Outro elemento para exemplificar minhas considerações é a análise do último parágrafo da notícia. Apenas nessa parte do texto é feita, pelo repórter, a associação entre a punição da diretora da escola e a sua ligação com o MST, e ainda assim tratada de forma superficial e com o recurso do discurso reportado da diretora, ou seja, é ela quem traz à tona o fato de que é a perseguição não é contra Sebastião Salgado, mas contra ela e contra o MST. (“Tudo não passa de perseguição. O delegado sabe que sou ligada ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra), e ele é o maior inimigo do MST”, disse Elza.). Na minha leitura, fica claro que se trata de uma postura ideológica categorizar tais questões políticas como o aspecto menos relevante da notícia.

Exemplo 37:

Sem terra são recebidos à bala no Pontal (FSP, 28/01/1997)

O proprietário da fazenda Concórdia, em Tarabai (610 km a oeste de São Paulo), Guilherme Prata, recebeu à bala na madrugada de ontem 400 famílias ligadas ao MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) que tentaram invadir sua propriedade. “A próxima tentativa de invasão vai ter morte. Eles querem cadáver, vão ter”, afirmou Prata, vice-presidente da UDR (União Democrática Ruralista).

A segurança na fazenda Concórdia, de 500 alqueires, estava sendo feita por Prata, seu pai, dois tios, três primos, uma irmã, o gerente, o capataz e o motorista. Prata disse que atirará para acertar se houver nova tentativa de invasão.

A Polícia Civil de Tarabai apreendeu quatro rifles calibres 44 e 38 e cinco revólveres calibre 38 em poder das pessoas que defendiam a fazenda. As armas foram devolvidas aos proprietários depois de apresentados os registros.

O fazendeiro, seus familiares e empregados fizeram cerca de 200 disparos na presença de dois policiais civis e cinco militares, segundo a PM. Os disparos duraram cerca de dez minutos.

Os sem terra se deitaram e recuaram. Havia crianças e mulheres. Ninguém se feriu.

O presidente da UDR, Roosevelt Roque dos Santos, disse que os tiros são manifestação pessoal de Prata. “Quem está com o problema na pele age emocionalmente.”

Foi a 11ª invasão e o segundo tiroteio envolvendo fazendeiros e sem terra no Pontal este ano. Há duas semanas, 350 sem terra foram recebidos a tiros ao tentar invadir a fazenda Santa Rita.

O líder dos sem terra José Rainha Jr. disse que, se não forem tomadas providências como desarmamento dos fazendeiros, a região vai se transformar em um Eldorado dos Carajás (PA). “Estamos caminhando para isso, e falta pouco.” O MST disse que a fazenda é improdutiva. O Incra não confirma. Prata afirmou ter uma fábrica de ração, confinamento e 3.000 cabeças de boi.

A relevância de trazer essa notícia para a análise do processo de criminalização dos sem-terra se deve à macro-estratégia que rege sua organização discursiva: as vítimas passam a ser culpadas pela agressão que sofrem. Essa estratégia

é recorrente quando se trata de violências com minorias (étnicas, econômicas, sexistas) e as narrativas tendem a ser organizadas de tal forma que o efeito cognitivo final – como a compreensão é orientada – é a de que as vítimas, de alguma forma, mereceram a agressão. Legitima-se o ‘direito’ do agressor – em geral de grupos poderosos – e, assim, legitima-se a violência.

Início a análise com a relação entre o título e o *lead* da notícia. A construção do título (“Sem terra são recebidos à bala no Pontal”) é bastante enfática quanto à violência contra os sem-terra. Entretanto, esse enunciado é dubio sobre as possíveis inferências para tal violência. Ou seja, como o processo de compreensão se dá a partir de modelos mentais – que são distintos, por sua natureza intrinsecamente social e individual – alguns leitores podem entender, desde o título, que o fato de os sem-terra serem “recebidos à bala” é totalmente justificável, já que eles ‘praticam ações ilegais’. Como ação retórica, isso se trata de uma operação discursiva a partir de pressuposições. De forma mais clara: os sem-terra receberam o que realmente ‘mereceriam’.

Outros leitores, por outro lado, podem se indignar com a violência e buscarem explicações, no decorrer do texto, para a ação descrita no título. O *lead*, entretanto, opera como um legitimador da agressão sofrida pelos sem-terra, e alguns aspectos cognitivo-discursivos e semânticos exemplificam essa análise. Já no primeiro enunciado o sujeito-agente da violência é categorizado como “O proprietário da fazenda Concórdia [...]”. O atributo *proprietário*, nessa relação de sentido, dá respaldo legítimo para que o fazendeiro defenda as suas terras – mesmo que com o uso de armamentos – contra o grupo de ‘invasores’. Assim, pode-se justificar que os sem-terra sejam baleados. Eis a estratégia que discutíamos no início: de vítimas da violência, os sem-terra são tratados como culpados. Ainda no *lead*, o período subordinado age explicativamente para a ação do fazendeiro “[...]que tentaram invadir sua propriedade[...]”. A rede lexical que se forma nesse enunciado é mais um aspecto legitimador da violência. Os itens lexicais *invadir* e *propriedade* operam na construção do sentido de legalidade e posse do fazendeiro – e consequentemente seu direito de defesa –, situando

os sem-terra, dentro dessa teia discursiva, em uma condição diametralmente oposta: invasores, ilegítimo e vândalos.

O desfecho do *lead* é o discurso reportado do fazendeiro, ameaçando os sem-terra de morte e, novamente, atribuindo ao movimento a responsabilidade por essas mortes ([...] “A próxima tentativa de invasão vai ter morte. Eles querem cadáver, vão ter”, afirmou Prata, vice-presidente da UDR (União Democrática Ruralista) [...]). Sobre este aspecto, destaco o posicionamento favorável do jornal em relação ao fazendeiro, a partir de dois movimentos discursivos: *i*) o fazendeiro é citado não apenas como ‘proprietário’ das terras, mas também como “vice-presidente da UDR”, o que atribui mais força retórica e legitimidade institucional ao seu discurso; *ii*) o caso do acesso: no *lead* e no *sub-lead* (“Prata disse que atirará para acertar se houver nova tentativa de invasão”), o jornal traz o discurso do vice-presidente da UDR. No penúltimo parágrafo, a voz é dada ao presidente da UDR (“Quem está com o problema na pele age emocionalmente”). No discurso do presidente da UDR, o uso do eufemismo tem o efeito legitimador para uma ação ilegal cometida pelo vice-presidente da instituição. Apenas no último parágrafo da notícia o jornal dá acesso discursivo ao MST, reportando o discurso direto e indireto do líder dos sem-terra José Rainha Jr. Entretanto, a voz que dá o desfecho da notícia continua sendo o do vice-presidente da UDR: “Prata afirmou ter uma fábrica de ração, confinamento e 3.000 cabeças de boi”. No processo de construção textual, tem-se o efeito cognitivo de que cabe à UDR a conclusão da história e, consequentemente, o discurso da instituição passa a ser tomado como o mais legítimo, com poderes de encerrar a narrativa. O texto, então, é construído dentro de um quadro tendencioso e anti-democrático, no qual violências são legitimadas e vítimas são culpadas.

Exemplo 38:

Jungmann não negociará com invasores (FSP, 08/01/1997)

O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) não irá negociar com invasores de fazendas em São Paulo e vai se empenhar pela aprovação de lei que veda desapropriação de imóveis invadidos.

Segundo a assessoria do ministro, o governo de São Paulo também não vai dialogar com os líderes das 1.200 famílias que invadiram, no último domingo, cinco fazendas no Pontal do Paranapanema (extremo oeste do Estado).

O presidente do Incra (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Nestor Fetter, disse que não vai liberar o pagamento de indenizações de terras invadidas no Pontal.

Jungmann mandou seu gabinete devolver fax enviado por José Rainha Jr., 36, líder do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem terra), sobre novas invasões.

No fax, Rainha diz que as invasões visaram pressionar fazendeiros da região a aceitar o acordo de indenização proposto pelo Incra.

Segundo a assessoria de Jungmann, o projeto que veda desapropriação de áreas invadidas deverá ser votado na próxima semana.

Para tentar acertar a data da votação, o ministro ligou ontem para os deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA), presidente da Câmara, e Benito Gama (PFL-BA), líder do governo.

Jungmann pediu ao ministro da Justiça, Nelson Jobim, que autorize a Polícia Federal a levantar informações sobre o assassinato, no sábado, de dois sem terra em Eldorado dos Carajás, onde 19 foram mortos em abril passado.

Novas invasões

O líder dos sem terra José Rainha Jr. afirmou que cerca de 1.900 famílias ligadas MST estão “de prontidão”, perto das fazendas Santa Rita e Taquaruçu, para novas invasões no Pontal.

Ele disse que novas invasões de terra podem acontecer a qualquer momento, “se os fazendeiros radicalizarem”. “Vamos cumprir a lei, mas não vamos aceitar a arrogância dos fazendeiros”, afirmou.

Ele acusa a UDR (União Democrática Ruralista) de armar pistoleiros em áreas invadidas pelo movimento e de atrapalhar acordos de desapropriação de terras. O presidente da entidade ruralista em Presidente Prudente, Roosevelt Roque dos Santos, 49, estava viajando ontem no interior do Mato Grosso. A direção da entidade afirmou que quer aguardar seu retorno para se manifestar.

Essa notícia é relevante, pois possibilita analisar a criminalização dos sem-terra a partir de outro âmbito: o governamental. Em nosso contexto político – fundamentado na ideia de que as representações democráticas são as instituições dos poderes Legislativo, Executivo e Judiciário – um órgão do Governo Federal se posicionar enfaticamente no jornal contra o MST, inclusive categorizando ilegalmente o movimento, como no título (“Jungmann não negociará com invasores”), resulta em uma poderosa ação discursiva de criminalização do movimento. Também é importante observar o discurso do governo conjuntamente com ação do jornal, já que, conforme analisei no texto, o discurso do Ministro da Reforma Agrária, Raul Jungmann, não é contestado por nenhuma outra voz, ou nenhuma outra versão sobre o caso. Esse aspecto também pode ser discutido a partir da composição textual. Toda a estrutura de relevância é composta por uma única voz, a do ministro, com variáveis movimentações semânticas. Observemos: 1- No título: “Jungmann não negociará com invasores”; 2- No *lead*: “O ministro Raul Jungmann (Política Fundiária) não irá negociar com invasores de fazendas [...]” e no *sublead*: “Segundo a assessoria do ministro [...]”.

Dessa forma, o jornal assegura total legitimidade ao órgão governamental, dando sustentação ao seu discurso. O representante do MST é citado na notícia em dois momentos: no primeiro, sua participação é passiva, pois se restringe ao envio de um fax – que sequer foi lido pelo ministro – e, no último parágrafo, quando o discurso dos sem-terra é trazido para o texto (com o intertítulo “Novas Invasões”, que introduz a entrevista feita com José Rainha), não tem a função de trazer a versão dos sem-terra sobre as acusações do governo, pois as seleções feitas pelo repórter das citações de José Rainha trazidas para o

texto operam como um argumento a mais em favor do posicionamento radical do governo contra o MST.

Tratando deste trecho: “O líder dos sem terra José Rainha Jr. afirmou que cerca de 1.900 famílias ligadas ao MST estão ‘de prontidão’, perto das fazendas Santa Rita e Taquaruçu, para novas invasões no Pontal”. Nessa citação, é importante destacar alguns aspectos para melhor analisar como o repórter age discursivamente no processo de reportagem. Primeiro ressaltar o aspeamento – funcionando como uma enfatização – para a metáfora “de prontidão” e assim respaldando o discurso do ministro que sustenta todo texto: os sem-terra estão prontos para ‘atacar’. Outro aspecto relevante é de ordem semântico-discursiva. No discurso indireto reportado está atrelado à fala de José Rainha o item lexical *invasão*, sendo que, politicamente, os sem-terra assumem a postura de não usar essa palavra, por terem consciência da conotação ideológica que ela carrega. O que acontece, nesse caso, é uma hibridização do discurso do representante do MST com o discurso do próprio repórter, o que possibilita questionar a qualidade (crítica, ativa) do acesso discursivo.

Traçando algumas considerações conclusivas sobre essas análises, posso afirmar que, entre todos os *frames*, este é o que tem uma caracterização mais rígida, pois o tratamento sobre o MST tem como base um só discurso: a estereotipização do movimento. Ainda que distintas estratégias tenham sido utilizadas para isso; assim como diferentes vozes foram trazidas para tal construção discursiva, a natureza da cobertura é fixa e tem propósitos bem definidos. Essa natureza é tão estabelecida que até limita as possibilidades analíticas desse *frame*, pois as considerações tornam-se redundantes. O que se mostra relevante, neste caso, é investigar, juntamente com o estudo dos demais *frames*, como isso operou no processo de legitimação do massacre, ou seja, se é possível desassociar a ação discursiva de criminalização do MST, do processo de (des)legitimação de Eldorado dos Carajás.

Frame V – A Partidarização do MST

A partidarização do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se dá a partir de um processo sutil e implícito que opera na deslegitimação do movimento. Diferentemente dos aspectos discutidos no *frame* IV, por exemplo, no qual a estereotipização e a criminalização do movimento seguem uma linha estratégica definida, a partidarização do MST envolve elementos mais complexos, de natureza marcadamente ideológica, e está atrelado a forças político-partidárias. O efeito mais prejudicial para os sem-terra desse processo é que as reais necessidades políticas e sociais do movimento passam a ser tratadas periféricamente pelo jornal. O enfoque do discurso é restringir as práticas do MST às ações do Partido dos Trabalhadores (PT), principal força política de oposição ao então presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Tal questão tende a ser naturalizada pelo jornal – como se o MST fosse um ‘braço’ político do PT. Assim, o MST não é tratado como um movimento social que se organiza a partir de ideologias e reivindicações próprias, mas que apenas serve a um ‘jogo’ político entre governo e oposição.

Entendo que essa associação resulta de uma construção de grupos específicos e com propósitos definidos. Assim, não se trata de algo ‘natural’, mas que envolve questões ideológicas complexas, que precisam ser discutidas para se entender como a associação de um movimento social a um partido político pode ter um efeito deslegitimador, principalmente para esse movimento. As investigações de problemas de natureza político-partidária não fazem parte deste estudo. Pretendo tecer algumas considerações sobre a questão, para assim justificar a proposta de análise. Lembro que, apesar deste estudo tratar de problemas de natureza social, ele não é sociológico. Discuto esses elementos porque entendo que eles são indissociáveis do estudo da linguagem.

Um aspecto interessante a ser investigado é como se construiu, na história política do Brasil, a estereotipização do envolvimento com partidos políticos. Ou seja, por que, no Brasil, é tido como um elemento negativo que

grupos e movimentos sociais tenham ligações político-partidárias? E por que tal associação apenas é ressaltada quando se trata de partidos historicamente de esquerda? Sem a menor pretensão de responder a essas perguntas, teço algumas reflexões sobre o assunto. Primeiro, os partidos políticos são organizações legítimas e legais e são construídos a partir de um projeto político específico. Por isso, o fato de os partidos agregarem à sua prática grupos que compartilhem do mesmo projeto, em um trabalho em conjunto, parece uma característica constitutiva do sistema democrático. Segundo, é importante refletir porque essa associação estereotipada entre partidos políticos e movimentos/grupos sociais se dá, basicamente, entre partidos de esquerda e movimentos/grupos contrários ao *status quo*.

Identificamos no *corpus* do trabalho várias notícias tratando o MST como um movimento ligado ao PT. Entretanto, não encontrei qualquer referência, em todo *corpus*, à ligação historicamente estabelecida entre a União Democrata Ruralista (UDR) e o então Partido da Frente Liberal (PFL), fundado em janeiro de 1985, e desde março de 2007 reestruturado sob a legenda ‘Democratas’ (DEM). São organizações atreladas às forças políticas conservadoras. Sobre o aspecto histórico dessas entidades, é importante ressaltar que o PFL foi formado por políticos dos extintos partidos da Aliança Renovadora Nacional (Arena) e do Partido Democrático Social (PDS), que deram sustentação ao golpe militar de 1964. Já a UDR é a principal organização dos latifundiários, inclusive com forte representação política no Congresso Nacional, em grande parte eleitos pela legenda do PFL.

As relações político-ideológicas e históricas que envolvem essas questões são complexas e exigiriam outros estudos, não o que propomos. Entretanto, tais reflexões nos interessam quando identificamos que elas estão na constituição do discurso que analisamos, como também na própria construção do fenômeno investigado: o processo de (des)legitimação. Assim, trazendo o problema para este trabalho, observo que alguns aspectos de natureza discursivo-cognitivo dão conta da análise de algumas questões levantadas, sendo nosso objetivo observá-

-las no funcionamento textual. O estudo das representações é o ponto central deste *frame*, pois é a ação discursiva que opera na categorização dos atores/grupos sociais. Tal análise busca discutir a delimitação Nós x Eles, o que caracteriza o discurso do jornal ideologicamente. Também interessa, para esta investigação, o processo de topicalização das notícias, especificamente no tratamento dos atores/grupos sociais do PT e do MST, a partir da perspectiva da relação contínua entre protótipo e estereótipo. Sobre o aspecto pragmático-discursivo, destaco a análise de outro gênero, além da notícia: o artigo de opinião. O artigo foi escrito por um colunista da FSP, daí a possibilidade desse gênero trazer mais marcadamente o discurso do jornal sobre o massacre em Eldorado dos Carajás e o MST.

Exemplo 39:

Acusador é primo de prefeito petista (FSP, 26/08/1999)

O funcionário público Fernando Brito, que depôs no Ministério Público sobre a suposta tentativa de suborno do júri do caso de Eldorado dos Carajás, é primo do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PT). Brito foi levado a depor pela vice-prefeita Ana Júlia Carepa (PT). Colegas de trabalho de Brito disseram à Folha que ele costuma usar broche do PT em períodos de campanha eleitoral e alardeia o parentesco com o prefeito. A vice-prefeita foi a primeira a fazer a denúncia. Ela disse que um dos jurados teria afirmado a ela que outro membro do júri teria lhe oferecido R\$ 3.000 para absolver o coronel Mário Colares Pantoja, que comandou a operação da PM que resultou na morte de 19 sem-terra, em abril de 1996. Brito disse ontem que divulgaria uma nota, mas depois desistiu. O prefeito afirmou, pela sua assessoria, que o fato de Brito ser seu primo é “irrelevante”. No domingo passado, Ana Júlia disse à Folha que conhecia Brito, mas não sabia o nome dele. “Foi uma pessoa do povo que me contou a história (do suposto suborno) no último dia do julgamento”, afirmou.

Essa notícia está atrelada à cobertura do primeiro julgamento do massacre dos sem-terra, no Tribunal de Justiça do Pará. Entretanto, o tópico discursivo orienta a categorização neste *frame* de cobertura, não no jurídico. O título e os primeiros enunciados do *lead* são exemplos da estereotipização de atores/

grupos sociais por terem relação com o PT, principal partido de oposição nesse contexto histórico. Observemos, a partir do título, dois aspectos: i) o elemento que é tomado como ‘mais relevante’ não é a natureza da acusação feita, mas a relação do ator social com o PT; ii) esta dita relação sequer é político-partidária, pois ao ‘acusador’ coube a atribuição ‘primo de prefeito petista’. A elaboração do enunciado se dá a partir do pressuposto: ter ‘relações’ com o PT – qualquer que seja – categoriza como ‘suspeito’ suas ações e seus agentes (“Acusador é primo de prefeito petista”). Entretanto, essa categorização está implícita e o não-dito exige um trabalho de inferências do leitor. Para atribuir sentido ao enunciado, o leitor terá que operar a partir de modelos mentais estereotipados e assim chegar à significação: PT = ilegítimo.

No primeiro enunciado do *lead*, são dadas algumas informações sobre o ator social – sua profissão – e o teor da sua acusação: “O funcionário público Fernando Brito, que depôs no Ministério Público sobre a suposta tentativa de suborno do júri do caso de Eldorado dos Carajás, é primo do prefeito de Belém, Edmilson Rodrigues (PT). [...]”. A construção sintática opera na desenfatização da denúncia, que é trazida em uma relação subordinada, sendo o parentesco do acusador tratado como o tópico principal. É mais uma ação do jornal no processo de deslegitimação do ator social e, conseqüentemente, do que ele denuncia. A construção da representação estereotipada continua, ainda analisando o mesmo parágrafo, a partir de algumas marcas discursivas. Observemos neste trecho: “[...] Colegas de trabalho de Brito disseram à Folha que ele costuma usar broche do PT em períodos de campanha eleitoral e alardeia o parentesco com o prefeito. [...]”). O discurso é construído a partir de um efeito de sentido ‘investigativo’. O sujeito sintático genérico ‘colegas de trabalho’ opera nessa estratégia, pois tem o tom de ‘proteção’ das pessoas entrevistadas. A continuação do enunciado sustenta tal efeito, pois o jornal se auto-representa como a instituição legítima para apurar a relação do ator social com o PT. O trecho “disseram à Folha” é um exemplo dessa auto-representação.

Na análise dessa notícia, identifico algumas estratégias elaboradas a partir dos processos de pressuposição e de inferências. A construção de significação textual se dá a partir de elementos implícitos, o que é característico do gênero, e seu efeito de sentido principal é o da neutralidade discursiva. Já o próximo exemplo é um artigo de opinião, e se caracteriza por outras estratégias de construção de significados. O gênero possibilitaria a ‘liberdade’ opinativa, por isso tomei esse exemplo como o que deveria carregar mais explicitamente o discurso do jornal e sua ação no processo de legitimação do massacre. Entretanto, identifiquei outros elementos que caracterizam esse gênero.

Exemplo 40:

Bom mesmo de massacre é usineiro (FSP, 20/08/1999)

Colunista da Folha

Ninguém aqui pretende desrespeitar a dor das 19 famílias que perderam entes queridos no confronto entre sem-terra e policiais, em Eldorado dos Carajás, no Pará, em 1996. Mas, vem cá: não sei o que o pessoal da CUT, do PT e do próprio MST entendem por “massacre”, mas o que vi na TV na época e revi com mais detalhe na última quarta, durante o julgamento dos três oficiais que comandaram a operação, não pode ser classificado de massacre. Uma tropa capenga de policiais sem treinamento para enfrentar uma situação daquela gravidade é chamada para conter um grupo de desesperados dispostos a matar e morrer e armados até os dentes com foices, pedaços de pau, facões e _como a fita apresentada no julgamento evidencia_ com armas de fogo, que foram disparadas antes que os policiais dessem o primeiro tiro. Quem autorizou os policiais a usar metralhadoras para enfrentar os invasores? O governador deu ou não ordem para conter a invasão a todo custo? A certa altura daquele vídeo que a gente já viu tantas vezes na TV, os sem-terra partem com tudo para cima dos policiais, que recuam. O primeiro tiro é dado naquele instante. Por alguém que está do lado dos sem-terra, como foi demonstrado ao longo do julgamento de quarta-feira. E, agora, vem o Stedile e o pessoal da CUT e do PT falar em impunidade. Será que a gente é obrigada a engolir, só porque a lamentável figura do coronel Pantoja, um dos líderes da operação, parece saída de alguma novela de Dias Gomes? Quando é que a America’s Watch e a Anistia Internacional vão começar a tratar como vítimas pobres coitados feito os policiais que foram enviados sem preparo para enfrentar os sem-terra em

Eldorado dos Carajás? E o governador do Pará, Almir Gabriel? Quando vai assumir publicamente o quinhão de responsabilidade que lhe cabe no suposto “massacre”? Se houve irregularidades no julgamento, que se faça uma nova audiência. Mas, em nome da justiça, que ninguém se esqueça de que existem vítimas de ambos os lados.*Usineiro, sim, entende de massacre. Pega dinheiro emprestado do governo para investir na terra e depois gasta tudo na ampliação do novo haras e levando a patroa para passear na Europa. E ainda pretende ter as dívidas anistiadas. Isso é que é massacrar a lei e a ordem de um país.

Dos vários aspectos que podem ser tratados neste texto, vou focar a análise, primeiramente, no posicionamento assumido pelo colunista ao descrever o ‘episódio’ Eldorado dos Carajás e, assim, investigar como tal descrição opera na categorização *massacre* x *legítima defesa*. Ao analisar a perspectiva assumida pelo jornal, – representado pela voz do colunista – identifico o discurso deslegitimador dessa instituição sobre o massacre. Esta análise também tem como objetivo investigar a construção das representações sociais, no que diz respeito à partidarização do MST, e como essa relação opera no processo de deslegitimação do movimento. Como se trata de um gênero opinativo, também me interessa observar a auto-representação do jornal na delimitação discursiva dos grupos Nós x Eles.

O uso do pronome na primeira pessoa do singular atua fortemente nos aspectos abordados e opera, desde o início do texto, na demarcação da perspectiva do jornal para a categorização do ‘episódio’, assim como no posicionamento contrário em relação ao grupo Eles (MST, CUT e PT). A auto-representação do jornal no grupo Nós, entretanto, é mais sutil e tratarei desse aspecto mais adiante. Início a discussão sobre a perspectiva do narrador ao descrever o ‘episódio’. O discurso que constitui o texto do colunista é marcadamente o da Polícia Militar. A versão assumida pelo autor é a que categorizo como *legítima defesa*. A característica argumentativa do gênero explicita esse posicionamento. Observemos a partir dos seguintes trechos: “[...] mas o que vi na TV na época e revi com mais detalhe na última quarta, durante o julgamento dos três oficiais

que comandaram a operação, *não pode ser classificado de massacre*. [...]”. Na parte grifada por mim, em itálico, a categorização é enfática e respaldada por argumentos que o autor traz da sua própria experiência – uma estratégia canônica da argumentação, pois torna mais difícil o contra-argumento.

No trecho que discutiremos a seguir, o discurso do colunista é construído fundamentalmente pelo discurso da polícia, o que aponta para uma relação que se dá pela interdiscursividade, pois há no texto a voz do autor e da Polícia Militar. Entretanto, também observo outra característica dessa constituição discursiva: trata-se de uma construção quase monológica, pois há uma sobreposição do discurso da PM. Essa observação pode parecer contraditória, pois estou tratando de interdiscurso, mas, ao analisar com mais profundidade a construção de sentido do texto, é possível perceber uma estratégia no posicionamento discursivo do colunista, a partir de um efeito de sentido analítico sobre o ‘episódio’. Ênfase que se trata de um efeito de sentido pois, se o autor estivesse se propondo a desenvolver uma ‘análise’ sobre Eldorado dos Carajás, deveria haver uma polifonia constitutiva na formulação do texto. Entretanto, percebo que há uma voz predominante e é a que opera na construção do discurso: a voz da Polícia Militar. Neste caso, entendo que a interdiscursividade opera como uma estratégia de simulação de dialogismo – nos termos bakhtinianos –, mas o que ocorre é a predominância do discurso do poder.

Observemos o exemplo: “[...] Uma tropa capenga de policiais sem treinamento para enfrentar uma situação daquela gravidade é chamada para conter um grupo de desesperados dispostos a matar e morrer e armados até os dentes com foices, pedaços de pau, facões e _como a fita apresentada no julgamento evidencia_ com armas de fogo, que foram disparadas antes que os policiais dessem o primeiro tiro. [...]”. No início do enunciado, o efeito do discurso é avaliativo, ou seja, o colunista estaria elaborando uma análise sobre a situação da PM. Entretanto, os argumentos de que havia um ‘despreparo da tropa’; assim como uma ‘falta de armamentos para enfrentar o grande número de manifestantes’; e de que ‘os sem-terra iniciaram o tiroteio e estavam mais bem armados’ são os

mesmos que sustentam a defesa dos policiais, tanto no domínio jurídico quanto no jornalístico.

Um posicionamento discursivo contrário a essa versão seria o de questionar, por exemplo, como, diante de todo esse ‘quadro desfavorável à PM’, nenhum policial foi morto, enquanto pelo menos 19 sem-terra foram assassinados e muitos outros sofreram ferimentos que carregam até hoje. Trago esse contraponto, que não foi apresentado no artigo, para exemplificar como o colunista simula a ação analítica em seu discurso: a dita ‘análise’ tem como fundamento apenas uma voz discursiva e, conseqüentemente, uma linha ideológica demarcada – a das instituições do poder –, o que caracteriza o fenômeno do controle discursivo.

Essa estratégia de simulação dialógica também opera na identificação de como o jornal se posiciona na polarização Nós x Eles. Se o grupo que está sendo criticado pelo colunista está explicitamente marcado, a delimitação do outro grupo, por sua vez, é mais complexa. Isso porque há uma questão implícita que opera na demarcação ideológica das críticas do colunista: enquanto todos os grupos são questionados e analisados sob a perspectiva institucional – CUT, PT, MST, Polícia Militar –, a instituição Governo não é trazida para o texto, mas a sua individualização – a partir da figura do governador. Assim, a delimitação do Nós não é explícita e como o Governo não está atrelado institucionalmente à Polícia Militar – pois o colunista atribui a responsabilidade pela ação dos policiais a Almir Gabriel – também não fica explícito que, ao assumir o discurso da PM, o colunista está também assumindo o discurso do Governo. Dessa forma, a inserção da FSP no grupo Nós se dá no nível mais profundo da realização discursiva. Assim, o texto que é construído sob o efeito de uma ‘análise de conjuntura’, cabendo ao seu autor a ‘autoridade’ para fazer críticas, pois estas estariam sustentadas pela ‘autonomia de opinião’, pode ser tomado como um texto ideologicamente marcado. O efeito cognitivo dessa estratégia de simulação, por fim, é orientar ideologicamente a compreensão sobre o caso Eldorado dos Carajás, sendo que essa orientação opera implicitamente na construção dos

modelos mentais.

O título do artigo tem um efeito catafórico e seu sentido só é possível de ser construído na leitura do último parágrafo. Trata-se de uma estratégia narrativa que Eco (1994) chama de *flashforwards*. Ela opera no sentido oposto ao *flashback*, trazendo para a cena uma antecipação da história. Assim, deixo as considerações sobre esse enunciado para o final da análise. O texto é construído a partir de marcas da oralidade, tais quais: ‘ninguém aqui’; ‘vem cá’, com o uso de dêiticos que operam no efeito de aproximação entre autor-leitor, como se tratasse de uma conversação. Neste caso, funciona como uma estratégia argumentativa e sua força persuasiva é a simulação de uma relação de intimidade entre o autor e os seus leitores. Essa é uma das características do fenômeno da ‘tecnologização discursiva’ discutido por Fairclough (2001a). No que diz respeito à construção da representação do Eles, identifico o uso do item lexical ‘pessoal’, que tem um efeito pejorativo para o grupo ao qual se refere: os participantes desse grupo não são tratados como atores sociais, mas em uma generalização banalizada. Esse mesmo item lexical é usado em outro momento do texto, também no processo de referência aos integrantes da CUT, do MST e do PT. O efeito dessa ação referencial, tratando três entidades diferentes como um ‘conjunto’, opera na construção da partidarização do MST e, ao tratar tais grupos pejorativamente, também constrói o efeito deslegitimador de seus discursos e das suas práticas.

Retomando as considerações sobre o título do artigo (“Bom mesmo de massacre é usineiro”), que está em relação catafórica com o último parágrafo. Nessas duas estruturas textuais é introduzido para a ‘cena discursiva’ um novo ator social – o usineiro. Como ele não tem relação direta com o tópico discursivo, ou mesmo com os atores/grupos sociais envolvidos no artigo, tomamos essa inserção como mais um exemplo da interdiscursividade enquanto estratégia de simulação de dialogismo. Observemos, no trecho destacado, como o autor articula a discussão sobre a prática dos usineiros com o tópico discursivo e, assim, estabelece o efeito analítico-crítico em seu discurso: “[...] *Usineiro, sim, en-

tende de massacre. Pega dinheiro emprestado do governo para investir na terra e depois gasta tudo na ampliação do novo haras e levando a patroa para passear na Europa. E ainda pretende ter as dívidas anistiadas. Isso é que é massacrar a lei e a ordem de um país”. Neste parágrafo, além de reforçar o efeito de sentido construído no texto, o discurso do colunista também opera na deslegitimação do massacre de Eldorado dos Carajás, pois, ao ser enfático na crítica aos usineiros – categorizando suas práticas como um tipo de ‘massacre’ – desenfatura a importância do massacre dos sem-terra. Para o articulista da FSP, é mais grave o desvio de verbas dos usineiros – sem questionar a convivência do então governo com tal prática – do que as mortes dos sem-terra.

Exemplo 41:

Grupo entrega abaixo-assinado (FSP, 18/04/1997)

Um grupo denominado Friends of the MST (Amigos do MST) entregou ontem um abaixo-assinado na Embaixada do Brasil em Londres pedindo a agilização da reforma agrária no país.

A organização é ligada à representação do Partido dos Trabalhadores em Londres. No documento, com 110 assinaturas, o grupo também reclama da lentidão do julgamento dos policiais militares acusados pelo massacre de Eldorado dos Carajás, onde 19 sem-terra morreram há um ano. O grupo foi recebido pelo embaixador do Brasil em Londres, Rubens Barbosa.

À noite, o diplomata participou de um debate na abertura da exposição fotográfica “Terra”, de Sebastião Salgado, em uma igreja no centro da capital britânica. A exposição é sobre trabalhadores rurais.

A chegada da passeata dos sem-terra a Brasília foi mencionada no noticiário da rede de TV a cabo Sky News, que transmite notícias 24 horas por dia.

Esta notícia traz um aspecto pontual para a nossa análise e apresenta mais um elemento que exemplifica a construção da representação do MST atrelada ao PT. Esse discurso não é o tópico, mas está presente na estrutura de relevância, observada no último enunciado do *lead*. O tópico discursivo trata da entrega do abaixo-assinado de um grupo, em Londres, com reivindicações pró-MST. Se

essa macro-ação discursiva pode ser considerada favorável ao MST, a construção elaborada no *lead* opera, por sua vez, na estereotipização do grupo responsável pela ação (“Amigos do MST”), pois o qualifica a partir da sua afinidade político-partidária, não pelas suas práticas ou reivindicações. Observemos no trecho destacado: “[...] A organização é ligada à representação do Partido dos Trabalhadores em Londres. [...]”. Não é irrelevante, para esta investigação, que dentre os vários aspectos que poderiam ser predcados ao grupo, o jornal destacou a sua relação com o PT. Também é importante discutir a natureza dessa relação. O item lexical que opera em tal especificação (‘ligação’) é vago. Por isso, possibilita leituras que associa tal ‘ligação’ a aspectos negativos e até ilegais.

Exemplo 42:

Palestra é proibida por Justiça do MS (FSP, 22/08/1998)

O juiz de Mundo Novo (462 km ao sul de Campo Grande), Cléber Corsato Barboza, proibiu o MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) de realizar palestras em escolas públicas da rede estadual no município.

O juiz disse à Agência Folha que as palestras poderiam ter influência político-partidária, e a campanha eleitoral em prédios públicos é vedada por lei.

Barboza também levou em conta um “clima de adversidade” entre produtores rurais e MST no município, por causa do abate de 30 cabeças de gado na fazenda Savana, há duas semanas.

As palestras acabaram sendo realizadas em locais públicos e nas escolas da rede municipal. A prefeita local, a ex-sem-terra Dorcelina Folador (PT), autorizou os eventos. As palestras fazem parte da marcha organizada pelo MST no Estado.

A partir da análise da estrutura de relevância dessa notícia, discuto outros exemplos para a questão tratada neste *frame*. O título não é formulado a

partir do tópico que norteia o discurso desse texto. A topicalização é desenvolvida apenas no *lead*. Nesse caso, o título funciona como um introdutor do que vai ser tratado no primeiro parágrafo. Ou seja, sua potencialidade em orientar toda a interpretação do texto não é explorada. É no *lead* que está o assunto da notícia, já que a proibição da palestra serve apenas como pano de fundo para as questões depois introduzidas. O que está topicalizado na notícia é o fato de que o grupo proibido – por um juiz – de realizar palestras em escolas é o MST e a ‘justificativa’ para tal proibição seria a possibilidade dessas palestras influenciarem partidariamente os alunos. O trecho destacado traz os argumentos jurídicos: “[...] O juiz disse à Agência Folha que as palestras poderiam ter influência político-partidária, e a campanha eleitoral em prédios públicos é vedada por lei. [...]”.

Essa ação, que poderia ser tratada pelo jornal como discriminação ou censura, é passivamente aceita e a ‘justificativa’ dada não é questionada. Inclusive, outros argumentos são apresentados, no sentido de legitimar a proibição do juiz. No trecho a seguir: “[...] Barboza também levou em conta um “clima de adversidade” entre produtores rurais e MST no município, por causa do abate de 30 cabeças de gado na fazenda Savana, há duas semanas. [...]”, só é possível traçar uma linha argumentativa entre a proibição da palestra – para a qual o juiz alega questões político-partidárias – e o argumento apresentado logo em seguida se entendermos a ação jurídica a partir da sua natureza ideológica.

O posicionamento passivo do jornal em relação à prática jurídica é possível de ser explicado se entendermos a sustentação de forças entre esses dois domínios e, principalmente, suas afinidades ideológicas. O domínio jurídico e o domínio jornalístico operam discursivamente sob os mesmos pressupostos: o MST é um movimento que serve aos interesses político-partidários do PT. Assim, qualquer ação do MST implicará em uma ação partidária pró-PT, o que não interessa à elite do município em questão. Essa redução do MST como uma ‘ala’ petista, conforme analisei, é mais um elemento, entre outros identificados nos demais *frames*, de deslegitimação do movimento. No último exemplo destacado,

observo como a associação é estabelecida de forma tão direta, que é basicamente ‘naturalizada’: “[...] A prefeita local, a ex-sem-terra Dorcelina Folador (PT), autorizou os eventos. [...]”. Essa naturalização resulta em uma prática discursiva determinística, levando à elaboração de modelos mentais fortemente constituídos por essas ideologias.

Exemplo 43:

Boné substituiu chapéu de palha (FSP, 06/07/2003)

Até chegar à cabeça do presidente Luiz Inácio Lula da Silva e virar motivo de polêmica nacional na semana passada, o boné do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) percorreu marchas pelo Brasil afora e disputou espaço com o tradicional chapéu de palha.

No MST, as informações a respeito da origem do boné são desconhecidas. Mas há uma unanimidade: ele substituiu como símbolo o chapéu de palha típico dos sem-terra na caminhada que o movimento fez até Brasília, em 1997, para marcar o primeiro ano das mortes de Eldorado dos Carajás. Na época, o MST foi recebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, também ele presenteado com o boné. FHC, porém, não o vestiu, pelo menos em público.

Trago como último exemplo uma notícia mais recente. O então candidato do PT, na época do massacre de Eldorado dos Carajás, Luiz Inácio Lula da Silva, está em seu primeiro ano de mandato como Presidente da República do Brasil. O episódio que trata a notícia repercutiu em todos os veículos de comunicação do País e gerou uma ampla discussão. Trata-se de um gesto feito por Lula que, ao receber de presente um boné do MST, dado por representantes do movimento no gabinete presidencial, colocou o boné. A notícia analisada é um desdobramento da principal, pois tenta trazer a questão por outro ‘ângulo’, discutindo a ‘origem’ do boné. O gesto de Lula foi tratado na mídia como uma expressão ideológica em favor do MST – o que não caberia a um presidente da

República.

Essa questão é relevante para o meu estudo por revelar a consolidação da ideologia da relação partidária entre MST e PT, e como a mídia se coloca em ‘vigília’ para ‘denunciar’ essa relação, principalmente quando o PT passa a ser o partido do poder. Ou seja, qualquer gesto do Presidente – seja em práticas discursivas ou não – em relação aos sem-terra tem ampla repercussão e gera um ‘posicionamento crítico’ dos meios de comunicação sobre um suposto ‘privilégio’ dado ao movimento nas ações do governo. Na leitura que fazemos dessa questão, a demarcação discursiva de tal relação se manifesta, nessa notícia, em um trecho que aparece no fim da notícia. Aparentemente deslocado, pois não está estabelecida uma relação explícita com o assunto tratado, o enunciado opera com forte conotação ideológica, pois seu efeito de sentido é contrapor o posicionamento político do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), com o do então presidente Lula.

Observemos no trecho: “[...] Na época, o MST foi recebido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, também ele presenteado com o boné. FHC, porém, não o vestiu, pelo menos em público. [...]”. Ao estabelecer esse ‘contraponto’, o discurso do jornal opera na reafirmação do estereótipo construído sobre a relação entre o MST e o PT, demarcando que FHC e, conseqüentemente, o seu partido (PSDB), não têm vínculos ideológicos com movimentos contrários aos grupos do poder. Por sua ação se dar a partir de um discurso estereotipado, a FSP opera, nesta notícia, não apenas na deslegitimação do MST, mas, pela relação de associação, pretende deslegitimar também o governo petista.

Para as considerações finais sobre a análise desta macro-categoria é importante fazer o contra-ponto com o *frame* anterior, no qual a ação de deslegitimação do MST está tão definida, que chega a enrijecer as possibilidades discursivas. Neste *frame*, pelo contrário, o jornal opera a partir de estratégias menos aparentes, que não estão na superfície textual, e, mesmo que o identifiquemos como um gesto de deslegitimação do movimento, ele não é explícito. Isso, ao mesmo tempo em que nos fornece mais possibilidades de investigação, também

opera de forma sutil na construção dos modelos mentais dos leitores e, assim, na memória social. Só que, neste caso, a construção dos estereótipos envolve não apenas os sem-terra, mas um partido político, o PT, principal força política de oposição ao PSDB, partido do então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

6. Considerações Finais



Uma hipótese central norteou este trabalho: as ações de legitimação servem para consolidar grupos e ideologias dominantes, categorizar atores/grupos sociais e controlar o poder. Para isso, grupos dissidentes, contrários ao *status quo*, precisam ser estereotipados e criminalizados. Esta investigação possibilita afirmar que a construção da legitimação está intrinsecamente atrelada ao controle discursivo dos grupos do poder, sendo o jornal uma das instituições que operam mais fortemente nessa construção. Os caminhos teóricos traçados e a investigação discursiva sustentam a tese defendida.

O desejo de estudar o fenômeno da legitimação foi impulsionado por algumas questões, tomadas como problemas de pesquisa. Tais questões me fizeram desenvolver uma investigação a partir de três perspectivas. Em primeiro lugar, de forma mais ampla, estudando o fenômeno da (des)legitimação como uma construção que se dá em relações constitutivas entre aspectos cognitivos, sociais e discursivos. Daí defini-lo também como uma ‘ação de categorização social’. Em segundo, observando como o jornalismo – enquanto prática discursiva – agiu especificamente na cobertura de Eldorado dos Carajás. Por fim, em terceiro lugar, analisando como a construção de sentido do discurso jornalístico operou na construção da ‘verdade’ sobre o massacre e, assim, na sua (des)legitimação.

Por natureza, esta investigação é multidisciplinar. Se a língua não é autônoma em sua realização, uma investigação discursiva não deve caber apenas à Linguística. A inserção em outras áreas do conhecimento requer um grande esforço, devido à amplidão das leituras necessárias, mas nos ajuda a perceber as nossas próprias limitações no trato de algumas questões. O estudo da (des)legitimação também trouxe necessidades de discutir de forma sistemática e aprofundada pontos que são tratados de forma ampla na Análise Crítica do Discurso, marco teórico deste trabalho.

Pesquisas com distintos caminhos investigativos são desenvolvidas na ACD, portanto não se trata de um campo monolítico. Na essência da sua proposta estão os mais distintos diálogos teóricos. O único norte traçado na ACD é o político: os trabalhos acadêmicos devem assumir uma postura contrária às desigualdades sociais, colocando-se ao lado da luta dos excluídos. Por isso, a ACD é explicitamente ideológica e contrária ao paradigma positivista.

A macrocategorização da cobertura da Folha de S. Paulo (FSP) em *frames* foi importante para a observação do fenômeno e serviu como um guia para estudar os aspectos macrosociais nessa cobertura, assim como na análise dos elementos linguístico-discursivos no processo de categorização do massacre.

Entretanto, como foi discutido, o processo de (des)legitimação é instável, assim como a própria produção de discursos (dependem de uma série de modelos contextuais). Mesmo trabalhando com um *corpus* que dá conta de dez anos de cobertura sobre o massacre, tenho consciência que não é o suficiente para falar em ‘modificações históricas’ do discurso da FSP. Nesse período, porém, é possível identificar algumas mobilidades nas ações discursivas, principalmente por se tratar do domínio jornalístico, que, mesmo operando sob um determinado controle, tal controle não pode ser entendido como absoluto, sem a interferência ampla da sociedade.

Com as campanhas constantes do MST (por exemplo, a “Jornada de Luta”) o massacre de Eldorado dos Carajás passou a ser questionado em vários âmbitos, principalmente no tratamento jurídico do caso. Assim, após uma detalhada inves-

tigação e análise do *corpus* do jornal, defendo que, socialmente, *as mortes dos sem-terra são deslegitimadas*. Ou seja: a sociedade não aceita o massacre, nem a impunidade jurídica, já que os acusados pela justiça (Coronel Mário Pantoja e o Major José Maria Oliveira) responderam ao crime em liberdade.

Isso exemplifica, de forma bastante pontual, a distinção feita por Habermas (1999 [1973], 1996) entre as noções de legitimidade e ilegalidade. A primeira é uma construção discursiva e social; a segunda, uma ação atrelada ao domínio jurídico e fundamentada pelo Direito Positivista. Essa reação social é ‘acatada’ pela mídia. Entretanto, uma análise detalhada das distintas estratégias de inserir esses discursos no jornal me levou a uma consideração: a deslegitimação social do massacre foi assumida pela FSP como uma espécie de ‘concessão’. Várias estratégias de ordem discursivo-cognitiva e linguística foram utilizadas para a construção do efeito de sentido no qual o jornal ‘reverbera’ as reivindicações da sociedade, em uma simulação de abertura para as reivindicações sociais.

Outra questão merece ser enfatizada: a (des)legitimação de Eldorado dos Carajás e a do MST estão atreladas? Defendo que esses dois processos se deram em paralelo e são de naturezas distintas. Ou seja: *as mortes dos sem-terra foram deslegitimadas*, mas *o MST não foi legitimado como movimento social* na cobertura da FSP. E isso se deu a partir de uma cobertura estereotipada sobre as demais ações dos sem-terra, o que categorizei como a *criminalização* e a *partidarização* do movimento.

Entendo esse processo como uma macroestratégia do jornal para estabelecer uma linha divisória entre o massacre e o MST: o primeiro ‘pode’ ser criticado, pois é tratado a partir da perspectiva humanitária; o segundo é um movimento social que ‘ameaça’ as elites, e suas ações não podem ser tomadas como legítimas, tampouco as suas reivindicações.

Dessa forma, ocorre um processo de ‘desideologização’ na cobertura do massacre de Eldorado dos Carajás, já que ele é tratado como um caso isolado, como uma exceção, e não sob uma perspectiva política. E isso se dá, fundamentalmente, por dois aspectos: i) não há questionamentos, por parte do jornal, da

falta de um projeto político para a reforma agrária no Brasil, ou mesmo sobre os frequentes assassinatos de trabalhadores rurais nos campos brasileiros — essa seria uma discussão política sobre o MST e suas ações; *ii*) como discutido nas análises, o massacre foi tratado fora de domínios institucionais, personalizando os culpados.

Assim, esses discursos não operam em uma mudança profunda de conceitos — ou *reframing* — sobre a questão agrária no Brasil e não legitimam a luta do MST. A questão principal que moveu o protesto dos sem-terra, naquele 17 de abril de 1996, foi a luta pela reforma agrária e foi por isso que os trabalhadores rurais morreram. Entretanto, essa questão é tratada subliminarmente e não constitui o discurso do jornal.

Assim, chego à questão do controle discursivo-cognitivo. As mobilizações contra o massacre tiveram ampla cobertura, a discussão se deu em vários âmbitos da sociedade e o envolvimento social foi (e continua sendo) amplo. Dessa forma, há a possibilidade de construir conceitos, de categorizar o ‘evento’ como ‘massacre’ e deslegitimá-lo. Entretanto, a cobertura do jornal se desenvolveu por caminhos que o ‘massacre’ passou a ser tratado como um ‘evento’, pois dificilmente havia a relação com os sujeitos responsáveis pelo ato das mortes.

Essa questão nos remete à noção de acesso discursivo. Os textos jornalísticos foram construídos a partir da exclusão do discurso dos sem-terra. Os atores sociais protagonistas da história não tiveram o direito de contar a sua própria história. Defino esse aspecto como *desigualdade discursiva*. Trata-se de uma postura antidemocrática, que tem como efeito principal a construção de modelos cognitivos ‘predominantes’, elaborados a partir do discurso das elites. Quando afirmo que os modelos cognitivos são ‘predominantes’, insisto no ponto de que não se trata de elementos rígidos e estanques. A investigação do acesso possibilita analisar não apenas as vozes que circulam em um texto, mas o efeito cognitivo.

A desigualdade discursiva opera em ações de estereotipização e deslegi-

timação do MST. O discurso do jornal se desenvolveu, basicamente, por dois enfoques de cobertura categorizados como *criminalização* e *partidarização*. Um é de natureza mais agressiva e as estratégias retóricas se dão de forma explícita, ou ainda na ‘superfície textual’. A outra se dá a partir de um processo sutil e implícito, envolvendo complexas questões sociopolíticas e históricas do país.

Por fim, quero reafirmar a importância do estudo da (des)legitimação para os estudos discursivos. A investigação desse fenômeno permite perceber *como* se constituem estereótipos e preconceitos sobre atores/grupos sociais e *quais* as estratégias que operam na construção dessa exclusão social a partir dos discursos. Assim, se há uma conscientização relativa que existe a discriminação, é preciso discuti-la nos vários domínios que atuam em sua constituição, mostrar como isso ocorre, como operam em sociedade e quais as instituições que a sustenta.

Meu estudo trata do domínio jornalístico. Entretanto, outros domínios merecem ser investigados. O domínio acadêmico, por exemplo, precisa transformar a sua prática, cada vez mais, em ações socialmente engajadas, comprometidas com a igualdade e solidárias aos grupos excluídos. Só assim a produção científica não corre o risco de ser mais um discurso sustentando a desigualdade social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS



ALEXANDER, C.A. 1999. A Importância dos Clássicos. *In: Teoria Social Hoje*. Giddens, A. & Turner, J. São Paulo, Editora Unesp, p.p. 23-90.

BAKHTIN, M. 2000 [1979]. **Estética da Criação Verbal**. 3 ed. São Paulo, Martins Fontes.

BAKHTIN, M./ VOLOCHINOV, V.N. 2002 [1979]. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**. 10 ed. São Paulo, Hucitec/Anna Blume.

BAZERMAN, C. 2006. **Gênero, Agência e Escrita**. Orgs: Hoffnagel, J. Dionisio, A. São Paulo, Cortez Editora.

_____. 2005. **Gêneros Textuais, Tipificação e Interação**. Orgs: Hoffnagel, J. Dionisio, A. São Paulo, Cortez Editora.

_____. 1994. Genre as Social Action. In: A. Freedman & P. Medway (eds.). 1994. **Systems of Genres and the Enactment of Social Intentions**. London, Taylor & Francis, pp. 79-101.

BARSALOU, L.W. 1992. Frames, Concepts, and Conceptual Fields. *In: Lehrer, A. &*

Kittay, E.F. (Eds). **Frames, Fields, and Contrasts. New Essays in Semantic and Lexical Organization.** Hillsdale, New Jersey: Laurence Erlbaum Ass. Publishers, pp. 21-74.

BEAUGRANDE, R. & DRESSLER. 1981. **Introdução à Linguística de Texto.**

BEAUGRANDE, R. 1997. **New Foundations for a Science of Text and Discourse: Cognition, Communication, and the Freedom of Access to Knowledge and Society.** New Jersey, Ablex Publishing Corporation.

BERKENKOTTER, C. & HUKIN, T. 1995. **Genre Knowledge in Disciplinary Communication: cognition/culture/power.** New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

BILLIG, M. 1991. **Ideology and Opinions: Studies in Rhetorical Psychology.** London, Sage.

BLIKSTEIN, I. 2003. **Kaspar Hauser ou a Fabricação da Realidade.** São Paulo, Editora Cultrix.

CHARAUDEAU, P. & MAINGUENEAU, D. 2004. **Dicionário de Análise do Discurso.** São Paulo, Contexto.

CHOULIARAKI, L. & FAIRCLOUGH, N. 1999. **Discourse in Late Modernity. Rethinking Critical Discourse Analysis.** Edinburgh, Edinburgh University Press.

CONDOR, S. & ANTAKI, C. 2000. Cognición social y Discurso. In: Van Dijk, T.A. (org.). **El Discurso como Estructura y Proceso.** Barcelona, Gedisa Editorial, p.p 453-490.

COHEN, J.I. 1999. Teoria da Estruturação e a Práxis Social. In: **Teoria Social Hoje.** Giddens, A. & Turner, J. São Paulo, Editora Unesp, p.p. 393-446.

- CHOMSKY, N. 1999. **Segredos, Mentiras e Democracia**. Brasília, Editora UnB.
- DELLA PORTA, D. & DIANI, M. 1999. **Social Movements. An Introduction**. Oxford, Blackwell Publishers.
- ECO, U. 1994. **Seis Passeios pelos Bosques da Ficção**. São Paulo, Companhia das Letras.
- EDWARDS, D. 1997. **Discourse and Cognition**. London, SAGE.
- EGGINS, S. 1994. **An Introduction to Systemic Functional Linguistics**. London, Printer Publishers.
- EGGINS, S. & MARTIN, J.R. 2000. Cognición social y Discurso. In: Van Dijk, T.A. (org.). **Géneros y Registros del Discurso**. Barcelona, Gedisa Editorial, p.p.335-371.
- FAIRCLOUGH, N. 2003. **Analysing Discourse. Textual Analysis for Social Research**. London, Routledge.
- _____. 2001a. **Discurso e Mudança Social**. Brasília, Editora da UnB.
- _____. 2001b. A Análise Crítica do Discurso e a Mercantilização do Discurso Público: as Universidades. In: Magalhães, C. (org). **Estudos Linguísticos 2**. Belo Horizonte, FAE, p.p 31-82.
- _____. 1995. **Media Discourse**. London, Edward Arnold, a division of Hodder Headline Group.
- FAIRCLOUGH, N. & GRAHAM, P. 2002. Marx as a Critical Discourse Analyst: the genesis of a critical method and its relevance to the critique of global capital. **Estudios de Sociolingüística** 3(1), pp. 185-229.

FALCONE, K. 2005. **O Acesso dos Excluídos ao Espaço Discursivo do Jornal**. Publicado pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da UFPE.

FLOWER, L. 1994. **The Construction of Negotiated Meaning. A Social Cognitive Theory of Writing**. Southern Illinois University.

FOWLER, R., HODGE, B., KRESS, G. & TREW, T. 1979. **Language and Control**. London, Routledge.

FREEDMAN, A. & MEDWAY, P. (eds.) 1994. **Genre and the New Rhetoric**. London, Taylor & Francis.

GARDNER, H. [1985] 1987. **The Mind's New Science. A History of the Cognitive Revolution**. New York, Basic Books.

GIDDENS, A. 2003. **A Constituição da Sociedade**. São Paulo, Martins Fontes.

HABERMAS, J. 1999 [1973]. **A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio**. Rio de Janeiro, Edições Tempo Brasileiro.

_____. 1996. **Between Facts and Norms**. Cambridge, Institute of Technology Press.

_____. 1989. **Consciência Moral e Agir Comunicativo**. Rio de Janeiro, Editora Tempo Brasileiro.

HABERMAS, J. 2002. **A Inclusão do Outro – Estudos de Teoria Política**. São Paulo, Loyola.

HALLIDAY, M.A.K. & HASAN, R. 1989. **Language, Context and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective**. London, Oxford University Press.

HALLIDAY, M.A.K. 1978. **Language as Social Semiotic. The Social Interpretation of Language and Meaning**. London, Edward Arnold.

- HALLIDAY, M.A.K & MARTIN, 1993. **Writing Science. Literacy and Discourse Power.** Martin Pittsburih, University of Pittsburgh Press.
- HALLIDAY, M.A.K & MATTHIESSEN. 1999. **Construing Experience Through Meaning. A Language-based Approach to Cognition.** London, Continuum.
- HALLORAN, J.D; ELLIOT, P; MURDOCK, G. 1970. **Demonstrations and Communication: a Case Study.** Baltimore, Penguin Books.
- HOMANS, G.C. 1999. Behaviorismo e pós-behaviorismo. *In*: Giddens, A. & Turner, J. **Teoria Social Hoje.** São Paulo, Editora Unesp, p.p 91-126.
- HONNET, A. 1999. Teoria Crítica. *In*: Giddens, A. & Turner, J. **Teoria Social Hoje.** São Paulo, Editora Unesp, p.p 503-552.
- JOHNSTONE, B. 2002. **Discourse Analysis.** Oxford, Blackewell Publishers.
- KOCH, I. 2004. **Introdução à Linguística Textual.** São Paulo, Martins Fontes.
- KUHN, T. 1992. **A Estrutura das Revoluções Científicas.** São Paulo, Ed. Perspectiva.
- LAKOFF, G. 2004. **Don't Think of an Elephant!** Berkeley, Chelsea Green.
- _____. 1990. **Women, Fire, and Dangerous Things. What Categories Reveal about the Mind.** Chicago, The University of Chicago Press.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. 1999. **Philosophy in the Flesh. The Embodied Mind and its Challenge to Western Thought.** New York, Basic Books.
- MARCUSCHI, E. 2004. **As Categorias de Avaliação da Produção Textual no Discurso do Professor.** Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE.

MARCUSCHI, L. A. 2007a. A Ação dos Verbos Introdutores de Opinião. *In: Fenômenos da Linguagem. Reflexões Semânticas e Discursivas*. Rio de Janeiro, Lucerna. Série Dispersos, pp. 146-168.

_____. 2007b. A Construção do Mobiliário do Mundo e da Mente: Linguagem, Cultura e Categorização. *In: Cognição, Linguagem e Práticas Interacionais*. Rio de Janeiro, Lucerna. Série Dispersos, pp. 124-145.

_____. 2005a. Do Código para a Cognição: o Processo Referencial como Atividade Criativa. **Revista Veredas, UFJF**.

_____. 2005b. Heráclito e o Hipertexto: o Logos do Hipertexto e a Harmonia do Oculto. **Conferência apresentada no I Congresso de Hipertexto**. Recife, UFPE.

_____. 2005c. **Curso de Linguística Cognitiva**. Aula 7 – Noção de Categorias e Processos de Categorização, Tendo em Vista suas Relevâncias para os Processos de Referenciação. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo).

_____. 2004a. **Curso sobre Gêneros Textuais**. Aula 03 – Tendências II: Tradição Clássica versus Escola Norte-Americana. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo).

_____. 2004b. O Léxico: Lista, Rede ou Cognição Social? *In: Negri, L.; Foltran, M.J.; Oliveira, R.P. (Orgs.). Sentido e Significação. Em torno da obra de Rodolfo Ilari*. São Paulo, Contexto, pp.263-284.

_____. 2004c. **Curso de Semântica**. Aula 7. Frames, categorias, Campos Léxicos e Campos Semânticos. Recife, UFPE/PPGL. (Mimeo).

_____. 2003a. Atividades de Referenciação, Inferenciação e Categorização a

Produção de Sentido. In: Feltes, H.P.M (org.). **Produção de Sentido – Estudos Transdisciplinares**. São Paulo, Annablume, pp. 239-262.

_____. 2003b. O Papel da Atividade Discursiva Exercício do Controle Social. **Conferência apresentada na 55ª Reunião Anual da SBPC-ABRALIN**. Recife, UFPE.

_____. 2001. **Da Fala Para a Escrita. Atividades de Retextualização**. São Paulo, Cortez.

_____. 2000. Aspectos da Progressão Referencial na Fala e na Escrita no Português Brasileiro. In: E. Gärtner / A. Schönberger (eds.). **Estudos da Linguística Textual**. Frankfurt am Main, Editora TFM, pp.79-107.

_____. 1995. Contextualização e Explicitude na Relação entre Fala e Escrita. Conferência apresentada no **I Encontro Nacional sobre Língua Falada e Ensino**, na UFAL, Maceió. Publicado nos Anais, pp. 27-48.

MATURANA, H. 1995. La Ciencia e la Vida Cotidiana: la Ontología de las Explicaciones Científicas. In: Watzlawick, P. Y Krieg, P. (Comps.). **El Ojo del Observador. Contribuciones al Constructivismo**. Barcelona, Gedisa Editorial.

MINSKY, M. 1979. A Frame Work for Representing Knowledge. In: Metzger, D. (Ed.). **Frame Conceptions and Text Understanding**. New York, de Gruyter, p.p 1-25.

MILLER, C. 2007. Orientação durante o curso “Where Do the Genres Come From?” Ministrado no Programa de Pós-Graduação de Letras da UFPE.

_____. 1994. Rhetorical Community: The Cultural Basis of Genre. In: Freedman, A. & Medway, P. **Genre and the New Rhetoric**. London, Taylor & Francis, pp. 67-78.

MIGUEL, M.F. 1998. **La Gramática de Halliday desde la Filosofía de la**

Ciência. Almeria, Universidade de Almeria, Servicio de Publicaciones.

MEYER, M. 2003. Entre la Teoría, el Método y la Política: la Ubicación de los Enfoques Relacionados con el ACD. In **Métodos de Análisis Crítico del Discurso**. Wodak, Ruth y Meyer, Michel (compiladores). Barcelona, Gedisa Editorial.

MONDADA, L. & DUBOIS, D. 1995. Construction des objets de discours et categorisation: une approche des processus de référenciation. In: Berrendonner, A. e M-J Reichler-Beguelin. 1995. (Eds). **TRANEL**, 23:273-302.

MONDADA, L. 1994. **Verbalisation de L'Espace et Fabrication du Savoir: Approche linguistique de la construction des objets de discours**. Lausanne, Université de Lausanne.

_____. 1997. Processus de Catégorisations et Construction Discursive des Catégories. In: Dubois, D. (Org.). **Catégorisation et Cognition: de la nova perception au discours**. Paris, Kimé, p.p 291-313.

_____. 2000. Pour un Approche de Activités de Catégorisation. In: Gajo, L. **Interactions et Acquisition en Contexte**. Freiburg, Editions **Universitaires**, p.p 99-127.

MORIN, E. 2005. Cultura n Conocimiento, In: Watzlawick, P.Y Krieg, P. (Comps.). **El Ojo del Observador. Contribuciones al Constructivismo**. Barcelona, Gedisa Editorial.

MOSCOVICI, S. 1978. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro, Zahar.

MUSSALIN, F. e BENTES, A.C. (Orgs.) 2004. **Introdução à Linguística 3. Fundamentos Epistemológicos**. São Paulo, Cortez.

OBERSCHALL, A. 1993. **Social Movements. Ideologies, Interests, &**

Identities. New Jersey, Transaction Publishers.

OLIVEIRA, F.O. & WERBA, G.C. 1998. Representações Sociais. *In*: Jacques, M.G. et al. **Psicologia Social Contemporânea.** Petrópolis, Vozes.

POSSENTI, S. 2004. Teoria do Discurso: um caso de múltiplas rupturas. *In*: Mussalim, F. e Bentes, A.C. (Orgs.). **Introdução à Linguística: fundamentos epistemológicos.** São Paulo, Cortez, v. 3, pp. 353-392.

POTTER, J. 1996. **Representing Reality. Discourse, Rhetoric and Social Construction.** Sage, London.

POTTER, J. & WETHERELL, M. 1987. **Discourse and Social Psychology. Beyond Attitudes and Behaviour.** London, Sage.

ROSCH, E. 1978. Principles of Categorization. *In*: Rosch, E. & Lloyd, B.B. (eds) **Cognition and Categorization.** Hillsdale, N.J., Lawrence Erlbaum, pp. 27-48.

ROJO, L. & VAN DIJK, T.A. 1997. Legitimizing the Expulsion of “Illegal” Migrants in Spanish Parliamentary Discourse. **Discourse & Society** 8(4), London, SAGE.

SANDERS, R.E. 2005. Validating ‘Observations’ in Discourse Studies: a Methodological Reason for Attention to Cognition. *In* **Conversation and Cognition.** Ed: Molder, te H. & Potter, J. New York, Cambridge.

SANTOS B.S. (org.) 2004. **Um Discurso Sobre a Ciência.** São Paulo, Cortez.

_____. 2003. **Introdução a uma Ciência Pós-Moderna.** São Paulo, Editora Graal.

SHANON, B. 1993. **The Representational and the Presentational (an Essay on Cognition and the Study of Mind).** London, Harvester Wheatsheaf.

SCHIFFRIN, D. 1987. **Discourse Markers**. Cambridge, Cambridge University Press.

SILVA, M.O. 2004. **A Apresentação do Mundo pela Linguagem no Jornalismo**. Tese de Doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da UFPE.

TANNEN, D. 1985. Frames and Schemas in Interaction. In: **Quaderni di Semantica**. VI:326-335.

TOMASELLO, M. 2003. **Origens Culturais da Aquisição do Conhecimento Humano**. São Paulo, Martins Fontes.

TOOLAN, M.J. 1989. **Narrative. A Critical Linguistic Introduction**. London and New York, Routledge.

VAN DIJK, T.A., & KINTSCH, W. 1983. **Strategies of Discourse Comprehension**. New York: Academic Press.

VAN DIJK, T.A. No 2008. **Context. A Multidisciplinary Theory**.

_____. 2006a. Discourse, Context and Cognition. In **Discourse Studies**. Vol 8(1): 159-177. London, Sage.

_____. 2006b. **Notas de Orientação**. Estágio de Doutorado/Capes: de Outubro de 2005 a Setembro de 2006. Barcelona, Universitat Pompeu Fabra.

_____. 2005. Contextual knowledge management in discourse production. A CDA perspective. In Ruth Wodak & Christoph Bärenreuter (Eds.). **Interdisciplinary CDA**. Amsterdam: Benjamins.

_____. 2000a. **Cognitive Discourse Analysis**. www.discourse.org

_____. 2000b. El Discurso como Interacción en la Sociedad. In **El Discurso como Interacción Social**. van Dijk, T.A (Compilador). Barcelona,

Gedisa Editorial, p.p 19-66.

_____. 2000c. **Ideología. Una Aproximación Multidisciplinaria.** Barcelona, Gedisa Editorial.

_____. 1997. **Racismo y Análisis Crítico de los Medios.** Barcelona, Editora Paidós.

_____. 1994. **Discurso, Poder y Cognición Social.** Cali, Editorial Facultad de Humanidades.

_____. 1991. Discourse, Power and Access. *In* Caldas-Coulthard, C.R & Coulthard, M. (Eds.) **Texts and Practices. Readings in Critical Discourse Analysis.** London and New York, Routledge, p.p 85 - 104.

_____. 1988. **News as Discourse.** New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates.

_____. 1986. When Majorities Talk About Minorities. *In* Margarete L. Mc Laughlin (Ed.) **Communication Yearbook 9.** Beverly Hills, CA, Sage, p.p 57– 81.

VAN LEEUWEN, T. 2007. Legitimation in Discourse and Communication. *In*: **Discourse & Communication.** London, SAGE Publications, vol.1(1): 91–112.

WODAK, R. 2006. Mediation Between Discourse and Society: Assessing Cognitive Approaches in CDA. **Discourse & Society** 8(1): 179-190, London, SAGE.

_____. 2003. De qué Trata el Análisis Crítico del Discurso (ACD). Resumen de su historia, sus conceptos fundamentales y sus desarrollos. *In* **Métodos de Análisis Crítico del Discurso.** Wodak, R. y Meyer, M. (compiladores). Barcelona, Gedisa Editorial.

<i>Título</i>	Discurso da mídia
<i>Organizadores</i>	Karina Falcone

<i>Projeto Gráfico/Capa</i>	Coleção
<i>Revisão de Texto</i>	Organizadores

<i>formato</i>	digital
<i>Editoração eletrônica</i>	Editora da UFPE

